



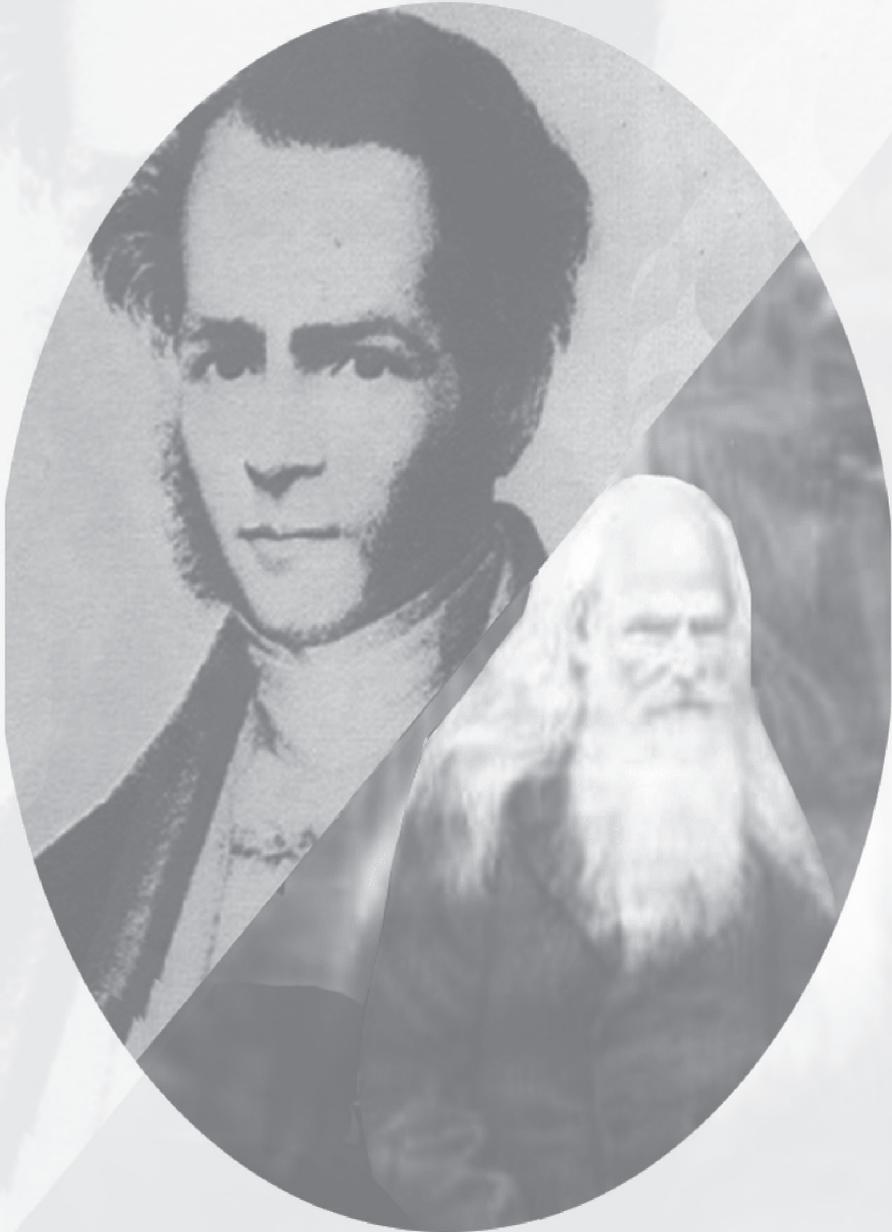
.....

ANOTAÇÕES DE
VASCONCELOS DE
DRUMMOND
À SUA BIOGRAFIA

*Vasconcelos de
Drummond*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 165



Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond (* Rio de Janeiro, 21/5/1794 – †Paris, França 15/1/1865). A capa reproduz retrato do autor na quadra dos seus vinte anos e no fim da vida, já cego, na França.

.....

ANOTAÇÕES DE
A.M.V. DE DRUMMOND
À SUA BIOGRAFIA



Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney
Presidente

Senadora Marta Suplicy
1º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago
2º Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena
1º Secretário

Senador João Ribeiro
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino
3º Secretário

Senador Ciro Nogueira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Gilvam Borges
Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval
Senadora Vanessa Grazziotin

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 165

ANOTAÇÕES DE
A.M.V. DE DRUMMOND
À SUA BIOGRAFIA

Vasconcelos de Drummond



Brasília – 2012

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 165

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2012

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-409-2

.....

Drummond, Antonio de Menezes Vasconcelos de.

Anotações de A. M. Vasconcelos de Drummond à sua
biografia / Vasconcelos de Drummond. – Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

246 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 165)

1. Político, biografia, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 923.281

.....

.....

Sumário

INTRODUÇÃO

As “Anotações” de Vasconcelos de Drummond
por William Almeida de Carvalho
pág. 9

Bibliografia
pág. 47

Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond
publicada em 1856 na *Biographie universelle*
et portative des contemporains
pág. 51

Anotações de
Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond
à sua biografia publicada em 1836 na
Biographie universelle et portative des contemporains
pág. 59

Notas das notas
pág. 233

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 237

.....

*As “Anotações” de
Vasconcelos de Drummond*

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO *

I - O Personagem

ASSIM como a *Carta de Pero Vaz de Caminha* é a certidão de nascimento do *Descobrimento do Brasil*, as “Anotações” de Drummond podem ser consideradas a carta de alforria do Brasil emancipado. O nascimento do Brasil independente e o papel da maçonaria estão devidamente imbricados nas suas “Anotações”, um documento fundamental para se entender a ambos.

* Prof. William Almeida de Carvalho - sociólogo - UFMG; pós-graduado em Administração Pública - FGV e doutor em Ciência Política - Panthéon - Sorbonne; membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF e da Academia de Letras de Brasília; presidente da Academia Maçônica de Letras do DF, vice-presidente da Academia de Letras de Búzios - RJ; membro correspondente da Academia de Letras da Paraíba; ex-secretário de Estado do Distrito Federal, ex-subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, escritor, historiador, jornalista.

Vasconcelos de Drummond (1794-1865) foi um dos políticos que se destacaram no processo que culmina com a Proclamação da independência do Brasil, atuando nas províncias de Pernambuco e da Bahia. É um dos fundadores, em 1823, do jornal O Tamoio, alinhado aos Andradas. Foge do país na época do fechamento da Constituinte. Instala-se em Paris, onde mantém contatos próximos com outro exilado, José Joaquim da Rocha, e com José Bonifácio. Conquista uma posição rara, entre os sul-americanos do tempo, na vida cultural francesa. Publica periodicamente no jornal La France Chrétienne, além de figurar entre os membros fixos do Journal de Voyages. É nesse último que publica, em três partes, o diário da Viagem Mineralógica de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e José Bonifácio por São Paulo, além de excertos de outros textos deste último. Em 1829, entra para a carreira diplomática.

As informações sobre Vasconcelos de Drummond são relativamente parcas. Sacramento Blake, contudo, no seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro, informa que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond nasceu no Rio de Janeiro. Filho do capitão Antônio Luís de Ferreira de Meneses Vasconcelos de Drummond e de dona Josefa Januária de Sá e Almeida, nasceu no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1794 e faleceu em Paris a 15 de janeiro de 1865.

Tendo feito alguns estudos de humanidades, por influência do ministro de D. João VI Tomás Antônio de Vilanova Portugal, amigo de seu pai, obteve em 1809 um ofício, um cargo na chancelaria do reino, e que segundo Sacramento “no qual serviu tão bem, que no ano seguinte teve o hábito de Cristo e uma tença de doze mil réis”. Aos 15 anos terminara os seus es-

tudos literários e conhecia a fundo a doutrina de Adam Smith, dominava Kant e outros filósofos e falava quatro línguas vivas.

Em 1821, nos primórdios da independência, se encontrava em Portugal quando retorna ao Brasil e vai a Pernambuco trabalhar pelo reconhecimento de D. Pedro I. Tendo seu destino indissoluvelmente ligado aos Andradas, depois da dissolução da Constituinte vai com eles processado e degredado para a França.

Retorna ao Brasil em 1829 quando retorna à carreira diplomática, sendo nomeado encarregado de negócios interino e cônsul-geral na Prússia. Em seguida, passa a encarregado de negócios na Sardenha, e depois em Roma e na Toscana. De lá foi elevado a ministro residente e mais tarde a enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Portugal, aposentando-se a 21 de junho de 1862. Informa ainda Sacramento que “já em avançada idade, achando-se cego, foi obrigado a ir à França tratar-se e lá morreu, sendo do conselho de Sua Majestade o Imperador, comendador da ordem da Rosa, de Cristo e da Ordem Toscana do Mérito e grã-cruz da ordem de S. Maurício, e da Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa, de Portugal”.

Um dos fundadores e redator do jornal O Tamoio em 1823.

Vasconcelos de Drummond apesar de nunca ter pertencido à Maçonaria, segundo suas próprias palavras como se verá nas “Anotações”, foi acusado várias vezes de cerrar fileiras entre seus membros.

A primeira vez quando ainda jovem e protegido de Vila-nova Portugal, Vasconcelos de Drummond foi injustamente acusado de pertencer a uma das sociedades secretas que planejava uma forma de tornar o Brasil independente de Portugal. Contador da Chancelaria-mor e gozando da confiança do ministro, mas com

a pecha de pedreiro-livre, o jovem funcionário foi aconselhado a mudar de ares em seis meses de licença. E decidiu visitar a Capitania da Ilha de Santa Catarina, então governada por João Vieira Tovar e Albuquerque. Tudo isto está contado em detalhes nestas suas “Anotações” feitas por Antônio Meneses de Vasconcelos Drummond à sua biografia. E aqui convém um esclarecimento: a edição de 1836 do Biographie Universele et Portative des Contemporains (considerado um dos primeiros Who’s Who mundial, pois o primeiro teria sido o Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaftten und Künste (1732-1750) com 64 volumes de Johann Heinrich Zedler) publicada em Paris apresenta um verbete sobre a vida de Drummond. Mais tarde, a pedido do também historiador e maçom Melo Morais, Drummond “anotou” a biografia que agora vemos na íntegra nesta edição do Senado Federal. Estas notas, ao lado do verbete da edição francesa, foram publicados nos Anais da Biblioteca Nacional número XIII (1885-1886) Parte 3, pp. 1-149 com o título de Anotações de A. M. V. de Drummond à sua Biografia.

A importância de Vasconcelos de Drummond como historiador e incansável farejador de documentos relativos à independência do Brasil é ressaltada por José Honório Rodrigues no seu A pesquisa histórica no Brasil. Coloca-o junto com Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem Drummond introduziu no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no corpo diplomático brasileiro, como os dois maiores pesquisadores individuais de nossa história no Império. José Honório chega a afirmar que Drummond “foi um dos poucos diplomatas que atendeu aos apelos do Instituto Histórico de colher documentos brasileiros na Europa. Na sua correspondência com o Instituto, lida nas sessões e publicada na Revista, vê-se o interesse que dava à história e à

pesquisa. Ofereceu ao Instituto inúmeras cópias, colecionou ainda maior número e doou a Melo Morais grande parte dos originais e cópias que adquiriu e extratou na Europa. Esta coleção consta não só de segundas vias de despachos e minutas de ofícios e notas, cujos originais devem fazer parte do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, como também de cartas particulares e documentos sobre a independência e a revolução de 1824” (p. 84).

Grande parte dos papéis coletados por Drummond, não só na Europa como até mesmo nos arquivos de Moçambique em relação aos papéis de Gonzaga, acabaram nos arquivos de Melo Morais que lhe escreveu a biografia e “editou mal alguns originais” ainda segundo José Honório. Os valiosos papéis e documentos que Drummond coletou pelo mundo tinham dois destinos: ou eram ofertados ao Instituto Histórico ou foram parar nas mãos de Melo Morais. A propósito, grande parte inicial do acervo de Melo Morais, colecionado em mais de 18 anos, e que, nas palavras de Morais constituíram “a mais rica coleção que um historiador pode desejar, composta de crônicas manuscritas, de cartas régias, cartas de doações, ordenações, regimentos, alvarás, correspondências, notas de fundação, etc.”, proveio de Drummond.

Assim, pois, da generosa vertente Drummond partem dois historiadores tão díspares e tão desiguais como Varnhagen e Melo Morais. Este último não possui obviamente o preparo necessário e o treino contínuo do primeiro, que é de fato e de direito o maior pesquisador brasileiro do século XIX.

II – As “Anotações”

O verbete em francês publicado no Biographie Universelle et Portative des Contemporains possui quase 4 páginas e meia, as “Anotações” baseadas em notas em número de 18, per-

fazem o restante, de um total de 149 páginas. Foram publicadas em 1890 nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XIII – 1885-1886 e podem ser acessadas pelo endereço http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm.

As “Anotações” poderiam ser também chamadas de Ascensão, Auge, Queda e Exílio do Patriarca da independência pela minudência e pela inserção de Drummond no cerne dos acontecimentos da época.

As referências sobre a maçonaria e suas implicações na vida de Vasconcelos de Drummond começam na nota 4 quando ele é acusado injustamente pelas tricas e futricas políticas da época pelo crime de ser “pedreiro-livre” em pleno 1817. Ano fatídico não só pela Revolução Pernambucana como pela revolta de Gomes Freire em Portugal, ambas de conteúdo nitidamente maçônico. Como essas acusações causaram forte abalo no ânimo do ministro Tomás Antônio Portugal, viu-se na contingência de ou ir para Londres ou Santa Catarina. Nas palavras de Drummond “como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença” (pág. 44). A nota 5 também relata as intrigas e calúnias feitas junto a D. Maria II e a D. Pedro I.

A nota 9 faz menção à revolução estourada no Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1821 e reforça a tese da guerra civil entre os portugueses do Brasil e os de Portugal, pois “foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político e que me consultaram, que a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil” (pág. 48).

As disputas políticas entre Tomás Antônio e o Conde dos Arcos estão bem sinalizadas na nota 10.

As arruaças militares, a anarquia social nas tertúlias teatrais, as orgias do Príncipe demonstravam cabalmente o clima político efervescente do Rio de Janeiro da época, como descrito na nota 11.

O Pernambuco rebelde, a Bahia ocupada, a necessidade de atraí-los para se tentar a emancipação através do Príncipe Regente e o envio de diversos emissários, Drummond inclusive, se mostra na extensa nota 12. A sua eficaz atuação na articulação das forças políticas e militares em Pernambuco demonstra também, entre outras coisas, as divergências entre as facções maçônicas tão patentes quando do envio a Pernambuco do desembargador Bernardo José da Gama, representante do grupo anti-José Bonifácio (pág. 55 e seg.). Sua articulação pernambucana foi tão sobejamente conhecida que o próprio D. Pedro nomeou-o Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro por serviços prestados à independência do país. A simpatia do jovem do Imperador era tão grande que, no dia 12 de outubro de 1822, dia de sua Aclamação, no único decreto exarado, nomeou Drummond moço de sua Imperial Câmara (pág. 60). A referida nota ainda apresenta as tentativas infrutíferas de nomeá-lo para uma missão diplomática aos Estados Unidos da América do Norte (pág. 62).

Drummond sai furtivamente de Pernambuco após o êxito de sua missão e adentra secretamente a Bahia ocupada pelas forças portuguesas num navio norte-americano, providenciado pelo cônsul dos EUA em Pernambuco. Nesta sua missão secreta, poucos sabiam de sua amizade, desde os tempos de Santa Catarina, ao governador das armas em Salvador: General Madeira e sua mulher D. Joana. A filha do primeiro matrimônio de D. Joana

era casada com um brasileiro (pág. 69-70). O contentamento de Madeira ao recebê-lo foi tão grande que o convida para ser seu hóspede. Drummond recusa, pois já estava hospedado na casa de Joaquim Carneiro de Campos, mas aceita o convite do general para jantar. A conversa durante o jantar continuou amena e após o jantar, Drummond foi convidado a visitar as linhas de fortificação da costa! Seria o único civil na comitiva do general.

Segundo Drummond, ainda na nota 15, “a Bahia tinha uma Junta de Governo composta de bons brasileiros que só tinham, como já disse, o defeito da fraqueza. A província estava quase toda revoltada contra a dominação portuguesa, e daquelas partes que ainda se não sabia chegava todos os dias à cidade notícia da revolta e da separação. Nem a esquadra nem a tropa portuguesa souberam conservar, como tanto lhes convinha, a ilha de Itaparica” (pág. 72).

O nosso agente secreto, ora privava com o general Madeira de dia, ora conspirava à noite com a Junta de Governo. Na reunião com estes, propunha a dissolução da Junta através de um artigo que escreveria pela imprensa local (pág. 74). Drummond faz também menção ao maçom Montezuma - futuro ministro da Justiça e de Estrangeiros, senador, diplomata junto ao Reino Unido e conselheiro de Estado - redator do Constitucional e introdutor, mais tarde, da carta-patente belga para a formação do Rito Escocês Antigo e Aceito no Império do Brasil.

Drummond ainda relata um fato que poderia ter-lhe custado a vida ou pelo menos a de ir preso manietado para Portugal. Relata que sua conversa com D. Joana, mulher de Madeira, sua proposta para que ele entregasse a cidade, juntasse os oficiais que lhe fossem fiéis e se passassem para as hostes do Príncipe Regente com a promessa, ainda que não-autorizada, de nomeá-lo tenente-general.

D. Joana ficou de sondar o marido, que repeliu de pronto a proposta. Sugeriu-lhe ela que falasse com Madeira sobre o assunto e que nada deveria temer. No dia seguinte fala ao general, que escutou sereno e pacífico. Agradeceu-lhe, contudo, pela confiança que tinha nele, “pois que era necessário que fosse ilimitada para lhe fazer semelhante proposta” (pág. 78). Madeira tinha consciência de que a contenda era entre pai e filho, mas a sua posição de militar não lhe permitia tomar partido ao lado do filho e encerrou o assunto.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Drummond relatou tudo a José Bonifácio que ainda tentou renovar a proposta já agora com o selo oficial do Príncipe, mandando para isso um emissário à Bahia. Tudo em vão, Madeira manteve fidelidade a Portugal.

Na nota 16, Drummond relata sua chegada ao Rio numa madrugada em fins de agosto e parte incontinentemente para a casa de José Bonifácio no Rocío, acordando o velho Andrada em plena madrugada. Todos, familiares, de luto, amigos, o próprio José Bonifácio, o julgavam morto. Qual não foi a surpresa em vê-lo vivo e com notícias frescas da Bahia.

Participa, no dia seguinte, da reunião do Conselho de Estado, onde se decidiu a proclamação da independência, visto que o Príncipe estava em São Paulo. Por ele, sabe-se que ao entregar os papéis de Estado ao estafeta Paulo Bregaro, o velho Andrada disse: “Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho nunca mais será correio, veja o que faz.”

A mesma nota 16 faz várias referências à maçonaria. A primeira menciona o desejo do Príncipe de pertencer à agremiação que estava destinada a agir como um partido político, reorganizada por José Bonifácio, e a criação de um Grande Oriente Brasileiro que teve o velho Andrada como primeiro grão-mestre (pág. 86).

José Bonifácio era contrário ao ingresso do Príncipe na maçonaria por diversas razões. Uma por ser uma instituição altamente subversiva, condenada por importantíssimo alvará régio que transitou pela chancelaria-mor, fato inusitado e já em desuso, por causa dos tristes acontecimentos de 1817 em Pernambuco, e outra por serem todas as lojas, então existentes, ligadas ao Oriente Lusitano. Vários pedreiros-livres ainda estavam na cadeia e outros no exílio.

Drummond faz menção ainda aos fatos que se tornaram paradigmáticos na alta cúpula do poder do Reino Unido logo após o alvará de 1818. Referia-se ao marquês de Angeja e ao conde de Parati, que deixaram D. João estupefato pelo fato de dois camareiros reais, ambos estimados, e um válido, pertencessem às hostes dos execrados pedreiros-livres e da suposta existência de uma loja maçônica – São João de Bragança – dentro do Paço e debaixo das barbas do Príncipe Regente!

Segundo Drummond “o marquês de Angeja juntou aos protestos do seu arrependimento a oferta que foi aceita de toda a sua prata para as urgências do Estado. Foi logo expedido em comissão para Portugal, a fim de tomar o comando e conduzir ao Rio de Janeiro a Divisão Auxiliadora que se mandava vir, extraída do exército de Portugal” (pág. 87).

O caso do conde de Parati era mais grave. Pela profunda amizade do soberano e por ter sido o seu primeiro válido no Rio e morar no Paço, os gestos de arrependimento e a prata não foram suficientes. D. Pedro exigiu que tomasse o hábito de irmão da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ordem cumprida imediatamente pelo conde, andando de hábito durante todo um dia pelo Paço em sinal de arrependimento e penitência por tão nefasto crime. Drummond também afirma

que os dois personagens participavam da Loja São João de Bragança que funcionava dentro do Paço.

O fogoso Príncipe nos seus 24 anos incompletos teimou e acabou entrando para a maçonaria ajudado pelo grupo de José Clemente Pereira, juiz de fora e presidente do senado da Câmara, e de Gonçalves Ledo que tinha interesse em desestabilizar José Bonifácio. Antes de partir para São Paulo, em agosto de 1822, o grupo, aproveitando-se da ausência de José Bonifácio por problemas de saúde, revestiu o Príncipe de todos os graus maçônicos e o nomearam grão-mestre no lugar do velho Andrada. Esse grupo tentará por todos os meios afastar o Príncipe da influência de José Bonifácio. Só o conseguirá, mais tarde, “por efeito de uma desgraçada paixão amorosa que submeteu o coração do príncipe, gerou os acontecimentos que afligiram o Brasil, provocou a abdicação e fez da Monarquia um problema por algum tempo difícil de resolver” (pág. 92).

Drummond ainda afirma que a ideia de conferir a D. Pedro o título de Imperador e não de Rei teria partido de José Bonifácio. Cita também a ironia com que o velho Andrada se referia ao título, pois não podia de deixar de ser o de Imperador, porque o nosso povo já estava acostumado com o Imperador do Espírito Santo nas festas de cunho religioso da época.

Relata ainda o final de D. Pedro no Brasil em 1831, quando da abdicação, e tendo o velho Andrada voltado do exílio, pois na hora extrema o Imperador chamou-o de Amicus certo in re incerta cernitur e deixou-lhe a tutoria de seus filhos. Recorda que ainda no poder, José Bonifácio recusou a Ordem do Cruzeiro e o título de marquês, quando essa titulação não se encontrava enxovalhada, e mais tarde nunca se lhe abriram as portas do Senado nem do Conselho de Estado. A Nação, contudo, conferiu-lhe o título de Patriarca da independência.

Quando de sua volta de São Paulo, em conversa com Drummond, o Imperador, entusiasmado pelo seu ingresso na maçonaria, propôs ao mesmo que participasse da referida corporação e ele mesmo encarregar-se-ia de encaminhar a proposta. Drummond explicou-lhe que pelas antigas acusações de ter pertencido à maçonaria, jurara nunca ingressar na referida sociedade, mas aceitava em participar do Apostolado (pág. 95).

Drummond critica então o discurso de José Clemente dirigido ao Príncipe no dia 12 de outubro. Apresentou uma minuta a José Bonifácio que a aprovou, mas alterou-o substancialmente quando da apresentação (pág. 96).

O fato significativo decorrente da entrada do Príncipe na Maçonaria que gerou um furor em José Bonifácio foi quando ele soube que, no entusiasmo, D. Pedro assinou três folhas de papel em branco e as entregou a Gonçalves Ledo, José Clemente e Luís Pereira da Nóbrega. Tais fatos rarissimamente são mencionados, salvo por especialistas, ou por desconhecimento histórico ou por esconder o que realmente aconteceu.

O velho Andrada teve uma conversa franca com o Imperador no dia 26 de outubro e concluiu pedindo sua demissão. Martim Francisco secundou-o. Nas palavras de Drummond: “o Imperador hesitou primeiro e acabou por confessar que havia dado três assinaturas em branco às pessoas acima indicadas. Reconheceu que eram judiciais as reflexões de José Bonifácio, que havia errado, cometido uma grande falta, mas entrava em dúvida acerca dos meios de reaver as três assinaturas em branco que tão inconsideradamente havia prestado. ‘Não há senão um meio, respondeu José Bonifácio. Mande V. Majestade chamar a sua presença esses três indivíduos e ordene-lhes que entreguem logo as três assinaturas em branco nas mãos de V. M. Se eles não obedecerem, mande-os

recolher à fortaleza da Laje, e manifeste ao país as causas deste seu procedimento. Desembaraçado de tão afrontosa tutela, poderá então governar livremente e nomear ministros que bem possam servir ao país e a V. M., porque, quanto a mim e a meu irmão, tendo sido encetada a confiança recíproca que existia, já nada podemos fazer. Nós nos retiramos, mas salve V. M. a sua dignidade, a sua dinastia e a integridade do Brasil, comprometidas com tais manejos” (pág. 97).

O venerando ancião retira-se então e para que com sua presença não se perturbasse a ordem pública, visto que já corria pela cidade o rumor de sua demissão, largou a sua casa no Rocío e foi habitar uma pequena casa no caminho velho de Botafogo.

O Imperador, saindo do letargo em que jazia, no dia seguinte, naquele estado de atividade febril de que tanto deu mostras em épocas de perigo, mandou chamar a São Cristóvão Clemente, Ledo e Nóbrega, os quais acorreram pressurosos, crentes que eram chamados para constituir o novo Ministério. Nas palavras de Drummond: “A ilusão durou pouco tempo. O Imperador lhes fallou duramente e ordenou a restituição das assinaturas em branco, em falta do que iriam dali mesmo para a fortaleza da Laje e a nação seria informada das causas da prisão. Os homens obedeceram e o Imperador os deixou livres para irem eles mesmos buscar as assinaturas em questão. Segundo minha lembrança foi nesse mesmo dia, 27, e em seguida a este ato, que o Imperador, como grão-mestre, mandou cessar os trabalhos e fechar as lojas maçônicas” (pág. 98).

Do dia 26 até o dia 30, o Imperador e José Bonifácio não se encontraram. O intermediário entre eles era Drummond. José Bonifácio não queria mais voltar ao Ministério e o Imperador sabia da determinação do velho jequitibá. Sabia, contudo, que José Bonifácio era sensível ao extremo a demonstrações de afeto

popular. Preparou ele mesmo esta demonstração para que fosse pedir a volta de José Bonifácio e Martim Francisco ao Ministério. Enquanto isso, José Clemente soube que a presidência do senado da Câmara estava reunida sob a batuta de José Mariano de Azevedo Coutinho. Dirigiu-se incontinênti ao Senado e quase foi linchado, pois o descontentamento era muito grande. Mais uma vez Drummond relata, pois era uma testemunha ocular da história naqueles momentos cruciais e sabia das implicações dos bastidores: “o Imperador saiu de São Cristóvão eram 4 horas da tarde e veio ao Rocío, onde morava José Bonifácio, e não o achando quase que foi levado pela multidão para o lado do Catete. Ao chegar à Glória encontrou-se com José Bonifácio, que vinha trazido pelo povo. O jovem Imperador e o velho ministro ambos se abraçaram e ambos derramaram lágrimas de ternura. Vieram ao Rocío, e do balcão da casa de José Bonifácio, este e o Imperador falaram ao povo. Dali foi S. Majestade para o teatro, onde o entusiasmo público foi extraordinário” (pág. 99).

O público ignorava os fatos que estavam por trás da demissão e do retorno de José Bonifácio, mas apesar dessa ignorância a ira contra os três podia colocar suas vidas em perigo. José Bonifácio entendeu que para acalmar a ira popular, conviria mandá-los por algum tempo para fora do Império. Decidiu-se que Clemente e Nóbrega fossem exilados para a França. Ledo refugiou-se na casa do cônsul da Suécia e dali para uma fazenda no interior da província do Rio de Janeiro. O cônego Januário Barbosa foi preso no caminho de Minas Gerais e remetido para a fortaleza de Santa Cruz.

Após a remoção desses entraves, Drummond passa a descrever o auge do poder de José Bonifácio, a recusa da Ordem do Cruzeiro e a nomeação dele para mordomo-mor no dia da coroação do Imperador. “O prazer de José Bonifácio por ocasião da coroação do

Imperador não podia ser maior. Estava como um homem que tinha alcançado aquilo para o que toda a sua vida havia trabalhado. A exaltação, o entusiasmo de José Bonifácio eram patentes. Jantava-se no Paço. O Imperador compareceu no meio do jantar à mesa de Estado e disse que ia fazer um pedido e esperava que lhe não faltasse, José Bonifácio, no excesso de alegria em que se achava, pôs a mão direita no ombro do Imperador e disse: 'Peça V. M. o que quiser, hoje não lhe recuso nada, faço a sua vontade em tudo e por tudo'. Então o Imperador bebeu à saúde do Sr. José Bonifácio seu mordomo-mor. Esta saúde foi vivamente aplaudida por todos os assistentes e José Bonifácio respondeu a ela com estas únicas palavras: 'Sim Sr., sou mordomo-mor; sou tudo que V. M. quiser que eu seja'"(pág. 105).

Drummond agora descreve na nota 17 a saga do jornal Tamoio, a paixão do Imperador pela futura Marquesa de Santos e o complô contra o Patriarca, a dissolução da Assembleia Constituinte, o crescimento do partido português, a queda de José Bonifácio, a prisão e a viagem para o exílio, as atribulações e agruras a bordo do Lucônia. Dias de amargura e de perigos.

Preliminarmente, O Tamoio foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, à época do Primeiro Reinado, fundado e dirigido por Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond, com a ajuda do desembargador Francisco da França Miranda, e considerado porta-voz dos irmãos Andrada. Seu primeiro número sai em 12 de agosto de 1823. É um jornal de feições modernas, linha liberal e serve para difundir as ideias do grupo andradino para a sociedade. Fundado depois da demissão de José Bonifácio do Ministério do Reino e Negócios Estrangeiros, e de seu irmão Martim Francisco do Ministério da Fazenda, tem forte teor oposicionista em relação ao governo de D. Pedro I. O nome do periódico tem como referência a tribo indígena que mais lutou contra a

dominação portuguesa. Seu último número sai em 11 de novembro do mesmo ano, por ocasião do fechamento da Constituinte, quando os seus redatores são obrigados a fugir, indo ao encontro de José Bonifácio no exílio. Fruto dos agitados dias da Assembleia Nacional Constituinte de 1823, teve vida efêmera, tendo circulado entre agosto e novembro desse ano.

O verbete sobre Imprensa no período da independência no sítio José Bonifácio – Obra Completa: <http://www.obrabonifacio.com.br/> afirma que “diferentemente de outras colônias da América, no Brasil a imprensa ficou proibida até 1808. Todos os prelos que entraram no país foram destruídos e seus proprietários processados, e isso num período em que até mesmo as reduções de índios nas colônias espanholas tinham gráficas próprias. Tal medida provocou imenso atraso na educação e difusão de ideias. Só com a viagem da família real para o Brasil é que chega aqui a primeira prensa legal – que não é outra senão o artefato de impressão dos papéis governamentais. Tudo que se imprime nela é oficial: o primeiro periódico, os primeiros livros, as primeiras comunicações. Isso não significa a liberdade de imprensa: o poder central requer para seu funcionamento algum mecanismo de comunicação, assim como exigira a abertura dos portos e a criação de fábricas.

Da oficina tipográfica trazida nos porões do Medusa, um dos quinze navios que compunham a frota portuguesa, sai, a 10 de setembro de 1808, o primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro. Esse jornal oficial, que em nada difere dos que circulam nos demais regimes absolutistas, sofre censura, passando pelo crivo do próprio ministro do Reino. E, como a corte absolutista é o centro do poder e das atenções, suas páginas são dedicadas a informações sobre a família real portuguesa e outras casas reinantes. Mas logo em seguida o monopólio oficial é derrubado, com a chegada de prensas

encomendadas por particulares. Com três séculos de atraso, começa a circulação impressa de livros e opiniões. Nos doze anos seguintes à chegada da corte, alguns poucos jornais, de vida breve, com as mesmas características de preto ao rei, circulam na corte e nas províncias.

Maior importância, no entanto, tem um jornal publicado por Hipólito José da Costa, em Londres, que se destina ao público brasileiro, o Correio Brasiliense ou o Armazém Literário. Esta primeira publicação sem censura circula entre junho de 1808 e dezembro de 1822. Consiste, assim se pode dizer, num órgão da ilustração portuguesa e europeia, voltado para a difusão de conhecimentos úteis e a divulgação de notícias relevantes para a formação das elites brasileiras. Deseja criar, entre os “brasilienses”, uma consciência nacional que leve em conta os interesses e a importância do Brasil no império português, defendendo uma Constituição e pregando obediência ao monarca. Só em seu último ano, quando Hipólito considera a independência inevitável, é que passa a defendê-la – ainda sob a casa de Bragança.

De 1821 em diante, o jornal tem companhia. Após a Revolução do Porto e a eleição das Cortes de Lisboa, muda todo o sentido da vida política. Com a eleição de representantes, aqueles que desejam ser parlamentares precisam convencer os eleitores e dar-lhes satisfações. O jornal é o meio mais adequado para isso, o que provoca uma explosão de publicações. De repente, e com inusitada intensidade, por todo o Brasil fervilham as discussões impressas sobre a nova forma de governo, a monarquia constitucional, os conflitos entre o Legislativo e o Executivo, as relações entre os diversos componentes do Império. Com uma intensidade que não existira até então, passa-se no Brasil a discutir o próprio futuro e a própria liberdade.

As diversas forças da sociedade ligadas a este processo estão organizadas de muitas maneiras: em clubes, em sociedades secretas (entre as quais a maçonaria é a mais importante), nas casas, em panelinhas na própria corte, no comércio. Cada posição política tem o seu jornal, e em poucos meses os brasileiros passam a ter acesso a jornais muito diferentes das publicações laudatórias e enfatiotadas do período absolutista. De 1821 a 1823, anos essenciais para o processo de separação de Portugal, mais de trinta periódicos circulam em todo o Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, destacando-se o já citado Correio Brasiliense, o Correio do Rio de Janeiro, A Malagueta, O Revérbero Constitucional Fluminense e O Tamoió, todos com pequena tiragem, pois poucos são os alfabetizados e os interessados por política.

Quem escreve nesses jornais? Religiosos, funcionários públicos, literatos transformados em jornalistas, empenhados não só em defender suas posições como em ofender os adversários. Mas também qualquer um que se disponha, em geral sob pseudônimo, a manifestar sua opinião, nas muito lidas seções de cartas dos leitores, que levam para a folha de jornal uma linguagem coloquial e muitas vezes desabrida.

Para quem se dirigem esses jornais? Numa sociedade marcada por três séculos de proibição de imprimir, ausência quase total de escolas, inexistência de faculdades e limitações severas para a circulação de livros, não se pode esperar circulação em massa de jornais. Mesmo nas mais avançadas sociedades da época, a circulação de periódicos se limita ao círculo dos eleitores e seus representantes, então uma minoria da população. Como resultado as tiragens são baixas e elevados os preços do exemplar, e no Brasil só leem jornais a pequena elite letrada da corte e das províncias, correligionários e opositores. Mesmo assim, os jornais se multiplicam.

À ampla e inédita liberdade inicial, no entanto, segue-se, em junho de 1822, as primeiras regulações, promovidas por José Bonifácio, quando ministro do Reino e Negócios Estrangeiros. Ele toma ainda as primeiras medidas de controle da imprensa adversária: em outubro de 1822, ao voltar ao poder, fortalecido, manda fechar o Correio do Rio de Janeiro e O Revérbero, que lhe faziam uma oposição liberal, obrigando seus redatores a se exilarem. Mas a arma do controle da imprensa passa para o outro lado assim que o ministro é demitido: o governo se arroga o poder de controlar a imprensa, e esta pretensão se estende para o controle do Parlamento, fornecendo inclusive o episódio que justificaria o fechamento da Constituinte. A questão da liberdade de imprensa só seria então resolvida no reinado de D. Pedro II, que adotaria uma política de tolerância completa para com a imprensa.

Quando ainda ministro José Bonifácio se preocupava com o grupo palaciano português que operava no Paço, composto por Francisco Gomes da Silva (Chalaça), João Carlota e Plácido (barbeiro do Imperador) que, dentro em pouco, vão se unir à futura Marquesa de Santos para derrubar o velho Andrada. O perigo era o caráter volúvel do jovem Imperador de 24 anos. Drummond descreve o ingresso de Domitila de Castro no Paço e na Corte: “por outro lado, o Imperador mandara vir de S. Paulo uma mulher que ele lá havia conhecido, depois de ser ela já conhecida de um criado particular seu, e se ia apaixonando por ela tão vivamente que deixava já entrever os escândalos de que esta mulher foi depois a causa no Paço e na Corte. José Bonifácio não pôde desviar o Imperador, por mais esforços que fizesse, desta indecente e indecorosa ligação. A desaprovação de José Bonifácio foi motivo dela se ver logo rodeada e lisonjeada por aqueles que pretendiam suplantar o velho ministro. — O Imperador caiu do cavalo em fins de junho de 1823 e na

dirigido por Drummond e pelo desembargador França Miranda, obviamente com a anuência de José Bonifácio.

O jornal combate violentamente quando o novo Ministério mandou vir da Bahia os soldados portugueses prisioneiros de guerra para assentarem praça nos regimentos do Rio de Janeiro, entregando a defesa da independência aos mesmos soldados portugueses aprisionados (pág. 114).

Outro fato relevante foi a dissolução das Cortes em Portugal em 27 de maio e a assunção de plenos poderes por parte de D. João VI, que buscou imediatamente conciliar-se com o Brasil e refazer a união, dado que fazia desaparecer, no seu entender, a causa da separação que era o governo representativo das Cortes. Démarches foram desencadeadas com a ordem para o general Madeira suspender as hostilidades e o envio de uma comissão de alto nível comandada pelo conde do Rio Maior, camareiro do Imperador quando ainda era Príncipe Regente, ao Rio de Janeiro para tratar da união. As instruções secretas desta comissão foram recuperadas por Drummond mais tarde em Lisboa, mas infelizmente destruídas por um incêndio em agosto de 1860.

O Tamoio publicou na época a ameaça que pairava sobre a independência fazendo fenecer o projeto de reunião. Drummond historia com precisão cirúrgica tais fatos, bem como a cabala reunida em torno da futura Marquesa de Santos, composta tanto de absolutistas portugueses como dos republicanos que queriam se vingar dos Andradas, que culminará com a dissolução da Assembleia Constituinte. O pretexto para a dissolução da Assembleia Constituinte bem como o seu fechamento no fatídico 12 de novembro encontram-se explicados em detalhes a partir da página 123. Fato notório foi a participação ardilosa do presidente da Assembleia, o antigo inconfidente Maciel da Costa, participante ativo da cabala

de Domitila de Castro e Canto e Melo. A mudança para um Ministério mais linha dura na calada da noite que também prendesse os Andradas e a apresentação do Imperador, no dia seguinte, à frente da tropa, insuflando-a e dizendo que a Assembleia, composta de anarquistas, o queria depor é descrito em pormenores.

A dissolução da Assembleia pelo general Moraes, e a consequente prisão de Martim Francisco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma e tantos outros que foram conduzidos ao Largo do Paço tem um leve toque de ironia quando Antônio Carlos, ao sair preso e acompanhado de soldados, tirou o chapéu a uma peça de artilharia que estava apontada para a porta que ele acabava de franquear dizendo: “Respeito muito o seu poder” (pág. 130).

A prisão de José Bonifácio que não se encontrava no edifício onde funcionava a Assembleia, mas na sua casa do Catete, tem alguns toques de ironia e humor tão comuns no velho jequitibá quando se defrontava no meio de tormentas as mais perigosas. A primeira foi quando o oficial que o procurou na sua casa, perguntou se poderia terminar o seu jantar e se o oficial não era servido. A segunda foi quando a sege em que ele estava sendo conduzido foi desviada para o Arsenal de Marinha e entregue ao general Moraes. Uma multidão de moleques davam vivas ao Imperador e morte aos tamoios e aos anarquistas. José Bonifácio comenta então com o general Moraes: “Hoje é o dia dos moleques” (pág. 153).

A chegada dos prisioneiros à fortaleza de Laje, a descrição da comida, o lançamento do Patriarca num catre imundo nos subterrâneo da masmorra e, posteriormente, a separação do Patriarca dos outros presos e transferência para a fortaleza de Santa Cruz dariam um filme fantástico que a nação ainda verá algum dia. Entretanto, tudo isso ainda será pequeno em relação à mesquinhez e à periculosi-

dade da frágil e sucateada charrua Lucônia onde os Andradas foram mandados para o exílio, escapando por pouco de serem reenviados, manietados, para Lisboa. A atuação do encarregados de negócios de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, o cônsul francês na Espanha, o ministro inglês também na Espanha e a pressão de Mr. Canning foram cruciais para que tal fato não acontecesse.

Digna de registro são também as proféticas palavras do Patriarca ao general Morais: “Diga ao Imperador que eu estou com o coração magoado de dor, não por mim, que estou velho, e morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer moléstia, é cousa para mim bem indiferente; que é por seus filhos inocentes que eu choro hoje; que trate de salvar a coroa para eles, porque para si está perdida desde hoje; a sentença o Imperador mesmo a lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos, porque se o castigo da Divindade é tardio, esse castigo nunca falta” (pág. 138). Parecia, pois que o velho Andrada já antevia que o 12 de novembro teria o seu desfecho no dia 7 de abril de 1831. Sete longos anos se passariam antes que a reação acontecesse, apesar de que Drummond relata que já em meados de 1824 a tropa esteve para se rebelar, não o fazendo em deferência a D. Leopoldina.

Drummond nas suas “Anotações” relata fatos sobre vários personagens e passa então a noticiar a posição dúbia de Felisberto Caldeira Brandt em passagens que deixam mal o futuro marquês de Barbacena. Como se sabe os Andradas não pecavam pelo excesso de posses. José Bonifácio estava partindo para o exílio em situação financeira periclitante, Martim Francisco e Antônio Carlos em situação ainda pior. “Rocha e Belchior também nada tinham. Montezuma somente, que acabava de casar é que podia contar com os socorros do sogro” (pág. 140). O futuro marquês de Barbacena abriu-lhes um crédito de um conto de réis para receberem na Europa. Os Andradas não aceitaram. Mais adiante Drummond vai relatar a mudança de

posição do futuro marquês quando aderiu ao Imperador tendo como prêmio de consolação a comissão para ir a Londres negociar um empréstimo ao Brasil, depois de longa disputa com Nogueira da Gama e a “voz pública atribuiu essa vitória a uma transação secreta entre o Imperador e o futuro marquês” (pág. 141).

Depois de relatar as peripécias de sua própria fuga com as indefectíveis tentativas de traição, Drummond relata que a opinião pública estava começando a se firmar contra os portugueses e a 26 de novembro o Imperador nomeou uma comissão para discutir o projeto da nova Constituição, tendo por base um documento do Apostolado apresentado à época por Martim Francisco.

Dentre os diversos casos relatados como a sua fuga para o exílio, a tentativa de sedução do futuro marquês de Barbacena em Londres com a promessa de um cargo na legação, as articulações políticas de Domitila de Castro, a posição dúbia de republicano ligado ao partido português de José Joaquim Carneiro de Campos, futuro marquês de Caravelas, a correspondência da Imperatriz Leopoldina com José Bonifácio no exílio, o mais importante seria a saga do Lucônia, uma arruinada charrua, ou seja, um veleiro lento, com grande porão e armamento reduzido, empregado à época em substituição à urca, que deveria levar os deportados para o Havre. Algum dia ainda se assistirão a filmes brasileiros que descrevam tais eventos para que a nação tome conhecimentos dos seus heróis e de seus traidores.

A tentativa de subornar o comandante do Lucônia para que entregasse os deportados a Portugal, então nas mãos absolutistas de D. Miguel, onde seriam postos a ferros, só não teve êxito por interferência externa. O partido português, então no poder, manobrou para nomear um português, conjuntamente com uma tripulação, composta também por portugueses, com exceção de meia dúzia de brasileiros,

para zarpar com os deportados. Estava tudo acertado, mas faltava a concordância do Imperador. O comandante do navio – Barbosa – foi então escolhido para agradecer e perguntar ao Imperador, por sugestão de Fernando Carneiro Leão, da conveniência de entregar os prisioneiros a Lisboa. Ainda bem que neste ponto a história absolveu D. Pedro: “Não, não consinto, porque isso é uma perfídia” (pág. 157).

Alguns, na camarilha conspiradora, interpretaram essa afirmação do Imperador como se ele se daria por bem servido com a remessa dos presos para Lisboa sem ele ter tomado parte...



Drummond relata dramaticamente e com suspense os acontecimentos que quase levaram à morte os Andradas e os outros companheiros de viagem: “A Lucônia vogava lentamente para Lisboa, e os passageiros, que não suspeitavam de nada da infame intriga de que deviam ser vítimas, supunham

que a marcha lenta da Lucônia era unicamente devida à sua má construção. Chegados à altura de Lisboa com perto de três meses de viagem, a Lucônia desfazia à noite o caminho que havia feito durante o dia, de modo a não deixar as paragens em que se achava. Os passageiros perceberam isto e murmuraram com a energia de que eram capazes. O comandante esperava que algum navio de guerra português o viesse capturar naquela altura. Era este o modo de salvar a responsabilidade de todos, como havia dito ao Imperador. A Lucônia bordejava perto de terra, mas não à vista dela, e o desejado navio de guerra não aparecia! Esta posição já não se podia sustentar por mais tempo. Resolveu então o comandante procurar a terra e entrar no Tejo. Deu disso parte ao seu imediato, dizendo que era assim

que determinavam as instruções secretas que traziam. O segundo comandante observou que ainda não tinha visto as tais instruções secretas, e que as ostensivas que o comandante lhe havia comunicado determinavam que largasse os passageiros no porto do Havre de Graça; que para se cumprirem outras, e não estas instruções, era necessário que tivesse delas conhecimento pela sua leitura. Confessou então o comandante que as instruções secretas lhe haviam sido dadas verbalmente e não por escrito. O segundo comandante recusou obedecer às tais instruções verbais; declarou ao comandante que se opunha, em conformidade das ordens escritas, de entrar no Tejo, e que a Lucônia, em conformidade das mesmas ordens enquanto ele ali se achasse, havia de levar os passageiros ao Havre. Desta ocorrência deu este honrado oficial parte aos passageiros” (pág. 158).

Pela pressão do segundo comandante e dos passageiros deu-se fim a tal macabro projeto. Zarparam então para o norte, mas os víveres estavam já escasseando. Resolveram então fazer uma escala no porto espanhol de Vigo. E aí começam novos perigos que só foram salvos com a interferência do governo inglês.

Mais uma vez Drummond relata os emocionantes e graves acontecimentos em terras espanholas: “Governava a Corunha o general Eguia, digno representante do governo espanhol daquele tempo. Este homem tomou logo as medidas as mais severas contra a bandeira brasileira e os passageiros da Lucônia. Mandou tirar o leme e arriar a bandeira. Quanto aos passageiros, determinou que não desembarcassem e nem tivessem comunicação com a terra, sendo por meio de um oficial inferior, que ele mandaria todos os dias, para o caso de ser necessário comprar algum refresco...

“...José Bonifácio foi então procurado a bordo pelo cônsul de França. José Bonifácio não conhecia nem sabia quem era o cônsul de França que o procurava. Este digno homem, cuja nobreza de

alma não podia suportar uma traição, procurava José Bonifácio, que ele não conhecia senão de nome, para o prevenir da infâmia de que ele e seus companheiros estavam prestes a serem vítimas, e a oferecer os seus serviços. Disse que uma embarcação de guerra portuguesa era esperada ali a cada instante, para os levar para Portugal, e deu circunstanciadas informações a esse respeito.

“Apenas tinha partido o cônsul para terra, entrava a barra de Vigo a corveta portuguesa Lealdade... ...e o comandante desta charrua vestiu a sua farda e foi imediatamente para bordo da corveta portuguesa. Os passageiros do Lucônia já não podiam duvidar nem das informações do cônsul de França nem da conivência do governo espanhol para os entregar a Portugal. Eguia mandou restituir o leme com ordem de partir imediatamente, dizendo que o não tinha feito antes porque para isso precisava de receber instruções de Madri. O comandante da Lucônia, ao receber esta ordem de partida, deu as suas para a pôr em execução. Os passageiros se revoltaram para impedir a saída. Ampararam-se da Praça de Armas ajudados pelos soldados brasileiros, ficaram senhores da popa, e o comandante com os marinheiros se refugiaram na proa. De terra mandaram tropa para dissolver o conflito e guardar o navio. Determinaram então que saísse a corveta portuguesa e 24 horas depois a charrua brasileira. Os passageiros se opuseram também à execução desta ordem. Tinham tudo disposto para meter a charrua a pique, se a não pudesse evitar por outro modo. O sr. Montezuma é quem estava à testa deste último e desesperado recurso.

“José Bonifácio havia já escrito uma carta a Mr. Canning expondo toda a ocorrência e outra ao rei Fernando 7º, esta assinada por todos os passageiros, na qual, expondo a traição de que eram vítimas, declaravam-se prisioneiros da Espanha e como tal submeter-se-iam ao que o governo espanhol quisesse fazer deles, mas

que ficasse na coroa de Espanha a nódoa de os entregar a Portugal. Estas cartas foram confiadas ao cônsul de França, e este as expediu com a maior diligência para os seus destinos.

“Mr. Canning deu ordem ao ministro da Inglaterra em Madri de exigir do governo espanhol o desembarque dos passageiros e a faculdade de transitarem por terra, como desejavam, para a França. Mr. Canning respondeu a José Bonifácio para lhe informar das ordens que havia dado, e para lhe oferecer um navio inglês, se porventura ele e seus companheiros quisessem ir para a Inglaterra.

À vista da interferência inglesa o governo espanhol não tardou em a satisfazer. Os passageiros da Lucônia desembarcaram em Vigo em plena liberdade e foram bem recebidos pelas autoridades, e com passaportes espanhóis partiram para Bordeaux, onde chegaram a salvamento. Nos passaportes se lhes concedia a faculdade de levarem armas e criados. Sem a intervenção inglesa teriam sido vítimas da mais atroz cabala que se pode cometer. Três governos unidos conspirando para a destruição de homens, cujo crime era o acrisolado amor pela terra em que nasceram! A Lucônia já não estava em estado de poder navegar; foi condenada em Vigo, vendida e desmanchada” (pág. 160).

Infelizmente parte dos papéis que Drummond coletou na Europa e no Brasil foram destruídos em um incêndio. Conseguiu, contudo, salvar dois preciosos documentos secretíssimos enviados ao comandante da fragata portuguesa, assinados pelo Conde de Subsera, Manuel Pamplona Corte Real, então ministro do Reino de Portugal, que ilustram a infâmia perpetrada contra os exilados brasileiros descritos na pág. 160 e segs. que demonstram a ânsia do governo português em aprisionar o Lucônia que navegava “com bandeira do governo rebelde do Rio de Janeiro”. A demora na execução da ordem de aprisionamento do Lucônia se deveu às indecisões de D. João VI que

temia que tal ato de traição colocasse em perigo a vida de seu filho e dos portugueses no Brasil. Só depois de muita insistência de Suberra, D. João aprovou a ordem de aprisionamento da charrua (pág. 164).

Drummond ainda informa que José Bonifácio só veio a entender toda a trama urdida para capturá-los quando se encontrava exilado em Bordeaux através de cartas da Imperatriz Leopoldina que relatava as intrigas do partido português no Rio em contato secreto com a inteligência da forças de D. Miguel em Portugal. Mais uma vez o malfadado incêndio de 10 de agosto de 1860, que consumiu a casa de Melo Morais, destruiu documentos valiosíssimos e secretos garimpados por Drummond durante décadas na Europa, nos papéis de José Bonifácio, nos arquivos do Rio de Janeiro, etc. (pág. 167).

Drummond relata posteriormente o encontro com o velho Andrada na Europa na chácara dele em Bordeaux. Recorda as trocas de confidências políticas, as recordações do fechamento da Assembleia Constituinte, o jantar no natalício do Patriarca (13 de junho), os poemas de José Bonifácio, as correspondências trocadas com o maçom Melo Morais que ainda conseguiu salvar muitos dos documentos enviados por Drummond, a situação de perseguição aos patriotas nas províncias brasileiras, as diabruras da messalina cortesã, a guerra na província rebelde da Cisplatina, a compra da dívida externa de Portugal no Tratado assinado, etc.

Em seguida dá uma ideia do que foram suas viagens por diversos países da Europa e seus cursos de estudos, o cultivo de intelectuais, a convivência em academias e institutos, principalmente na França.

A correspondência trocada com o agora provector Tomás Antônio de Vilanova Portugal que também recomendara o embaixador de Portugal em França: o maçom Pedro de Melo. As insi-

nuações deste em lhe trazer palavras elogiosas de D. João VI a seu respeito, o convite para frequentar a embaixada portuguesa que foi prontamente recusado por ainda haver um contencioso entre o governo brasileiro e o português.

Os processos contra os exilados no Brasil, as covardias dos parentes ainda residentes no Rio de Janeiro em relação às cartas dos mesmos exilados, as reportagens pagas contra os exilados em jornais europeus, principalmente na França, tudo isso é minuciosamente comentado por Drummond.

O retorno de Vasconcelos de Drummond à pátria se deu a partir do Havre em abril de 1829 e a chegada ao Rio de Janeiro em junho e o de José Bonifácio em seguida partindo de Bordeaux quando então as condições políticas já permitiam uma volta ao Brasil. A recepção cordial de D. Pedro em relação a Drummond, mas não a dos ministros com a exceção de Miguel Calmon, ministro da Fazenda, já então marquês de Abrantes, que a partir de 1850 seria eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil.

Os artigos nos jornais sobre um banco em posição falimentar, o convite para ocupar o Ministério da Fazenda, a recusa, a pressão do Imperador sobre José Bonifácio e Martim Francisco para que instassem junto a Drummond para ocupar o referido cargo. O entusiasmo do Imperador passando à frieza em seguida à recusa. A perplexidade do ato do Imperador em convidar um homem recém-chegado do exterior, após 6 anos no exílio, para dirigir a pasta da Fazenda.

Drummond começa a escrever no jornal de oposição Astreia, mas procurando ressaltar os aspectos positivos. Visava, contudo, derubar o Ministério português de José Clemente Pereira e a influência de Francisco Gomes da Silva, vulgo O Chalaça. O retrato do mesmo não é muito satisfatório desde a assinatura das três folhas em branco que D. Pedro assinou para ingressar na Maçonaria: “português eu o

considerava, e ainda não mudei de opinião, adverso ao Brasil. Quem examinar os meus atos com reflexão concordará comigo. Em 1821 fez oposição à independência e foi um dos heróis da Praça do Comércio em abril daquele ano. Em 1822 aparentemente se mostrou amigo da independência e neste mesmo ano cabalou contra ela. Quando quis a independência não queria o Império. As suas ideias convergiam para uma forma de governo na qual fosse ele o mais influente. Assim passava dos princípios republicanos para os absolutos e vice-versa. Em maio implorava o príncipe regente que aceitasse o título de Protetor e Defensor Perpétuo, e em outubro, na fala da aclamação, pretendia pôr condições onerosas ao Imperador. Quando cheguei ao Rio de Janeiro tinha este ministro, que então o era do Império e muito influente, um banco organizado na rua do Rosário, onde se vendiam em almoeda os títulos e condecorações do Brasil. O produto desta venda era destinado a socorrer os imigrantes portugueses. Infelizmente para o Brasil, este funesto pensamento predomina ainda. Já se não vendem honras da Monarquia ainda para socorrer imigrados, mas ainda estão em almoeda para outros fins. Foi José Clemente Pereira o fundador desta errada e vilipendiosa política, que nem a aplicação que se fez do seu produto em benefício de obras pias a pode salvar do odioso que encerra. Quanto ao gabinete não ataquei a sua existência, porque entendi então como entendo hoje, que se não pode impedir ao monarca de ter um gabinete com um ou mais secretários particulares. Ataquei a pessoa do secretário que regia o gabinete do Imperador e a influência que ele exercia na gerência dos negócios públicos. O secretário ou chefe do gabinete do Imperador era um português sem educação, ignorante, grosseiro e malcriado, que punha e dispunha dos ministros a seu bel-prazer. Estes eram apenas os executores de suas ordens. E este homem poderoso era um vil criado conhecido pelo título de Chalaça.

“Estabeleci na Astreia uma correspondência com José Clemente Pereira, na qual discutia com este ministro a sua má gerência

dos negócios públicos. A Astreia muito contribuiu para a dissolução do Ministério e para a separação do valido Chalaça e do valido João da Rocha Pinto. Estes dois validos forão mandados para a Europa e nunca mais voltaram ao Brasil. “Parece-me que já disse em outro lugar o como acabaram ambos em Lisboa” (pág. 208).

Drummond ainda descreve as tentativas frustradas do Imperador de fazer de novo José Bonifácio ministro e a queda do Chalaça e de João da Rocha.

Finaliza suas “Anotações” com um ataque virulento a Gonçalves Ledo que não gozava de boa fama junto à grei andradina:

“O ano de 1829 viu ainda um acontecimento que passo a registrar para referir uma anedota, que não deve ficar esquecida. Na sessão deste ano, na Câmara dos Deputados, foi acusado o ministro da Guerra Joaquim de Oliveira Álvares por infração da Constituição. O Imperador empenhou-se para que a acusação não procedesse. A discussão na Câmara foi calorosa, e o Imperador ia todos os dias colocar-se a uma janela do paço da cidade, que ficava em frente da Câmara dos Deputados. Deste ponto de observação expedia seus agentes e recebia as participações do que se estava passando na Câmara. Foram-lhe dizer que Ledo estava fazendo um discurso brilhante em favor do ministro acusado. O Imperador virou-se para as pessoas que o rodeavam, e disse: ‘Forte tratante! é a terceira vez que o compro e de todas me tem servido bem!’ Esta anedota me foi referida dois ou três dias depois por uma testemunha presente. Esta testemunha já a posso citar, porque já pertence ao domínio da História. Foi o marquês de Quixeramobim, camarista que estava de semana e acompanhava o Imperador naquele dia. É sabido que o Imperador, para salvar a Joaquim de Oliveira Álvares, nada poupou, nem mesmo a própria dignidade. Prometeu, solicitou e corrompeu, chegando a ir em pessoa procurar deputados em suas casas para esse fim” (pág. 213).

III – Conclusão

As “Anotações” de Vasconcelos de Drummond, até hoje conhecidas somente pelos especialistas, com esta publicação atinge um público bem maior.

Sua importância para a História do Brasil, para a compreensão do mito José Bonifácio e para a historiografia maçônica é incontestável.

Um dos próximos passos agora será o de ligar este documento com as pesquisas de ponta da historiografia brasileira sobre o tráfico de escravos para se entender a hipótese do tráfico de escravos ter atuado fortemente na queda de José Bonifácio.

O tráfico de escravos era naquela época o centro, o motor da economia brasileira, o epicentro de toda a engrenagem do dinheiro. Essa constatação vital, lastreada em dados empíricos da moderna historiografia brasileira², está criando comoções nas análises clássicas da

2 Vide CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. Editora 34, São Paulo: 2000; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Ed. Cia. das Letras, São Paulo, 2002; FLORENTINO, Manolo, e MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a Escravidão* (1). Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003; FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Ventura – Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1998; FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. *O Arcadismo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2001; MALERBA, Jurandir. “The Constitution of the Elites in the Rise of the Brazilian Imperial State”. *Diálogos Latino-americanos* n° 4, Universidade de Aarhus, Dinamarca: 2001; MARTINHO, Lenira Meneses, e GORENSTEW, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da independência*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro: 1992; PAULA, Sérgio Góis de, e LIMA, Patrícia Sousa. “Os Paradoxos da Liberdade”. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-Similar. XXXI vols. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo-Correio Brasiliense, São Paulo: 2001, vol. XXX, tomo 1, págs. 111-159.

historiografia brasileira, nos quais podem ser citados Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, e outros menos votados.

A historiografia tradicional brasileira quando se refere a este período e com este ator estratégico fala somente em “grandes comerciantes do Rio de Janeiro”. A moderna historiografia brasileira começa a desvendar que, por trás dos grandes comerciantes, estava o tráfico de escravos. Convém salientar que na Colônia inexistia o crédito, que era considerado uma questão privada e portanto fora dos domínios das instituições públicas. Se um devedor deixasse de pagar o devido, não existiam instituições que pudessem ser acionadas no domínio público para que o devedor pagasse o devido. Somente os traficantes de escravos exercitavam o crédito entre si, mantinham uma espécie de seguro contra riscos de sua atividade. Com o tempo se tornaram o setor dinâmico da economia. Possuíam imensas propriedades rurais e urbanas, frotas oceânicas (os ingleses, de 1810 a 1850 aprisionaram ou puseram a pique mais de 850 navios brasileiros) que atingiam a América Inglesa, a Jamaica, a África, Lisboa e até mesmo a Ásia. Com sua política de aniquilação do tráfico, os ingleses conseguiram um objetivo colateral estratégico: destruíram completamente as perspectivas de participação ativa do país no comércio internacional fora do tráfico. Antes da vinda da família real, os nativos não podiam demonstrar propriedades além das rurais, pois o fisco português era insaciável. Com D. João no Brasil, as propriedades urbanas em geral e do tráfico em particular e os capitais puderam vir à tona no país. E isto agora servia como uma demonstração de prestígio e poder. Falta-va somente ao tráfico limpar a sua genealogia, pois eram imigrantes de baixa estirpe do Douro e do Minho.

Apesar dos riscos, compravam-se também títulos honoríficos como no caso das subscrições das ações do Banco do Brasil, pois quem subscrevesse três ações obteria o hábito de Cristo, 20 ações

contemplavam uma comenda da Ordem de Cristo e 30 ações foro de fidalgo cavaleiro. E aqui é importante mencionar uma classe que raros historiadores brasileiros têm se debruçado em analisá-la. Com efeito, pouco tempo depois da Corte aportar no Brasil aqui encontrou um novo ator, que tinha posses, propriedades e capital e era tão poderoso que não podia ser deixado de lado. Foi uma grande surpresa para cortesãos e políticos do Paço, já que junto com a bagagem vieram também os preconceitos da classe dominante portuguesa a respeito dos brasileiros. Preconceitos abandonados rapidamente pelos mais sensíveis e inteligentes da velha nobreza portuguesa a respeito de uma categoria de comerciantes que aqui encontraram: os grandes traficantes de escravos, especialmente os do Rio de Janeiro e, em menor escala, os da Bahia. Com o dinheiro poderiam ser nobilitados, pois a Corte necessitava desesperadamente de grandes somas de recursos financeiros para fazer frente às suas insaciáveis despesas e gastos. O Erário Régio estava desfalcado, pois os diamantes tinham sido presenteados para Napoleão na tentativa vã de comprar a neutralidade de Portugal.

O “partido brasileiro”, financiado pelos traficantes, articulado por algumas grandes famílias poderosas, e longe dos olhos metropolitanos, havia desenvolvido não só a mais importante atividade econômica do Brasil – o comércio de escravos – como, através dela, dominado a rota comercial entre o Brasil e a África, estabelecido uma frota mercante maior que a portuguesa, dominado boa parte do comércio interno brasileiro a partir do estabelecimento das redes de comercialização de escravos, e criado um sistema de crédito baseado na escassez de moeda na colônia, o qual lhes permitiria, através do crescente endividamento de fazendeiros e comerciantes, apropriar-se de terras e criar sólidas fortunas imobiliárias urbanas. Desnecessário dizer que na virada do século XVIII, a economia bra-

sileira era bem maior que a dos EUA³. Além da rede do Atlântico Sul, dominavam os traficantes também o sistema de cabotagem (conexão com o sistema de charques no Rio Grande do Sul) e as conexões terrestres atingiam Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Especialistas no assunto afirmam que “um exemplo basta para dar as dimensões de seu poder econômico: a partir do momento em que, em 1808, o governo foi obrigado a facilitar a abertura de empresas e desta maneira abriu a possibilidade de virem à tona as fortunas entesouradas, em poucos meses foram criadas, por cinco famílias de traficantes, cinco companhias de seguro (destinadas a dar garantias ao comércio internacional por eles praticado) que, juntas, apenas estas cinco, reuniam um capital equivalente à média anual da exportação total do açúcar na primeira década do século XIX”⁴.

Não só a parte mais sensível da nobreza do Paço identificou o “partido brasileiro”, mas também a inteligência britânica que procurava fortalecer o seu “partido” em detrimento do “partido francês”. Assim, num primeiro momento, os interesses do “partido brasileiro” estava consonante com o “partido britânico”. Mesmo o Tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810, lesivo aos interesses de Portugal e do Brasil, pouco os afetou de início: por um lado, ele tinha em mira o comércio com a Europa, que os traficantes não alcançavam; por outro, a solidez de suas redes comerciais com os produtores brasileiros – agricultores do interior do país – conferia-lhes uma função até mesmo no comércio inglês.

Além do mais a sensível nobreza de Portugal nos trópicos procurou casar seus filhos com os emergentes do tráfico, sendo a

3 CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. Editora 34, São Paulo: 2000, pág. 314.

4 PAULA, Sérgio Góis, *idem*, pág. 119.

mais importante delas a família Carneiro Leão⁵. As outras famílias eram Pereira de Almeida, Velho, Gomes do Vale, Costa Cardoso e Caetano Alves. Tanto que o Conde de Linhares, ministro e par do reino, casa seu filho Maurício de Sousa Coutinho com a filha de Fernando Carneiro Leão e a outra filha com Paulo Fernandes Viana, Intendente de Polícia na Corte, mais tarde agraciado com o título de barão de São Simão⁶. Uma irmã de Fernando se casa com Manuel Jacinto Nogueira da Gama, barão de Baependi, ministro de Estado. A união das famílias Carneiro Leão, Nogueira da Gama e Fernandes Viana possuía imensas glebas de terras que ia desde o vale do Paraíba fluminense até a Zona da Mata mineira.

Interessa pois, neste momento, vasculhar os arquivos para encontrar os embates contra José Bonifácio promovidos pelo tráfico por causa de suas posições no tocante à escravidão e à política de distribuição das terras brasileiras.

Emílio Viotti da Costa já antevia algo na década de 70 ao afirmar que “José Bonifácio não teve oportunidade de apresentar sua Memória sobre a Escravidão à Assembleia Constituinte, pois esta foi dissolvida antes de chegar ao termo de seus trabalhos. Anos mais tarde, Joaquim Nabuco, um dos líderes do movimento abolicionista no Parlamento, insinuou que o afastamento de José Bonifácio após a independência, deveu-se às suas ideias sobre a escravidão. Na realidade, dois meses após o afastamento dos Andradas do Ministério, o governo brasileiro oficializava o tráfico, estipulando os impostos que deveriam ser cobrados por africanos importados, decisão referenciada pelo então ministro da Fazenda, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, fazendeiro

5 Idem, *ibid.*, pág. 155.

6 CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. Editora 34, São Paulo: 2000, pág. 334.

*e proprietário de escravos, genro de Brás Carneiro Leão, uma das maiores fortunas do Rio de Janeiro, e da Baronesa de São Salvador dos Campos de Goitacazes, irmão de José Inácio Nogueira da Gama, fazendeiro este também e um dos maiores proprietários de terras do vale do rio do Peixe, onde chegou a reunir 17 sesmarias*⁷.

É uma questão de tempo, pois quem viver, verá...

7 COSTA, Emílio Viotti da. *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)* in MOTA, Carlos G. *1822 Dimensões*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 1972, pág. 143.

.....

Bibliografia

ALENCASTRO, Luís Filipe de. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo: 2000.

BANCO DO BRASIL. *História do Banco do Brasil*. Gráfica Ipiranga, 1988.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina – Da independência até 1870*. Vol. III, Edusp: São Paulo, 2004.

BONIFÁCIO, José, *Obra Completa*: <http://www.obrabonifacio.com.br/>

CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. Editora 34, São Paulo: 2000.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá – Empresário do Império*. Ed. Cia. das Letras, São Paulo: 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – Teatro das Sombras*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2003.

CARVALHO, William Almeida de. *Espionagem e Maçonaria*. Ed. Troilha, Londrina: 2006.

CARVALHO, William Almeida de. *O Iluminismo e a Maçonaria na Gênese do Banco do Brasil*. Trabalho inédito: agosto de 2008.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-Similar. XXXI vols. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - *Correio Brasiliense*, São Paulo: 2001.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Editora Globo: Rio de Janeiro, 1958.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Ed. Cia. das Letras, São Paulo, 2002.

FLORENTINO, Manolo, e MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a Escravidão* (1). Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Ventura – Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1998.

FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2001.

FREITAS, Caio. *George Canning e o Brasil*. II vols., Brasiliana n° 298, Cia. Ed. Nacional, São Paulo: 1958.

FUNCHAL, Marquês de. *O Conde de Linhares – Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho*. Ed. Thesaurus, 2ª Edição – Fac-Simile, Brasília, 2008.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo, e PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*, 5 vols. AGGS Indústrias Gráficas. Rio de Janeiro: 1979. [existe também uma edição anterior interna do Banco do Brasil de 1973]

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Editora Top Books, 3ª ed., Rio de Janeiro: 1996.

MALERBA, Jurandir. “The Constitution of the Elites in the Rise of the Brazilian Imperial State.” *Diálogos Latinoamericanos* n° 4, Universidade de Aarhus, Dinamarca: 2001.

MARTINHO, Lenira Meneses, e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da independência*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro: 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. 1822 *Dimensões*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Difel, Rio de Janeiro: 1977.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Ed. Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 1975.

PAIM, Antônio. *A Querela do Estatismo*. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 1978.

PAIM, Antônio. *História da Ideias Filosóficas no Brasil*. Ed. Uel, Londrina: 1997.

PAIM, Antônio. *O Liberalismo Contemporâneo*. Ed. Humanidades, Londrina: 2007.

PAULA, Sérgio Góis de, e LIMA, Patrícia Sousa. *Os Paradoxos da Liberdade*. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-Similar. XXXI vols. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo-*Correio Brasiliense*, São Paulo: 2001, vol. XXX, tomo 1, pág. 111-159.

PORTO SEGURO, Visconde de. *História Geral do Brasil*. 5 vols., Cia. Melhoramentos São Paulo, São Paulo: 1929.

PORTO SEGURO, Visconde de. *História da Independência do Brasil*. MEC/INL, Brasília: 1972.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883. (reed. Conselho Federal de Cultura), 1970.

VASCONCELOS DE DRUMMOND, Antônio de Meneses. *Anotações à sua biografia publicada em 1836 na Biographie Universele et Portative des Contemporains*. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIII – 1895-1896, Rio de Janeiro, 1890.

.....
*Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos
de Drummond publicada em 1836*

*na
Biographie universelle et portative des contemporains*

DRUMMOND (*Antônio de Meneses Vasconcelos de*) nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794, em uma família muito antiga. Aos quinze anos ele já havia terminado seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina do célebre Smith, o mestre de Economia Política. Ele havia aprofundado seus conhecimentos em Filangieri, Kant, e um grande número de outros filósofos e falava quatro línguas vivas. Ele havia sido destinado à Marinha de Guerra, porém sua aversão [pág. 59] por essa carreira levou seu

Biographie Universelle et Portative des Contemporains

DRUMMOND (Antônio de Meneses Vasconcelos de) naquit à Rio de Janeiro le 21 Mai 1794, d'une fort ancienne. A quinze ans il avait déjà termine ses études littéraires et connoissait à fond la doctrine du célèbre Smith, le maître de l'économie politique. Il avait approfondi Filangieri, Kant, un grand nombre d'autres philosophes et parlait quatre langues vivantes. On le destinait à la marine militaire, mais son aversion ⁽¹⁾ pour cette carrière decida son

pai a solicitar [pág. 59] para o filho um lugar na grande chancelaria dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarve. Ele ocupou logo um dos primeiros empregos dessa grande administração e nela se distinguiu, em pouca idade, por seus talentos, sua aplicação e a justeza de suas ideias. Uma recompensa honorífica brilhou em seu peito [pág. 60], mas ele não se mostrava orgulhoso por isso, e sua modéstia contrastava incessantemente com a vaidade de seu êmulos. Quando em 1817 [pág. 61] o primeiro grito de liberdade se elevou da província de Pernambuco, ele foi denunciado ao rei dom João VI como proveniente a um clube de onde havia partido a centelha revolucionária; porém o crédito de seu pai e a consideração da qual ele mesmo gozava o colocaram ao abrigo dos ataques de seus inimigos. No entanto, o governo julgou conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de recesso, acompanhado de cartas especiais de recomendação, o fez partir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina [pág. 62]. Ele aí permaneceu por sete meses sob a vigilância do governador da província. Este exílio não foi perdido para a pátria do Sr. Drummond. De volta à capital, ele apresentou ao ministro Vilanova seus vastos planos de melhoria e foi imediatamente despachado para colocá-lo

père à solliciter ⁽²⁾ pour lui une place dans la grande chancellerie des royaumes unis de Portugal, Brésil et Algarves. Il occupa bientôt un des premiers emplois de cette grande administration et s'y distingua, dans un âge si tendre, par ses talents, son application et la justesse de ses idées. Une récompense honorifique brilla sur sa poitrine ⁽³⁾, mais il ne s'en montra point orgueilleux, et sa modestie contrasta sans cesse avec fierté de ses émules. Loorsqu'en 1817 ⁽⁴⁾ le premier cri de liberté s'éleva de la province de Fernambouc, il fut dénoncé au roi Don Jean VI comme appartenant à l'un des chubs d'où était partie l'étincelle révolutionnaire; mais le crédit de son père et la considération dont il jouissait lui-même, le mirent à l'abri des traits de ses ennemis. Cependant le gouvernement jugea convenable de l'éloigner de la capitale et une espèce de congé, accompagné de lettres spéciales de recommandation, le fit partir sur une frégate pour l'île de Sainte Catherine⁽⁵⁾. Il y resta sept mois sous la surveillance du gouverneur de la province. Cet exil ne fut pas perdu pour la patrie de M. de Drummond. De retour dans la capitale il présenta au ministre Vilanova ses vastes plans d'amélioration et fût sur-le-champ dépêché pour les mettre

em prática [pág. 63] . Ele desembarcou pois de novo em Santa Catarina, superou os obstáculos que surgiam para ele em um país ainda selvagem; empreendeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoamento nas duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximou assim grandes distâncias, e logrou enfim animar, pela sua infatigável presença, uma região que cochilava ainda no caos primitivo [pág. 64] . Durante esses feitos, uma grande revolução eclodiu no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 1821. Obrigado por ordem da Corte a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas [pág. 64], o Sr. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina, dilacerada pelos partidos que se agitavam para seguir o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole. Ele aí declarou solenemente que se o Brasil rompesse a cadeia de obediência que o unia a Portugal, isso deveria ser para sua inteira liberdade e para sua independência, e que ele não concebia e não aprovava que um povo se revoltasse para recair em seus antigos grilhões [pág. 66] . Essa opinião que ele sustentou durante vários dias não tendo prevalecido, ele foi forçado

en oeuvre ⁽⁶⁾. Il débarqua donc de nouveau à Sainte Catherine, surmonta tous les obstacles qui s'offraient à lui dans un pays encore sauvage, entreprit et exécuta la navigation du grand fleuve Itajahy, établit des peuplades sur ses deux rives, traversa d'immenses forêts vierges, ouvrit des chemins, rapprocha ainsi de grandes distances, et réussit enfin à animer, par son infatigable présence, une contrée qui sommeillait encore dans le chaos primitif⁽⁷⁾. Sur ces entrefaites, une grande révolution éclata à Rio de Janeiro, le 26 Février 1821. Obligé par ordre de la cour de suspendre tous les travaux qui exigeaient de trop fortes dépenses ⁽⁸⁾, M. de Drummond entra dans la capitale de la province de Sainte Catherine, déchirée par les partis qui s'agitaient pour suivre les mouvements de Rio de Janeiro en faveur de la métropole. Il y déclara solennellement que si le Brésil rompait la chaîne d'obéissance qui l'unissait au Portugal, ce devrait être pour son entière liberté et pour son indépendance, et qu'il ne concevait pas et n'approuvait pas qu'un peuple se revoltât pour retomber dans ses anciens fers ⁽⁹⁾. Cette opinion qu'il soutint plusieurs jours n'ayant pas triomphé, il fut forcé

a embarcar às pressas no meio da noite; o navio em que ele embarcou foi arrasado pela tempestade, e enquanto ele atravessava a barra do Rio de Janeiro, seu pai falecia nessa capital [pág. 67]. Ele entrou sob o teto paterno transido da mais viva desolação. Dom João VI já havia embarcado para Porgugal; a capital do Brasil gemia sob o gládio da soldadesca desatinada. O Sr. Drummond, enfurnado na aposentadoria [pág. 68] deplorou os males de sua pátria e sonhou com sua independência. A época em que essas aspirações iam realizar-se avançava rapidamente. Ele tomou parte muito ativa em todos os atos que conduziram ao 9 de janeiro de 1822 e que viu colocar a primeira pedra no edificio constitucional do Brasil. Esta revolução que tinha por finalidade reter na América o jovem Dom Pedro, como segurança da tranquilidade pública, e de impedir seu retorno a Portugal, não era sem perigo se se considera que só se estava ainda de acordo somente com a província de São Paulo e que era urgente chamar todas as outras a um mesmo centro de opinião, a fim de retirar desse fato força suficiente para resistir à metrópole e às divisões intestinas. Pernambuco era o ponto que convinha lançar-se primeiro no sistema de independência, não somente por causa de sua força, mais ainda pela sua posição geográfica e pelo caráter de seus habitantes.

de s'embarquer à la hâte au milieu de la nuit; le bâtiment qu'il montait fut rasé par la tempête, et tandis qu'il franchissait la barre de Rio de Janeiro, son père expirait dans cette capitale ⁽¹⁰⁾. Il rentra sous le toit paternel en proie à la plus vive désolation. Don Jean VI s'était déjà embarqué pour le Portugal; la capitale du Brésil gémissait sous le glaive d'une soldatesque effrénée. M. de Drummond, enfoncé dans la retraite⁽¹¹⁾, deplora les maux de sa patrie et rêva son indépendance. L'époque où ces vœux allaient être accomplis s'avancait rapidement. Il prit une part très active à tous les actes qui amenèrent le 9 Janvier 1822 et qui vit poser la première pierre de l'édifice constitutionnel du Brésil. Cette révolution qui avait pour but de retenir en Amérique le jeune Dom Pedro, comme gage de la tranquillité publique, et d'empêcher son retour en Portugal, n'était pas sans danger si l'on considère qu'on n'était encore d'accord qu'avec la province de Saint Paul et qu'il était urgent d'appeler toutes les autres à un même centre d'opinion, afin d'en retirer une force suffisante pour resister à la métropole et aux divisions intestines. Fernambouc était le point qu'il convenait d'attirer le premier au système d'indépendance, non seulement à cause de sa force, mais encore pour as position géographique et pour le caractere de ses habitants.

O Sr. Drummond embarcou na escuna francesa La Perle, com um passaporte para a França, desembarcou em Pernambuco sob pretexto de enfermidade e permaneceu no país. Ali, ele encontrou todas as autoridades contrárias à separação com Portugal, e desejando ganhar tempo a fim de se separar também do Rio de Janeiro. A mais sutil política foi, conseqüentemente, empregada pelo Sr. Drummond; e enquanto que ele preparava Pernambuco para sua separação com a metrópole, sua vigilância se estendia sobre toda a costa até o Maranhão. Seus esforços não foram em vão e ele viu, em 1.º de junho de 1822, brilhar a revolução em favor da independência, em cuja frente ele se colocou. As tropas portuguesas foram expulsas e ele foi proclamado em Recife o salvador do Brasil. O grito repercutiu nas províncias do Norte: Alagoas, Paraíba, Piauí, quase todas as cidades, enfim, à exceção do Maranhão e Pará, se declararam pela independência [pág. 68]. O movimento do Rio Grande do Norte foi determinado por um jovem literato francês, Sr. Eugène Garay de Monglave, atraído ao país por admirar os selvagens [pág. 84]. Tão logo o Sr. de Drummond ficou seguro da simultaneidade do movimento

M. de Drummond s'embarqua sur la goelette française *la Perle*, avec un passeport pour la France, relâcha à Fernambouc, sous prétexte de maladie, et resta dans le pays. Là, il trouva toutes les autorités contraires à la séparation d'avec le Portugal, et désirant gagner du temps, afin de se séparer aussi de Rio de Janeiro. La plus subtile politique fut, en conséquence, employée par M. de Drummond; et tandis qu'il préparait Fernambouc à sa séparation d'avec la métropole, sa vigilance s'étendait sur toute la cote jusqu'à Maranhão. Ses efforts ne furent pas inutiles et il vit, le 1^{er} juin 1822, briller la révolution en faveur de l'indépendance, à la tête de laquelle il s'était placé. Les troupes portugaises furent expulsées et il fut proclamé au Recife le sauveur du Brésil. Le cri retentit dans les provinces du nord: les Alagoas, Paraíba, Piauí, presque toutes les Villes, enfin, à l'exception de Maranhão et de Pará, se déclarèrent pour l'indépendance ⁽¹²⁾. Le mouvement du Rio Grande du Nord fut déterminé par un jeune littérateur français, M. Eugène Garay de Monglave, que le goût des voyages avait attiré dans ces pays ⁽¹³⁾. A peine M. de Drummond fût-il sûr de la simultanéité du mouvement

das províncias setentrionais, foi eleito deputado por Pernambuco para colocar suas homenagens aos pés de Dom Pedro. O príncipe recebeu essa deputação com grande pompa e anunciou de uma janela de seu palácio, ao povo que esperava com ansiedade notícias das províncias, que Pernambuco estava independente e reunido ao Brasil [pág. 84]. O Sr. Drummond não limitou nisso seus esforços em favor da liberdade. Ele projeta ir à Bahia [pág. 86], que lutava ainda contra as tropas portuguesas que, por falta de vigilância imperdoável, as autoridades haviam deixado tomarem o lugar, os arsenais, as fortalezas. Essa tentativa era das mais imprevisíveis. A menor suspeita colocava sua cabeça em perigo; ele deixou secretamente Pernambuco e em um frágil barco chegou a uma escuna dos Estados Unidos que velejava rumo à Bahia. Ele chegou a esse porto em quinze dias, conquistou a amizade do general português Madeira, que ele havia conhecido outrora, conheceu o estado de suas forças de terra e mar, de suas finanças, de seus hospitais, etc., incentivava, por outro lado, os brasileiros e lhes dirigia a cada dia patrióticas exortações no jornal O Constitucional. O autor desses artigos foi logo descoberto; o furor

des provinces septentrionales, qu'il fit partir une députation de Fernambouc pour mettre leurs hommages aux pieds de Dom Pedro. Le Prince reçut cette députation avec grande pompe et annonça d'une des fenêtres de son palais, au peuple qui attendait avec anxiété des nouvelles des provinces, que Fernambouc était indépendant et réuni au Brésil ⁽¹⁴⁾. M. de Drummond ne borna pas là ses efforts en faveur de la liberté. Il forma le projet de passer à Bahia ⁽¹⁵⁾, qui luttait encore contre les troupes portugaises que, par un manque de vigilance impardonnable, les autorités avaient laissé s'emparer de la place, des arsenaux, des forteresses. Cette tentative était des plus hasardeuses. Le moindre soupçon mettait sa tête en péril; il quitta secrètement Fernambouc et sur un frêle bateau atteignit une goelette des Etats-Unis qui faisait voile vers Bahia. Il arriva dans ce port en quinze jours, s'insinua dans l'amitié du general portugais Madeira, qu'il avait connu autrefois, penetra l'état de ses forces de terre et de mer, de ses finances, de ses hôpitaux, etc., anima d'un autre cote les Brésiliens et leur adressa chaque jour de patriotiques exhortations dans le journal *le Constitucional*, l'auteur de ces articles fut bientôt découvert; la fureur

dos portugueses foi ao ápice e a guarnição inteira pegou em armas contra o jornal; com a cabeça em perigo, o Sr. Drummond embarcou no brique inglês O Tártaro e chegou ao Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1822 [pág. 99], ele entregou nas mãos do ministro Andrada todos os documentos preciosos dos quais ele era portador; notadamente aqueles que tratavam das forças do inimigo. Bem recebido pelo príncipe e pelo seu conselho, o Sr. Drummond encontrou nesse acolhimento uma recompensa suficiente pelos serviços prestados à sua pátria, pela perda de sua saúde e pela ruína de sua fortuna. Ele recusou toda e qualquer indenização do governo, pagou até a ordem que autorizava sua ausência da capital e não quis nem mesmo ter seu passaporte gratuito. Em agosto de 1823, ele viu que uma conspiração se urdia contra a independência e a liberdade de sua pátria, que o governo estava na cabeça dos sediciosos, e que ele tinha que esclarecer o povo e afastar a tempestade. Ele empreendeu, por conseguinte, e redigiu ele mesmo o jornal O Tamoio [pág. 124], no qual exortava o povo com prudência e censurava os atos da administração naquilo que ofendia os princípios solenemente adotados. Essa folha, concebida sobre uma larga base, é sem dúvida a melhor que

des Portugais fut à son comble et la garnison entière prit les armes contre un journal; il y allait de sa tête. M. de Drummond s'embarqua sur le brick anglais *le Tartare* et arriva à Rio de Janeiro le 8 septembre 1822 ⁽¹⁶⁾, il déposa dans les mains du ministre d'Andrada tous les documents précieux dont il était porteur; notamment ceux qui traitaient des forces de l'ennemi. Bien reçu du Prince et de son conseil, M. de Drummond trouva dans cet accueil un dédommagement suffisant des services qu'il avait rendus à sa patrie, de la perte de sa santé et de la ruine de sa fortune. Il refusa toute indemnité du gouvernement, paya jusqu'à l'ordre qui autorisait son absence de la capitale et ne voulut pas même avoir son passe-port gratis. En aout 1823, il vit qu'une conspiration s'ourdissait contre l'indépendance et la liberté de sa patrie, que le gouvernement était à la tête des factieux, et qu'il fallait éclairer le peuple et éloigner la tempête. Il entreprit, en conséquence, et redigea lui-même le journal *Tamoyo*⁽¹⁷⁾, dans lequel il exhortait le peuple avec une prudence consommée et censurait les actes de l'administration en tout ce qui offensait les principes solennellement adoptés. Cette feuille, conçue sur une base large, est sans contredit la meilleure qui

foi pulicada na América; ela honra o talento de seu redator. A dissolução da Assembleia atinge também o Sr. Drummond. Sua vida esteve ainda por alguns dias em perigo; uma soldadesca desviada corria pela capital pedindo aos fortes gritos sua cabeça. O Sr. Drummond escapou ao perigo, indo para a Bahia e de lá para a Inglaterra. Ele reside agora em Paris, dedicado aos estudos, ele é apreciado e estimado pelos sábios e literatos. Ele é um dos colaboradores mais ativos do Journal des Voyages [pág. 209].

ait été publiée en Amérique; elle fait honneur au talent de son redacteur. La dissolution de l'assemblée frappa aussi M. de Drummond. As vie fut encore quelques jours en danger; une soldatesque égarée courait la capitale demandant à grands cris sa tête. M. de Drummond échappa au danger en passant à Bahia et de là en Angleterre. Il habite maintenant Paris, où tout entier à l'étude, il se fait chérir et estimer des savants et littérateurs. Il est un des collaborateurs les plus actifs du *Journal des Voyages* ⁽¹⁸⁾.

.....

Anotações de
Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond
à sua biografia publicada em 1836 na
Biographie universelle et portative des contemporains

E

1

ESTA AVERSÃO não é exata. Fui destinado para a marinha como meus irmãos para o exército. Era isso muito de meu gosto e a minha inclinação para a marinha, não obstante seguir outro destino, conserva-se ainda pelo amor que tenho a esta arma. Estava para partir em 1807, a bordo do navio *Europa*, para Lisboa, a fim de seguir ali o curso dos guardas-marinha, quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia das ocorrências políticas que determinaram a transferência da família real portuguesa para o Brasil, e esta circunstância mudou a resolução e o meu destino, ao mesmo tempo.

2

Meu pai não solicitou nenhum emprego para mim. Era amigo íntimo do chanceler-mor Tomás Antônio de Vilanova Portugal e, em consequência desta amizade, eu fui chamado em princípio do ano de 1809 para o gabinete particular do dito chanceler-mor. Este, achando-se satisfeito com meu serviço, conferiu-me em 24 de julho do mesmo ano um ofício de propriedade na sua chancelaria. Algum tempo depois conferiu-se-me outro, igualmente de propriedade, e tal foi a preponderância que cheguei a

ter naquela repartição pública, que aconteceu mais de uma vez não despachar ela por não poder eu, por doente, comparecer.

Tendo a experiência mostrado que por ignorância do vedor da chancelaria-mor, que era o empregado mais graduado dela, o Estado era lesado na percepção dos direitos de chancelaria, criou-se o lugar de contador e este emprego foi conferido a meu pai, o qual pouco tempo serviu, porque as suas ocupações de administrador da alfândega não lhe permitiam comparecer com assiduidade na chancelaria-mor. Passei eu a servir o dito emprego e por morte de meu pai me foi ele conferido de propriedade pelo príncipe regente do Brasil.

3

Em 13 de maio de 1810, em galardão de meus bons serviços e consideração por meu pai, me fez o sr. D. João VI mercê do hábito da ordem de Cristo, com 12 mil réis de tença.

Meu pai gozava de um crédito tal de inteligência e probidade que o Sr. Rei D. João VI, depois de regressar a Portugal, ordenou ao seu antigo ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal de fazer uma exposição do governo e administração do Brasil durante a estada do mesmo agosto Sr. no Rio de Janeiro. Tomás Antônio empreendeu a obra, mas não a acabou, porque antes disso aconteceu a morte do rei. S. Majestade via de quando em quando o trabalho de Tomás Antônio e muitas vezes o ajudava com a sua larga memória. Tomás Antônio, falando nesse trabalho dos melhoramentos operados na administração da Fazenda e sobretudo da alfândega, os atribui em grande parte a meu pai, e nesse lugar lhe tece um elogio. El-rei, de sua própria mão, pôs a seguinte emenda – e com um desinteresse sem exemplo. Este papel ainda por terminar e com lacunas no que já estava feito, por morte d'el-rei ficou em poder de Tomás Antônio, de quem o recebi em Lisboa, dizendo-me que o guardasse, porque aquelas palavras escritas pela mão do rei eram um momento de glória para os descendentes daquele homem a quem elas se referiam. Este papel ficou com alguns outros em uma pasta e, se escapou ao incêndio, lá está para atestar o que digo.

Meu pai adoeceu de dor e consternação pelos funestos acontecimentos da Praça do Comércio do Rio de Janeiro em abril de 1821. El-

rei, antes de partir, lhe mandou dizer por Antônio Luís Pereira da Cunha que, desejando dar uma prova da estima em que o tinha, pedisse ele o que quisesse para si e para a sua família. Meu pai respondeu que, em tão críticas circunstâncias, era melhor que o rei empregasse toda a sua atenção aos negócios do Estado, e não a desviasse para curar de interesses pessoais. Ainda depois disto o rei mandou pelo conde de Parati dizer a meu pai que fizesse ele os decretos que quisesse e que os mandasse para receberem a real assinatura. A resposta de meu pai ao conde de Parati foi ainda mais dura do que aquela que já havia dado a Antônio Luís Pereira da Cunha. Nem os rogos de seu amigo Tomás Antônio o puderam demover de seu propósito, nada quis pedir; nada quis aceitar do que a generosidade do rei lhe oferecia, e no dia 9 de maio faleceu.

4

O que refere de 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre por José Anselmo Correia, pai do atual visconde de Seiçal, atual ministro de Portugal em Bruxelas, e eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro-livre! A denúncia fez grande impressão no ânimo d'el-rei e de Tomás Antônio, porque ambos me tinham em bom conceito. José Albano Fragoso, juiz da Inconfidência, com quem eu tinha estreitas relações de amizade, foi encarregado por Tomás Antônio de se prevalecer desta estreita amizade para descobrir a verdade e desviar-me de maus conselhos. José Albano Fragoso, no desempenho desta comissão, conduziu-se tão indignamente que muito contribuiu para agravar as circunstâncias em que então me achei. Sabia muito bem que eu não era pedreiro-livre, que a denúncia era falsa, e comigo lamentava que o governo se achasse em circunstâncias de autorizar espíões para macular reputações. O ser pedreiro-livre era então um crime. Mas a Tomás Antônio dizia ele o contrário do que sabia e conversava comigo. Não me acusava diretamente, nem confirmava a denúncia, mas com palavras misteriosas sustentava a suspeita, ora menos, ora mais fortemente, e emitia a opinião de ser eu mandado para fora do Brasil. Esta opinião calou no ânimo de Tomás Antônio, que se decidiu por ela. S. Ex^a declarou-me enfim que me preparasse para ir no paquete para Londres, a fim de servir na Embaixada, sem me dizer em que posto. Respondi que voluntariamente não partia, que eu era inocente e que os

inocentes não pediam perdão nem aceitavam a comiserção de quem quer que fosse. Que se me julgava criminoso mandasse pôr-me em processo, e que se me julgava inocente não consentisse que se abusasse da sua boa fé, nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que no princípio da sua carreira tinha já dado boas provas da sua honra e da sua probidade. Esta resposta fez abalo no ânimo de Tomás Antônio, e, como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença.

5

Da denúncia ao dia de minha partida decorreram muitos meses, mais de um ano, e neste longo intervalo a minha saúde sofreu muito. José Albano abusava da minha amizade, atraía a verdade e mentia ao ministro, e tudo para quê? Sem vergonha o não digo. Queria desconceituar-me ou perder-me para ficar um lugar vago na chancelaria-mor que ele solicitava para seu enteado Manuel Plácido da Cunha Vale!

No princípio da minha vida uma tal calúnia parecia dever ser o prelúdio de muitas outras, em que no decurso dela teria eu de sofrer da maldade dos homens. A este respeito contarei uma anedota. Dois anos depois de eu estar em Lisboa, disse-me a rainha D. Maria II, em um daqueles momentos em que ela era amável e boa, o seguinte: “Ora, você sabe que por muito tempo estive enganada a seu respeito? À sua chegada aqui disseram-me, e eu lhe digo quem foi, foi o Almeidão (Veríssimo Máximo de Almeida), que você era um grande jogador e um grande bebedor. Acreditei, e quando vi que você não jogava nem bebia supus a princípio que era por dissimulação e só depois é que tive certeza de que me tinham mentido a este respeito.” “Fique V. Majestade certa que não será esta a última mentira que lhe hão de pregar, e eu espero que as que forem ao meu respeito tenham todas o mesmo resultado que esta teve. Mas não queira mal por isso a esse pobre moço que me caluniou na sua augusta presença, porque ele nem sabe o que diz, nem merece tanta honra.”

O Sr. D. Pedro I, desde o princípio do seu reinado até 1830, me atribuía a maior parte das cousas que se faziam no Rio de Janeiro ou

se publicavam pela imprensa, e ainda no tempo em que eu me achava no exílio. Agora mesmo passo por autor de cousas que não fiz e soffro as consequências da calúnia. Voltaire diz, não sei onde, que todo homem conspícuo em dignidade e saber tem infalivelmente êmulos e delatores, os quais se aumentam à proporção que lhe cresce a celebridade. Quanto a mim, é decerto por causa da dignidade que sempre sustentei que formigam os delatores.

6

Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio Itajaí, Tomás Antônio me disse que no meu regresso S. M. me despacharia governador para uma das províncias do Brasil. Fazendo a este dito as objeções que nasciam da minha incapacidade (tinha eu então 25 anos de idade), respondeu-me que eu tinha o gênio criador e o talento de governar, e que estas qualidades reunidas deviam ser aproveitadas. O que eu tinha realmente era um zelo e um amor pelo Brasil que não podiam ser excedidos.

Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do *Journal des Voyages*, etc., publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do rio Itajaí, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio.

Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta vila da província de S. Paulo para a reunir à província de Santa Catarina. A obra da abertura da estrada foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em toda a sua extensão criadas colônias agrícolas de gente livre, cujo número nunca será demasiado. Todo aquele terreno é muito produtivo. Da vargem dos pinheiros se tirou o mastro grande para a nau *D. Sebastião*, que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Tomás Antônio era criar ali colônias nacionais e estrangeiras.

7

Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada *S. Domingos Lourenço*, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do rio Itajaí mandei a madeira para a obra do museu do campo de S. Ana, e mandei de presente, porque era cortada e cerrada à minha custa. Soube depois que uma parte da madeira que mandei para as obras do museu fora distraída por Tomás Pereira de Castro Viana, que servia de tesoureiro do mesmo museu, para as obras que monsenhor Miranda fazia em uma chácara sua. Todos sabem que o museu do campo de S. Ana principiou em uma casa que o governo comprou, sendo ministro Tomás Antônio, a João Rodrigues Pereira de Almeida, no campo de S. Ana, canto da Rua dos Ciganos, a qual, não sendo bastante, o ministro mandou fazer novas construções pelo lado do campo de S. Ana em terrenos que para esse fim comprou, o que tudo junto forma hoje o museu nacional.

Durante a minha estada na província de S. Catarina percorri o rio de S. Francisco do Sul, e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade.

A província de S. Catarina, pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo. A enseada de Garoupas é um dos melhores portos do mundo. A caixa-d'água pode conter inúmeros navios abrigados de todos os ventos. Os catarinetas amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar ali e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O ministro Tomás Antônio tinha em vista fazer de S. Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. S. Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no rio da Prata.

8

Foi um aviso do almirante Quintela, ministro do Reino da revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que *tendo a tropa* reunida pelo silêncio da noite, na Praça do Rocio, proclamado a

Constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a ele almirante seu ministro do Reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu todas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a corte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado.

9

É um fato algum tanto exagerado. Era então governador de S. Catarina o coronel João Vieira de Tovar, e intendente da marinha o capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim. Tão ignorante, estouvado e brutal era o governador como inteligente, circunspeto e polido o intendente da marinha. Tovar era de uma família de Portugal bem nascida, tinha um irmão oficial general no exército português, outro desembargador em Goa, onde foi secretário do governo, encarregado de escrever a história diplomática de Portugal, e, depois, de uma missão em Espanha para o fim de advogar os direitos do infante D. Sebastião; o terceiro irmão era também militar, governou províncias subalternas do Brasil, explorou o rio Doce e foi capitão-general de Angola; e o quarto é magistrado em Portugal. Tovar veio para o Brasil na divisão de voluntários reais comandada por Lecor, era então major de cavalaria do regimento nº 4 de Portugal. Na campanha do Sul perdeu o braço direito na batalha da Índia Morta, se não me engano. Foi então mandado para S. Catarina na qualidade de comandante do depósito que ali se estabeleceu para os doentes do exército, e se lhe ajuntou depois o governo da província por proteção de monsenhor Miranda, em substituição de D. Luís Maurício da Silveira, que por muitos anos governou aquela província, dando o ordenado do lugar ao Freitas Corcunda, oficial maior da Secretaria da Marinha, para o sustentar no emprego, ficando ele com o fruto da corrupção com que governava. A Tovar, porque era incapaz, se lhe ajuntou Miguel de Sousa, intendente da Marinha e ajudante-de-ordens do governo, e deu-se instruções a Tovar para que nada fizesse sem o conselho e a aprovação de Miguel de Sousa. Tovar era limpo de mãos, no exercício do governo alguns despropósitos praticou, mas Miguel de Sousa evitou muitos outros e deu uma forma regular ao governo da província.

Tal era o estado daquela província quando ali chegou a notícia da revolução de 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro. O officio que recebeu Tovar do novo ministro do Reino era concebido nos mesmos termos do que me fora dirigido, e nem um nem outro se explicava acerca das ocorrências de 26 de fevereiro, deixando entrever que era pela vontade do rei que assim se tinha obrado. Estes officios foram levados por um brigue de guerra, o qual fundeou à entrada da barra do norte e mandou por um escaler levá-los à cidade do Desterro. O brigue encarregado de entregar os tais despachos ato contínuo seguiu para Montevidéu com despachos para o general Lecor. O official que comandava o escaler e a gente que o guarnecia tinham ordem de guardar o mais inviolável segredo sobre as ocorrências do Rio de Janeiro. Tovar com Miguel de Sousa e comigo, únicos que supúnhamos ter conhecimento delas, concordamos em manter o segredo, mas foi em vão, porque já se achava divulgado pelos marinheiros e talvez pelo próprio official do escaler. Algum rumor começou-se a sentir da parte do povo. O regimento de linha estava em Missões. Havia somente de tropa paga uma companhia de artilharia, cujos officiais eram portuguezes. A força da província consistia em dois regimentos de infantaria, dois de caçadores e outro de cavalaria, todos milicianos, e nestes a máxima parte dos officiais era brasileira. Tovar pôde conter a companhia de artilharia, que era a força ativa que se achava reunida; outro tanto, porém, não podia fazer a respeito da força miliciana espalhada em toda a província. Esta só dependia para se revoltar que da cidade lhe dessem o sinal. Foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político, e que me consultaram, que a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil. A minha voz foi ouvida e compreendida. Em S. Catarina manteve-se a tranquillidade até eu deixar aquela província. Tovar foi rendido por Valente, comandante do batalhão de caçadores nº 3 e que não quisera revoltar-se com o seu corpo no dia 26 fevereiro. A escolha não podia ser pior. Valente não tinha mérito algum; como militar nem para sargento servia e como administrador ou político era completamente nulo. Era, na força do termo, uma entidade analfabeta. Foi talvez por isso que depois da independência foi elevado no Brasil a general, conde, grã-cruz do Cruzeiro e encarregado de importantes comissões, das quais deu conta correspondente

a seu mérito, que não vai aqui exagerado. Valente não pôde sustentar-se por muito tempo em Santa Catarina. Esta digressão parece estranha, mas como caíu, não sei por que, do bico da pena, deixo ir.

10

Não é exato. A minha opinião foi seguida e eu deixei Santa Catarina porque era chamado ao Rio. Tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída d'el-rei para Portugal. Parti na sumaca *Vênus* de João Luís do Livramento e fui levado a bordo por Tovar, Miguel de Sousa, José Feliciano, secretário do governo, Diogo Duarte Silva, tesoureiro da Junta de Fazenda, José Maria Pinto, capitão do porto, Manuel Francisco da Costa e muitas outras pessoas. O temporal é verdadeiro. Infelizmente também é verdade que eu cheguei ao Rio de Janeiro no dia 9 de maio de 1821 e que nesse mesmo dia expirava meu pai.

Não é fora de propósito contar que achei o conde dos Arcos no Ministério do Reino, e que este conde pelo seu caráter rancoroso perseguia aos amigos de Tomás Antônio, de quem era inimigo, por inveja, e não por outro motivo, porque foi por influência de Tomás Antônio que o rei o nomeou capitão-general da Bahia e ministro da Marinha. Depois da minha chegada ao Rio, passado o nojo pela morte de meu pai, logo que as minhas forças permitiram fui apresentar-me ao conde dos Arcos, que morava em sua casa no campo de S. Ana, que é atualmente o paço do Senado. Esperava ser mal recebido, mas qual não foi a minha surpresa quando vi o contrário. O conde me recebeu com afetada franqueza e muita cortesia, evitou falar de negócios, dizendo-me que o golpe pelo qual eu tinha passado era tal que seria cruel da parte dele incomodar-me com negócios, que depois falaríamos disso, e que contasse com a sua boa vontade em meu favor. Ao despedir-me acompanhou-me até o patamar da escada, ali me apertou a mão e quando abaixo dela eu lhe fazia a minha cortesia, ele despediu-me com estas palavras: “Folgarei ser-lhe agradável.”

Em 5 de junho foi o conde demitido por exigência da tropa portuguesa, embarcado e remetido para Lisboa. Tocando na Bahia, onde tinha sido capitão-general, ali o tiveram em estado de prisão, e como preso de Estado continuou a sua viagem para Lisboa. Pedro Alves Diniz foi quem o substituiu no lugar de ministro do Reino por apresentação da tropa naquele mesmo dia 5 de junho. Por este ministro soube eu depois que o

conde dos Arcos mandara examinar nas tesourarias de Santa Catarina, Rio Grande e no Erário do Rio Janeiro o estado das minhas contas durante a comissão de que tinha estado encarregado com a Fazenda Pública. Disse-me mais que todos aqueles papéis já tinham subido à sua presença, e que se acharam no caso de se me dar quitação, o que ele ia fazer com prazer, porque era digno de louvor o modo por que eu me havia conduzido e a regularidade das minhas contas. Então é que percebi a razão pela qual o conde se havia mostrado afável e polido e evitara falar em negócios quando eu o visitei de volta de Santa Catarina. O conde desconfiou, e nisto me fez grave injustiça, que eu estaria alcançado com o erário ou teria gerido mal os dinheiros do Estado, e que sendo assim era chegada a ocasião de poder ele saborear o prazer da vingança. A sua afabilidade não era pois mais do que uma dissimulação estudada.

11

No mesmo mês de maio do meu regresso ao Rio de Janeiro, recomecei os meus trabalhos na chancelaria-mor, mas não frequentei a sociedade. O Rio de Janeiro apresentava então uma fisionomia anormal bem triste.

No dia 26 fevereiro o teatro era o lugar onde se cometiam todas as noites as mais inauditas cenas de anarquia social em presença do rei e depois do príncipe regente. A representação era continuamente interrompida por miseráveis poetas que repetiam maus e grosseiros versos, muitas vezes insultantes à majestade que se achava presente. A plateia exercia uma tirania de que não há exemplo e que lhe fora importada de Lisboa. Nem as senhoras estavam a abrigo dessa tirania. Se qualquer da plateia gritasse: “Cantem as senhoras fulanas e fulanas”, as pobres indigitadas não tinham remédio senão cantar, aliás ficariam expostas aos mais grosseiros insultos de uma plateia composta de militares ébrios e caixeiros malcriados e entusiasmados pela glórias da mãe-pátria. As famílias honestas deixavam de frequentar o teatro e só compareciam ali aquelas cujos chefes ou parentes pertenciam à súa dos dominadores do dia, ou procuravam tirar partido da situação. O Rio de Janeiro podia dizer-se uma cidade conquistada. O príncipe regente estava completamente unido aos conquistadores. Eram eles os corpos da Divisão Auxiliadora e os chapins das ruas da Quitanda e

do Rosário. O príncipe afeiçãoou-se à mulher do general dessa tropa, Jorge d'Avilez, que ao depois foi feito conde do mesmo nome pelo rei D. Pedro IV de Portugal. As orgias do príncipe com tais oficiais eram quase diariamente para os diferentes pontos dos lindo arrabaldes do Rio de Janeiro e Praia Grande.

Semelhante situação justifica o isolamento a que se votaria a máxima parte dos fluminenses naquela desgraçada época. O luto que eu trazia por meu pai, luto nos vestidos e no coração, desculpava para com todos a minha ausência. Assim não compareci ao baile dado em 24 de agosto, 1º aniversário da revolução do Porto, pelos oficiais da Divisão Auxiliadora sob a proteção do príncipe regente, para o qual tinha sido convidado. O baile foi dado na sala do teatro então de S. João e hoje de S. Pedro, tendo-se corrido o tablado por cima da plateia até o camarote real. Foi suntuoso, mas, segundo o que então se disse, cenas escandalosas se passaram ali, sobretudo depois da meia-noite, quando a embriaguez era já mais decidida dos autores dele. Felizmente soube no dia seguinte que as famílias brasileiras mais respeitáveis, não obstante o empenho do príncipe regente e o receio da vingança, não haviam também comparecido. O baile e tudo quanto se passou nele foi completamente português. De setembro em diante comecei a comparecer menos na chancelaria-mor. Com a partida da corte portuguesa os negócios que se tratavam na chancelaria diminuíram consideravelmente e ninguém cuidava já do presente, senão para liquidar as suas contas com o passado a fim de entrar desembaraçadamente na nova era que se aproximava. Do meio de dezembro em diante não compareci mais na chancelaria-mor. Obrigações de maior importância reclamavam a minha atenção. Desta minha ausência resultou a perda dos emolumentos que percebia pelos ofícios que tinha naquele tribunal, porque os colegas foram inexoráveis comigo: excluíram-me da repartição dos emolumentos e ficaram com aqueles que me eram exclusivos, e eu nunca reclamei, nem lhes fiz a menor observação. O tempo era de revolução, ou antes, de anarquia, e a chancelaria-mor não podia ficar isenta da lepra que então lavrava no país.

12

Até aqui, salvas pequenas incorreções, é exato. É, porém, necessário explicar a minha ida a Pernambuco. No Rio de Janeiro contava-se

muito com Pernambuco para resistir a Portugal. O precedente desta província e o caráter belicoso de seus filhos eram uma garantia de que jamais abandonaria o Rio de Janeiro na nobre empresa da emancipação comum. A Bahia estava ocupada pelas forças de Portugal e para ali convergia toda a atividade da metrópole portuguesa a fim de recolonizar em seu proveito o novo reino do Brasil. Era pois necessário apertar a Bahia entre o Rio de Janeiro e Pernambuco. Esta ultima província havia expulsado o Verres, que desde 1817 até 21 a havia tiranizado. A crueldade de Luís do Rego Barreto, sobretudo enquanto teve por secretário e mentor o tenente-coronel Andreia, que depois tanto figurou e foi galardoado no tempo calamitoso das regências, que continuou até o atual reinado, foi tal que se davam palmotadas nas mulheres livres por trazerem o cabelo cortado, que era indício de ser republicano! E foi na regência de um pernambucano que este Andreia, já general, já marechal do exército, foi encarregado de trucidar brasileiros!

Expulso Luís do Rego, instalou-se um governo provisório de sete membros, do qual foi eleito presidente Gervásio Pires Ferreira. Este abastado negociante havia tomado parte nos acontecimentos de 1817 e foi o ministro da Fazenda da República daquela época. Preso e posto em processo perante a terrível alçada de Bernardo Teixeira, emudeceu na prisão da Bahia e tal foi a constância de seu caráter que apesar do mais duro tratamento nunca traiu o seu propósito. Estava ainda mudo quando foi eleito presidente do governo provisório. Já tinha contraído o hábito de não falar e ainda se conservou mudo nas primeiras sessões do seu governo, escrevendo em uma lousa o que tinha a dizer. Gervásio não era nada afeto a Portugal, mas também não queria decidir-se pelo Rio de Janeiro. Temia que a regência do príncipe não deparasse em absolutismo. As suas ideias se concentravam na república pernambucana, ou quando muito na Confederação do Equador. Manuel de Carvalho Pais, homem ominoso que havia entrado na revolução de 1817 e fugido dos perigos dela, como depois fugiu dos perigos de todas as outras em que entrou, era o homem popular da ínfima classe e seguia Gervásio nestas ideias. Servia então de intendente da marinha. A política pois desses dous homens influentes era de conservar a província aparentemente obediente ao Rio de Janeiro e a Lisboa, recebendo desta tanta tropa quanta fosse necessária para se manter em respeito com aquela e que em tempo oportuno pudesse ser dissolvida

sem maior esforço e reenviada a Portugal. Era a política de expectação ou de ganhar tempo.

Em conformidade com esta política recebeu Pernambuco alguma tropa de Portugal. Esta notícia chegou ao Rio de Janeiro por uma gazeta, formato in 4º intitulada *Cega-rega* e impressa em tipos de madeira. O príncipe regente foi a única pessoa que a recebeu. A *Cega-rega* dizia que os pernambucanos haviam recebido aquelas tropas com tanta satisfação como se recebessem irmãos por muito tempo ausentes. Esta notícia fez dolorosa impressão no ânimo do Príncipe. S. Alteza foi à noite ao teatro e a tristeza que se divisava no [seu] semblante mostrava que alguma cousa de importante o preocupava. Mandou pelo seu guarda-roupa João Maria Berquó, que depois foi camarista e marquês de Cantagalo, mostrar a referida *Cega-rega* a algumas pessoas do Clube da independência, que se chamava então da Resistência, e que se achavam em um camarote. Estas pessoas ali reunidos eram: José Mariano de Azeredo Coutinho, José Joaquim da Rocha, meu irmão Luís e eu. Respondeu-se que se avisaria nos meios de contrariar aquelas demonstrações e que no entanto descansasse S. Alteza, porque a respeito do espírito pernambucano seria injustiça duvidar da sua lealdade. O príncipe deixou o teatro mais cedo do que de costume. Nós seguimos o exemplo e seguimos para a casa de José Mariano na Rua do Cano, onde se reuniram alguns outros dos nove primitivos que prepararam e concertaram a resistência a Portugal. Ali se decidiu, depois de uma breve discussão, que fosse um de nós a Pernambuco observar as tendências e esclarecer os pernambucanos, se fosse necessário, sobre as intenções do Rio de Janeiro. Tomada esta deliberação, tratou-se da escolha do que devia ir, e por unanimidade, menos um voto, fui eu o escolhido. Esta deliberação foi comunicada ao príncipe na manhã seguinte por José Mariano e por mim. Mas era necessário uma licença do governo para eu poder ausentar-me da corte e dos empregos que nela exercia; mas era também necessário guardar segredo acerca do destino que eu levava. Isto ali ponderado, ditei eu mesmo e o príncipe escreveu a minuta da licença nos termos de me ser concedida para estar ausente da corte sem declaração do tempo nem de destino. O modo pelo qual a biografia conta a minha partida, chegada a Pernambuco, etc., é em tudo conforme com a verdade. O que ela não conta e que eu contarei aqui é o seguinte:

Na reunião em que se decidiu da minha ida a Pernambuco tratou-se igualmente de votar uma quantia para as despesas da viagem, da residência, eventuais, etc. Mano Luís ofereceu-se para fazer ele todas aquelas despesas à sua custa, o que executou com aquela generosidade d'alma que o distinguia, indo além do que era necessário.

A minha ausência excedeu de seis meses e na conformidade da lei, o governo não pode dar licença por mais de seis meses com vencimento de ordenado, e a licença que me foi concedida, por mim redigida, nem sequer nisso falava. Regressando ao Rio de Janeiro achei no Ministério da Fazenda, exercendo cargo de ministro, o meu amigo Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Julguei que o ordenado do meu emprego me era devido pelo tempo que estive ausente dele em tão importante comissão. Não havia bem refletido, mas na crença de que me era devido requeri ao ministro que me mandasse pagar pela tesouraria-mor, visto não ter eu entrado em folha do Conselho da Fazenda, por não ter requerido como de costume em consequência da minha ausência. Fiz este requerimento sem falar previamente a Martim Francisco, e qual não foi minha admiração quando me constou que o meu nome se achava no livro da porta do erário com um escusado! Falei então a Martim Francisco e este me disse que eu tinha feito importantíssimos serviços e que se requeresse uma recompensa pecuniária, apesar da penúria da Fazenda seria ele o primeiro a votar uma quantidade avultada, mas quanto ao pagamento do ordenado pelo tempo que estive ausente, não o podia fazer, porque era contra a lei. Queixei-me então da publicação do escusado, dizendo que o público que visse o meu nome no livro da porta, escusado por um amigo meu em uma pretensão minha, deveria supor que essa pretensão era além de injusta, excessiva e extraordinária. A isto respondeu Martim Francisco que em cousas de ofício falava o dever e não a amizade, que eu tinha feito um requerimento e que esse requerimento devia ter um despacho. Não falei mais nisso e no dia seguinte dirigi-lhe um ofício oferecendo para as urgências do Estado tudo quanto até aquele dia o erário me devia. Martim Francisco respondeu-me por uma portaria que o Imperador agradecia esta nova prova do meu zelo pela causa pública. É de notar que, além do tempo em que estive ausente com licença, ainda se me deviam ordenados atrasados, que não havia recebido por negligência minha ou pelo atraso em que se achava então o erário. O meu requerimen-

to assim escusado deve achar-se no Tesouro, bem como o ofício pelo qual ofereci tudo quanto se me devia para as urgências do Estado e o registro da portaria em resposta de Martim Francisco. A perseguição deu cabo de uma parte de meus papéis e o incêndio levou o resto. Não me ficou senão a memória já enfraquecida pela idade e pelo desgosto da vida pública.

Não obstante ser este fato de notoriedade pública, pois constava de documentos oficiais, como são o despacho de ministro e portaria em resposta à minha oferta, houve quem me caluniasse depois, dizendo que eu recebera do Tesouro somas avultadas para ir a Pernambuco, onde nada fizera. Mas o caluniador era um homem tão ambicioso e invejoso que a sua calúnia nem sequer satisfez ao provérbio que dela sempre fica alguma cousa.

Depois do acontecimento memorável de 1º de junho de 1822, pelo qual a província de Pernambuco uniu-se ao Rio de Janeiro e reconheceu o príncipe como regente do Brasil e tão independente no exercício das suas altas funções como seu pai o era no governo de Portugal; estando já a partir a deputação pernambucana, composta de 3 de membros, para ir ao Rio de Janeiro render as devidas homenagens ao príncipe e manifestar a firme opinião da província de permanecer unida ao Rio de Janeiro na santa causa de que se tratava; estando eu também próximo a deixar Pernambuco, pois que só me faltava para isso ocasião propícia que [me] levasse à Bahia, chegou a Pernambuco procedente do Rio de Janeiro o desembargador Bernardo José da Gama. Sinto não poder, porque me falha a memória, fixar o dia da chegada deste indivíduo, mas ela devia ter acontecido nos fins de junho, sendo hoje fácil de verificar, uma vez que se recorra às notícias marítimas da folha oficial do Rio de Janeiro, onde se pode encontrar o dia da partida.

Quando o Gama saiu do Rio de Janeiro ainda não havia ali chegado a notícia do memorável acontecimento do 1º de junho. As comunicações entre Pernambuco e o Rio de Janeiro eram então bem pouco frequentes. Gama ao chegar a Pernambuco ficou surpreendido com o memorável acontecimento do 1º de junho e não pôde disfarçar a contrariedade que esse acontecimento lhe causava. Procurou-me imediatamente e eu o recebi sem o menor disfarce nem suspeita, posto já soubesse do descontentamento em que ele se achava. Gama ao princípio da conversação não se

pronunciou a respeito de 1º de junho; todo o seu propósito foi falar contra José Bonifácio, dizendo-me que a maçonaria é que o mandara a Pernambuco para acelerar a união com o Rio de Janeiro; que ele era o agente e o representante da maçonaria; que José Bonifácio era um homem de ideias retrógradas, já desconceituado, e que era necessário que de toda a parte os bons brasileiros concorressem para o derribar do poder. Quanto ao 1º de junho, com o qual ele Gama não contara, não lhe parecia completo e que ele estava disposto a fazer as cousas por outro modo. Não refiro palavra por palavra, refiro tão-somente o sentido das palavras do Gama, que tinham por fim desacreditar José Bonifácio e derrubá-lo do poder para que ele e outros se amparassem [*sic*] dele.

Respondi a Gama que a sua chegada era para mim uma surpresa, porque ninguém do Rio de Janeiro me havia participado, mas que todavia estimava muito porque eu não tinha ambição pessoal e que todos os meus esforços se reuniam em favor triunfo da causa do Brasil; que estava a partir para o Rio de Janeiro e que por motivos particulares não ia na escuna de guerra *Maria Zeferina*, que transportara a deputação; que me parecia que os pernambucanos já não precisavam que os esclarecessem acerca das intenções do Rio de Janeiro, que estavam bem ao fato de tudo e eram de um caráter tão nobre que o duvidar deles seria um atentado contra o bom senso, que uma só cousa tinha que pedir e recomendar a S.Sª e era que, sendo necessário, empregasse toda a sua influência para que se não dissolvesse tumultuariamente a junta provisória do Governo; que eu a tinha sustentado, posto a não julgasse boa, somente para evitar a sua queda por uma ação tumultuária. Que era melhor esperar pelas providências do príncipe do que preveni-las por atos ilegais, que praticados uma vez não se lhes conhecia o termo. Este meu discurso não fez boa impressão no ânimo de Gama. Ele só tinha em vista o seu engrandecimento e a destituição de José Bonifácio.

Deixei Pernambuco dias depois, e ali ninguém soube nem como nem para onde fui. Levei comigo apenas um saco com roupa e deixei na casa da minha cunhada, sem lhe dizer adeus, os meus baús e toda minha bagagem. Deram-me por morto e assim o participaram para o Rio de Janeiro.

Gama, como o seu fim era o seu engrandecimento e a destituição de José Bonifácio, aproveitando-se da minha ausência, fez logo uma revolução contra a Junta do Governo, o que era cousa muito fácil, para a dissolver e elevar-se ele à presidência do novo governo e dali contrariar a administração de José Bonifácio no Rio de Janeiro. Não lhe faltava força para dissolver um governo que não gozava da afeição pública; mas ele mesmo não gozava dessa afeição para ser escolhido para o substituir. A Junta foi dissolvida tumultariamente, mas Gama não foi eleito nem presidente e nem sequer membro da nova. O seu desespero foi tal que disparou em invectivas e intrigas que muito mal fizeram à causa naquele tempo.

Gama, apesar de sua ambição, não prosperou tanto como desejava. Não era amado nem em Pernambuco, sua terra, nem no Rio de Janeiro, nem em nenhuma outra parte, onde tivesse estado. Tinha sido juiz territorial em várias províncias e em todas brigado e saído mal com todos. Do Maranhão, tal foi a desesperação em que pôs o capitão-general D. José Tomás de Meneses, que saiu preso e em ferros por ato arbitrário e violento desta autoridade. Mas Gama não perdia ocasião de requerer e alegar serviços. Aproveitou-se da dissolução da Assembleia constitucional em 12 de novembro de 1823 para fazer causa comum com os autores e conselheiros desse inconsiderado e perigoso ato. Para os ganhar em seu favor dilacerava por palavras e por escrito a reputação dos Andradas e seus amigos. Era então moda caluniar a uns e a outros. Gama excedeu a todos no desempenho desta tarefa. Em todos os seus escritos contra os Andradas reservava para a minha pessoa [*truncado*] mas, apesar disso, não alcançava tudo o que queria. O Brasil independente e [*truncado*] contemplado na larga lista dos titulares com que [*truncado*]. Foi uma pena, porque então a lista seria completa. Gama redobrou de esforços, e em uma alegação de serviços que publicou pela imprensa disse que eu nada fizera em Pernambuco e que recebera do Tesouro largas somas, e que ele, que tudo fizera, nada havia recebido. Foi então contemplado com o título de visconde de Goiana.

Da minha parte nunca aleguei serviços, nunca pedi recompensas e posso afirmar que até hoje, 17 de dezembro de 1860, ainda não fiz nem uma só petição pedindo recompensa e considerações do Estado. As secretarias de Estado lá estão e podem certificar se isto é verdade ou não.

Quanto a Pernambuco, apelo para as cartas que dali escrevi a José Bonifácio de Andrada, e a José Joaquim da Rocha, aquele como ministro de Estado e a este como membro da sociedade a que eu pertencia para levar a efeito a independência do Brasil. A um e a outro logo na primeira carta que escrevi disse, verbais palavras: “Os pernambucanos não precisam que os estimulem para irem adiante; pelo contrário, se alguma coisa temos a fazer é puxar para trás, para que não vão muito depressa.” Estava tão convencido desta verdade que lhes não quis tirar a glória do ato de 1º de junho, que era deles, comparecendo eu na sessão pública em que se reuniu a Câmara Municipal do Recife e a Junta Provisória do governo para ouvirem a vontade da província. Se ali compareci no momento da maior dificuldade, em que a preponderância da Junta ia fazendo vacilar o ânimo dos assistentes, foi porque fui para isso buscado e procurado em minha casa da Rua do Vigário pelos Srs. Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda e Dr. Manuel Pedro Maia, e ainda no palácio do governo, dizendo a minha opinião aos meus amigos, recusei entrar na sala das sessões e só o fiz quando fui a isso compelido por um movimento repentino do coronel José de Barros Falcão. Veja-se o relatório que dessa memorável sessão fez o presidente da junta Gervásio Pires Ferreira e dirigiu às Cortes de Portugal. Foi impresso em Lisboa nas folhas do tempo e deve achar-se registrado no livro competente da secretaria do governo de Pernambuco. Gervásio confessa que eu entrei estando já a sessão muito adiantada, que à minha presença, ele pedira e bebera um copo d’água e concluía por assinar a ata com declaração de que o fazia por ser isso da vontade do povo. Se, pois, algum serviço fiz foi em esclarecer os pernambucanos sobre as intenções do Rio de Janeiro, dando conhecimento do verdadeiro estado das cousas e não compelindo ou seduzindo a homens que desejavam a independência do Brasil tão ardentemente como eu. O Sr. Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, acima referido, atualmente senador e presidente do Senado, e cuja probidade não precisa de elogios, pode dizer se nesta minha narração há alguma coisa de inexato. O Dr. Maia, também acima referido, já não existe: com a sua morte prematura o Brasil perdeu no mês de janeiro um entusiasta da independência e eu um amigo.

Por acaso tinha ambição pessoal o Imperador e da criação da imperial ordem do Cruzeiro, [ilegível] da causa do Brasil; [ilegível] de fa-

zer a lista das pessoas das províncias do Norte que haviam trabalhado para a independência, a fim de serem contemplados com a nova ordem, que era o prêmio do mérito. Fiz a lista com todo o escrúpulo e a apresentei ao ministro, não dentro de 24 horas, como ele exigia, mas depois de três dias de reflexão. Ao lê-la José Bonifácio apertou-me três vezes a mão em prova de satisfação de não me achar contemplado nela. Tinha intenção, disse-me então, de o distinguir não o contemplando no despacho. Era o mais que lhe podia fazer, porque o igualava a mim: mas se o seu nome viesse nesta lista não teria remédio senão mudar de propósito, e isto muito me custaria. Agradei a José Bonifácio esta grande prova de amizade que me dava. Mas qual não foi minha admiração quando no dia da coroação, lendo no palácio da cidade a lista dos despachos, deparei com o meu nome no número dos cavaleiros! Contrariava o que José Bonifácio me havia dito e tanto me havia lisonjeado, e era uma mercê que pelo menos me desigualava dos meus amigos e companheiros contemplados em grau superior na mesma ordem. Confesso que me fez grande impressão naquele momento. Quis logo falar a José Bonifácio para lhe pedir uma explicação, mas não foi isso possível senão à noite no teatro. As ocupações do dia nos trouxeram quase sempre separados. José Bonifácio ignorava que o meu nome estivesse na lista e nem podia compreender como fora ali introduzido. Esta declaração tranquilizou o meu espírito e no dia seguinte tratamos ambos de examinar o negócio. Moitinho, que havia feito a lista, é quem podia decifrar o enigma, e ele o fez apresentando um quarto de papel que havia recebido do Imperador na véspera à noite do dia da coroação e pelo qual S.M. determinava do seu próprio punho o dito despacho de cavaleiro do Cruzeiro. Em presença de tal papel escrito da mão do Imperador, que mostrava ser o despacho espontâneo da vontade de S.M., fiquei por extremo satisfeito e nenhum outro despacho, por maior que fosse, conferido de outro modo, podia ser, como este, tão lisonjeiro à minha vaidade, nem tão conforme com os meus sentimentos. O bilhete do Imperador assim escrito em um pedaço de papel, Moitinho o colou em uma folha para ficar na respectiva secretaria de estado, onde se deve encontrar nos papéis daquele tempo.

O Imperador já me havia dado outra prova de estima e consideração nomeando-me em 12 de outubro de 1822, dia da sua aclamação, moço da sua imperial Câmara. Foi o único despacho daquele memorável

dia. A primeira assinatura que fez como Imperador foi em meu favor. No 1º de dezembro seguinte, dia da coroação, é que fez os outros despachos da Casa Imperial. Devo dizer, para nada ocultar, que depois do meu regresso de Pernambuco e do Imperador de S. Paulo, S.M., conversando comigo benignamente, perguntou-me se eu não tinha alguma pretensão, que dissesse o que queria. Respondi que não tinha pretensões, que nada queria para mim pessoalmente, e que só desejaria ser criado do 1º Imperador do Brasil independente e constitucional. A nossa conversa a este respeito terminou aqui.

O meu desinteresse não podia ser maior: não tinha em vista, não anelava senão ver firmada a independência e consolidado o Império do Brasil. Não queria outra cousa, não tinha outra ambição. Tive em minha mão a eleição dos deputados do Rio de Janeiro à Assembleia Constituinte, e nas mãos dos meus amigos as deputações de S. Paulo e Minas Gerais, e não quis ser deputado! Respondi sempre aos amigos, que me compeliavam a entrar no número dos candidatos, que eu era muito moço, e que não tinha ainda a experiência necessária para desempenhar tão altas funções; que fora da Câmara podia ser mais útil do que dentro dela. Se as eleições do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo não satisfizeram completamente, a culpa não foi minha, porque para acertar na escolha empreguei todos os desvelos da minha capacidade, tanto quanto a influência que tinha me permitia então.

Reconheço que não devo fazer o elogio do meu desinteresse, porque ser desinteressado era o meu dever. Eu era então moço, na flor da idade, de imaginação viva e coração ardente, não podia manchar-me com a ideia do interesse pessoal. Esta mesma virtude tinham os meus amigos, e neles mais rara, porque eram muito mais velhos do que eu. A época era de desinteresse e heroísmo, como os fatos estavam provando e cada vez mais, à proporção que nos afastamos dela, e nós não podíamos fazer o contrário do que a época exigia, do que era do nosso tempo. Todavia, contarei ainda, posto que fora do lugar, uma anedota a respeito do meu desinteresse.

Com a independência ficou vago o ofício de vedor da chancelaria-mor, porque o seu proprietário José Maria Raposo tinha já precedido à corte portuguesa na ida para Portugal. Eu pertencia àquele tribunal, era o mais antigo dele e considerado o mais hábil. Já se tinha criado o emprego de contador para zelar a Fazenda Pública, que a ignorância do vedor desbaratava, e aquele emprego foi dado ao meu pai, servido por mim, a quem depois foi

conferido de propriedade. Achando-se, pois, vago o ofício de vedor, tinha eu por todas as razões direito a ele. O ofício era de grande importância e também de grande rendimento, rendia de emolumentos para cima de 8 contos de réis, moeda daquele tempo. Martim Francisco, ministro da Fazenda, homem de justiça direita, de antes quebrar do que torcer, propôs ao Imperador a minha nomeação. S.M. declinou a proposta, dizendo que já tinha prometido o ofício a Francisco Xavier Raposo, irmão do proprietário que se tinha ausentado e que já estava servindo em nome dele. Martim Francisco replicou que uma promessa officiosa de S.M. não podia destruir um direito adquirido; e que demais Francisco Xavier Raposo era um homem incapaz e indigno de semelhante ofício; que era um militar e que não devia sair de sua carreira para invadir a carreira dos outros; que era um militar português e tão incapaz que levava baixa em Portugal do posto de capitão por uma ordem do dia do marechal Beresford, que assim desonrado viera para o Brasil, onde, por empenhos do médico Manuel Vieira da Silva, barão de Alvaizere, fora por decreto restituído ao posto de capitão no estado-maior do exército do Brasil e promovido a major, e finalmente que não devia ser nem era compatível com as circunstâncias nomear semelhante homem para um emprego importante, que ele não sabia exercer e para o qual havia outro com direito adquirido e este brasileiro e benemérito.

O Imperador insistiu, e Martim Francisco declarou a S.M. em conselho que jamais referendaria o decreto que conferisse a Francisco Xavier Raposo a propriedade do ofício de vedor da chancelaria-mor. Os outros membros do conselho não tomaram parte nesta discussão. José Bonifácio deu-me parte do ocorrido no mesmo dia, louvando muito a firmeza de caráter de seu irmão Martim Francisco. Eu também a louvei, mas disse a José Bonifácio que eu não pretendia nem queria semelhante ofício e que se o quisesse desistia, porque por forma alguma consentia em ser causa de uma cisão no conselho. Fiz outras ponderações, que foram louvadas por José Bonifácio, e no dia seguinte fui ter com Martim Francisco, a quem repeti as ponderações que já tinha feito a seu irmão, concluindo que jamais aceitaria o ofício de vedor da chancelaria-mor que o Imperador bem ou mal havia prometido. Francisco Xavier Raposo foi provido do ofício vago pela ausência de seu irmão e também no posto de tenente da guarda imperial dos archeiros, que seu irmão serviu no Rio de Janeiro. Ora, o que

é mais galante é que o irmão José Maria Raposo, que tinha ido para Portugal, foi depois indenizado pelo Brasil em moeda sonante da perda dos seus ofícios, que ele abandonou e que não podia por estrangeiro exercer.

Depois deste acontecimento José Bonifácio ofereceu-me e insistiu comigo para aceitar uma missão diplomática nos Estados Unidos da América do Norte. José Bonifácio considerava a missão diplomática nos Estados Unidos como sendo a mais delicada e da maior importância e para a qual era necessário um homem de inteligência e confiança. Não aceitei, resisti a toda a insistência de José Bonifácio. Mais tarde soube que oferecera esta missão a Moitinho e que este a não aceitara, para não perder o lugar que tinha de oficial de gabinete do ministro.

No Ministério dos Andradas recebi duas mercês, como já disse, e estas tão pequenas que só tinham valer pela espontaneidade com que foram conferidas pelo Imperador, por ele tão-somente, porque de uma nem o ministro teve notícia senão depois de pública, como já referi. Dissolvido o Ministério dos Andradas fiquei na posição em que estava, não tinha nada, fiquei sem nada, porque já nem sequer exercia os ofícios que tinha na chancelaria-mor, conferidos pelo Sr. D. João VI e que eram meus de propriedade. Nesta posição me achou a dissolução d'Assembleia Constituinte, nesta posição fui perseguido, posto em processo e obrigado a emigrar para salvar a vida do furor daqueles que nas noites de 12,13 e 14 de novembro pediam em alta voz pelas ruas da cidade a minha cabeça. Estes eram mandados por outros, que a desejavam ver separada do meu corpo.

Já se vê que não recebi despacho nem recompensa alguma pecuniária, como assoalhou Bernardo José da Gama pela imprensa, que eu havia recebido para ir a Pernambuco. Este pobre Gama, depois de ser elevado, à força de falar mal de mim e dos Andradas, ao título de visconde, contentou-se com o prêmio e diminuiu a sua agressão. Eu, quando li um dos seus impressos, que me remeteram para a Europa, sempre lhe escrevi uma carta, na qual, não me queixando de suas calúnias, disse tão-somente que lhe fazia doação de tudo quanto eu havia recebido do Tesouro para ir a Pernambuco, ou por outro qualquer título, podendo ele tirar certidão, à vista da qual receberia a soma doada. Não me respondeu a esta carta, e eu não consenti que fosse impressa, como desejavam os meus amigos. Não sei se foi por desprezo ou por caridade.

Devo repetir que os pernambucanos em tese não precisavam de mim, nem de ninguém para se pronunciarem, como fizeram, com veemência pela santa causa da independência. Não direi o mesmo em hipótese, porque precisavam de quem os esclarecesse acerca das intenções do Rio de Janeiro, e tinham um governo sombrio, que adotara a política expectante, sem querer tomar desde logo parte nos acontecimentos que se desenrolavam em todo o Brasil. Esta tarefa me caiu em sorte, e eu a executei com tanto prazer como felicidade. Ainda hoje, e já lá vão 38 anos, na reflexão da velhice considero o tempo mais feliz da minha vida aquele que passei entre os briosos pernambucanos.

Nessa ocasião quis a minha boa ventura que eu pudesse contribuir para poupar a Pernambuco um grande embaraço que se lhe preparava em um futuro muito próximo, e este serviço feito a Pernambuco foi em utilidade da causa da independência e por isso geral ao Brasil inteiro. Nunca o articulei para merecer louvores, nem recompensas, e hoje pela primeira vez é que dele falo.

Em fins de fevereiro de 1822 (não me recordo o dia) chegou a Pernambuco uma esquadra portuguesa comandada pelo chefe de divisão Francisco Maximiliano de Sousa. A capitânia desta esquadra era a nau *D. João VI*. Trazia a bordo o general José Correia de Melo e um regimento com o título de provisório comandado pelo coronel Antônio Joaquim Rosado. As ordens que trazia eram de desembarcar em Pernambuco o general, para ali tomar o comando das armas em substituição de José Maria de Moura, que já se tinha ausentado, e continuar a sua derrota para o Rio de Janeiro, caso de achar Pernambuco tranquilo e bem submisso a Portugal, e no caso contrário de desembarcar também ali o regimento provisório e operar com a esquadra para manter a união com Portugal.

A aparição desta esquadra causou grande sensação, e enquanto permaneceu nas águas de Pernambuco pode-se dizer que os pernambucanos não dormiram mais. Eram todos de uma voz, e a multidão era imensa pelas praias e desembarques, “nada de tropas portuguesas”. Gervásio mandou a bordo da nau dizer a Francisco Maximiliano que visse ele mesmo qual era o estado de desconfiança em que se achava o povo, mas que esse povo era constitucional, fiel e unido a Portugal de coração, e que só receava o despotismo, viesse de onde viesse; que convidava o general José Correia

de Melo nomeado para comandar as armas da província a desembarcar e vir a terra observar pelos seus próprios olhos se era isso exato ou não. O general desembarcou, mas eu já estava a bordo da nau com Francisco Maximiliano, de quem era amigo. Não direi o que se passou entre nós dois, porque não é necessário. Francisco Maximiliano imediatamente se decidiu a seguir para o Rio de Janeiro com o regimento provisório. José Correia de Melo ficou em terra e tomou posse do governo das armas. A população do Recife tranquilizou-se e dois dias depois já ninguém falava da esquadra que tantas apreensões havia causado.

A esquadra chegou ao Rio de Janeiro, se não falha a minha memória sem o recurso dos meus papéis, cujos restos acabaram em um incêndio, no dia 9 de março.

A fortaleza de Santa Cruz a fez fundear debaixo de suas baterias, e Francisco Maximiliano (e Rosado) foram convidados a desembarcarem. Conduzidos à casa de José Bonifácio de Andrada, onde se achava o príncipe regente, Francisco Maximiliano entregou ao ministro a carta de que era portador, que eu havia escrito a bordo da nau fundeada no Lameirão e que ele conhecia o conteúdo; e ali assinou com o coronel Rosado a declaração de que obedeceria em tudo às ordens do príncipe regente. Esta declaração foi impressa e de todos conhecida, assim como quais foram as ordens do príncipe a respeito do regimento provisório e da esquadra, coisa que ninguém ignora.

Se o regimento provisório ficasse em Pernambuco e a esquadra operasse com ele, não seria isso mais do que um novo obstáculo a vencer, mas este obstáculo não duraria muito, graças ao denodo e brio dos pernambucanos, mas havia de custar caro, porque uma só vida brasileira que se perdesse seria uma perda de grande valor e de lamentar para sempre. O que aconteceu foi o melhor e quem contribuiu para que isso assim acontecesse prestou relevante serviço ao seu país.

Vou agora contar uma anedota somente para ter ocasião de referir o nome de um militar que prestou em Pernambuco bons serviços à causa da independência, e de quem nunca mais, nesta vida de peregrinação em que ando desde então, tenho ouvido falar.

Chegou a Pernambuco por arribada forçada a bordo do navio francês em sua viagem do Rio de Janeiro para Lisboa o marquês de Angeja.

A marquesa achava-se em sua companhia, bem como uma filha do conde dos Arcos, e a comitiva se compunha de pouca criadagem. Estes viajantes tomaram aposento em um hotel do forte do Mato, servido por um francês. Não me recordo, por ser cousa muito indiferente, o dia em que chegaram a Pernambuco. Foi em fins de abril. O navio descarregou para consertar e o conserto não sendo pequeno, a demora também o não era. Mas esta demora começou a causar desconfiança no povo, e o marquês por ato irrefletido aumentou essa desconfiança, que ia sendo fatal. No dia 13 de maio, aniversário natalício do rei D. João VI, o marquês entendeu que o devia festejar, vestiu a sua farda de camarista e foi congratular-se com o general José Correia de Melo. Em poucos instantes o quartel-general se achou rodeado de uma multidão, pela maior parte armada, que pretendia ver naquele ato de corte uma traição. A multidão crescia em número, o quartel-general trancou-se o mais que pôde, e o medo dentro dele era tão excessivo como a fúria dos sitiantes. Nesta triste circunstância fui procurado pelo capitão d' artilharia Antônio Cardoso Pereira de Melo, que estava às ordens do quartel-general e vinha pedir o auxilio da minha pessoa para salvar a vida do marquês e calmar a irritação pública. Parti imediatamente e cheguei a tempo, porque um momento mais tarde já não teria podido evitar um desastre. Falei ao povo; o povo tinha confiança em mim e me ouviu. O povo pernambucano é tão valente como generoso. A multidão se dispersou sem cometer a mais pequena violência. Levei o marquês para minha casa, restituiu-o à sua família e o mandei para Lisboa o mais depressa possível.

O capitão Antônio Cardoso Pereira de Melo era natural da Bahia. Tinha um irmão, o padre José Cardoso Pereira de Melo, membro da junta provisória da Bahia. Este padre era o homem mais corajoso que tinha aquela Junta, composta de bons brasileiros, mas todos de caráter fraco para as circunstâncias, como terei ainda ocasião de referir. O capitão Antônio Cardoso era homem que não gostava de aparecer nem figurar, tinha feitos bons estudos e era talentoso. Mantinha-se no seu posto às ordens de um general português, mas dali prestava bons serviços à causa da independência. Por mais de uma vez comunicou-me o seu pensamento de demitir-se, e eu sempre o obriguei por motivos bem ponderosos a continuar no serviço do quartel-general. Cooperou comigo e deu muito boa conta de tudo de

que o encarreguei. Para referir o nome deste benemérito militar é que conto esta anedota do marquês.

13

Este fato é desconhecido quanto a mim, pelo menos. Pode ser que seja verdadeiro, mas neste caso deve ser sabido e constar em alguma parte. Naquele tempo não ouvi falar dele, nem que nenhum francês influísse na deliberação do Rio Grande do Norte em se reunir ao Rio de Janeiro para a independência. Na minha emigração, em consequência da dissolução da Assembleia Constituinte, conheci em Paris este Eugène Garay de Monglave e com ele tratei até o meu regresso para o Brasil. Era moço de boas maneiras, escritor público e falava a língua portuguesa. Traduziu e publicou em francês alguns romances portugueses. Dizia-me que aprendera a língua no Brasil e que estivera no Rio Grande do Norte, mas nunca me falou dessa parte que tomara nos acontecimentos políticos daquela província. Mas seja como for, este tópico é tão estranho à minha biografia que o não revelo aqui senão como esclarecimento para a história em geral.

14

Já se viu que foi a província de Pernambuco e não eu que mandou uma deputação ao Rio de Janeiro para prestar homenagem e reconhecer o Príncipe Regente independente do Brasil. Esta deliberação foi tomada na memorável sessão de 1º de junho de 1822 e inscrita na ata daquele dia. Não partiu com a brevidade que era de desejar, porque Gervásio Pires Ferreira, presidente da Junta do Governo, a essa partida pôs todos os embaraços que pôde. Ora, eram os deputados que não estavam prontos, ou um deles se achava incomodado de saúde. Um dos membros da deputação, que em conformidade da ata devia ser da escolha da Junta Provisória do Governo, era Filipe Néri Ferreira, parente de Gervásio e membro da mesma Junta. Concorreu eficazmente com o seu parente para demorar a partida. Ora, era à escuna que faltava uma cousa ou outra e Manuel de Carvalho Pais de Andrade, intendente da Marinha, nunca acabava de fornecer de todo o necessário para poder partir. Também o comandante, que era um oficial de marinha nascido em Portugal, de nome Saturnino, não me lembro de que, cooperava voluntariamente para esta demora. Mas, enfim, não podia ela

ser longa, porque as circunstâncias urgiam e os pernambucanos não eram homens para se deixarem embalar por esses meios dilatatórios; reduziu-se a alguns dias de mais do que em caso contrário seriam necessários. Gervásio e seus amigos da política expectante e república pernambucana esperavam sempre que algum acontecimento político viesse, no entanto, destruir a ata do 1º de junho e anular a deputação. Não aconteceu assim. Com a demora de alguns dias mais do que era necessário partiu o vaso de guerra que levava a deputação. A sua chegada ao Rio de Janeiro foi um dia de festa; a cidade iluminou-se espontaneamente, e no teatro aplaudiu-se com vivo entusiasmo a união de Pernambuco. O Príncipe Regente recebeu a deputação em audiência solene no paço da cidade. O que a biografia refere acerca dessa audiência é exato. O príncipe, depois de receber a deputação, chegou a uma janela da sala do trono e disse à multidão do povo que enchia o Largo do Paço, ansiosa de saber o resultado da audiência: *Pernambuco é nosso!* Os vivas da multidão ao príncipe, a Pernambuco, a José Bonifácio, e até a minha humilde pessoa, troaram por algum tempo.

A deputação, porém, como tinha dentro de si a pessoa de Filipe Néri, que exercia sobre os seus colegas influência decisiva, porque enfim era membro do governo que ainda distribuía a seu sabor os empregos da província e os dinheiros dela, não foi intérprete fiel dos sentimentos da província que representava. O seu discurso era pálido, irresoluto e sem vigor, não parecia pernambucano. Mas a alegria pública era tal que nem nisso se reparou. O fato da união absorvia tudo.

A deputação anulou-se completamente e só ficou Filipe Néri tratando por si só com o governo. A questão mais delicada que havia a resolver era a militar e infelizmente o ministro da Guerra, posto que excelente patriota, não podia ser mais apoucado do que era. Filipe Néri abusou da simplicidade do ministro e este por uma ordem pôs a disposição da Junta de Pernambuco a sorte dos militares naquela província. A Junta não deixaria de vingar-se daqueles que a forçaram à união com o Rio de Janeiro. E nem o contrário se podia esperar de homens ulcerados pela paixão política e despeitados pelo malogro de seus projetos. Esta ordem, porém, do ministro da Guerra Luís da Nóbrega Pereira não chegou a produzir todos os seus perniciosos efeitos, porque foi derogada a requisição minha logo à minha chegada ao Rio de Janeiro.

Cumpra saber em resumo qual era a situação militar de Pernambuco, para melhor avaliar o alcance da ordem do ministro da Guerra alcançada por Filipe Néri.

Em consequência dos acontecimentos políticos de 1821, a disciplina estava abalada e a tropa se achou dividida em dois campos. A maior parte tinha pelejado para a expulsão do general Luís do Rego e a menor pela sustentação dele. Luís do Rego promoveu aqueles oficiais que naquela ocasião lhe ficaram fiéis e a Junta de Goiana promoveu os outros. Havia duas promoções, uma que tinha ido para Lisboa a fim de ser confirmada, e a outra pela Junta, que precisava de confirmação. Os oficiais promovidos de ambas as partes já usavam das insígnias e os da Junta recebiam o respectivo soldo. As duas promoções não atenderam nem às antiguidades, nem ao mérito, foram obra política e das circunstâncias. Era pois necessário definir e regular a posição de cada um, e esta delicada tarefa o ministro Nóbrega cometa à Junta Provisória, que havia sido forçada pelos oficiais promovidos pela Junta extinta de Goiana a se unir ao Rio de Janeiro! Luís Pereira da Nóbrega, era, como já disse, bom patriota, entrou no número dos nove primitivos que organizaram a resistência a Portugal, mas não tinha a capacidade necessária para ser ministro e pela sua boa fé cabia no laço grosseiro que lhe armou Filipe Néri e que podia ter tido consequências funestas se porventura prevalecesse por muito tempo.

15

Formei esse projeto, é verdade, e a respeito dele guardei o mais inviolável segredo. Para o Rio de Janeiro, nem a José Bonfácio participei. Desapareci de Pernambuco e todos ali se perdiam em conjeturas sobre o fim que tinha levado, e concluíram pelo desastre dalgum assassinato, e assim o comunicaram a minha família para o Rio de Janeiro. Parti levando um saco com alguma roupa e deixando todos os meus baús na casa em que morei, na Rua do Vigário.

Naquele tempo os navios que vinham dos Estados Unidos, com carregamento de farinha, não entravam a barra, mandavam do Lameirão, onde ficavam a bordejar, a lancha para saber do cônsul se a guerra continuava na Bahia e para lá partiam a vender por bom preço o seu carregamento. Pedi ao cônsul americano que me prevenisse, sem dizer para que,

da passagem do primeiro. Quis a minha má fortuna que fosse uma escuna onde não havia a comer senão carne salgada e bolacha. Vinho não havia e a água era detestável. Arroz cozido com melão e uma gota de aguardente era o que havia de mais delicado e que se dava uma vez por outra. A Câmara era excessivamente pequena e tão mal assediada que todas as manhãs ao romper do dia subia eu para o convés a fim de sacudir de mim não pequena quantidade de insetos que me atormentavam toda a noite. O beliche era tão baixo que só já deitado podia entrar para ele, e do lado da cabeça havia por cima uma barra de madeira que era preciso bastante cautela para poder virar a cabeça sem bater na tal barra. Para esta embarcação parti eu na lancha dela, levando um saco com alguma roupa, alguns papéis e uma boa porção de dinheiro. Disse adeus ao cônsul americano que se despediu de mim, com um sorriso malicioso, mas que nunca revelou a ninguém o destino que eu levava.

Depois de uma viagem tormentosa de 15 dias, combatidos por um sudeste mais ou menos rijo, avistamos a barra da Bahia e a esquadra portuguesa que bordejava fora dela. Não fez caso da nossa pequena embarcação, que já trazia a bandeira americana arvorada. Entramos à barra e fundeamos no porto. A embarcação foi logo visitada por muitos caixeiros portugueses. Eu estava na pequeníssima câmara a vestir-me e ouvia os discursos que eles faziam a meu respeito. Diziam que eu era um agente do traidor D. Pedro, que ia para o Rio de Janeiro, e que a esquadra mandara para a Bahia. Confesso que não gostei do discurso. Apresentou-se-me então um sargento dizendo-me que o acompanhasse para ir dar entrada no palácio da Junta do Governo. Subi para o tombadilho, a caixeirada me fez alas, e eu ouvia os ditérios que em voz baixa eles me lançavam, e assim passei em um bote com o sargento para a terra, onde já se tinha divulgado o boato da minha chegada como agente de D. Pedro capturado pela esquadra. Acompanhei o sargento e observava a curiosidade que eu causava porque o povo parava na rua e os caixeiros corriam às portas das lojas para me verem. Chegado ao palácio da Junta tranquilizei o meu espírito, porque me achei com bons brasileiros que só tinham o defeito da fraqueza.

Ao sair do palácio da Junta pedi ao sargento que me levasse ao quartel-general do Governador das Armas, Madeira. Respondeu que não era necessário, mas cedeu às minhas instâncias. No quartel-general Madeira

me recebeu com demonstrações do maior interesse. Éramos amigos desde Santa Catarina, onde nos havíamos dado muito bem. A Senhora D. Joana, sua esposa, era a todos os respeitos digna de consideração, e em Santa Catarina manteve também com ela boas relações de amizade. Esta senhora tinha uma filha do primeiro matrimônio, D. Júlia, que se achava então casada em Santa Catarina com o coronel Joaquim Soares Coimbra, filho de um antigo governador e natural daquela província. A esta D. Júlia que ficou brasileira ainda me coube a satisfação, sendo eu ministro em Lisboa, de lhe prestar bons serviços em uma complicada questão de inventário por morte de sua mãe, de quem era herdeira na província de Trás-os-Montes.

Madeira convidou-me para ser seu hospede até haver navio que me levasse a Lisboa. Era este o fim, lhe havia eu dito, da minha viagem à Bahia. Não aceitei por motivo que as circunstâncias me sugeriram naquela ocasião. Ele cedeu, mas a Senhora D. Joana não cessou de insistir comigo para que ficasse em sua casa. Prometi de ir jantar com ela naquele mesmo dia e em todos os outros em que pudesse. Madeira mandou que um dos seus ajudantes-de-ordens me acompanhasse até a alfândega, onde precisava ir para retirar a *minha* bagagem. Aceitei a companhia, pensando logo nos meios de evitar dela o conhecimento do que eu chamava a *minha* bagagem e que não era mais do que um saco fechado a chave. Na alfândega falei ao Sr. Joaquim Carneiro de Campos, nela empregado, e em particular a hospedagem que ele me ofereceu com instância em sua casa, para onde ele se encarregou de mandar levar o meu saco e eu fiquei de ir depois do jantar do general.

Não conhecia até então pessoalmente o Sr. Joaquim Carneiro de Campos; sabia que era irmão de José Joaquim Carneiro de Campos, de Manuel e João Carneiro de Campos, do Rio de Janeiro, com que eu estava em boas relações de amizade, e pai de José Tibúrcio Carneiro de Campos, com que eu também cultivei boas relações e a quem havia prestado poucos meses antes, na cidade do Recife, alguns serviços que naquela ocasião eram de importância. Este os havia talvez exagerado ao seu pai, e ali veio a oferta com instância da hospedagem e a minha aceitação conta o que eu tinha resolvido de ir ficar em uma estalagem.

O Senhor Joaquim Carneiro de Campos e sua esposa hospedaram-me com tanta amizade e tanta confiança que ainda hoje sinto satisfação em oferecer à memória de um e de outro este tributo da minha gratidão.

O rei o Senhor D. João VI, ao deixar o Brasil, deu às pessoas que ficavam do seu conhecimento o que elas pediram. O bondoso rei sentia não ter mais para dar. A José Joaquim Carneiro de Campos, que era e ficava oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil, fez mercê da propriedade do ofício de Guarda-Mor d'Alfândega de Pernambuco. O novo proprietário nomeou seu serventuário José Tibúrcio e o mandou para tomar posse do ofício naquela província. José Tibúrcio não foi nem era de esperar fosse bem recebido nela; o ofício estava servido por outra pessoa da província e o país se achava no estado convulsivo, que resultava das circunstâncias políticas que tinham roto todos os laços da antiga obediência. A posição de José Tibúrcio era pois crítica, odiosa mesmo, e foi necessário todos os meus bons ofícios para que ele saísse dela e se retirasse são e salvo.

Saindo deste desvio, ato já o fio desta nota. Regressei com o ajudante-de-ordens que me acompanhava ao quartel-general. Jantei com o general e a sua esposa. Cordial e amigável foi a nossa conversação. Como é de presumir, a máxima parte dela versou sobre as circunstâncias políticas e a defesa da Bahia. Dirigir bem a conversa para o fim de irmos naquela mesma tarde visitar a linha de fortificação que se estava fazendo. A minha segurança pessoal exigia que os dominadores da Bahia me vissem em boa harmonia com o general Madeira. Depois do jantar montamos a cavalo e partimos para esta digressão. A companhia era numerosa e toda militar, com a única exceção de minha pessoa. Compunha-se do general Madeira com seus ajudantes-de-ordens, o coronel Pereira, comandante do batalhão 12, e três oficiais mais deste corpo, que eram meus conhecidos, dois oficiais de engenharia e alguns outros oficiais de diferentes corpos que não eram meus conhecidos. Voltando ao quartel-general, onde tomei chá e mais tarde fui para a casa da Senhora Joaquim Carneiro de Campos, onde dormi aquela primeira noite e estabeleci dali por diante a minha residência. Um ajudante-de-ordens e duas ordenanças do general me acompanharam neste curto trajeto. A minha reputação entre os dominadores da Bahia ficava estabelecida sob estes bons auspícios e eu podia dali por diante, empregando muita precaução, tratar dos fins que me fizeram empreender aquela perigosa empresa.

A Bahia tinha uma junta de governo composta de bons brasileiros que só tinham como já disse o defeito da fraqueza. A província está quase toda revoltada contra a dominação portuguesa, e daquelas partes que ainda se não sabia chegava todos os dias à cidade notícia da revolta e da separação. Nem a esquadra nem a tropa portuguesas souberam conservar, como tanto lhes convinha, a ilha de Itaparica. Todos os ataques que fizeram depois para reaverem aquele importante posto estratégico foram infrutuosos. Um habitante dele, de nome Lima, nascido em Portugal e que não era militar, se pôs à testa do povo e o defendeu e conservou até a expulsão das tropas portuguesas da Bahia. A cidade ainda tirava recursos de farinha da vila de Nazaré, mas esta vila acabara de revoltar-se e as expedições que Madeira fizera contra ela foram obrigadas pela força do povo a regressarem em toda a diligência. Falei ao major do 13, que comandara a primeira expedição, e este me disse que navegara desde a cidade da Bahia até o funil sem encontrar a menor resistência, mas que ali, sendo a passagem muito estreita e a corrente rápida, se vira de repente assaltado por todos os lados de uma fuzilada tão viva e tão certa que era impossível tentar um desembarque ou continuar a viagem. A sua gente caía morta e ninguém via o inimigo. Nem a metralha de suas peças nem as balas das suas espingardas podiam destruir os inimigos, bem visíveis pelo mal que faziam e completamente invisíveis para serem alcançados. Não via senão arvoredo e detrás dele ninguém caía. Nesta penosa circunstância regressara, tendo perdido alguns homens e trazendo ele o sinal do encontro em uma bala na coxa.

O governo brasileiro no Recôncavo estava organizado e à testa dele as pessoas mais gradas da província. Ao ouvidor de Santo Amaro, Antônio José Duarte de Araújo Gondim, se devia essa reunião. Era a maior autoridade do Recôncavo que abraçava espontaneamente a revolução e era também a pessoa mais inteligente de entre todos. A sua reputação de magistrado íntegro e benfazejo lhe dava o ascendente que ele tão vantajosamente exerceu em todas as classes para organizar a revolução e proclamar a independência. A Junta de Cachoeira tinha forças para se defender dos ataques que porventura os portugueses tentassem contra ela, mas estes não ousaram entranhar-se no país e à Junta faltavam todos os recursos que a pusessem em estado de poder vir atacar e expulsar os portugueses da Bahia.

Os portugueses tinham o mar livre, uma esquadra sua, muitos navios mercantes, uma cidade abastada e um comércio rico em seu favor. Só do Rio de Janeiro podia a Junta tirar os recursos de que precisava para ganhar vitória.

Mas o Rio de Janeiro estava falho desses recursos. Os que tinha lhe eram necessários para sua defesa interna e externa. Estava desde a partida do rei reduzido aos seus próprios recursos financeiros e estes não bastavam. De nenhuma outra província recebia as sobras. O que lhe valia em tão apurada circunstância [eram] a estrita economia e boa ordem que o governo punha no emprego do dinheiro público. Era também, e força é confessar, o desinteresse e a independência de caráter dos homens que então governavam, influíam ou promoviam a resistência a Portugal e à criação de um império independente no Brasil. As discórdias internas não estavam apagadas, nem as rivalidades entre os próprios brasileiros extintos. O partido português minava surdamente e o republicano mais abertamente. Este estava em toda a força de seu direito, porque tratando o Brasil de se constituir, aos seus filhos pertencia escolher a forma de governo em que isso devera ser feito. A discussão era pois lícita, mas era perigosa ao mesmo tempo, porque fracionando com isso os brasileiros, aumentava e consolidava a força portuguesa que eles tinham a debelar.

No meio de tanta dificuldade José Bonifácio era incansável em ocorrer a acudir a tudo. As dificuldades lhe aumentavam a energia e o Recôncavo da Bahia foi prontamente socorrido com tropa, dinheiro e tudo o mais de que precisava. Nada faltou, tudo foi previsto para o fim de confortar o ânimo dos baianos e as esperanças do Brasil.

Mas a Junta do Governo da cidade da Bahia não tinha livre-arbítrio, achava-se coacta pela força militar portuguesa, de quem recebia as ordens e obedecia cegamente. Obrava contra a sua consciência e contra a sua vontade e não ousava resistir. As suas proclamações e todos os seus atos, ditados pela autoridade militar, corriam impressos e faziam mal à causa brasileira, porque os nomes das pessoas que assinavam tais atos e proclamações sendo considerados no país havia sempre quem acreditasse nas palavras que elas eram constrangidas a assinar e a proclamar.

Este mal crescia e era necessário destruí-lo para acelerar a expulsão dos portugueses. Eu estava muito bem com todos os membros da Junta e até com o velho presidente dela, o Sr. Viana. Este tremia de tudo, e quan-

do eu lhe falava na situação e do que era necessário fazer, respondia com um suspiro e contava uma história do bom tempo do marquês de Pombal. Fiz ver aos membros da Junta todo o mal que eles involuntariamente estavam fazendo e propus para sanar esse mal de duas uma, ou a Junta tivesse a coragem de dizer a verdade, que se achando coacta pela autoridade militar se demitia de suas funções, e sobre essa autoridade deixava a responsabilidade das consequências; ou, se essa coragem lhe faltava, tivesse ao menos a de emigrar em massa imediatamente para o Recôncavo. Esta proposta transpassou de medo os membros da Junta. Um só deles, o padre José Cardoso, a aprovou e defendeu. Disse que estava pronto a assinar a dissolução da Junta e a proclamar os motivos dessa dissolução, e que se a Junta decidisse o contrário ou não quisesse emigrar para o Recôncavo, ele só o faria por sua conta e sem perda de tempo. O padre, se bem o disse, melhor o fez. A dissolução da Junta pelos meios por mim indicados produziria grande efeito no Recôncavo e seria o desespero do partido português. Era isto bastante para eu insistir por ela. Declarei então aos membros da Junta que eu ia convidá-los pela imprensa a tomar essa resolução e que motivaria o meu convite apresentando a minuta da proclamação ou manifesto que eles deveriam fazer e publicar. Fui surdo às observações que me fizeram em contrário, principalmente o Sr. Francisco Carneiro de Campos, por quem, fora disso, tinha eu toda a consideração. Francisco Carneiro chegou a dizer-me que se eu fizesse tal seria o mesmo que matá-lo; que cada um deles já tinha uma sentinela portuguesa à porta da casa de sua residência e que a publicação pela imprensa de semelhante proclamação ou manifesto seria o sinal da carnificina. Reconhecia que involuntariamente algum mal fazia a Junta à causa brasileira, mas nem ele nem seus colegas, exceto o padre José Cardoso, tinham valor para afrontar o perigo. Eu era hóspede como já disse de Joaquim Carneiro, devia por isso ter particular consideração do irmão Francisco, mas Joaquim Carneiro, posto não tivesse a inteligência do irmão, tinha a coragem que a esse faltava e aprovava o meu plano. Três ou quatro dias se consumiram nesta negociação e Francisco Carneiro, por fim, já não ousava falar-me nem ir à casa do irmão, só porque eu lá me achava e ele temia que os meus planos fossem descobertos. Todavia, eu o prevenido dia em que o meu artigo apareceria no *Constitucional* e na véspera à noite ele ainda mandou sua sobrinha, a Senhora D. Ana, filha de Joaquim

Carneiro, que estava então em sua casa, para com súplicas me demover do meu propósito.

O Senhor Montezuma já tinha partido para o Recôncavo e deixado a redação do periódico *Constitucional*, que ele havia criado, a Corte Real. As minhas relações com este bom brasileiro se estabeleceram após minha chegada à Bahia. O *Constitucional* era a única folha brasileira que ali existia e não faltava coragem nos que trabalhavam nela entre inimigos que tinham em suas mãos o poder e a força. O meu artigo convidando a Junta a dissolver-se e a motivar esse ato pela coação em que se achava pela autoridade militar, apareceu nesta folha. Fez grande bulha, mas não produziu a carnificina que Francisco Carneiro receava. A imprensa do *Constitucional* alguma coisa sofreu. Corte Real teve de apressar a sua partida para o Recôncavo e eu a minha para o Rio de Janeiro. A publicação do *Constitucional* cessou completamente e eu segui viagem para o Rio de Janeiro a bordo do brigue inglês *Tartor*. Eu me achava munido de uma circular do Senhor Chamberlain, encarregado de negócios da Grã-Bretanha, pela qual este ilustre diplomata me recomendava à proteção dos agentes consulares e dos comandantes e oficiais dos navios de guerra da Grã-Bretanha. Esta circular me foi mandada a Pernambuco por José Bonifácio e muito me serviu em mais de uma ocasião. Em Pernambuco a mostrei a um negociante inglês de nome Roberto Tod e dele recebi importantes serviços. Sirva esta declaração de tributo de gratidão que consagro à nação inglesa pelo interesse que tomou pela independência do Brasil.

O tempo que fiquei na Bahia foi empregado com muito proveito. O resultado foi além das minhas esperanças. Para o Recôncavo entretive correspondência secreta com o desembargador Gondim, pessoa que eu estimava e de quem era amigo. Dele recebi as mais importantes informações, que deviam ser levadas confidencialmente ao conhecimento de José Bonifácio e das quais muito dependia o bom êxito da causa.

O arsenal de marinha tinha por intendente o capitão-de-mar-e-guerra Tristão Pio dos Santos, oficial de bastante inteligência, mas de pouco juízo. Era nascido no Brasil, de pai português e mãe brasileira, nascida na Colônia do Sacramento antes de passar esta para o domínio da Espanha, e era senhora de mais prendas. Tristão, posto que ao serviço de Portugal, estava de coração voltado à causa do Brasil; o que lhe faltava era

saber dar conveniente direção a essa sua boa vontade. Andava vacilante e irresoluto. Eu o tirei desse estado e o pus em bom caminho. À minha partida lhe deixei os meios de fugir para o Rio de Janeiro a bordo do paquete inglês e de deixar a sua família na Bahia para ir depois. Esta separação é o que muito custava a Tristão, receoso de que a família fosse maltratada em consequência de sua fuga, que equivalia aos olhos dos portugueses, na sua qualidade de militar, a uma deserção. O receio era infundado, porque nem os portugueses se lembraram, naquela ocasião de ódios e vinganças, de fazer guerra às mulheres. Na fuga Tristão se dirigiu tão mal que chegou ao Rio de Janeiro, onde eu já me achava, com roupa no corpo com que saíra da Bahia, sem trazer nem mais uma camisa. Foi na minha casa que mudou e vestiu roupa minha para ir apresentar-se comigo a José Bonifácio.

Tristão Pio dos Santos como intendente da Marinha ao serviço de Portugal na Bahia fez o que pôde no interesse do Brasil, servindo a Portugal sem zelo e sem atividade. A necessidade de assim obrar o constrangia, e muitas vezes me lamentou a sua posição. Tinha no Arsenal, entre os próprios portugueses ali empregados, formado certo partido que reprovava tudo o que se fazia em Lisboa e tudo o que se fazia no Rio de Janeiro; era um partido que não queria nem a opressão, nem a independência do Brasil. O que desejava era a união dos dois reinos, e tudo o que pudesse concorrer para essa união era para ele não só o melhor, senão o mais justo. À gente imbuída nesses princípios faltava zelo para o serviço em que estava empregada. Neste número achava-se o construtor do arsenal. Era ele nascido em Portugal, homem robusto e chão. A fragata *Constituição*, que ele tinha em construção, estava quase acabada e podia dentro de poucas semanas ser lançada ao mar. Era um bom vaso de guerra que ia aumentar a força marítima de Portugal. Tristão fez tudo o que dependia dele para demorar o acabamento, mas isso não podia durar sempre e a ocupação portuguesa prolongava-se. Não podendo dar a fragata ao Brasil, entendeu que era melhor destruí-la do que armá-la para nos fazer a guerra. Comunicou-me a sua ideia, mas era necessário a concorrência do construtor, e este obstinadamente não consentiu que se pusesse fogo à fragata, chegando a ameaçar que denunciaria os autores se porventura estes não cedessem do seu intento. Em vão se lhe mostrava que o fogo não destruiria completamente a fragata, porque o Arsenal havia de acudir a tempo, que o que se

pretendia era fazer-lhe um dano que precisasse de muito tempo para ser reparado, e que assim se tirava a Portugal e ao Brasil aquele instrumento com o qual reciprocamente se faziam mal. O construtor foi surdo a todos os argumentos. “Não consinto que se destrua nem se faça dano a esta obra minha”, era por último a sua única resposta. A fragata foi lançada ao mar e armada, mas não fez dano ao Brasil, porque a marinha portuguesa foi para isto impotente. Acha-se atualmente podre e fora do serviço nas águas do Tejo sob a denominação *Duquesa de Bragança*.

As minhas relações com Madeira permaneceram no pé da melhor inteligência. Se afrouxaram no fim da minha estada na Bahia, foi isso mais aparente do que real. Não aconteceu, porém, outro tanto com o coronel Pereira, alguns outros oficiais e principalmente com o comandante da Legião Lusitana, cujo nome completamente escapou de minha memória, não ficando senão o de *Ruivo*, pelo qual era geralmente conhecido¹. A desconfiança a meu respeito eles a traduziam já por fatos, e se não fora a vigilante solicitude da Senhora D. Joana, eu lhes teria caído nas mãos e sido remetido preso para Lisboa. Mas a providência havia determinado diversamente, e eu devia ir pela primeira vez a Lisboa como ministro do Império do Brasil e não como réu maniatado pelos seus inimigos.

A Senhora D. Joana tremia pela sorte de seu marido e lembrava-se com viva saudade de sua filha única, que estava em Santa Catarina. Os seus desejos eram de ver seu marido sair com honra da penosa situação em que se achava e ir viver em companhia de sua filha. Algumas confidências me fizera a esse respeito repetidas vezes, e eu me animei então a fazer-lhe uma proposta, declarando logo que não estava para isso autorizado, como de fato não estava, mas que no caso de ser aceita eu me obrigava a fazer tudo o que de mim dependesse para que o Príncipe Regente o aprovasse. Propus que Madeira entregasse a cidade, expedisse a sua tropa para Portugal, ficando ele e os oficiais que ele quisesse no Brasil. Que se lhe daria o posto de tenente-general (Madeira era então brigadeiro de fresca data) e uma soma avultada para poder contentar a todos, e aos oficiais que ficassem com ele um posto de acesso. Esta proposta foi recebida melhor do

1 Chamava-se João de Gouveia Osório – Nota de uma cópia do Sr. M. L.

que eu esperava, e a Senhora D. Joana ficou de sondar seu marido, posto duvidasse desde logo que ele a aceitasse.

No dia seguinte participou-me com demonstrações de muito pesar que o marido a repulsara, e pediu-me ao mesmo tempo que me abrisse eu com ele sobre o assunto sem o menor receio, porque seu marido não era homem capaz de trair a ninguém, quanto mais a seus amigos. Estas palavras da Senhora D. Joana me fizeram conceber a maior esperança, e já me parecia que ia entrar no Rio de Janeiro levando a notícia da restauração da Bahia devida ao meu zelo somente. Eu era então moço e as ilusões próprias da idade naquela ocasião produziram em mim todo o seu efeito. Não hesitei um instante, e sem refletir nas consequências, com uma segurança incrível, dirigi-me a Madeira e fiz-lhe uma exposição sumária da situação presente e das consequências mais ou menos próximas que deviam resultar, e concluí fazendo a minha proposta nos mesmos termos em que já tinha feito à Senhora D. Joana. Escuso dizer que levei à maior altura o papel que a Providência tinha reservado ao general de ser o pacificador entre Portugal e Brasil. Madeira ouviu tudo com ar sereno e pacífico. Agradeceu-me pela confiança que tinha nele, pois que era necessário que fosse ilimitada para lhe fazer semelhante proposta. Que não se iludia, que conhecia perfeitamente a posição em que se achava, que era a de uma vítima; que a contenda era entre o pai e o filho, que todavia não queriam essa contenda, e que ele, Madeira, como instrumento forçado, qualquer que fosse o resultado, havia de forçosamente sucumbir; que era militar, estava no seu posto e nele aguardava o seu fim desastroso, mas que jamais fugiria da sua sorte à custa da sua honra. Previu bem. Acabou numa prisão, onde esgotou a última gota do cálice da amargura. Depois desta conferência, se observei em Madeira alguma mudança a meu respeito foi em se mostrar mais terno. Uma vez, porém, me perguntou como é que eu conciliara a confiança que tinha nele com a proposta que lhe havia feito. Agora lhe peço que se esqueça, como eu me esqueço, como se não tivesse acontecido.

Logo ao meu regresso ao Rio de Janeiro referi a José Bonifácio toda esta ocorrência, sem esquecer certas pequenas particularidades que não pertencem a este lugar. José Bonifácio entendeu que, pois que a mulher queria, com alguma perseverança se poderia alcançar que o marido quisesse também. A este respeito certas promessas eu havia feito à Senhora

D. Joana. A minha proposta foi feita sem eu me achar para isso autorizado, foi uma proposta particular, que podia ser ou não aprovada. Entendeu-se, portanto, que renovando-se a proposta já autorizada pelo príncipe, o que lhe dava o caráter de certeza, poderia isso talvez mudar a resolução de Madeira. José Bonifácio mandou à Bahia um agente encarregado desta delicada missão. Oferecia a Madeira o mesmo que eu lhe havia oferecido e fixava a soma em 100 contos de réis metálicos. Pelo que me disse José Bonifácio a proposta foi rejeitada. Não me recordo com certeza quem foi o agente que José Bonifácio mandou à Bahia. A multiplicidade de ocorrências, que se precipitavam umas sobre outras, não permitia que fossem todas classificadas ao mesmo tempo na memória. Os nomes dos agentes ficaram esquecidos no turbilhão dos acontecimentos. Todavia, se me não engano, como pode muito bem acontecer, esse agente foi um Paiva, que era secretário da academia de marinha. Seu nome inteiro, com alguma alteração talvez, era José Henrique de Paiva Pessoa. Este agente, antes de partir, veio ver-me mandado por José Bonifácio; mas não foi ele a quem eu entreguei as cartas que então escrevi a D. Joana e a Madeira. Eu as entreguei em mão a José Bonifácio.

Agora, para poder avaliar o que fica dito, é preciso que o leitor faça conhecimento mais particular da pessoa do general Madeira. Eu o mostrarei tal qual o vi e conheci. Madeira era natural da província de Trás-os-Montes, de uma estatura bem acima do ordinário, grosso, bem formado e bonito, mas com pouca barba. A sua voz era extremamente forte e sonora. À testa de um regimento, quando comandava, de uma extremidade à outra da linha todos o percebiam claramente. Não tinha instrução alguma, salvo a prática do seu ofício. Veio para o Brasil no posto de coronel comandante do batalhão nº12 de infantaria, que fazia parte da Divisão Auxiliadora que o rei D. João VI mandou vir de Portugal, depois dos acontecimentos de Pernambuco em 1817. O batalhão 12 de que Madeira era comandante foi transferido em 1819 da Bahia para Santa Catarina. Foi aqui que eu o conheci e cultivei a sua amizade. Em 1820 regressou com o seu batalhão para a Bahia. Não tomou parte na revolução de 10 de fevereiro, pelo contrário se mostrou oposto a essa revolução. O tenente-coronel Pereira foi quem seduziu e levou o batalhão à revolta. A voz pública dizia, não sei com que fundamento, que por dinheiro que recebera para isso. Madeira achou-se

humilhado com o procedimento do seu tenente-coronel. Era a primeira vez que o seu batalhão lhe desobedecia. Apresentou-se no meio da revolta e os soldados, seduzidos pelo tenente-coronel, mal o viram, reconheceram o seu comandante e o aclamaram para não serem comandados por outro. Eis como Madeira se achou comprometido na revolução.

De Lisboa foi promovido a brigadeiro e comandante das armas da Bahia, e Pereira a coronel comandante do batalhão 12. Entre Madeira e Pereira nunca mais pôde reinar boa harmonia.

Madeira, como já disse, acabou a vida em uma prisão ou saiu da prisão para morrer. Pereira, pelo contrário, em consequência dos subseqüentes acontecimentos de Portugal, como era homem para tudo, foi elevado ao título de visconde de Vilar de Perdizes, se não me engano. Não sei se ainda vive; eu ainda o encontrei em Lisboa, já abatido pelo tempo e quase que esquecido dos influentes da época. Disseram-me que não estava mal de fortuna, mas ele me disse o contrário.

A nomeação de Madeira para comandante das armas ofendeu a Pereira. Este se julgava com direito ao posto, por ser ele quem levava a força armada à revolução. Veio depois a Legião Lusitana e Pereira se uniu ao comandante dela contra Madeira. Cabalavam para depô-lo do posto. A insubordinação chegou a ponto que já não havia oficial que não se julgasse digno do comando-em-chefe e que não cabalasse para depor o general. Se não fossem tantos os pretendentes decerto que um deles teria conseguido o seu intento.

Era esta a posição de Madeira entre os seus. Tinha de repartir, pois, a sua atividade contra os inimigos internos e externos. Estava concentrado na cidade da Bahia, onde os recursos de toda a espécie iam escasseando de dia em dia. Tinha o mar livre e uma esquadra à sua disposição, mas essa esquadra nunca soube tirar partido da liberdade do mar e limitou a sua ação em evitar as ocasiões de encontro ou de fugir em vista do inimigo. Não era lisonjeiro semelhante comando das armas, mas quando se considera que Portugal já tinha mandado tudo o que podia e que nada mais lhe restava a mandar, mais sombria se antolha a posição de Madeira. Portugal estava sem dinheiro, sem crédito, sem soldados, e sem vasos de guerra. O que podia fazer?

Foi em tal conjuntura que Madeira com consciência do que fazia e contra as instâncias de sua mulher, rejeitou uma proposta que sem prejudicar a Portugal fazia a sua felicidade! Sem prejudicar a Portugal, digo, porque o fim da contenda não podia ser diverso do que foi. Madeira fica assim caracterizado: era um soldado obediente e fiel ao seu juramento. Não conhecia mais do que isto. Nem o seu discernimento chegava para conhecer até onde cessa a obediência e desobriga o juramento. A contenda não era com uma potência estrangeira, era entre uma mesma família que pretendia separar-se em duas, e uma parte não tinha, até certo ponto, o direito de constranger a outra a permanecer unida.

16

Esta data está errada. Cheguei ao Rio de Janeiro em fins de agosto e não em 8 de setembro, como diz a biografia. Não posso fixar a data, porque a memória já me falta para tudo, mas é fácil a quem estiver no Rio de Janeiro, percorrendo as notícias marítimas do *Diário do Governo*, achar o dia da minha entrada a bordo do *Tartar*.

Entrei a barra do Rio de Janeiro às 10 horas da noite e fundeamos em frente da Fortaleza de Villegagnon. Posto fosse passada a hora da visita, veio logo a bordo o capitão Justino, que pertencera ao antigo regimento que conservou o nome de *Bragança*. Este oficial, de quem terei ainda ocasião de falar vantajosamente, estava encarregado da visita dos navios, e naquele tempo o zelo pelo serviço era quase geral em todas as classes de empregados públicos. Esta era a razão por que ele ia em hora tão avançada a bordo de um navio que entrava e não podia ser ainda visitado: queria saber se vinha de porto de onde trouxesse alguma notícia que interessasse à causa pública. Foi grande a sua admiração em ver-me ali e com toda a polidez e cautelosa delicadeza me fez entender que em terra me julgavam morto. Ofereceu-me o seu escaler para eu desembarcar imediatamente, o que eu aceitei com muita satisfação. Ele me acompanhou até o largo do Paço e dali voltou para a fortaleza. Dirigi-me à casa de meu irmão Luís, que era nessa ocasião na Rua de S. Pedro, o que me fora dito pelo mesmo capitão que me indicou o número. Não é possível descrever esta cena de surpresa e de alegria: achei a minha família de luto pela minha morte! Meu irmão não estava na casa; eu saí imediatamente para a casa de José Mariano de Azeredo

Coutinho, na Rua do Carmo, onde o devia encontrar. Aí a surpresa não menor, mas a cena foi diversa; não houve lágrimas, apenas um silêncio de espanto e a manifestação imediata de uma verdadeira alegria. Era uma hora da noite. Parti dali com meu irmão para a casa de José Bonifácio, ao Rocio, onde fiquei até perto das quatro horas. No entanto meu irmão foi para sua casa e mandou-me a sua sege para minha volta.

José Bonifácio já dormia, mas eu o fiz acordar. Não sei se ainda vive o capitão Santos, que o acompanhou de S. Paulo e que morava em um quarto embaixo, à entrada da loja, à esquerda, onde eu fui bater. Se ainda vive pode talvez contar esta recepção melhor do que eu. Quando ouviu a minha voz e que disse quem era, o homem deu um grito e respondeu-me como quem falava com uma alma do outro mundo. Custou muito a convencê-lo que era eu mesmo, e só depois de me impacientar a não poder mais é que me abriu a porta. O homem, que parecia saído de um grande pesadelo, abraçou-me com muita satisfação e conduziu-me ao aposento de José Bonifácio. Este recebeu-me àquela hora tão imprópria, e quando já me julgava morto, sem a menor surpresa. “Logo vi que você não era o homem a se deixar matar, dê cá um abraço.” Foram as primeiras palavras que disse ao ver-me. Estava ainda deitado. Nessa posição conversou comigo por algum tempo, levantou-se, correu o quarto em todos os sentidos e continuou a conversa ora de pé, ora sentado. Da minha parte referi sumariamente tudo o que sabia e tudo por que tinha passado, e na minha narração fui muitas vezes interrompido com as risadas e bons ditos com que o meu interlocutor sabia melhor que ninguém variar e animar uma conversação. Dizia ele que era para sacudir o diafragma.

O Príncipe Regente achava-se então em São Paulo, para onde tinha partido em 14 de agosto, a fim de pôr cobro aos distúrbios que ali estava causando José da Costa Carvalho à causa da independência. José Bonifácio havia também naquele dia ou na véspera recebido novas de Lisboa, e, juntas estas com aquelas que eu trazia, julgava conveniente acabar com os paliativos e proclamar a independência. Fosse esta a causa isolada ou cumulativa com os seus desejos de ser a independência proclamada na sua província, o caso é que ele desde logo entendeu que se não devia adiar esse solene ato. O príncipe já estava em São Paulo, e se a ocasião não fosse aproveitada, quem sabe se outra se poderia proporcionar tão cedo. Despediu-me e ordenou que eu me achasse às 11 horas da manhã no Paço de

São Cristóvão, mas que lhe entregasse antes todos os papéis que eu trazia, e para o que me esperava até as 9 horas.

Às 8 horas eu já estava com ele, entreguei os papéis, e eram tais e tão minuciosos que nada faltava para que se pudesse conhecer por eles o verdadeiro estado da Bahia. Do Recôncavo as informações e os ofícios secretos e confidenciais do benemérito desembargador Gondim. Da cidade da Bahia, os mapas e o estado completo da força armada de mar e terra e dos hospitais. A força de cada navio, seu armamento, artilharia, munições de boca e de guerra, etc. Enfim o estado moral e as desavenças que reinavam entre os adversários. O atraso em que se achavam os pagamentos e os recursos financeiros com que podiam contar. Era um registro completo ou estatístico do acampamento da Bahia. Alguns destes documentos eu os havia recebido das próprias mãos do general Madeira. O contentamento de José Bonifácio não podia ser maior.

Às 11 horas me achei no Paço de São Cristóvão. José Bonifácio já lá estava. Havia conselho. Beijei a mão à princesa. No conselho decidiu-se de proclamar a independência. Enquanto o conselho trabalhava, já Paulo Bregaro estava na varanda pronto a partir em toda a diligência para levar os despachos ao príncipe regente. José Bonifácio ao sair lhe disse: “Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho nunca mais será correio: veja o que faz.” Não sei se Bregaro arrebentou muitos cavalos, o que sei é que ele deu boa conta de sua comissão, e que fez a viagem em menos tempo do que até então se fazia muito à pressa.

A princesa mandou-me esperar e era para que eu visse a carta particular que S. A. escrevia ao príncipe. Eu a li e tive ocasião de admirar o espírito e a sagacidade da princesa. Retirei-me eram quase 15 horas da tarde, e então é que fui jantar e almoçar ao mesmo tempo com meu irmão. À noite fui para José Bonifácio, onde estive com Martim Francisco, José Mariano, e Rocha, até às 2 horas da manhã. Confesso que me achava já cansado de corpo e de espírito, e que o sono dessa noite foi talvez o mais sossegado e deleitoso de toda a minha vida.

O meu contentamento em vista do acolhimento que recebi dos meus patrícios não podia ser maior. Considerei como uma bela recompensa dos serviços que havia prestado. Fui visitado uma e mais vezes por todas as pessoas que se interessavam pela independência do Brasil. Amigos

conhecidos e até pessoas que nunca tinha visto me procuraram com igual afago. O belo sexo brasileiro que tão digno e tão nobre se mostrou na causa da independência não foi indiferente à minha chegada. As brasileiras souberam sempre galardoar o mérito, e se esse mérito não havia na minha pessoa, elas viam em mim um moço ardente pela felicidade da pátria. Até certos indivíduos altamente colocados, que não queriam a independência, para não arriscarem as suas belas posições, me procuraram com demonstrações de afeto. Estes zangões andavam sempre com uma vela acesa a Deus e outra ao Diabo, procurando o lado vencedor para se introduzir nele a fim de gozar do triunfo do vencedor. E tão bem fizeram que com a dissolução da Assembleia Constituinte se ampararam (*sic*), na ocasião da maior corrupção, das avenidas do poder.

José Bonifácio aumentou de tal sorte a amizade que me tinha que até o último instante da sua vida me deu disso as mais exuberantes provas. Era eu o seu melhor amigo. Cousa que parece providencial. O incêndio de agosto deste ano, que devorou todos os meus preciosos papéis e mais objetos que ficaram na casa do meu amigo Dr. Melo Moraes, respeitou um só livro, e esse livro foi a coleção de algumas cartas do meu amigo José Bonifácio de Andrada, que eu havia mandado encadernar em Paris no ano de 1854. Eram algumas das muitas que havia recebido a maior parte das quais incêndios de outra natureza já haviam devorado. Com a emigração a que fui forçado em 1823 por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte todos os meus papéis foram roubados no Rio de Janeiro.

José Mariano de Azeredo Coutinho também ficou tendo por mim muita consideração. Votou-me uma terna amizade. Era amizade hereditária, porque tinha sido íntimo amigo de meu pai e se tratavam de parente. A dissolução da Assembleia Constituinte e o meu exílio foram o golpe que lhe decidiu a vida. Pouco tempo resistiu depois destes funestos acontecimentos.

O príncipe regente regressou de sua viagem a São Paulo em 15 de setembro. Eu estava bastante incomodado de saúde. As fadigas de sete meses durante os quais poucas foram as noites em que me deitei juntas a uma constipação que apanhei logo à minha chegada ao Rio de Janeiro, me impossibilitavam de sair. O dia estava frio, chuvoso e ventava muito. Apesar do mau tempo e do incômodo de saúde fui a São Cristóvão bei-

jar a mão do príncipe. Sua Alteza me recebeu com a maior consideração. Depois que lhe beijei a mão, em presença das pessoas que ali se achavam, passou o braço sobre os meus ombros e assim me levou para o seu quarto. Dignou-se falar comigo por espaço de uma hora, e eu fui a primeira pessoa que lhe dei o tratamento de Majestade. O príncipe fez nisso reparo e dizendo-me que pedisse o que quisesse, eu lhe respondi que só queria servi-lo. A imperatriz tratou-me com aquela alta benevolência com que ela sabia agraciar os seus súditos que de alguma forma se distinguiam, e deu-me um laço de seda verde que seu augusto esposo havia adotado como sinal da independência, dizendo-me que era das fitas do seu travesseiro, porque já as tinha desmanchado em laços para dar todas as outras fitas verdes que tinha. Conservei este precioso dom com religioso cuidado e, apesar do exílio, da perseguição e da vida errante que levei depois, não me separei dele senão por último e quando já não tinha vista. De todos os objetos preciosos que perdi no incêndio de agosto, é talvez este o que mais lamento. Marcava uma época tão gloriosa para o meu país como satisfatória para mim. Era o dom de uma princesa que não nascera no Brasil, mas que o [*no original, eu*] amava como se nele nascida fosse. Fui testemunha ocular e posso asseverar aos contemporâneos que a princesa Leopoldina cooperou vivamente dentro e fora do país para a independência do Brasil. Debaixo deste ponto de vista o Brasil deve à sua memória gratidão eterna.

Do regresso da sua viagem de São Paulo ao dia da aclamação só mediarão 27 dias. A época era da atividade e do desinteresse. Era a alma de José Bonifácio que se imprimia em todos os atos da pública administração. O príncipe foi aclamado no dia 12 de outubro de 1822 Imperador Constitucional do Brasil. Completava nesse dia 24 anos de idade. Publicou um só despacho e esse foi em meu favor. Fui o primeiro que lhe dei o tratamento de Majestade e a primeira vez que o príncipe assinou como Imperador foi essa assinatura em meu favor! Ao publicar o despacho em seguida ao ato da aclamação no palacete do Campo de Santana, dirigindo-se a mim fez esta observação. Nomeou-me moço da sua imperial câmara. No dia 1º de dezembro seguinte é que fez as outras nomeações e organizou a Casa Imperial.

Os uniformes da Casa Real eram de cor escarlate para grande gala, e azul ferrete com gola escarlate para pequena. O Imperador, por um

decreto, mudou para cor verde, conservando os mesmos bordados para a grande e a pequena gala. José Bonifácio e eu fomos os primeiros que nos apresentamos na Corte, 7 dias depois, com uniforme verde. Acerca do matiz houve uma desinteligência entre o Imperador e José Bonifácio. S. M. entendia que o verde do decreto era escuro ou como vulgarmente se chama garrafa, cor da casa de Bragança, e o ministro que era verde claro, símbolo da primavera eterna do Brasil. Prevaleceu a opinião do Imperador e eu a segui, mas José Bonifácio permaneceu na sua, e a farda que trazia era de pano da cor verde claro. Não se procure nestas notas exatidão cronológica, porque nem a natureza delas, nem a pressa com que escrevo permitem que a siga com rigor. Não tenho presente documento algum, o que refiro é reproduzido pela memória, que felizmente ainda se acha algum tanto vigorosa. Esta explicação serve para me absolver de toda e qualquer censura.

Refiro agora um fato que, posto que alheio ao objeto destas notas, vem a propósito para esclarecer um fato já acima expandido, relativamente a nunca ter eu pedido favor ao poder.

Meu irmão Gaspar de Meneses Vasconcelos de Drummond era capitão de estado-maior e tinha sido em Pernambuco desde 1817 ajudante-de-ordens do general Luís do Rego. Desejoso de combater os inimigos da independência do Brasil foi ao Rio de Janeiro pedir serviço no exército brasileiro da Bahia. Achou dificuldade da parte do ministro da Guerra, que lhe dizia que oficiais não lhe faltavam. Meu irmão era pai de família e abastado fazendeiro na província de Pernambuco. Queria deixar tudo isto para ir combater pela independência no ponto mais perigoso, e a solução do seu requerimento se fazia esperar em vão! Falei então ao príncipe a quem apresentei o dito meu irmão, o qual foi imediatamente nomeado ajudante-de-ordens do general Labatut e partiu para seu destino sem a menor perda de tempo. Ali serviu como seus companheiros de armas até a expulsão dos portugueses. Refiro isto como sinal de gratidão ao príncipe, que atendeu ao meu pedido e conferiu ao meu irmão um lugar nas fileiras dos defensores da Bahia.

O príncipe regente, desde que José Bonifácio reorganizou no Rio de Janeiro a Maçonaria e criou um Oriente Brasileiro do qual foi eleito grão-mestre, começou a manifestar o desejo de fazer parte dessa sociedade. José Bonifácio se opunha com razões à satisfação desse desejo.

Antes de passar adiante cumpre dizer qual era até então o estado da maçonaria no Rio de Janeiro e no Brasil todo. Todas as lojas que tinham existido eram dependentes do Oriente Lusitano, que residia em Lisboa. Os tristes acontecimentos de Pernambuco em 1817 chamaram sobre essas lojas a atenção do governo. Este, em conformidade das leis que proibiam as sociedades secretas, as perseguiu e aumentou as penas por alvará do qual não me lembro a data. Deu-se tanta importância a este alvará que se mandou transitar pela chancelaria-mor, solenidade esta que, com raríssimas exceções tinha caído em desuso.

Da perseguição seguiu-se a dissolução das lojas. No Rio de Janeiro criou-se um juízo de inconfidência. Foi nomeado para este lugar o desembargador José Albano Fragoso. José Anselmo Correia foi o espião escolhido pelo Paço pelo Governo. Este denunciou a todo o mundo, até mesmo a quem não era maçom, de o ser. Incutiu terrores, apoderou-se do ânimo tímido do rei e se fez o flajelo dos habitantes do Rio de Janeiro. Aquele mais moderno servia-se do seu emprego para abrir um caminho que por fás ou por nefas o levasse ao Ministério. Alguns maçons, antes que os denunciassem, denunciaram-se a si mesmos. O infeliz Luís Prates de Almeida Albuquerque, depois de jazer por algum tempo nas prisões da fortaleza da Laje e responder aos interrogatórios do juiz da inconfidência, foi mandado sem sentença para Goa. O terror era tal que para proceder-se à prisão deste indivíduo que foi feita à noite, ficaram as tropas em armas nos quartéis, e grandes patrulhas foram postas de vigia nos cantos das ruas que se dirigiam à de São Pedro, onde Prates morava só, em uma miserável casa térrea, quase ao chegar ao campo de Santana. O oficial encarregado desta prisão foi o coronel Gordilho, que depois foi pelo merecimento de sua ignorância marquês de Jacarepaguá e senador do Império.

Entre os maçons que se denunciaram a si mesmos, refiro os nomes de dois pelas cenas bufas que essas denúncias ocasionaram. Foram o marquês de Angeja e o conde de Parati. O rei caiu estupefato das nuvens e ainda lhe parecia impossível que dois camaristas seus, ambos estimados e um valido, fossem maçons! O Marquês de Angeja ajuntou aos protestos do seu arrependimento a oferta que foi aceita de toda a sua prata para as urgências do Estado. Foi logo expedido em comissão para Portugal, a fim

de tomar o comando e conduzir ao Rio de Janeiro a Divisão Auxiliadora que mandava vir, extraída do exército de Portugal.

Quanto ao conde de Parati o negócio era mais sério. O rei era muito afeiçoado a este conde, que foi no Rio de Janeiro o seu primeiro valido. Morava no Paço. Nem os protestos de arrependimento, nem a oferta de sua prata, que a não tinha, porque se servia da que era da Casa Real, podiam inspirar inteira confiança a respeito de quem, em razão do seu officio e das relações de amizade, devia continuar no serviço e no valimento de S. Majestade. Em tão apuradas circunstâncias o rei saiu pela tangente de um expediente assaz curioso. Disse ao conde que para lhe não ficar nada do passado de que se arrependia, era necessário que tomasse o hábito de irmão da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Foi um dia de festa no Paço aquele em que o conde prestou juramento e foi recebido irmão da Ordem Terceira. O contentamento do rei não podia ser maior. O conde de Parati, para fazer a vontade a S. M., andou no Paço todo aquele dia com o hábito da ordem destinado a lavá-lo de seus erros. Estes dois fidalgos portugueses pertenciam à loja de São João de Bragança, e é talvez por isso que houve quem dissesse e publicasse que essa loja existira com ciência do rei D. João VI, o que é um erro que nem sequer merece ser refutado.

José Bonifácio resistiu quanto pode à vontade do príncipe de entrar para a Maçonaria, mas nem os rogos nem a razão puderam demover este moço impetuoso do seu projeto. José Bonifácio cedeu e ele mesmo o conduziu para aquilo que a sua razão e a sua experiência não permitiam de consentir.

Estes desejos do príncipe lhe eram nutridos por certas pessoas que procuravam por todos os meios ampararem-se [*sic*] dele para dominá-lo. Já tinham visto malogradas outras tentativas, e presumiam serem mais felizes nesta que se envolvia em um mistério do qual o príncipe não poderia sair livremente. Sua Alteza exultou com a sua entrada na maçonaria, que foi para ele uma grande novidade. Antes de partir para São Paulo, em agosto de 1822, os mesmos indivíduos que procuravam amparar-se de sua pessoa, fosse por que meio fosse, prevalecendo-se da ausência de José Bonifácio, que se achava incomodado de saúde, por meio de uma cabala revestiram o príncipe de todos os graus maçônicos e o elegeram grão-mestre. Entenderam que, lisonjeando assim a vaidade do príncipe, o conquistavam

para sempre. Parece que, por um acomodamento, conservaram José Bonifácio como grão-mestre adjunto. Este não dava importância a essas cousas, servia-se da Maçonaria como um meio de reunir os homens para um fim, e não para criar um estado no estado, como queriam outros.

O príncipe foi para São Paulo, onde proclamou a independência em 7 de setembro, e regressou em 15 do mesmo mês ao Rio de Janeiro. Em 12 de outubro, isto é, 27 dias depois da sua chegada, foi proclamado Imperador. Tudo estava preparado para isso, e se não houvesse outra prova bastaria esta do curto espaço de tempo que mediou entre o regresso do príncipe e a aclamação de Imperador. O caráter de José Bonifácio não era para consentir que, governando ele, um poder estranho se intrometesse entre o governo e a nação.

Recebia a todos, utilizava o serviço de todos em proveito da causa pública, mas não se deixava influir por ninguém.

A ideia de se conferir ao príncipe o título de Imperador e não de Rei nasceu exclusivamente de José Bonifácio, e foi adotada pelo príncipe com exclusão de outra qualquer. Nos conselhos alguma oposição houve quem fizesse a esta ideia, não por considerá-la prejudicial, mas somente pelo temor de que viesse ocasionar algum embaraço para o reconhecimento das outras nações. Os que assim pensavam opinavam pelo título de Rei, que não acharia os mesmos embaraços, sobretudo da parte das grandes potências da Europa. José Bonifácio refutou todos esses argumentos, que lhe pareciam infundados. “O Brasil”, dizia ele, “quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do país. Se houver uma só nação que não queria sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos havemos humilhar nem submeter à sua vontade.” Estas e outras palavras de igual peso e consideração ele as disse, em minha presença, a Mr. Chamberlain, encarregado de negócios da Inglaterra.

Contarei também uma anedota curiosa a esse respeito. A vivacidade natural de José Bonifácio fazia com que na discussão dos negócios mais importantes introduzisse muitas vezes algumas facécias. Nesta, para se assentar no título com o qual o príncipe deveria ser aclamado, no meio de argumentos de ordem superior, disse que o título não podia deixar de

ser o de Imperador, porque o nosso povo já estava acostumado com o Imperador do Espírito Santo, e que um título pomposo se acomodava mais com um nobre orgulho dos brasileiros do que outro qualquer. Mas, quando o príncipe partiu para São Paulo, já esta resolução estava tomada no ânimo de José Bonifácio. Quando eu cheguei, em fins de agosto, de volta de Pernambuco e Bahia ao Rio de Janeiro, ainda no governo se falava disso como cousa assentada e decidida. Não foi, pois, um imprevisto de um indivíduo, que nenhuma influência tinha no Governo, como já houve quem pretendesse inculcar pela imprensa.

Aqueles indivíduos que procuravam por todos os meios amparar-se (*sic*), para seus fins, da pessoa do Imperador, faziam guerra ao Governo, ou antes a José Bonifácio, que era o rival que eles mais temiam. Ao povo pregavam uma liberdade desregrada, e ao Imperador procuravam captar a vontade por meio de lisonja. Era assim que condenavam o *Regulador*, periódico redigido pelo padre-mestre Sampaio, como subversivo e atentatório da liberdade, e ao príncipe ofereciam o título de Protetor do Brasil! Padre-mestre Sampaio no seu *Regulador* combatia as ideias exageradas de homens que, no meio do entusiasmo público, só cuidavam de si e espreitavam ocasião de tirar partido, no interesse pessoal, das ocorrências políticas; tendo, pois, de combater excessos, podia muito bem exagerar sem intenção no sentido contrário. Mas o *Regulador* ainda existe, porque alguns exemplares escaparam do fogo a que foram condenados, e hoje, que por assim dizer quase que já podemos julgar como a posteridade em presença desse escrito, parece-me que se não achará nele doutrina que não seja constitucional e de princípios de boa ordem. Quem combatia esses princípios queria outros que lhe fossem opostos, e estes não poderiam quadrar nem com a índole nem com a educação dos brasileiros, e muito menos com o sistema monárquico, que convinha adotar para conservar sem quebra a união da “famosa peça inteiriça da arquitetura social”, como dizia José Bonifácio falando do Brasil.

José Clemente Pereira, juiz de fora e presidente do senado da Câmara Municipal, era desses de que acima falo, e um dos mais ativos e talvez o mais audaz. Era natural de Portugal. Compelido pelas circunstâncias, havia tomado parte nos negócios da independência, mas nunca chegara a inspirar confiança aos brasileiros sinceros que trataram com

ele. Andou sempre de má-fé com o governo de José Bonifácio, ao qual se dizia afeto. O discurso que, na qualidade de presidente do senado da Câmara Municipal, pronunciou por ocasião da aclamação do Imperador, no dia 12 de outubro, é disso uma prova. Desse discurso não me refiro à triste redação, refiro-me somente à doutrina que ele encerra, que seria mais própria para um artigo de um jornal sem crença do que para um discurso sério, pronunciado em ocasião tão solene. Mais impróprio não podia ser. Pior ainda, estava muito alterado da minuta que ele lera na véspera a José Bonifácio. José Clemente, quando fez tais alterações, talvez que se julgasse já na véspera de substituir ao Patriarca da independência na pasta do Ministério dos Negócios do Império e na intimidade do Imperador.

Falei acima do título de protetor do Brasil, oferecido ao príncipe. Chamo a atenção do leitor para essa referência. Quando em 13 de maio José Clemente Pereira e os seus amigos, que figuraram com ele na funesta noite de sábado de Aleluia de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, pretenderam captar a vontade do Príncipe Regente oferecendo a Sua Alteza um título pomposo, esse título foi – Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil. O príncipe respondeu defenderia o Brasil, mas que não aceitava o título de Protetor, porque o Brasil se protegia por si mesmo. Tão adulatora é a oferta como nobre a resposta. Vejam-se os papéis do tempo, porque eu cito de cor confiado na minha memória, mas talvez que não me engane. Ofereciam ao príncipe o papel de Cromwell na Inglaterra. O príncipe o não aceitou, mas seguiu mais tarde as lições do Protetor inglês, mas só lhe faltou o talento e a rara habilidade daquele homem de estado. Quando dissolveu a Assembleia Constituinte foi com os morrões acesos e as baionetas dos seus soldados.

Os homens que se reuniram para combater e substituir a José Bonifácio na privança do príncipe e na opinião do público, foram os mesmos que tomaram parte e influíram nos acontecimentos desastrosos da Praça do Comércio. Veja-se o processo, a que, por tais acontecimentos, se mandou proceder e do qual foi juiz especial o desembargador do Paço Lucas Antônio Monteiro de Barros. Aí se achavam comprometidos os mesmos indivíduos que 18 meses depois, reunidos na Maçonaria, faziam do príncipe um grão-mestre, e exigiam por meios astuciosos que ele prestasse o juramento prévio de obedecer à Constituição tal qual a fizesse a As-

sembleia Constituinte. O príncipe, obedecendo ao seu caráter amigo de novidade e desejoso de glória, que não sabia ainda distinguir a verdadeira da falsa, entusiasmou-se por tal forma com o título de grão-mestre que, se não fora a influência de José Bonifácio, teria caído em laços, dos quais não poderia mais sair sem arriscar a integridade o Império e a sorte da Monarquia. A influência de José Bonifácio no ânimo do príncipe era tão grande que resistiu a todas as sugestões de seus adversários e, se uma vez sucumbiu foi por efeito de uma desgraçada paixão amorosa que submeteu o coração do príncipe, gerou os acontecimentos que afligiram o Brasil, provocou a abdicação e fez da Monarquia um problema por algum tempo difícil de resolver.

Na hora extrema o Imperador provou exuberantemente, na carta que escreveu a José Bonifácio, pedindo que aceitasse a tutoria de seus filhos, o juízo que acima faço do conceito que gozava no ânimo de S. Majestade o venerando José Bonifácio.

Traslado aqui a carta do Imperador e do decreto de nomeação, porque me parece que tais documentos, tendo voado com a poeira da revolução, são já pouco conhecidos entre nós.

“Amicus certus in re incerta cernitur.

“É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu Imperador.

“Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que educando-o naqueles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os Soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso.

“Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não mo fazer eu viverei atormentado.

“Seu amigo constante

“PEDRO.”

“Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo, senão glória para Mim e felicidade

para a Minha Pátria, Hei por bem, usando do direito que a Constituição Me concede no Cap. 5, Art. 130, nomear, como por este Meu Imperial Decreto nomeio, tutor de Meus amados e prezados filhos ao *muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.*

“Boavista, aos 6 de abril de 1831, décimo da independência e do Império.

“Imperador CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL.”

Na hora fatal dos desenganos reconheceu o Imperador que José Bonifácio era o seu verdadeiro amigo, e dele exigia que aceitasse a tutoria de seus filhos. Era mais uma prova de amizade que pretendia do venerando ancião, que tantas outras já lhe havia dado, do contrário viveria sempre atormentado. Assim exprime o Imperador na memorável carta que fica acima trasladada.

O Imperador, reconhecendo o seu verdadeiro amigo, virtualmente reconheceu os seus inimigos. No número destes achavam-se muitos dos adutores, que ele havia enchido de honras e riquezas imerecidas, e que muito haviam contribuído para a ruína do príncipe e para os desastres daquele dia fatal, 7 de abril.

José Bonifácio não havia recebido do príncipe nem uma só mercê. Saiu do Ministério como para ele havia entrado, não trazendo para si nada mais do que levou. A justo título o Brasil lhe conferiu o glorioso de *Patriarca da independência*, e baixou à sepultura José Bonifácio como era, e nada mais. Em sua vida nunca se lhe abriram as portas do Senado, nem se lhe deu assento no Conselho de Estado. Por sua morte não se perpetuou em nenhum dos seus netos, por um título honorífico conferido pelo Poder, a memória do avô.

Não acusarei o Imperador D. Pedro I de desleixo. Deu-lhe o exílio em recompensa dos seus assinalados serviços, mas antes disso pretendeu galardoar por diferentes modos esses mesmos serviços. Se o não conseguiu foi porque achou em José Bonifácio decidida resistência. Recusou a grã-cruz do Cruzeiro e o título de marquês, quando esse título ainda se não achava enxovalhado. O Imperador levou este negócio de conferir o título de marquês a José Bonifácio ao Conselho de Ministros por ele presidido.

Aí o venerando ancião declarou solenemente que não aceitava nem jamais aceitaria mercê alguma honorífica em recompensa de seus serviços prestados a prol da independência, mas que tinha uma graça a pedir ao Soberano, e era que depois de sua morte lhe mandasse pôr sobre a sepultura uma pedra tosca, a custa do Estado, com a seguinte inscrição:

“Eu desta glória só fico contente,
Que à minha terra amei e a minha gente.”

O Imperador com as lágrimas nos olhos, cerrando a mão ao venerando ministro, prometeu ser o executor de sua última vontade.

É uma dívida da Coroa que ainda se acha em aberto.

Recordo-me que fiz alusão, em um número do *Tamoio*, a este fato, e parece-me que José Bonifácio, fazendo o seu requerimento, substituiu no verso do poeta a palavra – terra – pela palavra – príncipe. Veja-se o número do *Tamoio*, ou, melhor ainda, interrogue-se o Sr. Luís da Cunha Moreira, atual visconde de Cabo Frio, testemunha presente, porque exercia então, e muito dignamente, o cargo de ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha.

A amizade que me unia a José Bonifácio era tão estreita que entre nós, apesar da diferença das idades, não havia a menor divergência. As opiniões de José Bonifácio na generalidade eram as minhas; eu o respeitava como amigo, como mestre e diretor, e para mim tudo isso era uma glória que enchia a minha alma da mais pura satisfação. O Imperador sabia muito bem que em política eu não tinha outros sentimentos que não fossem os sentimentos de José Bonifácio. O Imperador nunca me escreveu, mas eu tive o prazer de saber que fazia justiça à lealdade do meu caráter. Da cidade do Porto mandou-me dizer a Hamburgo, onde eu me achava, por Luís Carlos Rebelo, cônsul-geral por ele nomeado para a Holanda, que era meu amigo.

Escuso referir outras palavras, porque não vem ao caso, que igualmente me mandou dizer pela mesma via. A venda que trazia nos olhos caiu no dia 7 de abril, e então pôde ver claramente aonde estavam os seus amigos e os seus inimigos. Pôde conhecer que os adutores são o presente funesto que a Providência envia aos príncipes para os perder.

O Imperador no seu regresso de S. Paulo, em 15 de setembro de 1822, uma das primeiras cousas em que me falou foi da maçonaria. Falou-me nisso com um contentamento tal que eu não pude então bem decifrar. Pareceu-me que havia ali mais inexperiência das cousas deste mundo do que verdadeiro entusiasmo, e tudo quanto lhe ouvi naquela ocasião pus em conta da volubilidade do seu caráter. Disse-me que eu devia entrar para aquela corporação e que ele mesmo queria encarregar-se de fazer a proposta. Respondi que agradecia muito a Sua Majestade, mas que não podia aceitar o seu favor; que não tinha a menor repugnância pela maçonaria, mas que havia prometido a mim mesmo de jamais ser maçom, e isto por ocasião de haver sofrido pelo que eu não era, como já em outro lugar se acha referido. Que se eu cumpria a palavra dada a outrem, como não cumpriria a que dava a mim mesmo? Se a maçonaria, como dizia S. Majestade, só tinha por fim reunir os homens a fim de trabalharem pela causa da independência, que se me permitisse que eu continuasse a trabalhar fora dessa reunião, porque neste caso me acharia com mais companheiros do que dentro dela: que o Brasil todo queria ser independente, e não precisava senão de quem o dirigisse para conseguir o seu intento, e finalmente a direção pertencia ao Governo e o esforço a todos.

Foi com tais razões que declinei a proposta e resisti às instâncias do príncipe. Foi talvez um capricho o querer eu sustentar uma promessa que havia feito a mim mesmo em ocasião de uma aflição, em ocasião em que eu era perseguido por uma cousa que eu não era. Declaro portanto que não tinha outro motivo senão este, que é muito alheio a cousa em si mesma. Mas os meus argumentos tornaram-se depois contra mim, porque o príncipe veio a falar-me para entrar no Apostolado, e eu, sem ser incoerente, não podia escusar-me. Aceitei. Foi esta a única sociedade secreta a que tenho pertencido até hoje, em que me acho fora da idade das ilusões. Confesso que não me causou o menor entusiasmo, e que, fora da noite da entrada, bem poucas foram as outras em que eu ali compareci até a sua dissolução. O juramento que prestei foi pura e simplesmente de defender a independência, a Monarquia Constitucional e a dinastia do Imperador o Sr. D. Pedro I. Prestei-o com satisfação, porque não se exigia de mim senão aquilo que eu queria ardentemente, e pelo que daria a minha vida se fosse necessário, como ainda hoje darei, posto que já não valha nada.

Já falei do discurso que José Clemente, presidente do senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dirigiu ao príncipe no dia 12 de outubro de 1822 por ocasião da aclamação de Sua Majestade. Esse discurso tomou o título de – *Representação do Povo do Rio de Janeiro*. José Clemente, como presidente do senado da Câmara, principia o seu discurso falando em nome do povo do Rio de Janeiro, e acaba em nome do Brasil inteiro. Diz que ali se acha à testa do senado da Câmara Municipal e que estão presentes todas as outras câmaras da província. Diz que o senado da Câmara *decretara* que o príncipe fosse aclamado Imperador naquele dia, e assina ele só o discurso! Este documento é de uma extensão *fatigante*, escrito em linguagem imprópria do assunto e cheio de erros históricos. Insulta e elogia ao mesmo tempo. Por exemplo, diz que os 12 anos do governo do Sr. D. João 6.º no Brasil foram de roubo, etc., etc., e firma o direito do Brasil na sua elevação a reino por decreto do mesmo rei. Não sustenta análise. José Clemente, quando o pronunciou, alterou-o consideravelmente da minuta que havia recebido a aprovação de José Bonifácio. Tais alterações constituíam uma falta grave, um erro de ofício. José Bonifácio não corrigiu o discurso, examinou somente se ele continha alguma expressão inconveniente, e, como as não achasse na minuta que lhe foi apresentada, o aprovou. As alterações com que foi apresentado despertaram as desconfianças, que já existiam, da deslealdade de José Clemente. Estas desconfianças não tardaram em se traduzir em fatos, que tiveram em seguida bem tristes consequências.

José Bonifácio andava bem informado dos passos que davam os anarquistas da Praça do Comércio à sombra da maçonaria, nada ignorava; porque, seja dito, havia traidores graduados que revelavam tudo, até aquilo mesmo em que aparentemente tomavam parte. José Bonifácio tinha, pois, em sua mão o fio dos segredos dos seus adversários. Veio a saber que o príncipe, no seu entusiasmo pela maçonaria, aceitara a condição de assinar três folhas de papel em branco para ser eleito grão-mestre. O príncipe assinou com efeito as três folhas de papel em branco e as entregou a Ledo, José Clemente e Nóbrega. Guardou disso segredo, como de tudo o mais que era concernente a sua eleição clandestina de grão-mestre. Já se vê que o príncipe estava naquela ocasião subjugado pelos homens que lhe extorquiam

três assinaturas em branco e pelo ridículo entusiasmo de ser o grão-mestre da Maçonaria Brasileira.

José Bonifácio, ciente de tudo isto, teve com o Imperador uma explicação franca no dia 26 de outubro e concluiu pedindo a sua demissão. Martim Francisco fez outro tanto. O Imperador hesitou primeiro e acabou por confessar que havia dado três assinaturas em branco às pessoas acima indicadas. Reconheceu que eram judiciosas as reflexões de José Bonifácio, que havia errado, cometido grande falta, mas entrava em dúvida acerca dos meios de reaver as três assinaturas em branco que tão inconsideradamente havia prestado. “Não há um meio”, respondeu José Bonifácio. “Mande V. Majestade chamar a sua presença esses três indivíduos e ordene-lhes que entreguem logo as três assinaturas em branco nas mãos de V. Majestade. Se eles não obedecerem, mande-os recolher à fortaleza da Laje, e manifeste ao país as causas deste seu procedimento. Desembaraçado de tão afrontosa tutela, poderá então governar livremente e nomear ministros que bem possam servir ao país e a V. M., porque, quanto a mim e a meu irmão, tendo sido encetada a confiança recíproca que existia, já nada podemos fazer. Nós nos retiramos, mas salve V. M a sua dignidade, a sua dinastia e a integridade do Brasil, comprometidas com tais manejos.”

José Bonifácio deixou o príncipe sob a dolorosa impressão destas palavras, que, se não são as mesmas que o venerando ancião proferiu, dão pelo menos o sentido delas, e retirou-se declarando que já não era ministro. E para que a sua presença não servisse de motivo para perturbar a ordem pública, visto que a cidade, desde logo que soube que José Bonifácio havia dado a sua demissão, se mostrara alvoroçada, largou a sua casa do Rocio e foi imediatamente habitar uma pequena casa no caminho velho de Botafogo.

O Imperador saiu do letargo em que jazia e passou de repente para aquele estado de atividade, que tantas vezes o distinguiu em crises perigosas.

No dia seguinte, 27, mandou chamar a S. Cristóvão a José Clemente, Ledo e Nóbrega, os quais correram apressurados ao chamado, julgando que era para formarem o novo Ministério. A ilusão durou pouco tempo. O Imperador lhes falou duramente e ordenou a restituição das

assinaturas em branco, em falta do que iriam dali mesmo para a fortaleza da Laje e a nação seria informada das causas da prisão. Os homens obedeceram e o Imperador os deixou livres para irem eles mesmos buscar as assinaturas em questão. Segundo minha lembrança foi nesse mesmo dia, 27, e em seguida a este ato, que o Imperador, como grão-mestre, mandou cessar os trabalhos e fechar as lojas maçônicas.

José Bonifácio não se encontrou mais com o Imperador. Desejava que S. Majestade saísse honrosamente do embaraço em que se achava, mas não queria voltar ao Ministério. De 26 à noite até 30, ao meio-dia, fui eu o intermediário da correspondência verbal que houve entre o Imperador e José Bonifácio; posso, portanto, afirmar que a vontade de José Bonifácio era que o Imperador saísse dignamente do embaraço em que se achava, nomeasse um Ministério de bons brasileiros, e não se deixasse mais iludir fosse por quem fosse. O Imperador, porém, insistia em que José Bonifácio e seu irmão voltassem ao Ministério. O Imperador conhecia bem o caráter firme de José Bonifácio, mas sabia ao mesmo tempo que o venerando ancião era por extremo sensível às demonstrações de afeto popular. Preparou ele mesmo essa demonstração e não lhe custou muito, porque essa era a vontade quase unânime dos habitantes do Rio de Janeiro.

José Mariano de Azeredo Coutinho tomou a presidência do senado da Câmara Municipal, e esta corporação em nome do seu município pediu por uma representação a reintegração dos dois irmãos, José Bonifácio e Martim Francisco, ao Ministério. José Clemente, quando soube que o senado da Câmara estava reunido a deliberar sob a presidência de José Mariano, correu aos paços do Conselho e daí foi expulso com insultos pelo povo. Se homens bons não se houvessem intrometido teria ele sido naquela ocasião vítima do furor popular. Ficou quite com algumas pedradas na carruagem e com os apodos de traidor que contra ele vociferava o povo. O conselho de procuradores de província, o clero e outros corpos do Estado fizeram iguais representações. O povo se pôs em marcha para o caminho velho de Botafogo, onde se achava José Bonifácio. O movimento era grande. Todas as classes de cidadãos tomaram parte. O Imperador saiu de S. Cristóvão eram 4 horas da tarde e veio ao Rocío, onde morava José Bonifácio, e não o achando quase que foi levado pela multidão para o lado do Catete. Ao chegar à Glória encontrou-se com José Bonifácio, que vinha

trazido pelo povo. O jovem Imperador e o velho ministro ambos se abraçaram e ambos derramaram lágrimas de ternura. Vieram ao Rocio, e do balcão da casa de José Bonifácio, este e o Imperador falaram ao povo. Daí foi S. Majestade para o teatro, onde o entusiasmo público foi extraordinário.

Dos papéis do tempo se verá a narração exata deste acontecimento. Em Paris publicou-se em 1827 na tipografia de Tenon, Libraire éditeur, rue Hautefeuille n° 30, uma obra intitulada – *Correspondance de Don Pêdre I.º, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal Don Jean 6.º son Père, Durant les troubles du Brésil*, traduite sur les lettres originales, précédée de la vie de cet empereur et suivie de pièces justificatives, par Eugène de Monglave. – Nesta obra, apesar de muitas inexatidões e erros grosseiros, acham-se narrações de fatos acontecidos dignas de serem consultadas. O autor fez um bom serviço ao Brasil reunindo em um só livro a notícia de muitos acontecimentos e vários documentos de grande importância. Será sempre consultado, não obstante, como já disse, as suas inexatidões. Sobre o fato a que acima me refiro veja-se de página 120 em diante. O autor é pouco explícito nas causas que o determinaram, mas refere com bastante exatidão o que se passou no dia 30 de outubro de 1822.

O público ignorava a causa principal que determinou José Bonifácio a dar a sua demissão. Esta causa eram as três assinaturas em branco que o Imperador dera secretamente a Ledo, José Clemente e Nóbrega. Este fato insólito constituía igualmente no pensar de José Bonifácio uma falta de confiança da parte do soberano para com os seus ministros. O público ignorava, digo, a existência desta causa, que era sabida de bem poucos. Suponho que só José Mariano, Rocha e eu estávamos até então na confidência. Afetava a honra do Imperador; era por isso um segredo que guardávamos religiosamente. Mas, apesar dessa ignorância em que se achava o público, foi ele severo, principalmente contra Ledo, José Clemente e Nóbrega. Exigia contra estes três indivíduos o mais severo castigo e ameaçava de os punir popularmente, se antes não fossem punidos pela justiça. A vida destes três homens achava-se em perigo. José Bonifácio entendeu que para acalmar a irritação pública conviria mandá-los por algum tempo para fora do Império. Decidiu que fossem para a França. José Clemente e Nóbrega foram subtraídos ao furor público, presos e mandados para a França. Ledo refugiou-se em casa do cônsul da Suécia

e daí para uma fazenda da província do Rio de Janeiro. O Governo sabia onde ele se achava e contentou-se com isso, porque a sua intenção era evitar o mal e não perseguir a indivíduos. Eu também não ignorava onde ele se achava. Tive em minha mão a carta que Ledo escreveu do seu exílio a meu tio Manuel Frasão de Sousa Rondon, para que este implorasse a minha proteção em seu favor. A carta era notável, porque inculpava a José Clemente como sendo este o autor do plano de que ele era acusado. O padre Januário da Cunha Barbosa foi preso no caminho de Minas e remetido para a fortaleza de S.^a Cruz, de onde seguiu viagem para a França. Contra este padre, se levantaram graves acusações. Era ele fraco de caráter e se achava naquela ocasião completamente dominado por Ledo e José Clemente. Encontraram-se-lhe papéis que provaram que a sua missão a Minas era desorganizadora da monarquia no Brasil. Lamento que duas cartas que este padre, de quem eu era amigo, me escreveu da Fortaleza de S.^{ta} Cruz e que eu conservei com o maior cuidado, fossem agora destruídas pelo incêndio em uma (caixa), em que se achavam como muitas de outras pessoas notáveis com quem em outro tempo me correspon-di. O padre Januário pedia a minha proteção junto a José Bonifácio e defendia-se das acusações de que era arguido, mas ao mesmo tempo historiava os acontecimentos por tal modo que as suas cartas se tornavam instrumento de acusação contra Ledo, e José Clemente principalmente. Eu fiz o que pude em favor do padre Januário, responsabilizei-me por ele, e não pude evitar o seu exílio temporário. Mostrei as duas cartas a José Bonifácio, mas não consenti que fossem elas juntas ao auto de devassa que se instalou depois. José Bonifácio aprovou e louvou o meu procedimento. O coração de José Bonifácio não podia abrigar ódio contra ninguém. Quando se vingava era por atos de generosidade.

Outras pessoas foram depois presas em consequência de uma devassa, da qual foi juiz o desembargador Francisco da França Miranda. A probidade, a retidão e a inteligência deste digno magistrado eram tais que afastavam dele no conceito público toda a ideia de parcialidade. Os presos foram entregues ao Poder Judiciário e o governo não mais se ocupou disso. Eram pessoas de pouca importância, e se uma ou outra de entre elas figurou depois foi em razão da lei que faz subir as impuridades à superfície em ocasião de revolução. Não me recordo bem dos nomes desses indivíduos,

mas parece-me que um deles se chamava Luís Manuel Alves, homem pobre de espírito e de fortuna e que exercia um emprego subalterno no Erário; um Gouveia, por antonomásia o *Boquinha*, que fora escrevente do cartório do escrivão dos Defuntos e Ausentes e era então serventuário de um ofício de escrivão do judicial. Deste indivíduo ouvi dizer que era forte na chicana do foro; o coronel ou brigadeiro Domingos Alves Branco, conhecido pelo título de *Pai-avô* e que tinha banca de rábula em a loja de uma casa da Rua da Cadeia onde morava; outro, finalmente, que me ficou na memória foi João da Rocha Pinto. Este indivíduo era filho de um negociante do Porto, que antes de o ser tinha sido alfaiate, de nome Tomás da Rocha Pinto. Enquanto o pai floresceu no Porto tinha o filho uma casa de comércio em Londres. Quebraram ambos. O pai faleceu e o filho foi para o Rio de Janeiro. Ainda até hoje o Brasil não cessou de ser o amparo dos portugueses. No Rio de Janeiro Targini, que campava de grato, lembrou-se de certa obrigação que em tempo de sua miséria devera a Tomás da Rocha Pinto, declarou-se protetor do filho necessitado. O poder de Targini era imenso. Criou para o seu afillhado, porque não havia emprego vago para se lhe dar, um ofício novo e desnecessário. Felizmente naquele tempo os ministros não se achavam ainda armados do poder demissório. João da Rocha Pinto foi nomeado ajudante do administrador da alfândega com um conto e 200 mil réis de ordenado. Tomando posse do seu ofício o administrador da alfândega achou que o homem não servia para nada, e que tinha certo vício que podia ser muito prejudicial à Fazenda Pública se chegasse a exercer a autoridade. Disse-lhe com bom modo que, não tendo nada em que o empregar, fosse para sua casa, não voltasse à alfândega e continuasse a receber o seu ordenado, que naquele tempo era avultado. Isto que refiro passou-se por assim dizer debaixo dos meus olhos, porque era meu Pai o administrador da alfândega, que assim despedia o ajudante que lhe davam contra sua vontade.

A independência do Brasil respeitou todos os direitos, mal ou bem adquiridos. Não há exemplo que em nenhum outro país acontecesse outro tanto no meio de um revolução. Mas Martim Francisco, subindo ao Ministério da Fazenda, não admitia que se comesse em ócio os dinheiros do Estado, e mandou que João Rocha fosse administrar os trabalhadores que punham o selo nas fazendas despachadas. Tinha então falecido o úl-

timo proprietário do ofício de selador da alfândega, Antônio Nascentes Pinto, cujo rendimento com o crescimento do comércio era já imenso, Martim Francisco por um decreto extinguiu o ofício e incorporou o rendimento dele às rendas do Estado. Eis pois o ajudante do administrador, ofício igualmente extinto por outro decreto, de vara na mão vigiando os pretos no trabalho de pôr o selo e castigando muitas vezes com a fustigação aqueles que se arredavam do seu dever ou procuravam empalmar alguma mercadoria.

Foi nesta *elevada* posição que João da Rocha Pinto se achou envolvido na devassa e preso na ilha das Cobras. O Imperador D. Pedro I.º, ninguém sabe porque, afeiçoou-se a este homem, sem mérito algum, e fez dele seu valido, seu camarista e estribeiro-mor da Imperatriz! Mandou-o a bordo da nau *D. João 6.º* buscar o infante D. Miguel, que se achava então em Viena d'Aútria. O valido cumpriu tão mal a missão que não levou o Infante, mas gastou tanto dinheiro que nunca se pôde verificar a quantia, como consta de um documento original que existe em meu poder e do qual abaixo darei o transunto. João da Rocha já se achava em Paris quando o Imperador abdicou. Na Europa continuou a representar o papel de valido e teve muita influência na decisão dos negócios, principalmente naqueles que eram relativos a dinheiro, porque neste era sempre consultado e ouvido pelos agentes executores. Viveu com grande luxo até a morte do Imperador. Cessando depois o rendimento e não cessando nele o gosto de gastar, achou-se em breve destituído de todos os recursos. A rainha lhe tirou o lugar que tinha na mesa do Estado. Nestes apuros o bom homem suicidou-se asfixiando-se com fumo de carvão e dando golpes nos pulsos e no pescoço com uma navalha de barba.

Não me lembro de nenhum outro que fosse preso naquela ocasião, mas não duvido que houvesse. Todavia creio que, se houve, não foi pessoa de consideração ou nome conhecido. Continuarei a consultar a minha memória, até ver se ela me assegura na dúvida em que me acho.

Recordo-me agora que foram também presos Pedro José da Costa Barros, Joaquim Valério Tavares e Tomás José Tinoco. O 1º era oficial da brigada da Marinha. Natural do Ceará, suponho eu, homem inquieto e ambicioso. Serviu a todos os partidos: foi exaltado republicano, constitu-

cional e absolutista. Deputado à Constituinte, entrou ao princípio no número dos exaltados, e na ocasião da dissolução violenta daquela assembleia já era um dos mais humildes devotos de S.Cristóvão, para onde levava à tarde os ditos, as palavras particulares e até os pensamentos, muitas vezes inventados por ele, dos deputados da oposição. Foi presidente de província, e exerceu o poder despoticamente. Veja-se o que dele refere a *História do Brasil*, de Mr. Armitage. Joaquim Valério Tavares era um português analfabeto, que veio de Portugal aguadeiro do Paço, onde subiu a varredor e reposteiro, casou com uma retreta, e teve por isso o hábito de Cristo e o ofício de meirinho do desembargo do Paço ou Conselho da Fazenda. Nos almanaques do tempo se achará em qual dos dois tribunais. Tomás José Tinoco era natural do Rio de Janeiro e filho de um mercador, homem sem educação e sem fortuna. Vivia casado com uma meretriz que fora cômica e era conhecida pelo nome de Chica de Paula. Quando foi preso era já oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, emprego que obteve por intervenção de seus *amigos*, tendo sido essa nomeação muito censurada por causa da incapacidade e da vida do nomeado.

De 30 de outubro, em que tudo isto se passou, até o 1º de dezembro em que se fez a coroação do Imperador, marchou o governo desafrontado, imprimindo na sua marcha aquele vigor e aquela atividade que fazem hoje a nossa admiração. Quem é de entre nós que não se admira atualmente de que no espaço de 11 meses o Brasil resistisse aos iníquos decretos de Portugal, declarasse a sua independência, aclamasse e coroasse o seu Imperador!

Vou agora contar duas anedotas, que são já desconhecidas ou sabidas de mui poucos, as quais se referem à coroação. José Bonifácio tinha pensado em criar uma ordem militar para perpetuar a memória da independência e premiar o mérito. Tinha feito o desenho das insígnias e assentado na cor da fita e no título da ordem, mas não julgava ainda azada a ocasião de a decretar e publicar. O seu intento era de o fazer quando a independência se achasse bem consolidada e os portugueses expulsos da Bahia; porque era então que ele entendia se devia avaliar e pesar o mérito de cada um, para ser contemplado nos diversos graus da ordem.

Mas o caráter impaciente do Imperador não permitiu que isso se fizesse com a demora pousada e refletida que exigia a sua gravidade. Quase

nas vésperas da coroação quis e exigiu que a ordem fosse decretada no dia dela. José Bonifácio cedeu, como cedia sempre à vontade do Imperador quando não era oposta ou não comprometia os interesses vitais do Brasil. O Imperador quis ao mesmo tempo ser coroado trazendo já a ordem do *Cruzeiro*, que este era o seu nome. Concluiu-se a toda pressa o modelo que se estava fazendo e com ele foi o Imperador coroado.

Nas vésperas tratou-se de escolher as pessoas que deviam ser contempladas. José Bonifácio queria que todas as províncias, tanto quanto fosse possível, fossem contempladas na escolha. Fui eu encarregado de apresentar os nomes dos beneméritos das províncias no Norte. O Imperador decidiu que José Bonifácio e Martim Francisco fossem contemplados com a Grã-Cruz. Ambos eles resistiram e declararam decididamente que não aceitavam a mercê. O Imperador afligiu-se com a recusa. Lembrou-se então de Antônio Carlos, que já estava na lista com alguns outros deputados do Brasil que bem se haviam conduzido nas Cortes de Portugal, para dignitários, e quis que fosse este nomeado Grã-Cruz. “Quero”, repetiu o Imperador, “que fique esta distinção em um membro da família de José Bonifácio.” Este anuiu e agradeceu. Todavia o Imperador não podia ocultar a sua pena de José Bonifácio não aceitar a Grã-Cruz do *Cruzeiro*. Consultou a Antônio Teles da Silva, seu camarista, depois marquês de Resende, e este foi de parecer que S.M., depois de coroado, tirasse a sua Grã-Cruz e a pusesse ali mesmo na igreja e por suas mãos em José Bonifácio, porque deste modo não poderia ele deixar de aceitar. O Imperador achou excelente o parecer e decidiu segui-lo, mas receando que o mesmo não parecesse a José Bonifácio, procurou sondá-lo e, na véspera, à noite, comunicou-lhe o seu projeto. José Bonifácio atinou logo que fora Antônio Teles o conselheiro, e quase fora de si disse ao Imperador que não fizesse tal porque se o fizesse ele perturbaria o ato da coroação e declararia a S.M. fora de seu juízo. “É um paulista que lhe fala, faça agora o que quiser e verá o resultado.” O Imperador nada fez, mas por conselho também de Antônio Teles nomeou a José Bonifácio, sem o consultar, seu mordomo-mor. Isto pelo modo que vou contar.

O prazer de José Bonifácio por ocasião da coroação do Imperador não podia ser maior. Estava como um homem que tinha alcançado aquilo para o que toda a sua vida havia trabalhado. A exaltação, o entu-

siasmo de José Bonifácio eram patentes. Jantava-se no Paço. O Imperador compareceu no meio do jantar à mesa de Estado e disse que ia fazer uma saúde, que era à saúde do Sr. José Bonifácio, a quem ia fazer um pedido e esperava que lhe não faltasse. José Bonifácio, no excesso da alegria em que se achava, pôs a mão direita no ombro do Imperador e disse: “Peça V.M. o que quiser, hoje não lhe recuso nada, faço a sua vontade em tudo e por tudo.” Então o Imperador bebeu à saúde do Sr. José Bonifácio seu mordomo-mor. Esta saúde foi vivamente aplaudida por todos os assistentes e José Bonifácio respondeu a ela com estas únicas palavras: “Sim Sr., sou mordomo-mor; sou tudo que V.M. quiser que eu seja.”

À noite fomos para o teatro: José Bonifácio nem disso mais se lembrou, mas no dia seguinte achou que o Imperador fizera mal de o surpreender em um momento de alegria para lhe extorquir um sim, que aliás jamais lhe daria. Houve entre ele e o Imperador uma cena a este respeito, que esteve a ponto de terminar pela saída de José Bonifácio do Ministério. Concluiu-se, porém amigavelmente, recaindo as culpas em Antônio Teles, que havia sido conselheiro. Este, redigindo a carta imperial, introduziu uma frase que, posto lisonjeira a José Bonifácio, não se acomodava com os princípios, nem com a fidelidade do venerando ancião. A frase era “que aceitara, não sem grande repugnância”. José Bonifácio quis que se riscasse esta frase como desonrosa ao Imperador; mas o tempo passou, tudo se acomodou, nunca se fez outra Carta Imperial, e aquela permaneceu com a frase indecorosa como estava. José Bonifácio serviu de mordomo-mor até a saída do Ministério. Depois disso continuou a sê-lo sem comparecer no paço, até a sua deportação. Muito tempo se passou sem se lhe dar um sucessor, até que por fim foi nomeado o conde de Palma, mas nunca se publicou nem se comunicou a José Bonifácio que ele se achasse demitido daquele ofício.

O decreto pelo qual o Imperador criou a ordem do *Cruzeiro* ressentiu-se da precipitação com que foi feito. José Bonifácio havia meditado tudo, menos o regulamento da ordem, a respeito do qual nem as bases estavam ainda assentadas, faltava o tempo para fazer tudo isto, estava na véspera da coroação e o Imperador queria, como acima fica dito, que no dia dela fosse pública a criação da ordem e os despachos. Nestes apuros José Bonifácio entendeu que sairia deles publicando o decreto da criação,

com declaração de que o regulamento se faria por outro decreto. Se estas não são as textuais palavras do decreto, como é de presumir não sejam, explicam pelo menos o sentido delas.

Na redação do decreto serviu-se José Bonifácio de uma frase que acarretou sobre si as mais severas censuras dos políticos improvisados. Disse que o Imperador, “a exemplo de seus gloriosos antepassados”, etc. E a saltar sobre ele todo esse enxame de vadios que pretendiam ver no *exemplo dos gloriosos antepassados* o despotismo atrozmente encarnado. O Imperador não tem antepassados, diziam, escreviam e públicavam pela imprensa os corifeus do liberalismo.

A máxima parte dos erros de José Bonifácio que a oposição combatia eram desta força! Parece hoje impossível que tal se fizesse e todavia foi por aí que a oposição conseguiu levantar alguma suspeita sobre as intenções de José Bonifácio. Não admira, porque naquele tempo, entre nós, bem poucas eram as noções que havia acerca do governo representativo, e essas poucas quase que eram exclusivamente importadas de Portugal. A ignorância destes princípios, mesmo entre a gente ilustrada de Portugal, era tal que nas Cortes Constituintes de Lisboa discutiu-se mui *seriamente*, e a discussão durou alguns dias, se os ministros de Estado poderiam sentar-se em presença dos representantes da nação! Depois de longos debates decidiram, talvez por piedade, que os pobres ministros, em presença dos deputados, tivessem assento em mocho raso!

Muito se tem dito, falado e escrito acerca dos redatores do *Tamoio*, e nada se tem dito, falado e escrito que verdade seja. As paixões, as inimizades, e também a inveja, muito têm contribuído para isso. As causas que determinaram a publicação do *Tamoio* são bem sabidas. O *Tamoio* foi o primeiro alerta do perigo que corria a independência. A dissolução pela força armada da Assembleia Constituinte, o tratado pelo qual o Brasil comprou a Portugal a sua independência, quando ele já a havia conquistado com as armas na mão, ficando o rei de Portugal com o título vitalício de Imperador do Brasil, e sendo ele quem dava a independência pelo preço ajustado, os fatos subsequentes, e até o deplorável 7 de abril de 1831, ali estão clamando que o *Tamoio* tinha razão e que se tramava contra a independência do Brasil.

Passada a coroação, começou o Imperador a sofrer desta moléstia que é o flagelo dos homens políticos protegidos pela fortuna e que acaba por dar cabo deles. À proporção que a moléstia crescia, o Imperador se persuadia que era ele o autor de tudo o que se tinha feito. Persuadia-se que era um homem de gênio, a quem os acontecimentos se curvavam, porque eram produção sua. Chegou a ponto de dizer, por ocasião da saída de José Bonifácio do Ministério: – Que o velho se vá com Deus, que eu já lhe tirei tudo o que ele sabia.

Inchado com tais ideias, vendo que o Brasil todo lhe obedecia e, como por encanto, tinha a sua voz feito mudar todas as condições sociais da vida dos brasileiros, começou a pensar que era já tempo de tratar do seu engrandecimento pessoal. O Brasil já era seu, porque se lhe dera pelo influxo de seu gênio voluntariamente. De Portugal era o herdeiro presuntivo e mais cedo ou mais tarde essa herança se efetuará. Dispor pois as cousas para que se efetuassem sem o menor abalo, era o de que já se tratava.

O Imperador achava-se rodeado de portugueses que o nutriam nestas ideias. O serviço do Paço era feito por portugueses. Os brasileiros que entraram no dia da coroação para esse serviço nenhuma influência tinham. Estavam ali como estranhos: faziam a sua semana e retiravam-se aos sábados sem nada saberem do interior do Paço. Os mais íntimos do Imperador eram: Francisco Gomes da Silva (o *Chalaça*), João Carlota e Plácido. Este era um barbeiro, que foi de José Egídio Álvares, o outro tinha sido moço de carregar as caixas da cozinha e o primeiro mau oficial de ourives. Todos três portugueses. José Bonifácio olhava com receio para este estado do Paço, em atenção sobretudo ao caráter volúvel do Imperador, e nunca lhe pode pôr remédio, porque S. M. a isso se opunha pela razão de que era negócio seu particular o governar a sua casa como bem entendesse. Os militares que mais privavam eram todos portugueses e o Imperador se ia já afeiçoando aos brasileiros, que pouco ou nada se importavam com a independência, àqueles brasileiros que mais campavam de realistas e amigos de Portugal. José Bonifácio ia vendo e observando estas tendências, porque ninguém melhor do que ele, que se achava perto do Imperador, as podia ver e observar com melhor acerto.

Por outro lado, o Imperador mandara vir de S. Paulo uma mulher que ele lá havia conhecido, depois de ser ela já conhecida de um criado particular seu, e se ia apaixonando por ela tão vivamente que deixava já entrever os escândalos de que esta mulher foi depois a causa no Paço e na Corte. José Bonifácio não pôde desviar o Imperador, por mais esforços que fizesse, desta indecente e indecorosa ligação. A desaprovação de José Bonifácio foi motivo dela se ver logo rodeada e lisonjeada por aqueles que pretendiam suplantar o velho ministro. — O Imperador caiu do cavalo em fins de junho de 1823 e na queda quebrou duas costelas e machucou uma coxa tão fortemente que se formou aí um abcesso. Retido no leito, essa mulher foi então admitida com inaudito escândalo no seu quarto e começou desde logo a imperar. O estado de fraqueza em que o Imperador se achava também contribuíra para esse funesto resultado.

Disse que o Imperador tinha caído do cavalo, quebrado duas costelas, etc. Conformei-me com a versão oficial e popular daquele tempo. Passarei adiante sobre esta particularidade, porque de nada serve agora averiguar de que procedeu a desgraça que ainda hoje devemos lamentar. O que posso dizer é que o primeiro boletim que se publicou daquele funesto acontecimento foi escrito por mim e ditado por José Bonifácio. Os médicos o assinaram e serviu ele de norma e ponto de partida para os outros que se seguiram.

O desgosto de José Bonifácio crescia de dia em dia. Já não confiava no Imperador. Tinha razão de suspeitar que se tramava contra a independência e que a união estava na mente do príncipe. A conduta deste com a tal mulher de S. Paulo era um escândalo que o velho não podia tolerar. Logo que a confiança falta, todas as suspeitas tomam o caráter da verdade. As cousas estavam neste ponto, quando o Imperador, ainda na cama, por empenhos da Domitila, que assim se chamava a tal mulher, falou a José Bonifácio para conceder anistia aos réus políticos de S. Paulo e Rio de Janeiro. José Bonifácio respondeu: “Ontem eu já esperei que V. M. me falasse nisso. Estou informado que é empenho da Domitila e que essa mulher recebe para isso uma soma de dinheiro.” O Imperador desviou esta tremenda acusação, fazendo ver que os homens eram inocentes; José Bonifácio replicou que os inocentes não queriam anistias; que os culpados precisavam delas, mas que nas circunstâncias atuais a conveniência e a política aconselhavam

que o perdão fosse dado depois do julgamento. Que o governo estava em presença de uma Assembleia Constituinte, que podia querer tomar conta do exercício de um poder que não se achava ainda bem definido. Demais, que era sabido que se depositara dinheiro para se alcançar a anistia e que ele José Bonifácio jamais daria seu nome para comparecer em negócio tão vergonhoso. O Imperador encolerizou-se a ponto de erguer-se da cama e quebrar o aparelho que lhe continha as costelas. A Domitila estava no quarto próximo, José Bonifácio pediu ali mesmo a sua demissão, dizendo que desde aquele instante já se não considerava ministro. Foi isto no dia 15 de julho de 1823.

No dia seguinte apresentou-se Martim Francisco dando a sua demissão. O Imperador pediu que não saísse do Ministério, porque não havia para isso motivo: “A saída de seu irmão não é uma razão para que o Sr. saia também.” O Imperador estava então muito pacífico, não parecia o mesmo da véspera. Martim replicou que tinha os mesmos motivos que tinha seu irmão para sair do Ministério, a falta de confiança em S. M. O Imperador pediu então que Martim lhe indicasse o indivíduo que julgava capaz para lhe suceder no Ministério da Fazenda. Martim recusou-se. D. Maria Flora, irmã dos Andradas, que era camareira-mor, retirou-se do paço na tarde desse mesmo dia, enviando a sua demissão por escrito a S. Majestade. No dia seguinte, 17, apareceram os decretos de demissão.

José Bonifácio foi substituído por José Joaquim Carneiro de Campos e Martim Francisco por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, ambos instrumentos da realeza e afetos à união.

Devo dizer que Carneiro de Campos, sendo chamado ao paço para substituir a José Bonifácio, disse ao Imperador que não aceitava o lugar enquanto não tivesse uma entrevista com o mesmo José Bonifácio, para o que pedia licença a S. Majestade. Carneiro foi imediatamente procurar a José Bonifácio e com a maior franqueza lhe disse o que havia a respeito e que não aceitaria o lugar se José Bonifácio não aprovasse e lhe negasse o seu apoio; que estava pronto a ser ministro para continuar com a política de José Bonifácio e receber dele as instruções e não de outra forma. É de presumir que esta delicadeza de Carneiro de Campos agradasse a José Bonifácio. Disse-lhe que aprovava a escolha do Imperador, mas que estava cansado e não podia ocupar-se mais de negócios públicos: que aceitasse o

lugar, que ele faria o que pudesse em seu favor e que no entanto recomendava o Moutinho, oficial que fora de seu gabinete, que era inteligente e estava ao corrente dos negócios exteriores. Carneiro de Campos concluiu dizendo que ia relatar ao Imperador toda aquela conversa e aceitar a nomeação de ministro.

As pessoas da maior confiança de José Bonifácio eram o desembargador Francisco da França Miranda e eu. A estes abria ele o seu peito sem a menor reserva. Já em fins de março ou 1º de abril de 1823 se queixava José Bonifácio da tibieza do Imperador a respeito dos negócios da Bahia, pondo obstáculos à amplitude das instruções que José Bonifácio dava a Lorde Cochrane para fazer guerra a Portugal. O Imperador queria expulsar os soldados portugueses da Bahia e de todo o Brasil, mas não queria mais do que isto, enquanto que José Bonifácio estendia as suas vistas a tirar a Portugal todos os meios de poder este hostilizar ao Brasil. Neste ponto a discussão ente o Imperador e José Bonifácio foi violenta e acabou por o Imperador ceder à vontade do ministro.

A Assembleia Constituinte abriu-se em 3 de maio. José Bonifácio, apesar das suspeitas que já nutria, não declinou da sua opinião de que a constituição que a Assembleia fizesse não podia obrigar senão depois de aceita pela nação e pelo Imperador. O Brasil havia declarado a sua independência, declarado também a sua vontade de querer existir constituído em monarquia representativa e proclamado para seu Imperador o Sr. D. Pedro I.

Havia igualmente nomeado deputados para organizarem o pacto social, mas nem ao Brasil, nem ao Imperador, nem a qualquer outro brasileiro impunha a obrigação de aceitar e obedecer a esse pacto se as suas condições lhe não conviessem. Em Portugal se havia cometido o absurdo de jurar obediência à Constituição tal qual as Cortes da nação a fizessem. No Brasil o partido de Ledo e José Clemente, que pretendia angariar e manietar ao mesmo tempo o Imperador, quis fazer outro tanto, mas, sendo combatido por José Bonifácio, resolveu-se pelo modo que já se sabe, em 30 de outubro de 1822.

Em 20 de junho de 1823 o deputado por Pernambuco Moniz Tavares propôs na Assembleia Constituinte que o governo fosse autorizado a expulsar do Brasil os portugueses que fossem hostis à causa da in-

dependência. Antônio Carlos apoiou esta proposta, houve sobre ela uma discussão, e não passou adiante. É o que a minha memória ainda conserva, mas nos papéis do tempo e na respectiva ata da Assembleia se achará este episódio tal qual aconteceu. Agora direi que nem Moniz Tavares, nem Antônio Carlos, nem ninguém mais, que estivesse de inteligência com o governo, queria que semelhante proposta fosse convertida em lei. Foi feita pura e simplesmente para sondar a opinião pública e sobretudo para ver o efeito que ela causava no ânimo do Imperador. O Ministério reconheceu então que estava em um terreno falso e que as suas suspeitas se convertiam em fatos todas as vezes que as punha em prova. Os portugueses ergueram a cabeça e o apoio do Imperador ficou então sendo patente.

Seguiu-se, como já fica dito, a saída de José Bonifácio e de Martim Francisco do Ministério em 17 de julho. Da Assembleia Constituinte, visto a sua composição, nada se podia esperar. À exceção de meia dúzia, era composta de moços inexperientes ou de velhos ambiciosos que não tinham fé naquilo mesmo que estavam fazendo. Para estes a independência e a liberdade, contanto que houvesse um soberano que distribuísse graças e mercês, eram cousas indiferentes. Mas para aqueles a independência e a liberdade eram cousas sacrossantas, que eles queriam, mas que não sabiam atinar com os meios de as obter. Faladores insuportáveis, que falavam a torto e a direito sem saberem o que diziam, mas que se julgavam capacíssimos para constituírem uma nação e administrarem um Estado.

Foi nesta conjuntura, em que a independência se achava ameaçada e sem defensores oficiais, que o desembargador Francisco da França Miranda e eu, depois da saída de José Bonifácio e Martim Francisco do Ministério, empreendemos a publicação de um periódico a fim de esclarecer o povo e defender a independência, tão gravemente ameaçada.

Esta tarefa nos pertencia de direito. O desembargador França Miranda tinha sido redator do famoso papel – *O despertador brasileiro* – que deu o 1º alerta para a independência no Rio de Janeiro, e eu, que era então um moço ardente, não ambicionando senão a independência de minha pátria e que já me achava na vanguarda dos seus primeiros soldados, combinamos e concertamos a política que devíamos seguir na redação do periódico; decidimos que fosse intitulado *O Tamoio*, redigimos o 1º número, e depois de impresso, mas antes de ser publicado, é que fomos

mostrá-lo a José Bonifácio e pedir a sua aprovação. José Bonifácio fez ao princípio algumas ponderações contra o nosso projeto, mas cedeu enfim, exigindo somente que mudássemos a epigrafe para que dela se não pudesse tirar alusões pessoais. Tínhamos adotado a seguinte epigrafe – Pour qu'on vous obéisse, obéissez aux lois. Cedemos à vontade de José Bonifácio e adotamos a outra, que ficou prevalecendo desde o 1º até o último número que se publicou deste periódico:

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique,
Ils pensent que pour eux le ciel fit l'Amérique.*

Foi necessário destruir a edição inteira do 1º número e fazer outra com esta 2º epigrafe. Poucas folhas se distribuíram com a primeira.

Até aqui Martim Francisco e Antônio Carlos eram completamente estranhos ao *Tamoio*, pela única razão de não ter havido tempo para os prevenir e consultar. Da nossa decisão, de França Miranda e minha, de redigirmos um periódico, à execução dela o espaço foi muito curto. Antônio Carlos e Martim Francisco aprovaram e prometeram a sua colaboração, mas muito pouco escreveram para o *Tamoio*. Martim Francisco, segundo minha lembrança, só dois artigos fez e Antônio Carlos com pouco mais contribuiu. José Bonifácio fez também dois ou três artigos, mas não os redigiu ele mesmo, era conversando sobre as questões vertentes que França Miranda ou eu apanhávamos as ideias e ali mesmo José Bonifácio corrigia os artigos que assim havíamos França Miranda ou eu organizado. Se a minha memória não me falha nesta ocasião, indico como sendo de José Bonifácio, mas escrito pela forma acima referida, com aqueles acrescentamentos que Francisco Miranda ou eu julgávamos a propósito fazer, o artigo do *Tamoio* nº 5. Não o tenho presente, nem sequer possuo uma coleção desse periódico que tanto influiu nas cousas de nossa terra, aliás diria isto com certeza. A minha vida, desde a dissolução da Assembleia Constituinte até hoje, que me acho em Paris cego, esquecido dos meus e até de quem, por dever de officio, se devia lembrar, tem sido uma continuada peregrinação, na qual me não foi dado conservar nem os meu papéis, que todos foram vítimas do roubo, dos bichos e ultimamente de um desastroso incêndio.

Passado algum tempo, que a minha memória não pode agora precisar, uniu-se a nós na redação do *Tamoio* Antônio José Pereira Guedes,

que acabava de ser redator do *Diário do Governo*. Fomos pois nós três: França Miranda e eu, os fundadores do *Tamoio*, e Antônio José de Paiva Guedes o redator, que se nos ajuntou depois. Ninguém mais, à exceção do pouco que para ele contribuía os Andradas, teve parte na redação do referido periódico desde o princípio até o fim de sua publicação.

Havíamos convencionado que no caso de ser o jornal chamado a juízo por abuso de liberdade de imprensa, o autor do artigo incriminado não declinaria a responsabilidade, antes se apresentaria para defender-se em juízo. Excetuamos desta regra a José Bonifácio, não porque ele recusasse responder pelos seus atos, mas em razão de não serem seus artigos redigidos, no rigor da palavra, por ele mesmo. Na minha defesa, que mandei de Paris em... para se ajuntar aos autos da *infame* [e não informe, certamente] devassa a que se procedeu por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte, e na qual fui pronunciado à prisão e livramento, declarei isso mesmo dizendo que, se havia abuso de liberdade de imprensa na redação do *Tamoio*, estávamos prontos, eu e os Andradas, cada um a responder pelas suas obras perante o tribunal competente. Uma casualidade fez cair em minhas mãos uma cópia de minha letra da mencionada defesa, que ajuntarei a estas notas.

O que fica exposto é a história verídica do *Tamoio*. Quem a ler julgará do ânimo daqueles que até hoje a têm vertido diversamente. As paixões políticas e a inveja são talvez a causa deste desatino.

Não direi as diligências que fez o poder para mudar a linguagem do *Tamoio* ou ao menos para fazer cessar a sua publicação, porque não vem isso ao caso e eu dito notas para a História e não faço a minha apologia. Todas as diligências, todas as ofertas, todas as visitas do ministro José Joaquim Carneiro de Campos e de outras pessoas graduadas da minha amizade foram baldadas, nada pôde demover-me do meu firme propósito de sacrificar-me, se tanto fosse preciso, pela independência e pela liberdade da minha pátria. Se me disserem agora que nem a liberdade nem a independência estavam em perigo; se me disserem que as nossas previsões eram então erradas e que não havia a menor intenção de reunir outra vez o Brasil a Portugal, responderei que tais eram as minhas convicções, que nunca soube transigir com eles, e por fim apelarei para os fatos que vieram

depois dar por verdadeiras essas convicções. E sereis vós, Srs. de 7 de abril, quem as acusareis de erradas?

Completemos esta confidência acerca dos redatores do *Tamoio*. A entrada de Paiva Guedes não foi uma necessidade, foi uma conveniência. Não havia necessidade de reforçar a redação; era conveniente proteger o oprimido. Eu me explico. Paiva Guedes, sendo redator no *Diário do Governo* escreveu um artigo no qual o poder pretendeu ver um elogio a José Bonifácio. Uma palavra honrosa a José Bonifácio no *Diário do Governo*? Paiva Guedes foi imediatamente demitido da redação da folha oficial! Este moço, pai de família e pobre, ficou de um dia para o outro sem pão para dar a seus filhos! Mas a falta era grave, o crime horrendo, disse que José Bonifácio tinha bem-servido ao seu país! Em tais circunstâncias assinei a Paiva Guedes uma pensão de 60 mil réis mensais, pago pelo rendimento do *Tamoio*, e para não vexar o homem a quem eu queria obsequiar e de cuja sorte me compadecia, declarei que ele tomaria parte na redação e que a dita pensão seria um ordenado de seu trabalho. Encarreguei a Paiva Guedes de fazer a resenha dos jornais, que o *Tamoio* publicava, segundo minha lembrança, aos sábados. Nunca o encarreguei da redação de artigos políticos, nem nenhuma outra coisa escreveu ele para o *Tamoio*. Nem as mesmas resenhas foram todas escritas por ele; mas era nesta parte da folha em que ele trabalhou. Depois da dissolução da Constituinte a sorte de Paiva Guedes mudou consideravelmente e veio a acabar seus dias ainda moço, mas já conselheiro e oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. José Joaquim Carneiro de Campos, que o havia demitido de redator do *Diário do Governo*, muito o estimou depois e o teve como oficial do seu gabinete enquanto foi ministro de Estado.

Os novos ministros que entraram em 17 de julho de 1823 satisfizeram logo a vontade do Imperador anistiando os réus políticos de S. Paulo e do Rio de Janeiro. O *Tamoio* não combateu este ato do Ministério, mas foi inexorável combatendo o outro, pelo qual o mesmo Ministério mandou vir da Bahia os soldados portugueses prisioneiros de guerra para assentarem praça nos regimentos do Rio de Janeiro. O Brasil estava em guerra com Portugal, e o governo brasileiro queria armar e entregar a defesa da independência aos soldados portugueses prisioneiros de guerra que acabavam de combater contra essa mesma independência! As provas esta-

vam tiradas; e mediana reflexão bastava para prever a que fim se dirigia essa medida dos novos ministros.

Parece-me que foi em 27 de maio que se dissolveram as Cortes Gerais em Portugal, e que o rei D. João VI, segundo a frase do tempo, reassumiu os seus inalienáveis direitos. Desde logo tratou o novo governo português de conciliar-se com o Brasil. Entendia que, tendo desaparecido a causa da separação, que era o governo representativo, não havia já motivo que impedisse a união. O conde de Suberra, ministro assistente ao despacho e muito influente, estava capacitado que, com algumas concessões que fizesse ao Brasil, facilmente aplanaria as dificuldades criadas pelo tempo e pelas circunstâncias. Acreditava que o Imperador se prestaria a tudo que tivesse por fim a grandeza de sua Casa, da qual era o primogênito e herdeiro presuntivo.

O que acabo de expor não é uma suposição, é uma realidade. Tais eram as crenças políticas do conde de Suberra, que me foram comunicadas por Manuel José Maria da Costa e Sá, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, confidente do conde de Suberra e redator das ordens e instruções com que passaram ao Rio de Janeiro o conde de Rio Maior e Francisco José Vieira, a fim de tratarem da união.

El-rei D. João VI declarou positivamente que não havia sacrifício que lhe fosse custoso para evitar a separação do Brasil, durante a sua vida ao menos. “Depois de minha morte, que não está longe, façam o que quiserem, mas deixem-me morrer sem levar o coração transpassado de dor pela separação em minha vida!” O rei previa que se aproximava a sua morte, e infelizmente não se enganou.

Decidiu-se mandar um oficial general à Bahia com ordem ao Madeira para suspender as hostilidades, e uma comissão ao Rio de Janeiro para tratar da união. Para ir à Bahia foi escolhido o marechal-de-campo Luís Paulino da França, e para a comissão do Rio de Janeiro o conde de Rio Maior e o desembargador Francisco José Vieira. Luís Paulino era natural da Bahia, e nas Cortes de Lisboa, onde era deputado, muito oposto se havia mostrado à independência do Brasil, o que muitos desgostos lhe havia já custado, sendo um deles a bofetada que lhe deu o seu colega Barata, que o fez rolar pelas escadas do convento das Necessidades. Os dois membros da comissão eram ambos naturais de Portugal; haviam já estado no Brasil

e eram pessoalmente conhecidos do Imperador. O conde de Rio Maior tinha sido camarista do Imperador quando príncipe real, e supunha ele mesmo gozar da confiança de seu antigo amo. Francisco José Vieira tinha sido desembargador da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, no exercício de cujo emprego gozou a boa reputação de honrado e justiceiro, e foi depois ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros do príncipe regente. Foi sucessor de Pedro Alves Diniz e predecessor de José Bonifácio de Andrada neste Ministério. O Imperador reconhecia a sua probidade e o distinguiu com a sua estima, e José Bonifácio muito insistiu para que não voltasse a Portugal e ficasse no Brasil. Vieira não anuiu a esta repetida insistência pela única razão do posto que ocupava. Se não fora ministro, dizia ele, decerto que cá ficava. A escolha pois das três pessoas para tão árdua comissão parecia acertada.

Antes de passar adiante contarei uma anedota, que não deixa de vir a propósito. O príncipe regente consultou o Ministério sobre se devia ou não anuir ao pedido do Rio de Janeiro para ficar no Brasil. Tratava-se então do pedido de 9 de janeiro de 1822. O Ministério votou unanimemente que o príncipe devia voltar para Portugal, porque essas eram as ordens do rei e a vontade do *Soberano Congresso*. Levantada a sessão, Francisco José Vieira pediu ao príncipe de o ouvir em particular, e assim achando-se disse a S. Alteza: “Senhor, V.A. Real já ouviu o meu voto como ministro, agora quero dizer-lhe a minha opinião como simples particular. – Não vá, fique, que é o que convém a todos.” – O Imperador usou depois desta distinção de voto e opinião para meter a ridículo, que escreveu o publicou no periódico *Espelho*, o seu antigo Ministério, do qual um membro fazia distinção metafísica entre voto e opinião.

Como já disse, as instruções com que passou ao Rio de Janeiro a referida comissão foram redigidas por Manuel José Maria da Costa e Sá. Eu as trouxe de Lisboa nas minutas originais, com pequenas ampliações, da letra do conde de Suberra. Eram três: instruções gerais, e secretas subsidiárias. Estes importantes papéis desapareceram no lamentável incêndio de agosto de 1860 no Rio de Janeiro. Luís Paulino, que partiu antes da comissão, devia ir primeiro à Bahia suspender as hostilidades e vir depois reunir-se no Rio de Janeiro aos membros da comissão. A estes era muito re-

comendado pelas instruções secretas subsidiárias de ter estas e as instruções secretas no maior segredo e só das gerais dar conhecimento a Luís Paulino.

Os dois membros da comissão, que foram ambos nomeados por cartas régias, pediram algumas explicações e, entre elas, que tratamento deveriam dar ao Imperador no caso de os seus ministros não quererem negociar sem que esse tratamento fosse de majestade imperial. O conde de Subserra respondeu que neste caso não hesitasse em dar tratamento, declarando, porém que o faziam para se conformarem com os usos que achavam em prática no país, sem todavia tirar consequência para ulteriores argumentos.

O conde de Subserra dirigiu-se a Antônio Carlos, escrevendo uma carta muito amigável, em que lhe pedia que empregasse toda a sua influência para o fim de restabelecer a união. Cartas no mesmo sentido escreveu o mesmo conde e algumas outras pessoas da corte portuguesa, a seus amigos e conhecidos do Rio de Janeiro. Todos se calaram. Só Antônio Carlos deu conta ao país deste importante acontecimento, publicando no *Tamoio* a sua resposta e a carta do conde de Subserra.

O *Tamoio* redobrou então de atividade na defesa da independência, tão gravemente ameaçada. As suas folhas ainda existem e nelas podem hoje admirar o zelo e o denodo com que combatia. O *Tamoio* fez murchar muitas esperanças.

Em 7 de setembro de 1823 chegou Luís Paulino ao Rio de Janeiro, tendo já passado pela Bahia, onde achou tremulando em seus fortes a bandeira brasileira. Madeira e toda a tropa portuguesa já tinham sido expulsos. Alguns dias depois chegou a comissão do conde de Rio Maior e Francisco José Vieira a bordo de uma corveta portuguesa. A fortaleza Santa Cruz a fez fundear debaixo de suas baterias. O governo não consentiu que os comissários desembarcassem, nem quis entabular com eles negociação alguma sem que previamente declarassem que estavam autorizados para reconhecerem a independência do Brasil. O Imperador recusou as cartas de seu pai, de que era portador o conde de Rio Maior. Luís Paulino, em razão de se achar enfermo, obteve permissão para desembarcar de bordo do brigue em que veio para a casa de seu cunhado o desembargador Antônio Garcez Pinto de Madeira, onde esteve com sentinela à vista até regressar, em cuja viagem morreu no caminho para Portugal.

Os comissários conde de Rio Maior e Francisco José Vieira corresponderam-se com José Joaquim Carneiro de Campos, ministro de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiro, mas, como não vinham autorizados para reconhecerem a independência, não lhes foi permitido encetar a negociação de que eram encarregados. Regressaram a Lisboa a bordo de um navio mercantil, segundo minha lembrança.

A corveta foi retida e considerada boa presa, em razão de ter tentado entrar a barra do Rio de Janeiro com bandeira portuguesa, achando-se o Brasil em guerra com Portugal. Os comissários portugueses acharam-se, durante a curta estada que fizeram nas águas do Rio de Janeiro, na maior penúria, faltando-lhes o dinheiro necessário para pagar e sustentar a tripulação da corveta, e até para suprirem as suas necessidades. Tal era a confiança com que vinham e a certeza que tinha quem os mandou do feliz resultado da empresa que nem estes nem aqueles se proveram previamente dos meios necessários. Recorreram a pequenos empréstimos e a pequenos donativos, que não chegaram para nada. Nesta mesma situação se achou o comandante da corveta *Pegado* desde a partida dos comissários até a entrega da corveta em virtude da sentença que a condenou boa presa.

Em Lisboa pude reunir todos os papéis concernentes a esta tentativa política, desde a nomeação dos comissários até o relatório pelo qual, à sua chegada a Lisboa, deram conta da malograda negociação. A maior parte destes papéis ou eram originais ou impressos. Reuni igualmente a correspondência de *Pegado*, depois da partida da comissão até a condenação da corveta, com o seu governo.

Todos esses importantíssimos papéis foram consumidos no incêndio de que já acima falei, segundo me informa o meu amigo Dr. Melo Moraes. A correspondência de José Joaquim Carneiro de Campos e da comissão foi toda impressa no *Diário do Governo* do Rio de Janeiro, bem como no *Diário do Governo* de Lisboa.

José Joaquim Carneiro de Campos achou-se em uma posição bem delicada, e não se saiu mal dela, porque teve a prudência de procurar o conselho de José Bonifácio para lhe servir de norma. José Bonifácio falou com a energia que todos conheceram, declarando que o mais pequeno vislumbre de tentativa de união seria o sinal de uma conflagração em todo o Brasil. Aconselhou a linha de conduta que o ministro devia ter, e quan-

to à redação da correspondência, aconselhou outrossim que a confiasse a Luís Moutinho Álvares de Lima, que era oficial de gabinete do ministro e já o tinha sido do Ministério de José Bonifácio. Até aqui muito bem, mas como em todas as cousas, por mais importantes que sejam, há sempre um lado para fazer rir, esta não escapou da sorte comum. Moutinho redigia a correspondência e José Bonifácio a corrigia, mas como José Joaquim Carneiro não estivesse neste segredo, e a vaidade ministerial não lhe permitisse assinar sem correção o trabalho de seu oficial, fazia também as suas emendas, e tais foram que dali resultou a imperfeição da obra, como facilmente podemos verificar.

Disse acima que algumas pessoas além de Antônio Carlos haviam igualmente recebido cartas de Lisboa em favor da união. Esta asserção já não sofre a menor contestação, porque se acha hoje suficientemente por mim verificada. Durante a minha estada de 16 anos em Lisboa, indaguei tudo o que era relativo ao Brasil, e as relações íntimas que contratei com Manuel José Maria da Costa e Sá, que foi por assim dizer o conselheiro e diretor do conde de Suberra em todos os negócios a cargo deste ministro, me puseram nas circunstâncias de nada ignorar do que então se passou. Tudo se tentou para aliciar as pessoas que se julgavam capazes de serem úteis à causa da união. Pelo paço foi encarregado o cirurgião Aguiar de insinuar aos seus amigos do Rio de Janeiro que essa era a vontade do rei e que S. Majestade estava disposto a premiar largamente os executores dela. Aguiar era filho do Rio de Janeiro (creio que se chamava Teodoro). Durante a estada da corte portuguesa no Brasil viveu sempre no paço e conservou íntima amizade com Antônio de Araújo (conde da Barca) e José Egídio Álvares de Almeida (barão, visconde e marquês de Santo Amaro). Depois da independência foi ainda ao Rio de Janeiro, isto é, depois da dissolução da Assembleia Constituinte, parece-me que com caráter diplomático reservado ou secreto. Regressando a Lisboa foi acusado pela voz pública de ter propinado veneno ao infeliz rei D. João VI. Não assevero que assim fosse; o crime é horrível para que se acredite, sem sólidos fundamentos, mas confesso que conservo a esse respeito motivos de desconfiança, não pelo que ouvi da voz pública, mas pelo que me disseram duas altas personagens de grande conceito, moralidade e virtude. Não acusaram diretamente, mas disseram-me bastante para deixarem no meu ânimo uma grave impressão

de dolorosa suspeita. Uma das duas altas personagens a que me refiro ainda vive em Lisboa, e a outra jaz no cemitério do Monte de S. João daquela cidade. Talvez que ainda, se Deus me conservar mais alguns dias de vida, volte a este assunto para dizer o que sei. No entanto seja como for, o que é certo é que Aguiar morreu envenenado de um copo d'água que bebeu no paço não muito tempo depois da morte do infeliz e bondoso rei D. João VI. A agonia de Aguiar, segundo me referiu o D. Clemente (natural da Bahia), testemunha de vista, foi horrível. Aguiar voltando do paço para a sua casa, conhecia o estado em que se achava, e de onde lhe vinha o mal, que já não tinha remédio; fez algumas disposições, no meio do tratamento que se fazia, e expirou traspassado de dor e de remorso.

Desviei-me do meu fim; volto atrás e ato o fio das minhas notas. Nos meus papéis consumidos no incêndio se achavam as listas das pessoas do Rio a quem se havia escrito pelos ministros, seus agentes e pelo cirurgião Aguiar. Fácil é de presumir que se dirigiram às pessoas da ordem civil, eclesiástica e militar, que a corte portuguesa deixou no Rio de Janeiro ocupando os altos empregos do Estado. Na lista de Aguiar lembra-me ter lido os nomes de Luís José de Carvalho e Melo, barão de Santo Amaro, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Albano Fragoso, monsenhor Miranda, bispo capelão-mor, e alguns outros eclesiásticos. Como nunca esperei perder tais papéis não conservei na memória tudo aquilo que eles continham, aliás poderia dar hoje por inteiro ao conhecimento do público o que eles continham.

O Tamoio pois prestou relevantíssimos serviços à causa da independência e da liberdade do Brasil. Foi a sentinela vigilante que gritou alerta quando se formava o perigo, e gritou tão forte que não ousaram pôr em execução os planos que projetavam. Se os pusessem não venceriam, mas havia de custar caro ao Brasil reconquistar a sua independência, e só Deus sabe por que modo isso se alcançaria! Talvez com a quebra da integridade do império em porções desparatadas e rivais, que é o maior mal que lhe pode acontecer. Recorreram a outro meio, e foi este a dissolução pela força armada da Assembleia Geral Constituinte. Por este meio, se fosse feliz, se não abalasse as províncias, poderiam chegar, posto que mais lentamente, ao mesmo fim, de voltar ao governo absoluto e à união com Portugal. Direi agora o que sei acerca deste desgraçado acontecimento.

Depois da partida de Lisboa da comissão do conde de Rio Maior e Francisco José Vieira, partiu também para o Rio de Janeiro Francisco Vilela Barbosa. A chegada deste indivíduo, natural da província do Rio de Janeiro, causou admiração e deu motivos a graves apreensões em todos que se achavam empenhados na causa da independência. Francisco Vilela Barbosa era de família pobre e desconhecida; foi para Portugal na primeira mocidade da vida, estudou matemática na Universidade de Coimbra, e formou-se nesta faculdade, tudo à custa do bispo conde D. Francisco de Lemos, reitor da mesma Universidade. Fez a sua carreira pública em Lisboa, onde entrou para o corpo de engenheiros e foi lente do Colégio dos Nobres. Quando a corte portuguesa, obrigada pela invasão dos franceses em Portugal, partiu para o Brasil, Vilela Barbosa de livre vontade quis ficar em Lisboa. Estava ali casado e não queria separar-se, dizia ele, da sua nova família e da pátria comum, que era a capital da monarquia.

Neste estado se achava Vilela Barbosa, já na declinação da vida, quando em 1821 foi eleito deputado suplente pelo Rio de Janeiro às Cortes de Lisboa. É de notar que no Rio de Janeiro, quando se procedeu às eleições de 1821, ninguém queria ser eleito deputado para as Cortes de Lisboa. Decidiu-se então que se elessem brasileiros já residentes em Portugal. Do Rio de Janeiro só foram dois, o Dr. Luís Nicolau Fagundes Varela, porque assim quis o comércio, que tinha nele muita confiança e esperava que fosse nas Cortes estrênuo defensor de seus interesses, e um bom homem da roça cujo nome escapou da minha memória, como ele já então vivia ignorado, para completar o número, Vilela Barbosa, se me não engano, foi eleito suplente e tomou assento em Cortes para substituir o deputado José Joaquim de Azeredo Coutinho, inquisidor-mor, que falecera em seguida de haver tomado posse nas Cortes. Vilela Barbosa não se distinguiu senão pela oposição que fez aos projetos da separação do Brasil, e pela defesa da justiça com que Portugal pretendia tyrannizar o Brasil. Chegou ao excesso de dizer em um discurso que tinha vergonha de ter nascido no Brasil, e que tal era a sua raiva que estava pronto, posto que velho, a marchar, ainda que fosse a nado com a espada na boca, para castigar aos degenerados brasileiros que queriam a separação, e obrigar a voltarem à salutar união com Portugal! Estas não são as textuais palavras, mas o sentido e a imagem do bom homem, a nado com a espada na boca atravessando o oceano, são originais do seu

autor. Vilela Barbosa, posto que poeta fazendo bons versos, nas Cortes de Lisboa não campou por orador.

A chegada inesperada de um tal indivíduo ao Rio de Janeiro deu, como já disse, cuidado aos homens que se desvelavam pela causa pública. Os cuidados subiram de ponto logo que se soube que o Imperador o havia recebido afetuosamente e que os zangões absolutistas o rodeavam com admiração. Houve então suspeita de que ele fora mandado expressamente, munido de cartas para o Imperador e outras pessoas, para tratar da união. Estas suspeitas eram porém vagas e José Bonifácio as recusava como improváveis, porque não conhecia no indivíduo nenhuma daquelas qualidades que são necessárias para empreender um projeto de tanto arrojo, enquanto que Antônio Carlos pendia para as acreditar como muito prováveis, porque, dizia ele, da duplicidade do caráter de Vilela Barbosa tudo se devera esperar. Eu quisera que fora antes devido às circunstâncias em que ele casualmente se achou, do que a um propósito deliberado com más intenções o que resultou da sua viagem ao Rio de Janeiro, mas infelizmente não posso já seguir esta minha vontade, porque em Lisboa Manuel José Maria da Costa e Sá, na confiança da amizade, certificou-me o contrário e mostrou-me cartas de Vilela Barbosa escritas do Rio de Janeiro, dando conta das entrevistas que tivera com o Imperador, José Egídio, barão de Santo Amaro, Luís José de Carvalho e Melo e outros, e da dissolução da Constituinte, que me tiraram todas as dúvidas que eu queria nutrir a respeito de Vilela Barbosa.

Este homem, que guerreou a independência, que tomou parte na dissolução da Assembleia Constituinte e foi mandado para isso ao Rio de Janeiro, governou o Brasil não só no reinado do primeiro Imperador, mas também e com muita influência na minoridade do segundo, atualmente reinante! Foi elevado a todas as grandezas do Império, marquês, grã-cruz do Cruzeiro, conselheiro de Estado, senador e ministro e secretário de Estado por várias vezes!!! E quais foram os seus serviços, que de alguma forma pudessem fazer esquecer as suas faltas, senão os seus crimes anteriores? Esta lista é escura.

A famosa Domitila, a Messalina da época, estava já na amplitude do seu poder, rodeada de vis e baixos cortesãos aduladores e imperando sobre o espírito do mal avisado príncipe que se achava à testa dos destinos

do Brasil. Por influência desta mulher tudo se fazia, e ela vendia os seus favores a quem os queria comprar por dinheiro. Os que se intitulavam republicanos também a procuravam e compravam os seus favores, sobretudo quando estes eram necessários para satisfazer a uma vingança. O Imperador viu na corte que faziam a esta mulher os chamados republicanos um indício de que até os mais exaltados estavam bem dispostos a submeterem-se à sua vontade, contanto que dali lhes viesse proveito. A Domitila não foi pois estranha ao projeto da dissolução da Assembleia Constituinte; pelo contrário, era a representante assalariada dos chamados republicanos nessa conjuração. Estes levavam em vista, na dissolução da Constituinte, dois pontos essenciais: 1º vingarem-se dos Andradas e seus amigos, os quais com a dissolução deviam ser banidos, e o 2º era aproveitar a ocasião de perturbação, que a dissolução devia causar em todo o Brasil, para expulsar dele o Imperador e fundar a República. Os homens que tais projetos nutriam e para os quais trabalhavam com ousadias, eram todos destituídos de capacidade para fundarem um governo.

Tudo estava preparado para a dissolução da Constituinte. Para isso só faltava a ocasião ou o pretexto. Os absolutistas, isto é, o partido português, queria a dissolução da Constituinte com a expulsão dos Andradas e seus amigos, porque viam nesse ato o restabelecimento da união com Portugal e do governo absoluto. Os chamados republicanos queriam a dissolução com a expulsão dos Andradas e de seus amigos, para por este modo se vingarem destes seus inimigos, e para perturbarem o Brasil e tirarem dessa perturbação a expulsão do Imperador e a fundação da República. Os fins eram diversos, mas o acordo era perfeito.

Como só faltava o pretexto, e este se procurava, facilmente apareceu e foi aproveitado. Em um periódico intitulado *Sentinela* apareceu uma carta assinada *O brasileiro resoluto*. Nesta carta desaprovava com indicações pessoais a incorporação de oficiais portugueses ao exército do Brasil. Na tarde do mesmo dia, que, suponho, foi 5 de novembro de 1823, em que apareceu a referida carta na *Sentinela*, dois oficiais portugueses a cavalo pararam à porta de uma botica ao Largo da Carioca, e um deles, apeando-se do cavalo, entrou pela botica e dirigindo-se ao dono dela, que se achava só, perguntou-lhe se ele era o brasileiro resoluto. Com a resposta afirmativa desembainhou a espada, e caindo sobre o pobre boticário, que se achava

desarmado, o cutilou de modo que o deixou gravemente ferido e em perigo de vida. O oficial, autor desta façanha, muito seguro de si, meteu a espada na bainha, montou a cavalo e partiu com o seu companheiro glorioso da sua ação para o seu quartel.

Este oficial era um capitão de artilharia montada de nome Lapa, filho de um cozinheiro da casa real, homem impetuoso e muito relacionado no paço. O pai tinha regressado para Portugal com a casa real da qual, como já disse, era cozinheiro.

Antes de passar adiante, não é fora de propósito designar mais claramente a pessoa do capitão Lapa e os futuros destinos que o aguardavam. Lapa deixou o serviço do Brasil depois do indicado assinalado feito e regressou a Portugal. Era casado com uma senhora brasileira, filha de um oficial superior de nome Betancourt, que o acompanhou. Em Portugal, na questão dinástica entre D. Pedro e D. Miguel, seguiu as partes deste, e foi um estrênuo defensor do governo absoluto. Expulso D. Miguel pela convenção de Évora Monte, ficou Lapa na triste codição de miguelista, que era a pior que podia ser, mas de tal arte trabalhou que se meteu com os cartistas, foi empregado no exército, e por ocasião da revolução que se chamou da Maria da Fonte, apareceu no estado-maior do marquês de Saldanha. Nas correrias que este fez em torno de Santarém, onde se achava o conde das Antas com as tropas revolucionadas, Lapa teve o comando de uma coluna e desenvolveu nessa ocasião muita atividade e inteligência. Bateu-se com vantagem em Ourém. O conde das Antas me disse que na Lapa havia feito melhor serviço à rainha do que Saldanha. Foi feito barão de Ourém, e teve o posto de brigadeiro. Pacificado o país pela intervenção armada das três potencias que assinaram com Portugal o tratado da quádrupla aliança, o barão de Ourém foi nomeado ministro da Marinha, em cujo exercício mostrou bastante inteligência e limpeza de mãos, mas não podia conformar-se com as fórmulas constitucionais, sendo por gênio e caráter amigo das fórmulas absolutas. Nas Câmaras foi violentamente acusado de tender para o absolutismo. A sua linguagem atrevida e muitas vezes grosseira o desenhava talvez mais absolutista do que era. Foi feito visconde e governador-geral da Índia. O seu governo foi turbulento, os povos se revoltaram, e a atividade do governador esgotou-se na guerra civil, que durou muito tempo e arruinou o país. Foi nomeado par do reino, e chamado à corte teve

de sofrer graves acusações nas Câmaras e na imprensa, a sua conduta foi posta em processo militar, do qual saiu triunfante, como em tais casos tem acontecido a todos os outros que se acharam nas mesmas circunstâncias. Adoeceu em Lisboa, e por um fatal descuido foi envenenado, e morreu por efeito desse envenenamento. O médico que o tratava era homeopata, receitou para o seu docente uma porção de glóbulos de beladona diluídos em água destilada, para tomar uma colher de 2 em 2 horas. A receita foi levada pela ignorância do criado e pelo descuido de quem o mandou a uma botica alopata, e o bom do boticário, como a não entendia, assentou de a comentar e traduziu: os glóbulos da quinta por grãos de extrato de beladona, dissolveu em água destilada e, em vez de remédio, mandou a morte ao doente. Os descuidos continuaram e até o outro dia continuaram a dar sem interrupção o remédio ao doente. Reconhecido o engano, trataram de repará-lo, mas já era tarde, a beladona tinha produzido os seus efeitos, e o visconde de Ourém faleceu. Assim acabou o herói da Carioca, que deu pretexto para dissolução da Assembleia Constituinte do Brasil.

O acontecimento acima referido do *Brasileiro resoluto*, em outra qualquer ocasião seria vulgar, apenas desonroso ao oficial que o cometeu e sujeito às regras gerais do foro criminal; mas naquela em que foi mudou muito de aspecto, sendo considerado como um insulto feito ao Brasil na pessoa do *Brasileiro resoluto*. O governo havia expedido ordens para incorporar ao exército do Brasil os soldados portugueses prisioneiros de guerra, promovido e espalhado oficiais portugueses por todos os corpos do mesmo exército, e os comandos quase que exclusivamente estavam nas mãos de oficiais nascidos em Portugal. A tendência pois do governo era de armar os portugueses e desarmar os brasileiros. Aquele que se disse resoluto foi logo atacado na sua própria casa. O perigo era grande, os brasileiros se julgaram todos ameaçados e clamaram que havia traição.

Davi Pamplona (este era o nome do brasileiro resoluto) dirigiu do leito de dor uma petição à Assembleia Constituinte, referindo o ocorrido e dizendo que na sua pessoa se achava o Brasil todo insultado por aqueles que lhe queriam destruir a independência e se achavam já para isso armados pelo influxo do governo. O negócio era sério, mas a Câmara não podia tomar dele conhecimento, porque versava em assunto que pertencia ao Poder Judiciário. O mais que podia fazer era remeter o requerimento ao

governo, recomendando de empregar toda a diligência para que a justiça fosse feita e se tornasse impossível a repetição de tais atos. Antônio Carlos e Martim Francisco oraram pouco mais ou menos neste sentido. Os seus discursos foram curtos e veementes, como as circunstâncias talvez exigissem. Estes dois discursos foram logo impressos em suplemento do *Tamoio*. A sessão foi levantada, e Martim Francisco e Antônio Carlos ao saírem da Câmara foram levados em braços pelo povo, que era numeroso em roda do edifício. Tiraram os cavalos da pobre sege de boleia, que era comum aos dois irmãos, e quiseram puxá-las para os levar a casa, mas eles não consentiram e o povo cedeu.

Disse que a sessão fora levantada, e não expliquei bem este ponto. Convém fazê-lo melhor. Foi na sessão de 10 de novembro que o negócio se apresentou. A concorrência do povo nas galerias era grande, todos os corredores da Câmara estavam cheios de pessoas que procuravam assistir à sessão. A Câmara votou por proposta do deputado Alencar que se desse ingresso no recinto da Assembleia ao povo, que não achava lugar nas galerias. As portas foram abertas e o recinto invadido por autorização da Assembleia. Oraram Antônio Carlos e Martim Francisco, como fica acima referido. Os discursos destes dois deputados foram vivamente aplaudidos por muitos outros e pelos expectadores com entusiasmo. O presidente em vez de recorrer aos termos do regulamento para restabelecer a tranquilidade, levantou-se, declarou que estava encerrada a sessão, deixou a cadeira presidencial e no meio das reclamações dos deputados pôs o chapéu na cabeça e retirou-se. Ao saírem é que os dois irmãos Andradas, Antônio Carlos e Martim, foram vitoriosos pelo povo. Eu não me achei na Câmara nesse dia, não fui testemunha desse fato, e todavia fui depois processado por ele. O presidente da Assembleia era João Severiano Maciel da Costa, que foi depois na lista dos titulares da Domitila feito marquês de Queluz.

Não me achei na Câmara no dia 10, porque tinha um dever mais urgente a cumprir. Naquele dia, como na véspera e no seguinte, os espíritos se exaltaram e procuravam vingança, e era necessário que houvesse quem desviasse os brasileiros exaltados desses excessos. Nisso me ocupava com muito feliz resultado, tendo salvado a vida na noite de 9 a um português bem adverso ao Brasil. Eram 10 horas quando soube que se tratava de tentar contra a vida Francisco Gordilho Veloso de Barbuda. Corri ao lugar da em-

boscada, e vivamente apoiado por um oficial da Paraíba do Norte de nome Sodré, dissolvemos a emboscada quase no momento de realizar o seu intento. Gordilho não pôde ignorar naquela mesma noite quem fora o salvador da sua vida na Rua do Ouvidor quando entrava em casa, deu-me então os seus agradecimentos e foi no dia seguinte um dos meus maiores inimigos.

Na tarde de 10 a tropa da guarnição do Rio de Janeiro recebeu ordem vocal de marchar para S. Cristóvão. Os regimentos marcharam uns após outros, porque as ordens não foram comunicadas a todos ao mesmo tempo. Em S. Cristóvão acamparam. A dissolução da Assembleia Constituinte estava resolvida.

No dia 11 os deputados se reuniram em sessão. A marcha da tropa na véspera para S. Cristóvão constituía um acontecimento da maior gravidade. Em Lisboa também assim se havia feito. O rei foi com a tropa para Vila Franca, as Cortes se dissolveram por si mesmas, e o rei reassumiu, como disse em um decreto, os seus inauferíveis direitos.

A Assembleia Constituinte do Brasil, em vista de tal acontecimento, declarou-se em sessão permanente e votou que se oficiasse ao governo pedindo informações. O ofício partiu ao meio-dia e a Câmara suspendeu os seus trabalhos à espera da resposta. Era meia-noite quando ela chegou. Os deputados não tinham desamparado o seu posto, exceto aqueles que estavam de conivência com S. Cristóvão, e que iam lá levar até as mais insignificantes palavras que os deputados em conversa diziam uns aos outros.

Enquanto isto se passava na Assembleia, a tropa em S. Cristóvão estava, desde que para lá foi, com as comunicações cortadas com a cidade. Baldadas foram as tentativas que se fizeram a todas as horas da noite para se abrir comunicação com alguns officias. Uma cintura de vedetas impediam a passagem.

A resposta do governo era evasiva, dizia que a tropa se tinha reunido voluntariamente em S. Cristóvão e que pedia vingança contra os seus detratores, que a Assembleia era anarquista, e que a tropa pedia também a expulsão dos Andradas, que eram os redatores do *Tamoio*, e tais e quejandas deste mesmo gosto. Esta resposta dilatária retardada convencia de que se aproximava o momento da dissolução, também retardada, porque o ministro não ousava tomar sobre si semelhante responsabilidade, nem o ministro da Justiça se prestava a referendar o decreto da dissolução. Era este

ministro de Justiça o velho desembargador Tinoco, o qual sendo forçado pelo Imperador a referendar o decreto, pegou da pena, olhou para S. Magestade e arrojando-a sobre a mesa, disse: “Senhor, a mão treme, não posso assinar este decreto!” O Imperador resolveu mudar naquela mesma noite o Ministério. Tinha ao seu lado Vilela Barbosa para uma pasta, e alguns outros como ele para as outras. Faltava um magistrado para a Justiça. Este é que devia referendar o decreto. Foi chamado Clemente Ferreira França, a vergonha da toga, o magistrado mais corrompido do Brasil. Aceitou gostoso e referendou o decreto. Clemente Ferreira França foi elevado ao título de marquês de Nazaré na mesma fornada que conferiu o título de marquesa de Santos à prostituta Domitila.

A Assembleia, em presença da resposta do governo, deliberou chamar o ministro do Império ao seu seio para responder verbalmente. A Assembleia ignorava ainda a mudança de Ministério. Durante toda a noite os deputados não desampararam a Assembleia. Eram 8 horas da manhã anunciou-se o ministro do Império; era Vilela Barbosa que se apresentava com este título. Aproximando-se à mesa do presidente, um deputado observou que o ministro estava com a espada à cinta, o que era proibido na sala da Assembleia. O ministro respondeu que a sua espada era para defender a Câmara. Este incidente não continuou. O ministro se apresentara de farda militar. Interrogado sobre diferentes pontos, respondeu em resumo que nada sabia, porque havia poucas horas tinha sido chamado para fazer parte do Ministério; que estava vendo no Rio de Janeiro o mesmo que tinha visto em Lisboa: o soberano separado com a tropa, e a Câmara isolada e abandonada. Depois desta resposta foi despedido; eram 9 horas pouco mais ou menos.

Referindo-me ao conteúdo do ofício do Governo à meia-noite apenas dei a substância dele, e não as palavras textuais; se me enganei, deve existir o autógrafo do ofício, e à vista dele se poderá fazer as retificações. Se faltar o autógrafo recorra-se ao registro. Este papel é muito importante para a História, deve por isso aparecer nela por inteiro.

Enquanto isto se passava na Assembleia era chegado o momento decisivo em São Cristóvão. O Imperador montou a cavalo, apresentou-se em frente da tropa, chamou os oficiais a um círculo, e disse que a Assembleia acabava por uma deliberação sua de o depor, e degradar a tropa para os

confins do Brasil. Se esta quisesse sujeitar-se a semelhante deliberação, ele se sujeitaria também, e desde logo meteria a sua espada na bainha e partiria para a Europa; mas se pelo contrário, a tropa estava disposta a sustentar os direitos do trono e os da sua própria dignidade, neste caso se acharia desde já à sua frente para dissolver a Assembleia Constituinte e restabelecer a ordem gravemente alterada pelos anarquistas que a compunham. Os oficiais não hesitaram em declarar que estavam prontos a marchar sobre a Assembleia. A maior parte deles ignorava que isto fosse um estratagemma para os convencer, o que não admira, porque não estavam no segredo e se achavam desde o princípio da crise separados de toda a comunicação com a cidade.

O Imperador, certo de que pela resposta dos oficiais, podia contar com a tropa e fazer dela o que quisesse, deu ordem de marcha, ornou o seu chapéu de um frondoso ramo de folhas de café, e o mesmo fizeram os generais e oficiais. Aos soldados se distribuiu a cada um um ramo das mesmas folhas, para ornar a barretina. Era o emblema da vitória que iam alcançar. Vilela Barbosa, posto não fosse militar combatente, também ornou o seu chapéu com um ramo de café. O mesmo fez Clemente Ferreira França, apesar de ser o chapéu que trazia naquela ocasião de pasta, e ele paisano em todo o rigor da palavra. Até os criados do paço se ornaram com folhas de café, e a Domitila com um ramo exorbitante no peito. O triunfo era geral. Todos esses ramos de folhas de café estavam de antemão preparados.

O Imperador fez alto com a sua tropa no campo de Santana, e dela destacou uma brigada para marchar sobre a Assembleia. Fazia parte dela um regimento de São Paulo e era comandada pelo brigadeiro Lázaro, português. A incorporação do regimento de S. Paulo a esta brigada levou dois fins, fazer acreditar que a província de S. Paulo aprovava aquela dissolução e satisfazer ao mesmo tempo a vaidade da Domitila, que tanta parte tomava naquele acontecimento. A Domitila era filha da província de S. Paulo; os soldados paulistas que marcharam sobre a Assembleia figuravam serem os seus representantes em tão alto acontecimento.

Esta brigada, assim composta e comandada pelo brigadeiro Lázaro, desfilou do Campo de Santana sobre a Assembleia a passo acelerado, cercou a casa da mesma Assembleia, carregou as suas peças e as apontou para as portas e janelas do edifício. Ao mesmo tempo o general Moraes, acompanhado de alguns oficiais e soldados, pôs sentinelas na porta prin-

cipal. Fechou todas as outras e mandou evacuar as galerias. Ficou então demonstrado que entre São Cristóvão e o presidente da Assembleia havia inteira inteligência. O general Moraes entrou só no recinto da Assembleia e apresentou ao presidente o decreto do Imperador, referendado por Clemente Ferreira França, que a dissolvia. O presidente fez dele leitura e concluiu que estava levantada a sessão. Alguns deputados pediram a palavra, ao que o presidente respondeu pondo o chapéu na cabeça e saindo pela porta fora. Ao saírem os deputados o general Moraes deu voz de preso a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Belchior Fernandes Pinheiro, José Joaquim da Rocha e Francisco Jê Acaiaba de Montezuma. A voz de preso foi dada à ordem do Imperador. Estes presos foram dali conduzidos ao cais do Largo do Paço, embarcados em um escaler guarnecido de tropa, e levados ao Arsenal de Marinha, acompanhados de quatro escaleres igualmente guarnecidos de tropa. Tudo isto estava de antemão preparado. Antônio Carlos ao sair preso e acompanhado de soldados, tirou o chapéu a uma peça de artilharia que estava apontada para a porta que ele acabava de franquear, e disse: “Respeito muito o seu poder.”

Evacuada a casa da Assembleia, fechadas as portas, a brigada comandada pelo brigadeiro Lázaro postou-se no Largo do Paço. No campo de Santana o Imperador dava as suas ordens, expedia patrulhas e pequenas colunas volantes receoso de um perigo que não existia. O Imperador estava instalado com os seus ministros, *Chalaça* e outros agentes no palacete do Campo de Santana. Este palacete tinha sido na sua origem o camarote da corte portuguesa em uma praça de touros. Demoliu-se a praça e conservou-se o camarote, no qual pelo tempo adiante algumas reparações se fizeram que lhe mudaram completamente o aspecto interno e externo de camarote. O Imperador tinha feito e fez pelo diante deste edifício o teatro de suas proezas em diversos gêneros. Um incêndio o consumiu completamente. Parece-me que foi na proximidade da coroação do Sr. D. Pedro II, nosso atual Imperador, quando ali se trabalhava em um fogo de artifício para festejar aquele dia. Dir-se-ia que a Providência não quis, quando se tratava de festejar o filho, que subsistisse mais aquela testemunha dos desvarios da mocidade do pai!

A Assembleia Constituinte era em geral mal composta. Poucos de seus membros compreendiam a missão de que estavam encarregados e

gastaram o tempo em discussões fúteis. Mostraram mais fraqueza do que má vontade, mas acabaram nobremente. Em Portugal as Cortes de 1823, que não eram constituintes, mas viram o rei retirar-se com a tropa para Vila Franca, 5 a 6 léguas distante da capital, dissolveram-se a si mesmas deixando um protesto, que poucos assinaram, e cada um dos seus membros foi procurar pôr-se a salvo ou na fuga ou na comitiva do rei. No Brasil, pelo contrário, os deputados da Assembleia Constituinte nos dias de perigo permaneceram nos seus postos e não os deixaram senão pela força das baionetas.

José Bonifácio não se achava na Assembleia quando ela foi dissolvida. Tinha passado, como é de supor, mal o dia e principalmente a noite da véspera da dissolução em sessão permanente. Achou-se tão incomodado à noite que se viu obrigado a deitar-se, passar duas horas em um banco na Secretaria. Às 10 para as 11 horas foi a sua casa para tomar um banho e mudar de roupa. Estava já à mesa para comer alguma cousa e voltar para a Assembleia, quando lhe disseram que a casa estava cercada de soldados da guarda de honra do Imperador. José Bonifácio morava ao Catete e ainda não sabia da dissolução da Assembleia. Um oficial da guarda de honra sobe e José Bonifácio o recebe à mesa onde se achava. Por este oficial é que ele soube da dissolução. O oficial lhe disse que S. Majestade se achava no palacete do campo de Santana, que o chamava ali. José Bonifácio perguntou se era preso que devia ir. O oficial replicou que a ordem que recebera fora de participar a S. Ex.^a que o Imperador o esperava no palacete do campo de Santana; que não recebera ordem alguma para prender, mas sim para acompanhar S. Ex.^a até o palacete do campo de Santana, a fim de evitar qualquer desatenção pelo caminho. “Neste caso”, tornou José Bonifácio, posso acabar o meu jantar, e se o Sr. oficial quiser, estimarei muito que se sirva de alguma cousa.” O oficial não aceitou o convite, mas concordou com polidez em demorar-se. Concluído o jantar, José Bonifácio perguntou se podia ir na sua sege, ao que respondeu o oficial afirmativamente, e se puseram em caminho, o oficial a cavalo ao estribo da sege e esta acompanhada dos soldados que haviam cercado a casa, dois dos quais iam adiante como que fossem batedores. Já tinham percorrido a Rua das Mangueiras quando ao entrar na Rua dos Arcos um oficial que vinha a toda a brida, fez parar a sege, falou em particular ao oficial que a escoltava, e com a mesma

pressa com que viera voltara pelo mesmo caminho. O oficial da guarda de honra, sem nada dizer a José Bonifácio, mandou virar a sege para a Rua dos Barbonos e dali a dirigiu para o Arsenal de Matinha. José Bonifácio ao aprear-se foi por ele entregue ao general Moraes, que ali se achava à espera. José Bonifácio foi por este general conduzido a um pavilhão, onde já se achavam, com sentinela à vista, seus irmãos, seu sobrinho Belchior, Rocha e Montezuma. Achavam-se também dois filhos menores do deputado Rocha, e José Bonifácio, julgando que eles ali se achavam em procura do pai, louvou o zelo dos filhos, mas quando lhe disseram que os dois menores eram também presos de Estado, riu-se de raiva e compaixão; perguntou então ao general Moraes se ainda se esperava por alguns outros presos. O general respondeu: “Estes dois meninos não estão na minha lista. O único que falta, e por quem espero da minha lista é o Sr. Drummond, redator do *Tamoio*.”

Eu havia passado a noute de 11 para 12 na Assembleia. Assisti à leitura da resposta do governo acima mencionada e ao interrogatório feito ao novo ministro Vilela Barbosa. Depois disto fui à minha casa mudar de roupa, almoçar e tirar as provas do *Tamoio*. Morava eu na Rua do Conde, na casa que tem atualmente o nº 34. Ali recebi participação que o Imperador estava em marcha com a tropa para o campo de Santana. Logo em seguida outro aviso de que tinham já chegado ao campo e marchado uma brigada para dissolver a Assembleia Constituinte. Meti as provas do *Tamoio* na algibeira e parti a pé para a Assembleia. Ao entrar no Rocio encontrei vedetas de cavalaria em todos os cantos. No meio da praça encontrei um oficial muito enfeitado com um grande ramo de folhas de café no chapéu. As vedetas também traziam nas barretinas o mesmo enfeite. O oficial era um dos ajudantes do quartel-general e criado do Imperador, de nome José Maria da Gama Berquó, que depois foi marquês de Cantagalo. Como era pessoa do meu conhecimento, cumprimentou-me com um riso gracioso. Do Rocio segui para o largo de S. Francisco de Paula, a fim de ver se podia entrar na tipografia do *Tamoio*, e fazer tirar alguns exemplares do número cujas provas ou levava na algibeira e desejava espalhar no meio do conflito, mas a tipografia se achava já invadida pela tropa. O governo se amparou [*sic*] de tudo o que nela existia do *Tamoio*. Entrei pela Rua da Cadeia e cheguei até defronte da casa da Assembleia, e tudo já estava consumado. Todas

aquelas ruas que deitam para aquele lado estavam apinhadas de gente, atraída pela curiosidade, ou de pessoas que procuravam recolher-se às suas casas. Passei pelo meio de tanta gente e fui à Rua da Ajuda, à casa do deputado Rocha, saber do que havia passado na Câmara. Não havia um quarto de hora que ali me achava com a família daquele meu amigo, quando a sala foi invadida repentinamente por uma grande patrulha comandada por um capitão de nome Tomé Pedro, que era do meu conhecimento. Este capitão deu voz de preso aos dois filhos de Rocha, ambos menores, e não consentiu que eles se demorassem nem mais um instante em sua casa, e os levou presos para o Largo do Paço. O capitão, posto que meu conhecido, não me falou, mas olhou fixamente para mim algumas vezes no curto espaço de tempo que ficou na sala em que estávamos. Este capitão, com os filhos do Rocha, também se conduziu polidamente. Levou-os um a seu braço direito e outro ao esquerdo, e mandou que a escolta acompanhasse em alguma distância. No Largo do Paço entregou os presos ao brigadeiro Lázaro, que ali estava postado com a sua brigada. Este mandou por outra escolta, comandada por outro oficial, levar os presos para o Arsenal de Marinha. Este oficial quis usar para com eles da mesma polidez que o outro usara, dando o braço a ambos e levando a escolta um pouco afastada. Poucos passos porém tinham assim dado, quando o brigadeiro Lázaro expediu outro oficial em toda a diligência para por cobro àquela polidez. Então o oficial, com ar constrangido, meteu os dois meninos presos no centro da patrulha e marchou ele atrás dela. Em toda a Rua Direita até o Arsenal uma multidão de moleques, pagos pelos portugueses, assobiavam, davam vaias e morras aos presos com insuportável alarido. Davam também vivas ao Imperador. À porta do Arsenal os moleques tornaram-se ainda mais insuportáveis, e a tropa em tudo consentia. José Bonifácio, como ia de sege e acompanhado de soldados a cavalo, não sentiu muito o alarido dos moleques, mas ao chegar à porta do Arsenal estes se desforraram de uma maneira estrondosa. Entre os gritos de viva ao Imperador e morram os anarquistas, que é o que lhes tinham ensinado, vociferaram outras parvoíces que faziam nojo. José Bonifácio, ao som de semelhante música, disse ao general Morais, que o esperava à porta: “Hoje é o dia dos moleques.”

Os presos ficaram assim detidos no Arsenal à espera que chegasse o outro, e esse outro era eu. Assim permaneceram até ao entrar da

noute. O general ordenou a partida sem dizer para onde, e os presos foram entregues a um capitão da guarda de polícia, de nome Luís Antônio, e embarcados em um escaler armado com tropa. Quatro outros escaleres, igualmente armados com tropa, faziam alas ao que levava os presos. Levou muito tempo a arranjar tudo isto e a pôr o comboio em marcha. Remavam tão lentamente que parecia que todos iam em funeral. O silêncio era completo. Só se ouvia de quando em quando baterem os remos no mar. Antônio Carlos, depois de meia hora de marcha, interrompeu este silêncio perguntando ao capitão Luís Antônio para onde os levava. O capitão não respondeu, mas, instado por alguns dos outros presos, disse que as ordens que recebera não lhe permitiam fazer aos presos semelhante declaração. Eram já mais de 9 horas da noute quando os escaleres aportaram à fortaleza da Laje, onde nem o comandante nem ninguém mais sabia que iam ter tais hóspedes. Foi uma surpresa para todos. O velho comandante já estava recolhido e recolhido deixou-se ficar. O seu imediato foi quem deu as ordens. Os presos desembarcaram entre alas, que faziam os soldados que com eles tinham vindo, isto depois do capitão Luís Antônio ter comunicado com o comandante da fortaleza e com o seu imediato. Os presos foram logo recolhidos a um armazém subterrâneo imundo e que vertia água por todos os lados. Ali deviam ficar a noite sem ter nem sequer uma pedra para descansar a cabeça. Só José Bonifácio havia jantado naquele dia; os outros até aquela hora estavam com a xícara de café que haviam tomado pela manhã. Na fortaleza nem pão se podia obter. A vontade do imediato e dos soldados era boa, mas eles não podiam fazer aparecer o que não havia. Um soldado tinha um galo: era por aquela noite o único recurso; o galo foi vendido, morto e posto ao fogo em uma marmita. Com uma pouca de farinha de péssima qualidade, da ração dos soldados, se fez o jantar, que comeram à meia-noite. Mas era necessário descansar também o corpo. Ninguém porém pensava em si, todos pensavam em José Bonifácio, a quem a idade mais que aos outros reclamava o descanso do corpo. José Bonifácio de Andrada, lançado em uma prisão subterrânea, imunda e pestilenta, sem ter nem sequer uma cama... e por ordem de quem? por ordem expressa do Imperador D. Pedro I! Tão feia ingratidão a posteridade recusará de acreditar fosse praticada no século 19! O imediato consentiu que se tirasse um pedaço de tapete velho que havia na igreja para ser levado

para a prisão. Este pedaço de tapete velho, posto sobre um chão úmido e mal cheiroso, foi o leito em que descansou naquela noite o Patriarca da independência do Brasil! Os outros presos nem um banco tinham para se assentarem, passaram a noite toda de pé.

Quanto à minha pessoa, já se sabe que me achava em casa de Rocha quando os filhos deste foram presos. Supus que a minha prisão estava também decretada. Não havia muitos dias que José Joaquim Carneiro de Campos, insistindo comigo, em uma visita que me fez às 9 horas da noite, para eu mudar a política do *Tamoio* ou acabar com a sua publicação e receber os benefícios que o Imperador estava disposto a fazer-me com largueza, me disse que não estava longe o dia do meu arrependimento. Enganou-se. Os acontecimentos de 12 de novembro não fizeram mais que confirmar em meu ânimo a santidade da política que abraçara. Por uma pessoa de minha confiança que se pôs imediatamente em comunicação com minha casa, soube que eu tinha sido já procurado para ser preso, ainda com mais pompa do que os outros o foram. A minha casa tinha sido cercada de tropa e varejada com tanta minuciosidade, como se procurassem algum contrabando. O Imperador passou a cavalo pela frente dela quando se estava varejando, e parando gritou para os seus oficiais: “Catem-no bem, que ele aí está.” Estas palavras são textuais, e é por isso que faço uso delas, pedindo desculpa ao leitor. À noite foi outra vez assaltada a minha casa com menos pompa, mas com mais eficácia, porque deram busca em meus papéis, dos quais levaram muitos e destruíram outros. Jóias e outras cousas de valor desapareceram de meus aposentos, mas eu não sei se foi nessa ocasião ou se depois, porque a consternação em que ficou minha família era tal que nada podia prevenir nem evitar. Pensava em mim e em nada mais. Buscas se deram na mesma noite em várias casas de amigos meus, e muito minuciosamente e com grande aparato de tropa em uma chácara do Engenho Novo. Enquanto assim me procuravam eu continuava a estar na casa do Rocha, onde apressei-me em jantar, para não ir para a prisão somente com o almoço. De casa do Rocha as minhas comunicações se estenderam até S. Cristóvão por via de Pedro Dias Pais Leme, que depois foi marquês de Quixeramobim. Este ilustre brasileiro foi naquela crise perfeito para comigo. Era meia-noite, e eu me admirava não estar ainda preso, procuraram-me em toda parte menos aonde eu es-

tava, e para onde centenas de olhos me haviam visto entrar. Decidi então subtrair-me à prisão, e acompanhado de um homem, em quem eu tinha toda a confiança, e este homem era de cor preta, saí de casa do Rocha e fui para outra, onde ele me tinha procurado um asilo. A casa era humilde e pertencia a uma velha que nela vivia com uma só escrava. Estava porém tão aparente que ficava imediata ao quartel-general. Daí ouvia eu mais claramente os chatins e taberneiros portugueses pedirem em altos gritos a cabeça do tamoio. Nesta pobre casa me demorei até o dia 23, em que embarquei pelas 11 horas da noite a bordo de um navio inglês, que me transportou à Bahia. Estive até esse dia em comunicação com os meus amigos e sempre ao corrente do que se passava. Fui para bordo, acompanhado do homem de cor a que acima me refiro, deste honrado cidadão, bom amigo, cujo nome deixo aqui recomendado à posteridade: Caetano Manuel da Lapa. Quando íamos para a praia de D. Manuel, em busca do bote que me devia levar para o navio inglês, onde eu era esperado naquela noite, passamos pela igreja do Parto, em frente da qual se achava um café ainda com as portas abertas e bem alumiado. Nós íamos pelo lado do café, quando de repente encontrei-me face a face com o coronel Vidigal, comandante da guarda da polícia, ele que vinha e eu que ia. O coronel ao ver-me virou o rosto para o lado oposto, fingindo que me não via, e eu segui o meu aminho bem persuadido que a máxima parte dos brasileiros não aprovaram as violências do Poder.

No mesmo dia 12 ou no seguinte, que a minha memória não me ajuda hoje para dizer ao certo, foram presos os deputados Vergueiro e José Custódio. Este foi recolhido à ilha das Cobras e aquele à fortaleza de Santa Cruz. Ambos foram postos logo em liberdade sem se lhes dizer nem porque tinham sido presos nem porque eram postos em liberdade. Um jornal do tempo, falando da prisão e soltura do deputado Vergueiro explicou-se por este modo: “O Sr. Vergueiro foi preso porque estava solto, e foi solto porque estava preso.” Procurou-se também para ser preso o desembargador Francisco da França Miranda. Deu-se-lhe rigorosas buscas em casa e também nas de seus amigos, e em nenhuma foi encontrado. Um inglês lhe havia dado asilo.

O tempo era de vingança, e parece que se cometeram algumas por conta particular. Neste número se contava a prisão dos dois filhos do

deputado Rocha. Não afirmo que seja verdade, conto somente o que se disse depois a respeito desta prisão. Pessoas que eu devia supor bem informadas me afirmaram que o capitão de engenheiros Paulo Barbosa da Silva lembrara ao *Chalaça* do Imperador que, uma vez que se prendia o Rocha pai, era conveniente prender também os filhos, porque eram igualmente perigosos. *Chalaça* achou boa a lembrança, deu as ordens e os dois jovens Rochas foram presos como acima fica dito. Repito que me custa acreditar esta versão, porque se fosse ela verdadeira seria uma perfídia de ingratidão, vistas as obrigações que ao deputado Rocha devia o capitão Paulo Barbosa, talvez sem exemplo. Em todo caso fica patente que os dois moços Rochas não estavam nas listas dos presos que recebera o general Moraes, e que semelhante prisão, sem explicação por ser contra dois menores, procedeu de ordem posterior.

Dissolvida a Assembleia, o Imperador percorreu, acompanhado de um numeroso estado-maior, todos enramados de folhas de café, as ruas da cidade, vitoriado pelos portugueses e por bandos de moleques, que eles convidavam a gritar: “Viva o Imperador e morram os tamoios.” Em honra do Rio de Janeiro é justo dizer que fora deste grupo a cidade parecia submergida na maior tristeza. Ao passar a imperial comitiva as janelas se fechavam. À noite as casas portuguesas se iluminaram. Os brasileiros, alguns por medo e outros constrangidos, iluminaram também as suas casas; porém os mais denodados, e este era o maior número, conservaram as suas casas às escuras. O aspecto da cidade fez logo vacilar o Imperador, e certas modificações o seu governo começou a fazer desde o dia seguinte.

O decreto da dissolução, expondo os motivos pelos quais o Imperador tomava aquela deliberação, dizia que a Assembleia havia perjurado. Levantou-se desde logo um clamor público contra semelhante injuriosa asserção. No dia seguinte, 13, o governo publicou uma declaração, dizendo que não fora a Assembleia que perjurara, mas sim alguns deputados anárquicos. Esta declaração, bem como o decreto da dissolução, são dois documentos importantíssimos, que a História deve registrar e oferecer à posteridade na sua íntegra. O governo foi logo sondando o perigo em que se achava, e tomando precauções para que não fosse de morte. Para que a notícia da dissolução não chegasse com muita brevidade às províncias do Norte, mandou fechar a barra do Rio de Janeiro, para que não saísse

embarcação alguma antes da partida dos presos de Estado que estavam destinados ao exílio. Para o transporte destes mandou preparar uma velha charrua, denominada *Lucônia*, a quem se deu um comandante brasileiro, mas em seguida foi este mudado e substituído por outro português de nome Barbosa. O imediato e a equipagem eram portugueses. De brasileiros só havia meia dúzia de soldados. Gastou-se nestes preparativos, etc., porque não havia pressa, 12 dias, e neste espaço de tempo nenhuma embarcação nacional ou estrangeira saiu a barra do Rio de Janeiro. Os presos continuavam a viver no armazém subterrâneo da fortaleza. O que se lhes proibia era receber e expedir cartas fechadas. Abertas não punham a isso obstáculo. Três ou quatro dias depois de ali se acharem, mandaram transferir José Bonifácio para a fortaleza de Santa Cruz, agradeceu ao oficial que o conduzia o modo polido por que se houve no desempenho da comissão de que fora encarregado.

A História deve registrar as palavras proféticas que José Bonifácio disse ao general Morais, quando este o deixou preso no Arsenal. “Diga ao Imperador”, repetiu José Bonifácio, “que eu estou velho, e morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer moléstia, é cousa para mim bem indiferente; que é por seus filhos inocentes que eu choro hoje; que trate de salvar a coroa para eles, porque para si está perdida desde hoje; a sentença o Imperador mesmo a lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos, porque se o castigo da Divindade é tardio, esse castigo nunca falta.”

No mesmo dia 13 publicou o Imperador uma proclamação chamando os brasileiros a uma conciliação, e explicando os motivos por que mandara prender os Andradas e outros deputados, declarava que as famílias destes seriam protegidas; e concluía pedindo que tivessem confiança nele, como ele tinha no país, e que os adotivos eram muito bons brasileiros. Esta proclamação a História a deve também registrar. Não sei se foi nela, ou no decreto de dissolução, ou em outro qualquer documento, que o Imperador prometeu convocar outra Assembleia Constituinte para discutir um projeto de constituição que ele ofereceria, duas vezes mais liberal do que aquele que já estava em discussão na Assembleia dissolvida. Isto deve ser examinado em presença dos documentos, porque a minha memória já não pode discriminar tantas espécies diversas e nas narrações alheias, feitas até agora, pouca confiança tenho.

A tropa voltando aos seus quartéis e os oficiais ao seio de suas famílias, pouco a pouco foram sabendo que tinham sido vítimas de um engano. Souberam que a Assembleia não havia decretado nem a deposição do Imperador nem o exílio da tropa. Souberam que nenhuma deliberação havia tomado na sessão permanente, e que apenas um deputado havia proposto que a tropa fosse afastada da capital para a Assembleia poder deliberar livremente. O conhecimento destes fatos fez grande abalo no ânimo de muitos, e desde logo principiaram a cogitar nos meios de uma reação que os restabelesse na confiança pela pátria. Eram para isso compelidos pelo desprezo em que eram tidos pelos próprios parentes, que não perdiam ocasião de lhes lançar em rosto a falta que haviam cometido, pondo em perigo a independência da pátria em proveito de uma facção odiosa. As mães repreendiam os filhos, as esposas censuravam os maridos e as irmãs desprezavam os irmãos, que tinham trazido ramos de folhas de café nas barretinas no nefasto dia 12 de novembro. Forçoso é confessar que em geral as mulheres no Brasil muito se entusiasmaram pela independência e liberdade. O dia 7 de abril de 1831, que foi a reação do 12 de novembro de 1823, viu à testa dos acontecimentos a tropa e os mesmos homens da ação contra a qual reagiam. Tive em minhas mãos provas inconcussas de que ainda se não tinha passado um ano, já em meio de 1824, a tropa tencionava fazer o que pôs em prática em 1831, e que só a respeitosa veneração que todos tributavam à Imperatriz Leopoldina é que a pôde demover do seu intento. Nem as promoções e nem as considerações honoríficas com que o Imperador procurou aliciar a maior parte dos oficiais puderam desviar um acontecimento que estava na natureza das cousas, e previsto de antemão.

Em 16 de novembro o governo publicou um manifesto para justificar a sua conduta. Nesse processo autuou e julgou a Assembleia Constituinte e seus atos. Este documento também entra no número dos que a História deve registrar por inteiro.

Em 24 de novembro abriu-se o porto do Rio de Janeiro. Depois da saída da *Lucônia*, todos os outros navios nacionais e estrangeiros ficaram com passagem livre. Pela manhã foram os presos transportados com escoltas para bordo da *Lucônia*, e aí ainda em estado de prisão na câmara. O comandante lhes declarou que só depois de perder de vista a terra é que se lhes daria liberdade a bordo. Mas qual não foi a agradável surpresa

de alguns dos presos quando, descendo à câmara, aí encontraram as suas famílias, de quem até então não tinham tido notícias! Quem for esposo ou pai que a julgue. As senhoras de José Bonifácio, Antônio Carlos, Martim Francisco e Montezuma haviam alcançado, por intermédio do Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha, a faculdade de acompanharem seus maridos para o exílio. Assinou-se aos presos casados uma pensão de um conto e duzentos mil réis e aos solteiros de seiscentos mil réis anualmente. Estas pensões, em compensação do que alguns deles deixavam de receber de seus ofícios, sofreram alguns embaraços e demoras no pagamento, mas por fim foram pagas regularmente, até o regresso de cada um dos deportados, pela delegação em Londres. Os filhos do Rocha não foram compreendidos neste benefício, ou porque eram filhos família, ou porque não estavam na lista do governo, sendo presos, como se dizia, por intervenção de um amigo em satisfação própria. Eu, que me não deixei prender, nada recebi do governo; pelo contrário, suspenderam o pagamento dos ordenados dos meus empregos, e os meus colegas, com quem dividíamos os emolumentos na chancelaria-mor, continuaram a não contar comigo, como já há muito faziam.

Os Andradas partiram para o exílio na maior pobreza. José Bonifácio, a sua maior riqueza consistia em uma excelente livraria, instrumentos de física e um importante gabinete numismático. Martim Francisco nem isso tinha, a sua pobreza era completa. Antônio Carlos não estava mais suprido. Rocha e Belchior também nada tinham. Montezuma somente, que acabava de casar, é que podia contar com os socorros do sogro, e estes parece que não lhe faltaram. Felisberto Caldeira Brant Pontes, que depois foi marquês de Barbacena, mandou a cada um dos três Andradas e ao Rocha um crédito de um conto de réis para receberem na Europa. Parece-me que só Rocha aceitara e usara deste crédito. Os Andradas, tenho ciência certa, nem aceitaram nem usaram.

Cumpra agora explicar este ato de generosidade do futuro marquês de Barbacena. Era ele inspetor das milícias da Bahia quando ali se fez a revolução de 10 de fevereiro de 1821. Fez oposição a essa revolução, que tinha por fim proclamar o sistema constitucional, e sendo derrotado fugiu para o Rio de Janeiro. À sua chegada a esta corte achou que também nela se havia já proclamado a constituição de Portugal em 26 de fevereiro,

e o abrigo que encontrou foi a fortaleza de Santa Cruz, onde o recolheram preso. Poucos dias depois, serenando a trovoadas, foi solto, e partiu sem demora para a Inglaterra. Em 1822 José Bonifácio me encarregou de contratar marinheiros para a esquadra brasileira. Em 1823 foi eleito pela província de Minas Gerais, terra de seu nascimento, deputado à Assembleia Constituinte. Esta deputação lhe foi agenciada por José Joaquim da Rocha, a instâncias de Pedro Dias Pais Leme, que depois foi marquês de Quixeramobim, que era irmão por parte de mãe do futuro marquês de Barbacena. Felisberto chegou ao Rio de Janeiro, para tomar assento na Assembleia Constituinte, dias antes de ser ela dissolvida. Não achou no governo aquela consideração com que contava, e de outro lado assustou-se com a preponderância portuguesa que estava dominando. Na Assembleia e fora dela tomou uma atitude de observação. A dissolução da Assembleia ainda o achou nela, mas como a sua opinião contrária à dominação portuguesa era assaz conhecida, receou ser também preso e deportado. Vendo porém que o não era, e que os vencedores pareciam já, pelas satisfações que iam dando, enfraquecidos, julgou conveniente estreitar a aliança com os vencidos e capitular com os vencedores. Estes precisavam de aliados e não desdenhavam o futuro marquês de Barbacena. Este pediu em prêmio da sua aliança, o que lhe foi concedido, a comissão de ir a Londres negociar o empréstimo. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, que depois foi marquês de Baependi, tinha sido o autor desta, como se diz em Portugal, comedela, e já tinha negociado esse empréstimo com um Oxford de Londres. Entre os dois campeões houve grande luta qual deles levaria o pomo de outro. Venceu o futuro marquês de Barbacena e a voz pública atribuiu essa vitória a uma transação secreta entre o Imperador e o futuro marquês. Rompeu então este a aliança que pretendia estreitar com os vencidos, oferecendo a quatro deles socorros pecuniários.

Acerca da pobreza de José Bonifácio, que não possuía mais de 30 mil réis quando foi preso e deportado, contarei uma anedota, que não será lida sem interesse. Os ministros da Regência de D. Pedro reduziram seus ordenados à metade do que eram em tempo de D. João 6º. Ficaram com 4:800\$ anuais pagos mensalmente. José Bonifácio, recebendo 400 mil réis em bilhetes do banco de um mês do seu ordenado, os meteu no fundo do chapéu, e no teatro lhe roubaram o chapéu e o conteúdo. O

primeiro-ministro do Império do Brasil achou-se no dia seguinte sem ter com que mandar comprar o jantar. Não possuía nem um vintém mais, e seu sobrinho Belchior Fernandes Pinheiro foi quem pagou as despesas do dia. Em conselho José Bonifácio referiu esta ocorrência e a extrema necessidade a que ela o reduzira e a sua família. O Imperador entendeu que o ministro, visto a penúria em que se achava, deveria ser indenizado, pagando-se-lhe outro mês de ordenado, e neste sentido deu ali as suas ordens ao ministro da Fazenda. Martim Francisco não obedeceu. Disse ao Imperador que não havia lei que pusesse a cargo do Estado os descuidos dos empregados públicos; que o ano tinha para todos 12 meses, e não 13 para os protegidos; e finalmente pedia a S. Majestade retirasse a sua ordem, porque não era exequível. Que ele Martim Francisco repartiria com seu irmão o seu ordenado, e que viveriam ambos com mais parcimônia naquele mês, o que era melhor do que dar ao país o funesto exemplo de se pagar ao ministro duas vezes o ordenado de um só mês. Este incidente não foi mais adiante. Martim Francisco repartiu com seu irmão o dinheiro que tinha, e José Bonifácio daí por diante tomou mais cuidado no chapéu e no dinheiro que recebia.

As diligências do governo em se amparar da minha pessoa não cessaram mas sempre em vão, porque, pelo que sei, não achou senão um homem que se prestasse a servi-lo com zelo nesta empresa, e por uma casualidade não conseguiu ele o seu intento. Fui, como já disse, na noite de 23, acompanhado do fiel Caetano Manuel da Lapa, para bordo de um navio inglês, que devia largar no dia seguinte em que se abria o porto para a Bahia. Aconteceu que a *Lucônia*, que levava os deputados, se demorasse mais tempo em os receber e não pudesse largar senão um pouco mais tarde, e como os outros navios, e eram muitos, não podiam sair senão depois dela, aconteceu igualmente que o meu entrasse no número dos que pela demora da visita já não puderam sair por falta de vento: tive portanto de ficar a bordo todo aquele dia até o outro pela manhã. Os outros passageiros foram, uns para a cidade e outros para a Praia Grande: fiquei só, mas bem descansado acerca da probidade de todos. Ao anoitecer recolheram-se eles para bordo. Às 9 horas estávamos todos na câmara, exceto Felisberto Caldeira Brant Filho, atual visconde de Barbacena, que passeava na tolda com outro passageiro, ou com o capitão do navio, quando inesperadamente

ouvimos gritar por duas vezes “Lá vai Manuel Inocência”. Estas vozes eram do referido Felisberto Caldeira Filho. Apenas tive tempo de me lançar em um beliche e correr a porta. Alguns passageiros tomaram assento em um degrau lateral, de modo que ficaram encostados à porta do beliche em que eu estava e do outro imediato. A visita de Manuel Inocência tinha por fim, disse ele, despedir-se àquela hora da noite dos amigos que deviam ter saído pela manhã! Falou contra a dissolução da Câmara, contra as violências que o governo estava praticando, e lamentou a sorte imerecida de seu amigo Drummond; disse que procurava este amigo, porque só ele lhe poderia dar um asilo seguro até que passasse a trovoadas, que não seria de muita duração, porque isso de emigrar para país estrangeiro trazia consigo muitas despesas e um regresso mais demorado. Neste sentido foi discorrendo, mas sempre interrompido pelos passageiros, que pareciam mostrar não fazer caso do que ele dizia, nem da pessoa a que se referia. Do beliche eu ouvia toda esta conversa, que durou até depois das 11 horas. Manuel Inocência sondou depois a cada um em particular, abrindo alguns beliches e os passageiros muito de propósito abriam e fechavam outros. Finalmente despediu-se, e depois de ter descido a escada do portaló e feito aí uma demora, tornou a subir, não sei a que pretexto, mas ainda em vão, porque todos o vigiavam. Tornou a descer, embarcou em um escaler e foi-se. Eu subi à tolda para ter a satisfação de ver a ardentia do mar, que alumiaava os remos do escaler que levava o homem que àquela hora da noite traiçoeiramente me procurava para me entregar aos ferros do despotismo! Este homem era Manuel Inocência Pires Camargo! Foi ele quem depois denunciou a meu irmão.

No dia seguinte o nosso navio foi um dos primeiros que foi visitado. Todos os passageiros estavam a bordo desde a véspera; nada podia demorar a saída. O espião não apareceu, como nós supúnhamos que aparecesse, pela manhã. Se aparecesse corria risco de vir conosco. Ao menos essa era a vontade do capitão bem pronunciada, desde que soube que tivera um espião a bordo. O oficial do Registro abraçou-me três vezes e na última disse: “A tropa de quem os patriotas têm razão de queixa ainda os há de vingar, no entanto isoladamente vai fazendo a reparação que pode.” Entregou-me então uma carta de meu irmão, uma porção de dinheiro em ouro e prata e uma caixinha com alguns objetos que me pertenciam, escapados ao varejo do dia 12. Adjunto à carta achei uma letra de câmbio sobre Lon-

dres. Fui eu talvez o único que levei comigo alguns meios de subsistência. Os outros nem isso tinham. Despedi-me do oficial do Registro com uma emoção tal que não posso hoje, que as forças me faltam, descrevê-la. Não me resta dessa cena senão a pena de não poder recordar-me hoje do nome daquele benemérito oficial. Eu era tão moço, as minhas ideias tão vivas, e levava no coração uma saudade tão terna da pátria e da família, que tudo se confundia e desaparecia neste sentimento. Ainda hoje, quando me recordo daquele triste momento em que ao sulcar a barra olhei para a terra que deixava atrás de mim: e disse no meu coração: – qual será o teu destino! – não posso conter as lágrimas nos meus olhos! A Pátria e a família foram, e são ainda, a única paixão que domina minha alma.

Durante a viagem recebi dos passageiros e do capitão do navio provas de atenção e de amizade. O capitão me disse que havia recebido a meu respeito a mais eficaz recomendação do consulado britânico. Os passageiros eram todos brasileiros naturais da Bahia, que se recolhiam ofendidos com a dissolução da Constituinte, receosos da perda da independência. Sinto não poder hoje recordar-me do nome de todos, alguns dos quais ainda vivem, para lhes agradecer a bondade com que me trataram naquela ocasião; designarei porém aqueles que ainda conservo na memória, que são: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, atualmente marquês de Abrantes, e seu irmão Antônio Calmon Du Pin e Almeida, Francisco Maria Sodré, o coronel Vilas Boas, senhor de engenho, que foi depois barão não sei de quê, Pinheiro Vasconcelos, atualmente presidente do Tribunal Supremo de Justiça, o bacharel Paim, Felisberto Caldeira Brant Filho, atualmente visconde de Barbacena, seu irmão Pedro, ainda menino, atualmente conde de Iguaçu, e sua irmã D. Ana, também menor, atualmente viscondessa de Santo Amaro. Destes parece que só o primeiro era deputado à Assembleia Constituinte; mas todos se achavam indignados com o ato da dissolução pela força das baionetas. Voltavam para sua província incertos talvez do que deviam fazer, mas bem dispostos, pelo que diziam, a não suportarem mais o jugo português.

O dia da nossa chegada na Bahia foi um dia de consternação. A notícia da dissolução da Assembleia Constituinte pela força das baionetas causou a mais viva impressão, e o espírito público se voltou logo contra os portugueses. No Brasil, quando se sofre alguma desgraça, o instinto nacional

leva logo a reconhecer nos portugueses a causa dela. Custou muito a conter naquela tarde e nos dias seguintes a opinião pública, para não exorbitar em excessos contra os portugueses. Parece-me que os passageiros chegados do Rio contribuíram para isso, ou fizeram o que puderam neste sentido. Na mesma noite e no dia seguinte os baianos se reuniram e deliberaram sobre o que deviam fazer, no caso de perigar a independência pela volta do absolutismo e da preponderância portuguesa. Não assisti a essa primeira reunião. Apenas desembarquei, fui com a família de Felisberto Caldeira Brant, isto é, com os três filhos acima mencionados, para a sua casa do sítio do Barril, onde devia ser hospedado por ordem dele. A hospedagem nesta casa me foi dada com cordialidade, mas essa cordialidade foi enfraquecendo à proporção que os negócios públicos iam mudando de aspecto e o dono da casa consolidando a sua aliança com os dominadores do tempo.

Os deputados pernambucanos, que haviam partido logo que se abriu o porto do Rio de Janeiro para a sua província, chegaram a ela ainda mais escandalizados do que os baianos. Em Pernambuco foram a vias de fato contra os portugueses. A província declarou-se em hostilidade contra o governo do Rio de Janeiro, e julgou o ato da dissolução da Assembleia Constituinte pela força das baionetas como atentório da soberania nacional e altamente criminoso. Os homens influentes puseram-se logo em comunicação com a Bahia por um lado e pelo outro com a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, para o fim de obrarem de acordo contra as pretensões do governo do Rio de Janeiro.

Enquanto isso assim se passava na Bahia e Pernambuco, no Rio de Janeiro o governo procurava acalmar a indignação que a dissolução da Constituinte tinha causado no ânimo dos brasileiros prometendo convocar outra Assembleia Constituinte e oferecendo à discussão dela um projeto de constituição onde a soberania nacional fosse expressamente reconhecida. Ao mesmo tempo continuava a exercer vinganças individuais nas pessoas que eram desafetas aos mandões. O governo, desesperado por não ter podido pôr-me a mão em cima depois de haver para isso tomado todas as precauções, procurou vingar-se de mim na pessoa de meu irmão. Foi este preso e encarcerado em um subterrâneo da fortaleza da Laje. Meu irmão já tinha previsto este acontecimento, e para que se não verificasse antes da minha partida do Rio de Janeiro, conservou-se fora da sua casa, até que

foi denunciado por Manuel Inocência Pires Camargo. Meu irmão Luís de Meneses Vasconcelos de Drummond era administrador da alfândega e nesta repartição se achava quando a Constituinte foi dissolvida em 12 de novembro de 1823; mandou imediatamente fechar a Alfândega, que se achava já deserta, porque os negociantes haviam corrido para suas casas a fim de evitar que na confusão em que este acontecimento punha a cidade se cometesse ali algum roubo. Saindo da alfândega foi para a casa do deputado Rocha, de quem era amigo particular, e ali me achou, como já fica dito em outro lugar. Mandou que o seu cocheiro levasse a carruagem para a casa, e ficou ele para me acompanhar nos transe da fortuna. As notícias, que vieram de nossa casa, do varejo que nela se havia dado em busca da minha pessoa, o determinaram a não me deixar até que as cousas se esclarecessem. Depois da minha saída da casa do Rocha, como também já fica dito, conservou-se ele nela. Manuel Inocência era pessoa de intimidade da casa e ali ia com frequência, naqueles dias de crise não apareceu, porque talvez andasse em busca de mim em outras partes. Quando finalmente apareceu, meu irmão não se ocultou dele porque o não supunha capaz de ser delator, e naquela ocasião parecia que não havia brasileiro que o quisesse ser. Manuel Inocência queixou-se dos excessos do governo e ofereceu a meu irmão um asilo em sua casa, que não foi aceito. Manuel Inocência despediu-se e duas ou três horas depois a casa do Rocha foi cercada de tropa e meu irmão preso e conduzido a um subterrâneo da fortaleza da Laje. Antes disso, e por várias vezes, já a sua própria casa tinha sido cercada de tropa e ele procurado nela para ser preso.

Em 26 de novembro nomeou-se uma comissão para discutir a constituição que o Imperador apresentara em projeto. Foi este um dos meios que o governo empregou para acalmar a irritação pública. Mostrava-se arrependido e queria reparar a sua falta, e assim balançava o país em esperanças que poderiam bem não ser realizadas, se porventura as circunstâncias assim o permitissem. O projeto de constituição que o Imperador apresentou à discussão, ele o achou feito no Apostolado, onde tinha sido apresentado por Martim Francisco. Posso atestar esse fato, porque fui eu que pus a limpo a minuta de Martim Francisco para aquele fim. A comissão ajuntou-lhe os conselhos provinciais, que o projeto originário não tinha.

A desconfiança sendo geral no Rio de Janeiro, entenderam como meio de contraminar as dissimuladas intenções do governo que convinha que o projeto fosse convertido em constituição jurada, e observada imediatamente. Por este modo ficava dispensada a convocação de uma Assembleia Constituinte e os embaraços de uma discussão, que podia muito bem trazer consigo consequências fatais à independência e à integridade do Império. Na constituição se achavam os meios de evitar outro golpe do Estado igual àquele de 12 de novembro. A Bahia entendeu como o Rio de Janeiro, e requereu igualmente que o projeto tal qual se achava fosse jurado, e posto em execução sem a menor demora. As outras províncias fizeram outro tanto. Pernambuco porém não anuiu e resistiu, até que vencida, sujeitou-se aos ferros do vencedor.

As notícias que iam chegando à Bahia do modo pelo qual o Imperador procurava sair do embaraço que ele mesmo havia criado, pouco a pouco modificaram as ideias dos homens influentes da Bahia; mas nenhuma autoridade daquela província obedecia ao governo do Rio de Janeiro no que ele mandava no sentido de perseguição e vingança. A minha estada na Bahia foi logo sabida de todos no Rio de Janeiro, e ordens sobre ordens foram expedidas para que eu fosse preso e enviado à Corte. Nenhuma autoridade prestou obediência a essas ordens e eu andei sempre livre, sem o menor receio de ser traído, na Bahia. Confiava no espírito nacional e na probidade política dos baianos. Felisberto Gomes, que governava as armas da província, mostrou-me as ordens que recebeu para me prender e remeter para o Rio, e todas as vezes que isto fazia era dando-me a segurança de que, enquanto ele ali estivesse, ninguém me privaria da minha liberdade. Além das ordens, recebiam-se insinuações e promessas de recompensa a quem me prendesse, mas tudo isso foi baldado, o governo do Rio de Janeiro não achou na Bahia um só indivíduo que quisesse manchar a sua reputação para lhe fazer a vontade. Outro ato, que distinguiu a Bahia de todas as outras províncias do Império, existe na demonstração de vigor que deram os seus eleitores elegendo depois a José Bonifácio no exílio deputado à Assembléia Geral Legislativa. José Bonifácio agradeceu aos baianos com uma bela ode, onde as expressões proféticas de que usou ainda não deixaram de ser uma realidade.

A hospedagem que recebi em casa de Felisberto Caldeira ia-se tornando de dia em dia, à proporção, como já disse, dos arranjos pessoais

do dono dela no Rio de Janeiro, menos cordial. Fui para o Recôncavo em companhia de Miguel Calmon e Felisberto Caldeira Filho. Visitamos os engenhos mais notáveis, achando em casa de Egas Muniz, Sodré, Vilasboas, e outros o mais cordial agasalho. O engenho dos Calmons era o nosso quartel-general, e eu era aí tratado com toda a amizade. Confesso que a minha estada no Recôncavo era tão agradável que por momentos me fazia esquecer do horror com que eu encarava o estado atual do Brasil. Regressamos todos à Bahia em princípio de fevereiro, e voltei para a casa de Felisberto Caldeira, onde havia ali desejo que eu me retirasse. Felisberto Caldeira Filho nunca me mostrou por ato algum esse desejo, pelo contrário, foi até o fim polido para comigo; deixou porém sobre uma cômoda de meu quarto uma carta aberta que havia recebido de seu pai, na qual esse dizia que se desfizesse de mim e dava para isso as razões que lhe assistiam. Foi por este modo que o jovem Felisberto se houve para me comunicar as ordens de seu pai. Em vista delas é natural saltasse de contente quando soubesse que os Andradas não haviam aceitado o dinheiro que ele lhes oferecera quando ainda estava incerto do caminho que lhe convinha seguir. Eu chamei a carta, que assim se deixava para eu tomar conhecimento, propriedade minha, e tratei logo de partir para a Europa. Havia aprovado e contribuído quanto cabia em mim para que a Bahia tomasse a resolução que tomou, de pedir que o projeto apresentado pelo Imperador fosse desde logo convertido em constituição jurada e posta em observância, a fim de evitar as consequências de uma revolução. Já estava desenganado que não podia mais contribuir para demover certos influentes de Pernambuco do propósito em que estavam de preferir a revolução a qualquer transação amigável. A minha missão, pois, com que saíra do Rio para a Bahia, estava terminada. Queria partir para Inglaterra, mas por aqueles dias não havia navio algum a largar para esse destino. Havia um navio inglês que já estava pronto e despachado para partir para Hamburgo; tomei passagem nele com obrigação da parte do capitão de me deixar no Canal em algum barco de pilotagem. Deixei a casa de Felisberto Caldeira com as demonstrações do maior agradecimento, sem deixar de modo algum perceber que eu estava ao corrente das disposições que havia a meu respeito, levando todavia na algibeira a carta que me serviu de anúncio; fui para a baixa a fim de embarcar, mas como o navio houvesse de se demorar ainda um ou dois dias

no porto, estes passei eu em casa de um negociante natural da província do Rio Grande do Sul, de nome Pedroso, que me hospedou, tratou e me acompanhou a bordo com bondade. Eu já o conhecia do Rio de Janeiro; consta-me que agora é abastado capitalista.

O navio em que eu embarquei era um pequeno brigue, e tão carregado de caixas de açúcar que até a câmara e os camarotes estavam entulhados delas. O navio estava tão metido, que fazia medo olhar para o mar; mas felizmente a viagem foi tão sossegada, que parecia que navegávamos em águas mortas. O vento nunca nos foi contrário, mas era tão brando que nunca andamos mais, e isto poucas vezes, de 5 milhas por hora, sendo o ordinário de 3 e ainda menos. Levamos 60 dias até entrar no Canal, mas aí já era outra cousa: vento variado, forte e muito mar, parecia que o navio ia submergir-se. A equipagem compunha-se de 6 homens robustos e bons trabalhadores, e mais o capitão e o piloto, muito rapaz ainda, que era seu irmão. Recordo-me do nome deste, que se chamava Sebastião, e não do outro. Era eu o único passageiro, e para mim se havia desatravancado um camarote das caixas de açúcar de que estava cheio, ficando só uma ou duas debaixo da minha cama. A câmara era pequena, e tão atravancada estava que não havia nela espaço para se dar dois passos. A mesa de jantar estava metida entre caixas de açúcar e só tinha um lado do quadrado livre para se pôr uma cadeira onde eu me sentava. O capitão e o piloto sentavam-se dos outros lados em cima de caixas de açúcar, que ficavam na altura da mesa. Quando o capitão estava de quarto o piloto trabalhava com os marinheiros em remendar velas e fazer outros serviços econômicos do navio, ou dormia, e vice-versa se era o piloto que estava de quarto. O moço do serviço da câmara era um bruto, que poucas vezes ali aparecia. Eu não tinha literalmente com quem falar; durante 60 dias nenhum trapista me excedeu no silêncio; tinha porém livros, e estes me davam ocupação durante o dia, mas as noites eram tão grandes e nem sequer podia haver uma candeia para as fazer menos insuportáveis. Quando me achei neste silêncio sobre as ondas do oceano, que eu sulcava pela primeira vez, ideias sobre ideias se acumularam na minha cabeça, e eu adoeci seriamente. Não havia a bordo medicamento algum e nem mesmo quem fizesse um caldo de galinha; uma febre ardente me devorava e eu não via ninguém em roda de mim, sentia o bater das ondas e o balançar do navio, e me parecia que era o préstito que

marchava para o funeral. Mas a providência divina não abandona quem tem fé: apareceu uma erupção cutânea, meu corpo cobriu-se de leicenças, a febre diminuiu e a moléstia entrou em curativo. Mas, que de tormentos, que privações por 30 e tantos dias! Nem quero pensar nisso. Rendo graças a Deus de se haver compadecido de mim. Depois de 60 dias de navegação entramos no Canal. Era no mês de abril de 1824, vento contrário e mar forte. O capitão bordejou prolongando-se com Falmouth, até que um barco de piloto viesse à fala. Passar para esse barco com a minha bagagem não foi cousa de fácil execução, tanto o vento estava desabrido e o mar picado. Quando deixei o navio era meio-dia, e passava de seis horas quando pus pé em terra da Inglaterra depois de quase desesperar de não ser já possível alcançar do Céu tão grande benefício. Estava tão molhado pela quantidade de água que entrava no barco, que parecia ter caído no mar. A minha bagagem estava arruinada, mas isso nada era a quem acabava de estar em perigo de vida. Foi neste deplorável estado, gelado de frio, que desembarquei em Falmouth e me apresentei no Hotel Royal, que era o maior daquela cidade. Secar os meus vestidos de fogo, tomar chá, que foi o que apeteci apesar de não ter jantado, e meter-me na cama, foram cousas que se foram fazendo sucessivamente e sem demora. Eu estava tão cansado, tão abatido de corpo e espírito, menos pela tormenta do mar do que pela saudade da pátria, que precisava descansar se isso fosse possível.

O meu estado de saúde era deplorável, não me sentia com forças de partir para Londres, as 300 milhas que tinha de percorrer, não obstante a comodidade e a rapidez com que já então se viajava na Inglaterra, me faziam tremer; resolvi ficar alguns dias em Falmouth, a fim de ver se podia restabelecer as minhas forças. Quatro ou cinco dias depois da minha chegada a esta pequena cidade chegou também um pacote do Brasil, e logo me constou que viera por ele um lorde brasileiro. Este título se dá na Inglaterra a todo o estrangeiro que se inculca poderoso pelas suas riquezas ou pela sua alta posição social: é uma expressão vulgar. No mesmo dia a noite ou no dia seguinte, subindo a bela escada do hotel encontrei nela o menino Pedro Brant e a menina D. Ana, ambos filhos do futuro marquês de Barbacena. Ambas estas crianças me reconheceram logo e vieram a mim com esta inocência infantil que não sabe encobrir o que sente, e me abraçaram chamando-me pelo Sr. Rosa, que era o nome pelo qual me

comuniquei com os meus amigos desde a dissolução da Constituinte até a minha partida da Bahia. Enquanto estive na casa do Barril, com estas duas crianças é com quem melhor me entendia. Depois de trocarmos algumas palavras elas correram para dizer ao pai que eu ali me achava, dizendo-me que esperasse no meu aposento que elas voltariam com o Papá, que havia gostar de me ver. Esperei até às 11 horas, e no dia seguinte soube que pela manhã o futuro marquês de Barbacena havia partido com a sua família para Londres. O filho primogênito não o acompanhava, havia ficado na Bahia. O futuro marquês de Barbacena vinha do Brasil encarregado de negociar o empréstimo que o futuro marquês de Baependi havia ajeitado para si com a casa de Oxford em Londres. Já se vê que tinha saído da incerteza em que se achava por uma tangente metálica de grande peso. Os interesses deste empréstimo para os negociadores dele foram exorbitantes, porque a lei dos ordenados que vencia o ministro da Fazenda de então, que era o futuro marquês de Maricá, lhes concedeu uma avultada comissão comercial deduzida do capital nominal. O colega do futuro marquês de Barbacena nesta comissão foi o futuro visconde de Itabaiana, por ele livremente escolhido.

Em uma pequena cidade perto de Falmouth encontrei com alguns deputados das Cortes portuguesas, que ali se achavam refugiados, e fiz com eles conhecimento. A comunidade de infortúnio nos uniu. Eram eles José da Silva Carvalho, Moura, Xavier Monteiro, Maggiorche, e alguns outros cujos nomes me não lembra agora. Já me achava algum tanto restabelecido e resolvido a partir para Londres. Resolvi também {com} aqueles liberais portugueses, que ali se achavam há quase um ano refugiados, a fazer outro tanto. Eles ali se demoravam à espera de uma reação em Portugal que restabelecesse o governo representativo; mas como já sabiam dos acontecimentos de abril em Lisboa, que obrigaram o rei a passar para bordo de uma nau inglesa e, sob a proteção da bandeira desta nação, desconcertar a conjuração urdida contra a sua pessoa e a mandar seu filho o infante D. Miguel, que se achava à testa dela, para Paris, não esperaram mais, e partimos todos, com um ou dois dias de intervalo eu deles para Londres. Nesta capital não procurei nem o futuro marquês de Barbacena nem o futuro visconde de Itabaiana; mas um bom dia recebi pela posta uma carta do primeiro, dizendo que precisava falar-me com urgência em cousa do

meu interesse, e como eu não queria ir à sua casa nem a ele convinha vir à minha, porque nela moravam alguns deputados portugueses com os quais se não queria encontrar, propunha-me um *rendez-vous* em um passeio; que pelas 6 e meia da tarde daquele dia estivesse eu pronto a sair sem nada dizer, logo que eu ouvisse bater duas pancadas demoradas uma da outra na porta da rua da casa em que me achava. Não respondi a esta carta, porque tendo ela chegado pelas quatro horas às minhas mãos, ainda que quisesse já não podia poupar ao futuro marquês a pena de passar e bater à minha porta. Parecia-me este *rendez-vous* por demais misterioso, mas à hora indicada estava eu na sala imediata à porta da rua, e sentindo as duas pancadas saí e fechei à porta. Era o futuro marquês, ele mesmo, que as havia dado. S. Ex. vinha a cavalo e deixou a sua cavalgadura um pouco arredada no lado oposto da casa. Mandou o seu criado que o seguisse de longe, deu-me o braço e fomos nós a pé. O *rendez-vous* era todo cordial, e ele podia dizer, segundo a sua inteligência, pedido no meu interesse. Depois de um largo preâmbulo, em que os Andradas foram tratados de loucos e visionários, deu-me o futuro marquês uma explicação do seu procedimento e de outros homens de bem, que se achavam no poder, resumindo-se esta explicação na certeza de que eles e os seus amigos haviam salvado a independência e o sistema constitucional, e que jamais consentiria que os portugueses preponderassem no Brasil; e concluiu que era tempo de eu tratar de mim, pois que já não havia receio pela causa pública; que escrevesse eu uma carta ao Imperador, pedindo expressamente perdão de minhas faltas, e que me empregasse na Europa, que ele futuro marquês me assegurava que perante esta carta, que seria expedida por ele, o Imperador atenderia ao meu pedido e me nomearia secretário de Legação em Londres, encarregado dos trabalhos do empréstimo, de que ele futuro marquês se achava incumbido. Depois de ouvir todo o seu belo discurso, respondi que não podia empregar-me no serviço do Estado sem primeiro saber que tinham cessado as crueldades contra os beneméritos brasileiros e que a independência e o sistema representativo se achavam garantidos de fato, e não era em semelhante conjuntura que eu iria pedir um emprego a um governo que cometia tais atrocidades; finalmente, que agradecia muito a S. Ex. o interesse que tomava por mim, mas que lhe pedia que não me falasse mais nisso. O futuro marquês quis ainda convencer-me do erro em que eu me achava, mostrando-me

que se apresentava uma probabilidade para mim de fazer fortuna, e como eu lhe replicasse que jamais a faria à custa da minha honra, cortou a conversa bruscamente e montou a cavalo quase sem se despedir de mim. Voltei eu para casa satisfeito de não ter caído no laço que se me pretendia armar.

Em Londres recebi uma carta, que ali me espertava, de meu irmão, escrita no calabouço da fortaleza da Laje. O conteúdo desta carta causou em mim a mais dolorosa sensação, mas ao mesmo tempo dei graças a Deus por me haver dado força para resistir às insinuações, talvez inocentes, do futuro marquês de Barbacena. Meu irmão estava por assim dizer sepultado vivo em um buraco daquela fortaleza. Do governo as ordens contra ele eram severas, eram cruéis, mas os oficiais da fortaleza de seu livre arbítrio modificavam essas ordens, e consentiam que ele escrevesse, recebesse cartas e tudo isso se fazia secretamente e com insciência do governo. Finalmente, e com o passar do tempo, o mesmo permitiu que o prisioneiro recebesse de quando em quando a visita de sua esposa.

Depois da dissolução da Constituinte, um decreto datado do mesmo mês de novembro e referendado pelo ominoso futuro marquês de Nazaré, mandou proceder uma devassa pelo crime de alta traição contra todo o mundo, e se ajuntou por prova ao corpo de delito um ou dous números do *Tamoio*. Nessa devassa, em que juraram 81 testemunhas, delas só 16 eram brasileiras, e estas referidas, as outras eram portuguesas. Foram pronunciados a prisão e livramento: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Depois da pronúncia puseram pedra em cima, e não deram mais andamento ao processo. Meu irmão requereu, visto não ter sido pronunciado, que o pusessem em liberdade: foi indeferido o seu requerimento. Minha cunhada foi lançar-se aos pés do Imperador pedindo a soltura de seu marido. S. Majestade a consolou, dizendo que esperasse, que seu marido era inocente e havia por isso ser solto, mas que era necessário que levasse uma boa lição para lhe abaixar a proa. Parece incrível que tais palavras saíssem da boca de um soberano, mas a História deve ser inexorável em relatar os fatos. Estes muitas vezes explicam mais os tempos do que as pessoas. Finalmente depois de alguns meses de encarcerado em tão dura prisão, foi posto em liberdade, sem se lhe dizer porque esteve preso, nem se lhe dar a menor satisfação. Meu irmão adquiriu na prisão insalubre, em que esteve tantos meses, moléstias

que nunca mais o deixaram, que lhe minaram a existência, e das quais veio a falecer alguns anos depois, ainda na força da idade, depois de ter padecido mais ou menos desde a prisão até a sua morte. A sua agonia foi penosa, cruel e durou anos. No meio de tanto horror é justo dizer que a mesma mão que tanto o afligiu, sempre se recusou em assinar decreto de demissão. Meu irmão era administrador da Alfândega, emprego que lhe conferiu, por morte de meu pai, que o exercia, o Príncipe Regente em 1821. Eram então muitos os pretendentes, e o conde da Louzã, ministro da Fazenda, insistia em que se não desse tal emprego a um brasileiro. Meu irmão, agradecendo ao príncipe o despacho, S. Alteza lhe disse que fazia bem, porque só ele fora a seu favor, porque todo o Ministério lhe foi contrário. “Fui, a seu favor” repetiu o príncipe, “porque espero sirva esse emprego com a mesma honra e exemplar desinteresse com que seu pai o serviu.” O conde de Louzã não negou a meu irmão que lhe fora oposto; pelo contrário, disse quando lhe agradeceu, que votara contra ele e que só o príncipe lhe fora favorável. O conde de Louzã caprichava em que os brasileiros soubessem que ele os detestava. Durante a prisão de meu irmão o Imperador por mais de uma vez recusou assinar o decreto de demissão, que os ministros lhe apresentavam, e dizia que não o fazia, porque não tirava o pão a uma família.

O desembargador Francisco da França Miranda, que, sem o querer havia sido aposentado, com o ordenado de 450\$000, logo que José Bonifácio saiu do Ministério em julho de 1823, sendo esta punição que recebeu por se extremar em saber e virtudes de seus colegas, e que se achava refugiado sob a proteção inglesa, depois da pronúncia da informe e escandalosa devassa, voltou para a sua casa, onde viveu por muito tempo quase isoladamente, e não mais foi procurado para ser preso.

De Londres passei para Paris, e aí residi até abril de 1829, em que parti para o Rio de Janeiro, como logo direi; mas agora passo a relatar dous fatos importantes, que talvez não sejam ainda geralmente conhecidos, exceto se o biógrafo do Sr. Montezuma de um deles falou. Não vi ainda essa biografia, consta-me somente que aparecera e fora publicada no Rio de Janeiro. O Sr. Montezuma foi testemunha de um desses fatos e ninguém melhor do que ele, que também sofreu as consequências, o pode narrar; mas eu vi os documentos portuguezes que lhe dizem respeito, e tive em minha mão o testemunho de uma alta personagem maior de toda a

exceção sobre o mesmo assunto. Direi pois o que sei. Refiro-me à perfídia com que se autorizou secretamente ao comandante da *Lucônia* para levar os deportados para Lisboa, e não para o Havre, como é expresso nas instruções ostensivas; e a parte que teve o partido republicano na dissolução da Constituinte.

Já falei da dissolução pelas baionetas da Assembleia Constituinte e da prisão e deportação de alguns deputados, escritores públicos e outras pessoas; convém agora revelar o que até hoje se conserva, pelo que me parece, em segredo, concernente àquela dissolução e a esta prisão e deportação.

O partido português e o partido chamado republicano achavam-se para esse fim no mais perfeito acordo. Nem um nem outro podia ser forte, porque não eram nacionais. O partido português tirava a sua força da inteligência em que estava com o palácio de S. Cristóvão. O Imperador vivia rodeado de portugueses e estes ocupavam no paço, como no Estado, cargos importantes. O partido chamado republicano por si só era destituído de força e prestígio, e só unindo-se ao partido português para um fim determinado é que pôde nutrir esperanças de triunfo. Ambos estes partidos rodearam a Domitila, e esta mulher em semelhante conjuntura foi o centro das cabalas e intrigas que deram em resultado a dissolução da Constituinte, e a prisão e deportação de alguns dos seus mais temíveis adversários. O partido português via nesse ato a volta do governo absoluto, a reunião do Brasil a Portugal e a satisfação de uma vingança. O partido chamado republicano nutria, se é possível, intenções ainda mais danadas. Com a deportação de alguns dos seus mais temíveis adversários satisfazia o seu rancor vingativo; e com a dissolução da Constituinte esperava pôr em conflagração geral todo o Brasil, donde nascesse a República que desejava. O mesmo interesse, para fins diversos, uniu os dois partidos diametralmente opostos em princípios.

Figurara à testa do chamado partido republicano um moço sem talento, mas ativo e rancoroso. Era filho da província de S. Paulo, aí se casou com uma viúva rica. A riqueza lhe aumentou a atividade, e não sei se a violência do caráter também. Ligado com pessoas da família de sua mulher, procurou influir e ser o árbitro da província em que residia. As suas ideias o levaram para o republicanismo, mas os seus interesses não permitiam que se separasse dos portugueses. Era portanto até certo ponto republicano

e português ao mesmo tempo. Depois ficou exclusivamente republicano. Nesta posição trabalhou e contribuiu para a abdicação do primeiro Imperador. Foi por isto elevado depois dela a membro da Regência trina. Nas horas do perigo desertou o posto e voltou para S. Paulo, recebendo sempre os proveitos dele. Logo que alcançou posição, elevado pelos seus amigos, que entre si distribuían os altos empregos do Estado e as considerações honoríficas, mudou de parecer. Marquês, grã-cruz, conselheiro de Estado, senador e ministro por várias vezes, inclinou-se mais para o absolutismo do que para a monarquia constitucional. Enviuvando depois de Regente, mas antes de chegar a estas últimas alturas foi a Portugal buscar mulher para casar, porque no Brasil as brasileiras não eram dignas dele! Casou no Porto com uma rapariga de baixo nascimento e de uma família a todos os respeitos bem singular.

Tal era o homem, que por parte dos chamados republicanos mais ativamente trabalhou para a dissolução da Constituinte e para a prisão e deportação de alguns dos seus adversários.

A Domitila foi quem mais lhe serviu nesta empresa. É para mim caso averiguado que esta mulher, que tantos males causou ao Brasil, dele recebera doze contos de réis em prêmio do seu trabalho. É para mim caso averiguado porque vi, li com os meus olhos uma carta escrita por uma mão augusta em que isto assim se relatava. Era uma carta escrita pela excelsa e virtuosa Imperatriz Leopoldina a José Bonifácio de Andrada em novembro ou dezembro de 1824. Esta augusta senhora até falecer correspondeu-se com o venerável ancião no exílio. José Bonifácio tinha-me na confiança dessa correspondência o que muito contribuiu para aumentar e vigorar o respeito e a veneração que consagro à memória da augusta imperatriz, não perdendo a ocasião de pagar às sublimes virtudes de que era ornada este tributo da minha gratidão como bom brasileiro.

Revelarei agora outro mistério, que me parece ainda achar-se encoberto. Refiro-me à prisão e deportação dos Andradas e alguns dos seus amigos.

Foram presos ao dissolver pelas baionetas a Constituinte, como já disse, no dia 12 de novembro de 1823, e postos em um subterrâneo da fortaleza da Laje, donde dois ou três dias depois foi José Bonifácio transferido para a fortaleza de Santa Cruz. O conventículo de S. Cristóvão tinha

decidido ostensivamente fossem deportados para a França, e conduzidos até o Havre em um navio do Estado. Para este fim foi designado o transporte *Lucônia*, embarcação que se achava muito arruinada. Nomeou-se para comandante um oficial de marinha de nome Cruz, brasileiro de nascimento. Enquanto isto assim se tratava ostensivamente, os influentes do tempo em seu particular discutiam se era ou não conveniente mandar os presos para Portugal. Vilela Barbosa e Manuel Jacinto Nogueira da Gama tiveram a iniciativa, e sustentaram a proposta, que foi unanimemente aprovada. Confiavam na perícia do Infante D. Miguel, que se achava então influindo decididamente no governo português, para dar cabo dos presos, fosse processando-os como réus de alta traição, fosse secretamente nos calabouços do Bogio. O coração magnânimo do bondoso rei D. João 6º ficaria neste caso sem ação pela influência do Infante D. Miguel.

Isto assim decidido, era necessário achar pessoa *capaz* de dar boa conta da empresa para comandar a *Lucônia*. O Cruz foi desembarcado e nomeado em seu lugar, com recomendação de Fernando Carneiro Leão, que muita parte teve nos acontecimentos do tempo, um oficial de marinha, português de nascimento e muito conhecido pela sua má conduta, de nome ... Barbosa. Nomearam para segundo comandante outro português, de nome José Joaquim Raposo. A guarnição toda, exceto meia dúzia de soldados, era portuguesa.

Faltava tão-somente o consentimento do Imperador, mas nenhum dos conselheiros ousava fazer a proposta, para não tomar sobre si o odioso dela. Nesta conjuntura decidiram que fosse o comandante Barbosa quem a fosse fazer. Este, aconselhado por Fernando Carneiro Leão, que depois foi conde, parece-me que de S. José, dirigiu-se ao Imperador a pretexto de agradecer a importante comissão de que o encarregava e entrando em conversa com S. Majestade sobre o assunto, lembrou a conveniência de levar os presos para Lisboa e não para o Havre. “Se V. Majestade consentir nisso eu prometo fazê-lo de modo que salve a responsabilidade de todos.” O Imperador respondeu: “Não, não consinto, porque isso é uma perfídia.” O Imperador retirou-se.

A resposta do Imperador era para desconsertar a camarilha. Mas esta, interpretando a seu modo as palavras de S. Majestade, entendeu que o Imperador se daria por bem servido com a remessa dos presos

para Lisboa sem ele ter tomado nisso parte, e que se devia tomar a sua negativa dissimulada por uma aprovação bem clara. Neste sentido deram as suas ordens.

A *Lucônia* vogava lentamente para Lisboa, e os passageiros, que não suspeitavam nada da infame intriga de que deviam ser vítimas, supunham que a marcha lenta da *Lucônia* era unicamente devida à sua má construção. Chegados à altura de Lisboa com perto de três meses de viagem, a *Lucônia* desfazia à noite o caminho que havia feito durante o dia, de modo a não deixar as paragens em que se achava. Os passageiros perceberam isto e murmuraram com a energia de que eram capazes. O comandante esperava que algum navio de guerra português o viesse capturar naquela altura. Era este o modo de salvar a responsabilidade de todos, como havia dito ao Imperador. A *Lucônia* bordejava perto de terra, mas não à vista dela, e o desejado navio de guerra não aparecia! Esta posição já não se podia sustentar por mais tempo. Resolveu então o comandante procurar a terra e entrar no Tejo. Deu disso parte ao seu imediato, dizendo que era assim que determinavam as instruções secretas que traziam. O segundo comandante observou que ainda não tinha visto as tais instruções secretas, e que as ostensivas que o comandante lhe havia comunicado determinavam que largasse os passageiros no porto do Havre de Graça; que para se cumprirem outras, e não estas instruções, era necessário que tivesse delas conhecimento pela sua leitura. Confessou então o comandante que as instruções secretas lhe haviam sido dadas verbalmente, e não por escrito. O segundo comandante recusou obedecer às tais instruções verbais; declarou ao comandante que se opunha, em conformidade das ordens escritas, de entrar no Tejo, e que a *Lucônia*, em conformidade das mesmas ordens, enquanto ele ali se achasse, havia de levar os passageiros ao Havre. Desta ocorrência deu este honrado oficial parte aos passageiros.

Os traidores são de ordinário pusilânimes. Barbosa, com a resposta do segundo comandante, desanimou. Havia já dias, quando se aproximava a consumação do crime, que Barbosa se achava em um estado de meia embriaguez permanente. A não anuência de Raposo, com a qual não contava, o fez procurar consolação nas bebidas espirituosas e a embriaguez foi completa. Por outro lado, os passageiros lhe lançaram em rosto a sua infâmia, e desde logo, por ordem de Raposo, a *Lucônia* seguiu caminho

do Norte; mas os mantimentos iam faltando, e julgou-se que o estado da *Lucônia* não permitiria afrontar o mar do Norte naquela estação. Era no mês de fevereiro.

A *Lucônia*, malgrado os passageiros e o segundo comandante, deu fundo no porto de Vigo. Aí principiaram novos perigos para os passageiros, de que foram salvos graças à energia que eles mostraram e a intervenção a seu favor do governo inglês.

Governava a Corunha o general Eguia, digno representante do governo espanhol daquele tempo. Este homem tomou logo as medidas as mais severas contra a bandeira brasileira e os passageiros da *Lucônia*. Mandou tirar o leme e arriar a bandeira. Quanto aos passageiros, determinou que não desembarcassem e nem tivessem comunicação com a terra, senão por meio de um oficial inferior, que ele mandaria todos os dias, para o caso de ser necessário comprar algum refresco. O oficial inferior, a quem esta comissão fora confiada, conduziu-se com polidez com os passageiros, mas não lhes poupou a bolsa no seu interesse. Chamava-se José Benito. O comandante da *Lucônia* submeteu-se sem reclamar às ordens de Eguia.

José Bonifácio foi então procurado a bordo pelo cônsul de França. José Bonifácio não conhecia nem sabia quem era o cônsul de França que o procurava. Este digno homem, cuja nobreza de alma não podia suportar uma traição, procurava a José Bonifácio, que ele não conhecia senão de nome, para o prevenir da infâmia de que ele e seus companheiros estavam prestes a serem vítimas, e a oferecer os seus serviços. Disse que uma embarcação de guerra portuguesa era esperada ali a cada instante para os levar para Portugal, e deu circunstanciadas informações a esse respeito.

Apenas tinha partido o cônsul para terra, entrava a barra de Vigo a corveta portuguesa *Lealdade*, comandada pelo capitão-de-fragata João Pedro Nolasco da Cunha. A corveta deu fundo perto da *Lucônia* e o comandante desta charrua vestiu a sua farda e foi imediatamente para bordo da corveta portuguesa. Os passageiros da *Lucônia* já não podiam duvidar nem das informações do cônsul de França nem da conivência do governo espanhol para os entregar a Portugal. Eguia mandou restituir o leme com ordem de partir imediatamente, dizendo que o não tinha feito antes porque para isso precisava receber instruções de Madri. O comandante da *Lucônia*, ao receber esta ordem de partida, deu as suas para a pôr em exe-

ção. Os passageiros se revoltaram para impedir a saída. Ampararam-se da Praça de Armas ajudados pelos soldados brasileiros, ficaram senhores da popa, e o comandante com os marinheiros se refugiaram na proa. De terra mandaram tropa para dissolver o conflito e guardar o navio. Determinaram então que saísse a corveta portuguesa e 24 horas depois a charrua brasileira. Os passageiros se opuseram também à execução desta ordem. Tinham tudo disposto para meter a charrua a pique, se a não pudesse evitar por outro modo. O Sr. Montezuma é quem estava à testa deste último e desesperado recurso.

José Bonifácio havia já escrito uma carta a Mr. Canning expondo toda a ocorrência e outra ao rei Fernando 7º, esta assinada por todos os passageiros, na qual, expondo a traição de que eram vítimas, declaravam-se prisioneiros da Espanha e como tal submeter-se-iam ao que o governo espanhol quisesse fazer deles, mas que ficasse na coroa de Espanha a nódoa de os entregar a Portugal. Estas cartas foram confiadas ao cônsul de França, e este as expediu com a maior diligência para os seus destinos.

Mr. Canning deu ordem ao ministro da Inglaterra em Madri de exigir do governo espanhol o desembarque dos passageiros e a faculdade de transitarem por terra, como desejavam, para a França. Mr. Canning respondeu a José Bonifácio para lhe informar das ordens que havia dado, e para lhe oferecer um navio inglês, se porventura ele e seus companheiros quisessem ir para a Inglaterra.

À vista da interferência inglesa o governo espanhol não tardou em a satisfazer. Os passageiros da *Lucônia* desembarcaram em Vigo em plena liberdade e foram bem recebidos pelas autoridades, e com passaportes espanhóis partiram para Bordeaux, onde chegaram a salvamento. Nos passaportes se lhes concedia a faculdade de levarem armas e criados. Sem a intervenção inglesa teriam sido vítimas da mais atroz cabala que se pode cometer. Três governos unidos conspirando para a destruição de homens, cujo crime era o acrisolado amor pela terra em que nasceram! A *Lucônia* já não estava em estado de poder navegar; foi condenada em Vigo, vendida e desmançada.

Em Lisboa me foram entregues em 1840 todos os papéis concernentes a esta horrorosa perfídia. Eu os guardei com sumo cuidado e os levei para o Rio de Janeiro para fazer uso deles em tempo competente. A sorte

decidiu diversamente. Os desgostos me tiraram a saúde e por fim a vista. Voltei à Europa para ver se a podia adquirir de novo, e na minha ausência um fatal incêndio, precedido de circunstâncias ainda mais pungentes, deu cabo de meus papéis os mais importantes, que eu havia deixado ao cuidado de um amigo zeloso e que sofreu ainda mais do que eu dessa cena de destruição. Mas uma casualidade, que não se explica senão pelo abandono em que tudo o que era meu se achou por ocasião da minha enfermidade, salvou dois desses documentos concernentes à traição da *Lucônia*, que aliás teriam sido igualmente vítimas do fogo. Eu os achei em Paris entre outros, papéis, que na ocasião de embarcar no Rio de Janeiro encontrei dispersos sobre as mesas sem saber o que continham. Sabe Deus quantos outros, igualmente valiosos, não ficaram perdidos no Rio de Janeiro, ou foram destruídos a bordo por não lhes conhecerem o valor. Dos dois que ficaram darei aqui a íntegra. Deles se verá que até a astúcia o governo português empregava para se amparar de homens que eficazmente haviam contribuído para a independência da sua terra.

Eis aqui os dois documentos a que me refiro:

“Tendo o governo de S. M. C. alegado motivos atendíveis para não entregar a Vm. a charrua *Lucônia*, que aí entrou *com bandeira do governo rebelde do Rio de Janeiro*, torna-se sem objeto a estada da corveta *Lealdade*, que Vm. comanda nesse porto; portanto ordena S. Majestade que imediatamente Vm. receber este Aviso Régio, e sem perda alguma de tempo, Vm. se faça de vela para sair desse porto, publicando tanto a gente da sua corveta como a todo público dessa cidade que recebeu ordem para voltar ao porto de Lisboa; entretanto, bem longe de Vm. assim fazer, praticará o contrário, e navegará de maneira que fazendo persuadir aos de terra que se faz na volta de Portugal, se conserve em alcance quanto possível for de cair sobre a charrua *Lucônia*, apresá-la e trazê-la a este porto *com todos os seus passageiros*, CONFORME O QUE LHE ESTAVA DETERMINADO, empregando Vm. toda a sua habilidade para não inspirar desconfiança à charrua *Lucônia*, a qual não poderá deixar de sair para seguir viagem para o Havre de Graça, pois o *governo espanhol o fará sair logo que não haja suspeita das ordens que Vm. agora recebe*. S. Majestade há por muito recomendada a Vm. toda a sagacidade na execução, a fim que se não malogre essa diligência. Deus Guarde a Vm. Palácio da Bemposta, 7 de março de 1824.

– *Conde de Subserra*. Sr. João Pedro Nolasco da Cunha, capitão-de-fragata comandante da corveta *Lealdade*.”

“Ilmo. e Exmo. Sr. – Tenho a honra de participar a V. Ex.^a que imediatamente o tempo me deu lugar saí a ria de Vigo, e como eu bem sabia que a charrua *Lucônia* pelo seu estado se deveria demorar alguns dias, naveguei de maneira que se persuadisse toda a gente que com efeito a minha navegação era para Lisboa, e só capeei quando não perdendo a terra, e assim estabeleci o meu cruzeiro em distância que pudesse, ainda que com bem dificuldade, avistar qualquer navio que saísse, porém a grande neblina que efetivamente havia sobre a terra, e não a distância em que eu estava, me privava muitas vezes de ver o porto, e por conseguinte de nenhum efeito o meu cruzeiro, e por isso aproximei-me mais à terra, de maneira que pudesse bem ver, e só passando a terra dos Pescadores, pouco mais ou menos à distância de duas léguas do porto, o podia bem descobrir; assim naveguei sete dias sem nada poder saber, pois que qualquer navio saindo de noute e com o vento N. E. ou E. N. E., o qual todas as noutes o tem feito, se podia escapar costeando a terra, sem ser possível o vê-lo, em consequência do que, e de não ser já possível encobrir a minha existência neste lugar, pois que ou eu não havia de ver o porto ou os pescadores e mesmo a gente de terra me haviam de ver, e por conseguinte digo que não devendo restar a mais pequena dúvida da minha estada, me resolvi a falar a um pescador, e remeter debaixo de todo o segredo um ofício ao vice-cônsul, em que lhe pedi informações sobre o estado do navio *Lucônia*, e no dia 20 de março recebi dele o ofício n. I, que por cópia remeto, em consequência do qual convoquei a conselho os meus oficiais, pois que a eles também já nada era desconhecido pela navegação que fazíamos, sobre se deveríamos ou não conservar o nosso cruzeiro, no qual poucas ou nenhuma notícia podíamos obter, e mesmo tornar-se o tempo em estado de nos separarmos da terra, como já no dia 16 de março tinha sucedido com o vento N. E. muito forte, e depois ser muito dificultoso o apanhar a terra em cujo tempo ele se podia escapar, ou se devíamos fundear na ria de Marim, onde estando do mesmo modo fora de vista daquele navio, e em franquia a um ferro, pudéssemos obter amiudadas notícias dele dadas pelo vice-cônsul, todos assentaram em tomar este último partido, como V. Ex.^a poderá ver pelo termo n.º 3, que remeto, em consequência do que no mesmo dia 20 às

oito horas da noite deu fundo na entrada da ria Marim, sem no outro dia içar bandeira, e só o farei se por qualquer motivo saiba que se não ignora quem sou, assim como não consinto comunicação alguma com a terra, à exceção de um barco que conduz notícias do vice-cônsul, como agora 22 de março de receber, e cuja cópia remeto, nº 2; todos estes passos que tenho dado só tendem ao bom resultado de minha comissão. Espero que V. Ex^a me determine o que devo fazer, pois julgo que o navio não sairá daqui tão cedo, e mesmo, segundo as notícias do cônsul a sua guarnição, talvez venha a desertar, visto a representação que fizeram ao general de Vigo, com o qual mesmo nenhuma comunicação tenho, e neste rio podem estar muitos navios sem autoridade alguma tomar disso conhecimento, pois estou a quatro léguas de Ponte Vedra, onde elas existem, e é provável que me não mandem registrar. Tenho mais a pedir a V. Ex^a tome consideração o quão dificultoso se torna com um só navio bloquear um porto, que tem três saídas, sendo duas mui francas, e podendo ficar V. Ex^a na certeza que logo que o vice-cônsul me participe a proximidade da saída da *Lucônia*, hei de diligenciar o seu encontro, e da qual todos os dias estou sabendo, porém até o presente nenhum movimento tem feito de se aprontar. Nada mais por agora se me oferece participar a V. Ex^a.

“Deus guarde a V. Ex^a. muitos anos. Bordo da Corveta *Lealdade* em 22 de março de 1824 – Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Suberra. – *João Pedro Nolasco da Cunha. Capitão-de-Fragata Comandante.*”

Por estes dois documentos se vê o empenho com que o governo português procurava capturar a charrua *Lucônia* e seus passageiros. O governo espanhol, por motivos que pareceram plausíveis, havia recusado entregar a charrua e os passageiros, e o governo português, que já os não podia haver da mão do seu vizinho, os queria alcançar por uma cilada, que lhe era bem pouco honrosa. A *Lucônia* era um barco velho, sem artilharia, e em tão mal estado que foi ali mesmo em Vigo condenado por incapaz de navegar e desmanchado. Não era pois para capturar uma embarcação em semelhante estado que o governo português fazia tanta despesa e empregava tanta perseverança. A *Lucônia* não valia a despesa que o governo português fazia com o armamento de uma corveta para a capturar. Logo era para aprisionar os passageiros que se empregava tanta perseverança e tanta astúcia. O conde de Suberra diz pelo seu ofício acima transcrito que

a *Lucônia* trazia a bandeira do governo rebelde do Rio de Janeiro. Entre os passageiros da *Lucônia* achavam-se dois ministros desse governo rebelde e um deles o principal instigador dessa rebelião, e mais quatro deputados da Assembleia Constituinte do país rebelde. Logo não podiam deixar, uma vez que caíam nas mãos do governo português, de serem tratados por ele como rebeldes e por isso condenados à pena última, para o que haviam sido expedidos do Rio de Janeiro!

Mas, porque houve tanta demora em Lisboa em mandar encontrar a charrua *Lucônia*, uma vez que já se havia recebido aviso de que ela bordejava para ser capturada nas costas de Portugal? Darei a esta pergunta a resposta que me deu o conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, quando eu e ele dirigi uma semelhante pergunta. O aviso chegou a Lisboa muito a tempo, e se o conde de Suberra não tivesse ouvido a El-rei, a *Lucônia* teria sido infalivelmente capturada. El-rei, logo que se lhe expôs o negócio, hesitou e negou expressamente o seu consentimento. O conde de Suberra, como tinha certeza de mudar a resolução de El-rei, não quis ir contra a sua vontade. Nisto se gastou muito tempo, até que El-rei, instado pelas considerações do seu conselho, cedeu, mas já era tarde. Cedeu depois de se haver recebido a notícia telegráfica de ter entrado a *Lucônia* no porto de Vigo, e cedendo disse: “Deus queira que esta resolução não custe a vida a meu filho e aos portugueses que estão no Brasil. Traçando esta cena de infâmias, sinto grande satisfação revelando esta verdade de que D. João 6º a encarou com o horror que ela inspirava e nunca lhe deu a sua aprovação; o bondoso rei previa as consequências de uma tão feia traição, mas a fraqueza natural de seu caráter não lhe permitia romper com aqueles que propunham que ele tivesse parte nela. Cedeu, mas já tarde, para ser levada a efeito, e foi à repugnância do rei que os passageiros da *Lucônia* deveram a sua salvação.”

Não obstante o ofício que se lê acima do comandante da corveta *Lealdade*, referindo toda a astúcia que em vão havia empregado para capturar a *Lucônia*, que o governo espanhol tinha razões plausíveis para não entregar à satisfação de uma vingança de seu vizinho, o governo português não desistiu da empresa. Mandou retirar a corveta *Lealdade*, ficando em seu lugar um navio menor, que melhor pudesse manobrar, encobrir-se com a terra e aproximar-se dela, a fim de fazer acreditar que o governo português já tinha desistido de seu propósito de capturar a *Lucônia* e os seus

passageiros. Eis aqui o ofício que a esse respeito dirigiu o conde de Suberra ao major-general:

“Ilmo e Exmo Sr. – S . Majestade é servida que V. Exa. faça imediatamente sair deste porto o brigue *Tejo* para render a corveta *Lealdade*, que deverá em consequência regressar a Lisboa, na comissão em que se acha na ria de Vigo, recebendo do comandante da corveta as instruções que lhe foram dadas para uma semelhante diligência, na qual se deverá corresponder com esta secretaria de Estado por via do nosso cônsul em Vigo, com o qual se deverá entender conforme o dito comandante da *Lealdade* lhe indicar. O que participo a V. Exa. para a sua inteligência e execução.

“Deus guarde a V. Exa – Paço, em 28 de abril de 1824. – *Conde de Suberra*. – Sr. marquês de Viana.”

Dois dias depois da data deste ofício Lisboa foi o teatro de um acontecimento que ainda até hoje o público desconhece o verdadeiro fim a que se dirigia. São tantas as versões que sobre ele ainda hoje correm, e tão poucos os esclarecimentos que temos obtido, que nos limitamos a referi-lo sem o julgar.

O fato foi que D. Miguel estava então no apogeu da sua preponderância, o que era uma fatal recomendação para os passageiros da *Lucônia*, se porventura houvessem já caído nas mãos do governo português, quando em 30 de abril as tropas de Lisboa pegaram em armas sob o comando do infante, e por ordem deste foram presas algumas pessoas. O infante proclamara que se tentava contra a vida do rei. Este recolheu-se com a sua família e ministros a bordo da nau inglesa *Windsor Castle* surta no Tejo. Daí decretou e as cousas se acomodaram, pedindo o infante licença para ir viajar, o que de bom grado lhe foi concedido, e partiu para a França. O rei desembarcou e este acontecimento ficou como já disse envolvido em tanta obscuridade que até hoje pelo que eu saiba, ainda se não pode conhecer o alcance nem o fim a que se dirigia.

Como estou a ditar recordações para quem escrever a história, não é fora de propósito referir uma anedota explicativa da época e dos homens que então tinham entre as mãos o leme do Estado. Esta anedota me foi referida pelo conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, oficial maior da secretaria da Marinha, que se achava a bordo da *Windsor Castle* para dirigir a correspondência do governo. O quadro era deplorável, disse-me ele,

o rei instalou-se na câmara da nau e ocupava-se mais da beleza da criada do almirante do que de outra qualquer cousa. Esta conheceu logo a impressão que havia feito e furtivamente aparecia de quando em quando na câmara. Todas as vezes que se falava com o rei, fosse quem fosse, S. Majestade manifestava sua admiração pela beleza da criadinha. As infantas familiarizaram-se a bordo e achavam-se ali muito bem. O conde de Palmela estabeleceu banca de jogo dia e noite, e dela só se retirava para comer e dormir. No entanto a monarquia estava à borda de um precipício, e nós, continuava Manuel José Maria, pouco sabíamos com certeza do que se passava em Lisboa, e nada do que iria pelas províncias. Recebia ofícios de terra e era necessário responder com urgência. Chegava então à mesa em que jogava o conde de Palmela e lhe pedia que me desse meia hora de audiência. S. Ex^a respondia: “Veja lá isso, responda e traga-me para assinar, assinarei aqui mesmo. – Mas é preciso que V. Ex^a leia estes ofícios, que pondere o que eles contêm e decida acerca da resposta. – Confio muito no seu discernimento, replicava o conde, mas se os quer ler, leia que eu o ouvirei, pois não há segredo para estes senhores que se acham, como nós, interessados na sorte do rei e na causa pública.” Questionávamos assim o conde e eu meia hora, sem ele poder resolver-se a ler em alta voz a correspondência do Estado em tão crítica circunstância diante de todos, nem eu a fazê-lo deixar por meia hora as malditas cartas, que ele tinha nas mãos. “Note, meu amigo”, dizia ainda Manuel José Maria, “que todo esse diálogo entre nós não interrompia o jogo, o conde falava olhando para as cartas e não para mim. Finalmente assinava sem ler sobre a banca do jogo os ofícios e despachos que eu lhe apresentava para esse fim. Quando acabava desta mortificação era às vezes para submeter-me a outra ainda mais dolorosa. Era chamado por el-rei. A primeira cousa que me dizia S. Majestade era se eu já tinha visto a *criadinha* do almirante. S. Majestade interrompia o meu silêncio, acrescentando: “É bem bonita, às vezes ela põe a cabeça na fresta daquela porta... é bem bonita.” – Vossa Majestade determina mais alguma cousa? Tenho ainda de redigir alguns ofícios importantes que devem ser expedidos sem perda de tempo. – Sim, lavre também um decreto conferindo o hábito da Torre e Espada a um tenente ou guarda-marinha, é um rapaz bem parecido, não o tem visto aqui? Aqui está o nome dele, é empenho da infanta F.”

Passo já a ligar as minhas notas. O acontecimento de 30 de abril demorou a saída do brigue *Têjo*, mas não enfraqueceu a vontade do go-

verno em capturar a *Lucônia* com seus passageiros. A corveta *Lealdade*, foi substituída pelo brigue *Têjo*, e este não deixou as águas de Vigo, senão depois que o governo espanhol permitiu o desembarque dos passageiros da *Lucônia* e a partida deles por terra para a França.

José Bonifácio e os seus companheiros de infortúnio souberam logo pelas revelações do segundo comandante Raposo, que havia um projeto de os entregar a Portugal, mas ignoravam o alcance que tinha e donde procedia.

Foi depois de se acharem em Bourdeaux que José Bonifácio recebeu de fonte pura exato esclarecimento desse negócio. Da virtuosa e sempre saudosa Imperatriz Leopoldina foi que José Bonifácio recebeu a revelação da infame trama do que ele e seus companheiros em desafronta do partido português se urdira no Rio de Janeiro para ter execução em Lisboa sob os auspícios do infante D. Miguel. Em conformidade com essa revelação, pois que li com os meus próprios olhos a correspondência que lhe dizia respeito, é que ditei este artigo tal qual se acha acima referido.

As minhas convicções a esse respeito, tendo lido a correspondência acima mencionada, já não podiam ser abaladas por nenhuma outra versão; mas em Lisboa, como já disse, 15 ou 16 anos depois, obtive as provas documentais de tudo o que avanço. Desgraçadamente esses papéis foram perdidos, reduzidos a cinzas no incêndio de 10 de agosto de 1860. Dia fatal para mim! Ao mesmo tempo que no Rio de Janeiro um incêndio reduzia a cinzas papéis tão preciosos, em Londres a morte me roubava um amigo de quase meio século, que tanta falta me está fazendo! Aqueles papéis comprovariam, se fosse ainda necessário, o procedimento do governo do Rio de Janeiro, que mandava entregar a Portugal os homens que mais tinham contribuído para a independência do Brasil. Revelariam os nomes de certos brasileiros que tomaram parte ativa nesse infame atentado. Poderia revelar eu aqui esses nomes; mas não o farei, posto que já não existiam e alguns deles morressem cobertos de títulos e *honras* e de toda essa vanglória com que os soberanos satisfazem as vaidades dos que temem ou dos que lhe caem em graça; não revelo esses nomes, não por atenção a eles, mas por piedade pelos seus descendentes, que vivem entre nós.

Agora duas palavras acerca dos dois comandantes da corveta *Lealdade* portuguesa e da charrua *Lucônia* brasileira. Já se viu o zelo com que

o primeiro serviu ao seu governo no desempenho de capturar a *Lucônia* e seus passageiros, mostrando-se hábil executor das artimanhas do conde de Suberra. Se não foi feliz, não dependeu disso dele, mas tal era o empenho que havia em se apanhar os passageiros da *Lucônia*, que não se lhe levou em conta nem o zelo nem a atividade que empregou para o ser. Regressando a Lisboa ficou por algum tempo malvisto, culpado por não ter feito aquilo que estava fora do seu alcance. A mesma sorte teve o comandante do brigue *Tejo*, que o sucedeu naquela comissão. Passada porém que fosse a primeira impressão, o ex-comandante da corveta *Lealdade* foi restabelecido no conceito do governo e enviado ao Brasil em 1826 comandando outra ou a mesma embarcação de guerra. No Rio de Janeiro o seu zelo na comissão de Vigo foi apreciado tão vantajosamente que se lhe conferiu o *oficialato do Cruzeiro*. Doze anos depois eu o vi muitas vezes em Lisboa com esta insígnia da independência do Brasil! Interroguei-o muitas vezes acerca da sua missão de Vigo, e como eu o lisonjeava gabando a sua habilidade ele nada negava. Era então inspetor do Arsenal, e neste emprego morreu de uma apoplexia.

O comandante da *Lucônia*, Barbosa, regressando ao Rio, foi galardoado com despachos e com o comando das galeotas do Imperador. Mas Vilela Barbosa, que lhe atribuía o mal sucesso da comissão pela imperícia e fraqueza com que se houve, nunca lhe perdoou. Na primeira ocasião que teve o acusou de ladrão da fazenda pública no comando das galeotas e o mandou julgar em conselho de guerra em 1829 ou 1830. Suponho que foi condenado à morte. Adoeceu durante o processo e tal foi o excesso de bebidas alcoólicas, que faleceu dois dias depois de ser sentenciado à morte.

Raposo, segundo comandante da *Lucônia*, que se houve com tanta honra, como já disse, ficou sendo estimado de todos e até o último instante de sua vida gozou dessa estima. Deixou boa memória de si e a sua morte foi pranteada. Creio que faleceu na Bahia, sendo comandante do porto ou da divisão naval, não me lembra o ano, mas suponho que não há mais de dois ou três.

18

Merece reparo que sendo esta biografia publicada em 1836 não chegue ela senão aos anos de 1826, 27 e 28, isto é, ao tempo em que eu residia em França imigrado do meu país. Esta lacuna é fácil de explicar. Em 1826 publicou-se em Paris a biografia dos contemporâneos. Redigi para

ela a biografia de alguns dos meus companheiros de infortúnio. Segundo minha memória a dos três irmãos Andradas e a de José Joaquim da Rocha. Não sei quem redigiu a minha, não me recordo mesmo se ali quando foi publicada em 1826, o que seu agora, pela leitura que acabo de fazer é que nem sempre é fiel, como fica demonstrado pelas notas, das quais esta é a última. A biografia dos meus amigos acima referidos eu a redigi com todo cuidado, a fim de evitar quanto fosse possível qualquer inexatidão. Quanto à biografia de José Bonifácio, levei essa exatidão a ponto de submeter o meu manuscrito à correção dele mesmo, e foi depois de se achar assim purificado que o mandei para a impressão.

Em 1836 por especulação mercantil resumiram e publicaram a biografia dos contemporâneos com o título com que se acha. Não sei qual foi a redução que fizeram da minha biografia, porque não me lembra, como já disse, de a ter lido, e agora que a procurei achei a edição esgotada, e só pude alcançar um exemplar deste resumo a que me refiro. Se tivesse vista podia ir verificar a redução que houve, procurando a edição de 1826 em qualquer das bibliotecas públicas desta cidade. Posso porém afirmar que a biografia de José Bonifácio foi muito reduzida nesta edição de 1836. O meu amigo o Sr. Silva disse-me que na biblioteca do Colégio de D. Pedro II existia um exemplar da biografia dos contemporâneos, edição de 1826. É de presumir que se ache igualmente na biblioteca pública, e ou em uma ou em outra se poderá tirar isso a limpo.

Andam por aí algumas biografias de José Bonifácio, e todas pecam por inexatas. Não falo da que escreveu o Sr. João Manuel Pereira da Silva nos seus *Homens Ilustres*, porque essa é um tecido de falsas apreciações, de calúnias e desaforos políticos, que só merecem o mais profundo desprezo. A que eu escrevi em 1826 e foi corrigida pelo próprio Sr. José Bonifácio é a única exata até aquela época. De então até o dia do seu falecimento uma boa página se lhe poderia ajuntar.

Já falei da minha chegada à Inglaterra e do modo por que saí da Bahia. Estive em Londres. Parti para Paris, onde cheguei em fins de julho de 1824. A administração francesa era então bem diferente do que é hoje. A polícia da alfândega e dos passaportes se fazia com tão enfadonha minuciosidade que tiravam a vontade de vir à França. Na alfândega metia-se as mãos nas algibeiras e apalpava-se o corpo dos passageiros. Andava-se a respeito

dos passaportes em uma diligência tal que a menor demora em se apresentar na polícia custava algum dissabor. Hoje não há nada disso. Ao desembarcar em Bolonha, eram duas horas da noute, fomos todos os passageiros sob escolta encurralados na alfândega e aí, depois de se dar em nossas bagagens e em nossas pessoas rigorosa busca, fomos escoltados a uma sala imediata onde estava o agente da polícia. Apresentei o meu passaporte, que me havia sido dado em Londres pelo embaixador de França. Foi achado em boa forma. O agente da polícia ficou com ele e deu-me outro provisório para ir para Paris, no qual se dizia que me apresentasse eu na prefeitura da polícia dentro das primeiras 24 horas da minha chegada a Paris, pena de dois meses de prisão. Por este passaporte provisório paguei dois francos. Entre nós atualmente ainda se paga creio que 6\$400 réis por um passaporte! As luzes do século a este respeito ainda não penetraram no pobre Brasil.

A cominação de dous meses de prisão escrita no passaporte reanimou a minha atividade. Cheguei a Paris às 5 horas da manhã. Às 10 já eu estava na prefeitura. Nestas grandes administrações a ordem no serviço e a polidez com as partes então como agora são admiráveis. Cada um é servido segundo a ordem da entrada e não há privilégio para ninguém. Quando chegou a minha vez fui chamado à mesa de um empregado, ao qual apresentei o passaporte provisório, e ele perguntou se eu sabia onde morava o meu embaixador. Perguntou-me em inglês, porque em França todos os estrangeiros são ingleses, como na Inglaterra franceses. Entre estas duas nações existe o instinto de que fora delas não há civilização. Respon-di que eu era de um país que acabava de proclamar a sua independência, que não tinha ainda agente diplomático em França. “Vós sois português”, disse-me então em espanhol o empregado da polícia, “e Portugal tem aqui embaixador. Tomai o vosso passaporte para o visar na embaixada do vosso país, e então se vos dará o *permis de séjour* para residir em Paris.” Olhei para o passaporte e vi que era o que tinha ficado em Bolonha na mão do agente da polícia, que já ali estava à minha espera com o endereço do embaixador de Portugal escrito em uma extremidade. Repliquei que eu era brasileiro e que nem pela força me deixaria constranger a reconhecer o embaixador de Portugal como autoridade brasileira; que se o governo francês me considerava em liberdade eu voltaria imediatamente para a Inglaterra antes do que sujeitar-me a tão dura condição para poder residir em França. A

nossa conversa já havia passado do espanhol para o francês, e a vivacidade da minha expressão pareceu chamar o oficial da polícia a refletir sobre o caso. “Pois bem”, disse ele, “aqui tem um *permis de séjour* por 24 horas, e amanhã pelas duas horas da tarde venha aqui para saber da solução do seu negócio.” Agradei e retirei-me. Tudo isto se passou talvez em menos de dez minutos, porque em Paris não se perde o tempo, tudo se faz com uma rapidez espantosa.

No dia seguinte, na hora indicada, apresentei-me na prefeitura da polícia, e quando coube a minha vez foi para receber o *permis de séjour* por um ano. O oficial da polícia apenas me disse, ao entregar o papel, que a minha pretensão tinha sido atendida. Agradei. Lendo depois o *permis de séjour* vi que, em vez de súdito brasileiro, se dizia natural do Brasil simplesmente. Daí por diante, ainda antes do reconhecimento da independência, não se exigiu mais dos brasileiros que fossem buscar o visto de seus passaportes à embaixada portuguesa. Fui eu, pois, o primeiro brasileiro, graças ao vigor do meu caráter que em Paris foi como tal recebido e tratado oficialmente.

Ainda hoje sinto certa satisfação ao recordar-me daquele acontecimento, e é por isso que o transcrevo aqui tão detalhadamente. Compraz-me também em fazer o elogio do governo francês pelo modo com que se houve e a prontidão com que resolveu este negócio, que para mim era de suma gravidade. Eu queria ficar em Paris, onde tinha um irmão, que para ali tinha ido antes da independência e com o qual eu desejava viver, mas sacrificava tudo antes do que sujeitar-me a passar por português.

Mal cheguei a Paris pus-me logo em correspondência com os meus amigos que também acabavam de chegar de sua penível, prolongada e perigosa viagem a Bordeaux. José Bonifácio, procurando o retiro do campo, alugou uma chácara, para onde foi viver com sua família e com seu sobrinho Belchior Fernandes Pinheiro, no sítio de Talence, a uma légua daquela cidade. Antônio Carlos e Martim também foram para o campo. Montezuma e Rocha se dirigiram para Paris, e estes com os seus dois filhos em Paris viveram sempre comigo em comunidade na mesma casa e tiveram a mesma mesa. Logo que pude parti para Bordeaux a fim de ver e abraçar os meus amigos companheiros de infortúnio, que não foram a Paris, desde a dissolução da Constituinte, em 12 de novembro de 1823, dia em que foram

presos, até então, que se achavam privados de notícias da pátria. As primeiras que receberam foram dadas por mim, as menos importantes por escrito, e as outras verbalmente quando tive ocasião de os abraçar pela primeira vez depois da nossa separação do Brasil. Todos os anos, durante a minha estada em Paris, repeti a minha visita a Talence, onde me demorava de 30 a 40 dias. Costumava partir de Paris em princípios de junho e regressava em meado, pouco mais ou menos, de julho. José Bonifácio fazia anos em 13 de junho e eu nunca deixei durante a nossa deportação de jantar com ele nesse dia.

Os dias da minha estada em Talence eram então de prazer e de trabalho. Achava-me em companhia do meu venerando amigo, que na demonstração de sua amizade me honrava muitas vezes com o nome de seu filho. Longe da pátria era a cultura da sua amizade o meu maior prazer. Fora do tempo da recreação e do descanso trabalhávamos, ele a ditar e eu a escrever. Que de belos versos se não perderam por descuido ou preguiça minha! Sempre que deles me recordo e do fim que levaram sinto-me angustiado. De três peças sobretudo me não posso esquecer sem viva saudade. José Bonifácio tinha composto um poema em oito cantos, versos solto. O assunto deste poema era a dissolução da Assembleia Constituinte e a sua prisão e deportação, enriquecido de vários episódios onde se revelaram com os ornamentos poéticos acontecimentos que diziam respeito à independência, a maior parte dos quais só tiveram por testemunha o Imperador e o autor. Os homens do tempo eram ali apresentados com as cores de uma crítica severa. Outra poesia política, intitulada o *Sonho*, que já não é grande cousa, por estes versos:

“Sonhei, Carino, em noite descansada,

“Quando brando Morfeu me visitava,

“Que assistia no Rio à grande festa

“Que, em honra do Sultão, os filhos davam

“Do bom S. Bento que nem cobras mata.

A terceira poesia que lamento a perda era intitulada: *Amores da Mocidade*. O poeta parecia ter voltado aos anos risonhos da mocidade quando o seu estro lhe inspirou semelhante poesia. O colorido da imagem e o sentimento altivo do coração se uniram de tal forma que, desde o primeiro verso até o último, a alma do leitor se sente, sem pensar, abrasada em amor.

Pois bem, estas três obras estão perdidas. Explico como. Eu as havia escrito, e José Bonifácio não ficou com uma cópia, apenas lhe poderia ficar entre os seus papéis algum verso variante, ou algum apontamento escrito de sua mão. José Bonifácio não gostava de escrever, ditava tudo o que fazia, não excluindo mesmo a poesia. Quando escrevia algum apontamento era meramente por lembrança. Levei para Paris estas três belas obras, de que o autor pouco caso fazia, porque para ele o poetizar, sobretudo em tais assuntos, era um mero passatempo para o fazer rir dos homens e das cousas. A minha intenção era de as dar à luz pela imprensa, logo que as circunstâncias o permitissem. Esperava que os homens compreendidos nas duas poesias políticas passassem para o domínio da História para então poder publicar as tais poesias. Comuniquei este meu pensamento ao meu amigo Francisco da França Miranda, e este me respondeu do Rio de Janeiro pedindo que lhe mandasse uma cópia para ver, porque ele estava muito perto da morte para poder esperar tanto tempo. Quis satisfazer ao desejo deste amigo, e não tomei a precaução, que devia tomar em semelhante conjuntura. Talvez fosse preguiça, não duvido, o fato é que tendo então um portador seguro, que partia de Paris para o Rio de Janeiro, mandei os originais sem deixar cópia deles, e pedi ao meu amigo Francisco da França Miranda que os devolvesse, ficando com cópia, pela primeira ocasião de portador seguro pela casa de comércio de Bordon e Freyse. Meu amigo França acusou o recibo. Falecendo depois, escrevi à viúva e esta não as achou entre os papéis de seu marido. Recorri em vão a alguns amigos e baldadas foram as diligências por eles empregadas. Talvez que algum dia ainda apareçam à luz sob autoridade de algum pseudo-autor.

Talvez que a minha memória enfraquecida, como está, possa encarrilhar neste momento alguns versos dos *Amores da Mocidade*:

“Satânico teria o férreo peito
Quem amor não sentiu nos verdes anos,
Só feitos para amar e ser amado:
De amor nas ondas arde o mudo peixe,
Impelidas de Amor as aves cantam,
Nos matos o leão segue a leoa,
Corre após a novilha furioso
O bravo touro com bramantes roncoss,
E os cornos rompe sobre os duros troncos;

Do feroz listrigão ao cita frio,
Do cafre nu ao bárbaro tapuia,
Crava no peito Amor farpada seta,
Que assim o mandou jovem e o quer natura.”

Ainda me estão vindo à memória alguns versos do *Sonho*; aqui os irei depositando, posto que em pedaços isolados, para dar uma amostra do todo. Tratando da festa dos frades:

“Tinham postas as mesas, e sentados
Vi cônegos e frades, irmãos e camaradas,
Que se vendem por fitas e chocalhos,
Devotos esperarem a pitaça;
Agigantados mulatões robustos,
Cabeça erguida, ombros arqueados,
Fumantes tabuleiros conduziam
Atulhados de postas e tassalhos
Do fresco lombo, de perus e patos,
E dos quitutes que as marfisas mandam.
O dom abade um cântico entoava
Em som nasal desconcertado e alto,
Que na vida fradesca e nos palácios
Comilão que mais berra, mais digere.”

O autor passa desta cena a outra mais importante:

“No mesmo dia em que se dissolvera
Com autômatos azuis postos em fila
A Assembleia Geral inepta e fraca,
Eu vi sobre um andar que fatigava
Becas e fardas e os toutiços gordos
De cônegos e frades, o despotismo
Carregado de faixas e veneras
E das ventas fumando orgulho e sanha,
Para fazer alardo às Domitilas
E as fendingas reles.....”

Segue o beija-mão, no qual figuravam todos os homens que influíram para a dissolução da Constituinte.

De Luís José de Carvalho e Melo diz o seguinte:

“Mas indo a beijar o pé carnudo
Bambo mulato pesadão, basbaque
Sátiro, já decrépito, que sabe
Por obras a arte inteira de Vieira,
E quer por isso agora ser ministro,
Um pontapé lhe deu e o cu voltando
Este risonho o lambeu três vezes.”

Eis os versos que me vêm à memória acerca de José da Silva Lisboa:

“O mesmo quer fazer Sílvio o Corcunda,
Fração de gente, charlatão idoso,
Que abocanha no grego, inglês, hebraico,
Mas sabe bem a língua de cabinda
E o pátrio bororó e mais o moiro,
Que escreve folhetos a milhares,
Que ninguém lê porque ninguém o entende
Por mais que lhe dê títulos diversos.”

.....
.....

De Manuel Jacinto Nogueira da Gama pouco me recordo. O autor o fustigou com justiça:

“Em cujo héctico rosto as feições cava
Em pedra de Lioz e não de Paros

.....
.....

Mineiro talentoso e novo Fídias,
Que há de guardar os nossos debitantes
Como peça famosa da antigualha,

Onde viva esculpida a hipocrisia,
A mentira servil, a inveja, o opróbrio.”

.....
.....

E quer saber, meu caro Sr. Melo Moraes, uma verdade? Nada mais me lembra neste momento das poesias de que estou lamentando a perda. A minha memória já está bem fraca; e isto de nem sequer poder ver o que dito é bem penoso. Perturba-me por tal modo que me tira até a vontade de mandar ler o que está escrito, a fim de poder corrigir os erros e até os lapsos de língua. Vai como sai à primeira vista. Vai como o material para a mão do artista, como um pedaço de mármore, do qual o escultor deve tirar um herói ou mesmo uma Divindade. Desculpe porém, meu bom amigo, estas tiradas em prosa e recordações em verso, que nada têm com as notas que V. S.^a me pediu. Desculpe, digo, por amor do sentimento que as dita. São destinadas a V. S.^a e eu quando lhe escrevo imagino que o tenho presente, e então vou ditando, como se estivesse a conversar com o meu saudoso amigo, falando de tudo e não desejando acabar para que me não deixe só. Mas já são 11 horas da noite e breve está a principiar o dia 2 de abril, e a escrevente quer ir deitar-se. Digo-lhe adeus, e até amanhã.

O meu exílio em Paris foi aproveitado no meu e no interesse do meu país, e mais o fora se tivera minha alma tranqüila. A lembrança da pátria nem um só instante se separava do meu coração. Ávido de notícias e quando elas chegavam era para aumentar as mortificações do meu espírito. Na aurora da independência a dissolução pela força armada da Assembleia Constituinte tinha assustado aos pacíficos habitantes do Brasil e espalhado a confusão e o terror pela superfície do novo Império. No Pará centenas de brasileiros asfixiados no porão de um navio, onde o ar não penetrava, e aí mortos no meio de tão cruel desesperação que se dilaceravam uns aos outros. No Ceará a fome era tal que a população ficou reduzida de um terço, e o governo do Rio de Janeiro mandava então recrutar naquela desgraçada província os homens robustos, que podiam servir de amparo a suas famílias, para o exército e para a marinha. Em Pernambuco lavrava a guerra civil e as forças do poder dizimavam só filhos daquela bela província. Na Bahia os soldados penetravam no quartel

do general e aí mesmo fuzilavam o comandante das armas. O Brasil todo, por um lado era vítima da anarquia, e por outro do despotismo na corte. Mas no Rio de Janeiro, o coração ainda se me aperta de dor, a cena era outra: o Imperador achava-se embriagado em crapuloso deboche, representando o reinado de Luís XV e rodeado de cortesãos da mais baixa extração, ignorantes e corruptos, que eram seus alcoviteiros. Uma Messalina governava o Império, tinha uma corte sua, e a próprio Imperador era o mais rendido dos seus escravos. A virtuosa e infeliz Imperatriz, espectadora de tais cenas de escândalo, era maltratada, morrendo de dor e desespero. No Rio da Prata sustentava-se uma guerra desesperada, mas sem tino, que esgotava as finanças do Estado e o sangue dos brasileiros. O Império perdia os seus limites naturais, que a tanto custo tinha alcançado pela aquisição voluntária de Montevidéu. Não havia desastre que não afligisse ora um ora outro ponto do Brasil. Até a independência, que os brasileiros tinham conquistado, essa mesma o governo de D. Pedro I, porque a não achou legítima, a comprou a Portugal por dois milhões de libras esterlinas e outras condições onerosas, expressas no respectivo tratado e que ainda hoje pesam sobre o Brasil. Quase todas as nações marítimas reclamaram indenizações pelos prejuízos que sofreram com o bloqueio do rio da Prata, porque os chefes das forças do Brasil faziam guerra aos neutros e não aos beligerantes, e teve de pagar muitos milhões e sofrer insultos dos reclamantes. Se a estas calamidades públicas ajuntarmos as particulares, que sofriam as famílias de parentes e amigos, que se tornavam suspeitos porque não se humilhavam a fazer a corte a uma prostituta ou porque desagradava ao partido imoral de que essa prostituta era a representante, ver-se-á que até longe da pátria, exilado dela, eu tinha muitas vezes de chorar suas desgraças.

No estudo achava alguma consolação. O estudo era pois, por assim dizer, a minha vida. Frequentava os cursos públicos da Sorbona e do Conservatório das Artes, frequentava os professores e homens ilustrados, todos me estimavam e alguns deles com particular consideração. O celebre economista João Batista Say me distinguiu com tanta amizade que eu era recebido na sua casa por ele e pela sua família como se fora um membro dela. Seu filho Horácio Say, homens de não vulgar ilustração, também me distinguiu com a sua amizade, e eu, já depois de ter perdido a vista, vim a Paris chorar a sua morte por uma longa e dolorosa moléstia, no decurso

da qual o meu infeliz amigo, para cúmulo de desgraça, teve de prantear a morte de sua esposa, que era a sua única consolação.

Royer Collard, Benjamin Constant, general Foix, Julien de Paris, Charles Dupin, o celebre abbé Gregoire, Malte-Brun, e alguns outros sábios e literatos com quem cultivei boas relações, me honraram com a sua amizade e me ajudaram com os seus conselhos.

Em Genebra, por recomendação de meu amigo Say, fui recebido, acolhido e bem tratado por Sismondí, Dumont e De Candolle. Destes três ilustres escritores recebi provas de consideração e amizade, e de todos fui hospede por mais de uma vez durante a viagem que fiz pela Suíça. Percorri a pé toda a Suíça e essa viagem ainda hoje é uma das mais belas recordações de minha vida.

A educação pública na Suíça abrange todas as classes da sociedade. Ambos os sexos se aplicam com igual vivo interesse. Talvez seja a Suíça o país da Europa onde o ensino primário se ache mais difundido e aperfeiçoado. Como eu trazia sempre o Brasil no meu pensamento, e na Suíça, como em outra qualquer parte, tudo o que eu via o meu espírito desejava logo poder aplicar em proveito de meu país. Ao passo que visitava com admiração as escolas primárias da Suíça, o meu espírito sofria, porque o que estava vendo não tinha forças nem poder para introduzir na minha terra. Deplorava o poder que tinha energia para fazer mal, e não sabia ou não queria fazer bem. Dizia a mim mesmo, por que esse governo não mandará aqui pessoas capazes de estudar esse ramo do ensino público e transportá-lo para o Brasil, onde certamente daria fruto tão bom ou ainda melhor do que entre esta gente que o soube aperfeiçoar! Ah! Se assim fizesse eu lhe perdoaria, por este único ato, todo o mal que ele nos tem feito.

Frequentei em Genebra todo o curso de botânico do célebre professor De Candolle. O número dos assistentes era sempre considerável. As senhoras o frequentavam, em maior número ainda do que os homens, e eu tive ocasião de observar nesse curso um acontecimento que prova por si só a ilustração do belo sexo da Suíça. O Sr. De Candolle demonstrava então aos seus discípulos e discípulas as novas vegetações que o Sr. Augusto Saint-Hilaire havia recolhido da sua longa viagem ao Brasil. Fazia esta demonstração pelos desenhos originais que o ilustre botânico lhe havia

mandado para ver, quando este lhe escreveu pedindo a restituição dos mesmos desenhos, porque era chegada a ocasião de os mandar reproduzir pela litografia. O Sr. De Candolle em uma lição deu parte ao seu auditório desta ocorrência, que o privava do prazer de continuar a demonstrar aquelas novas descobertas devidas ao zelo incansável de seu ilustre colega.

Eu me achava presente à lição em que isto se passou, e posso contar como testemunha de vista. Mal o professor acabou de falar que uma senhora levantou-se, percorreu alguns bancos falando com algumas outras, dirigiu-se do seu lugar ao professor e perguntou-lhe quantos dias poderia ele conservar ainda os desenhos em seu poder antes de os mandar para Paris. De Candolle respondeu que quando muito oito a dez, e não mais. A senhora replicou: “nós nos obrigamos a copiar dentro desse curto espaço de tempo toda essa coleção do Sr. Saint-Hilaire, e desde já fazemos presente do nosso trabalho ao nosso bom professor.”

Essa oferta causou-me admiração, mas essa admiração subiu a entusiasmo quando dez dias depois tive o extraordinário prazer de percorrer as folhas da obra inteira de Saint-Hilaire copiadas por aquelas senhoras, folhas que por duas semanas permaneceram na mesa do professor para serem admiradas. Quem conhecer a viagem botânica de Saint-Hilaire pode avaliar qual seria o esforço daquelas senhoras em a reproduzir com tanta perfeição, que a estampa lhe não excedia. Genebra não é uma grande cidade, bem longe disso, e todavia apresentava naquela ocasião muitas senhoras aplicando-se ao estudo da botânica e todas sabendo desenhar a ponto de poderem copiar tais estampas. Não conheço nada de mais maravilhoso, e se ajuntarmos a isto que as suíças em geral são modestas, virtuosas e boas mães de família, quem poderá deixar de lhes tributar o maior respeito e a mais sincera veneração?

No Brasil o ensino público não vai bem, não tem ordem nem harmonia, falta-lhe finalmente tudo, porque lhe falta uma direção especial e inteligente. Se alguma cousa tem ganho na superfície é à custa da profundidade, que vai sempre diminuindo, e todavia o maior serviço que se lhe podia prestar nas circunstâncias atuais seria o que dissesse respeito ao ensino público. Mas nós estamos muito atrasados, e o pior é que nem sequer sabemos qual seja o estado do ensino público nos países mais adiantados da Europa. Nada sabemos nem prática nem teoricamente. Ignoramos as leis, os regulamentos e a organização enfim do corpo de ensino público; e

ignoramos igualmente o modo de se pôr em prática essas leis e esses regulamentos. Mas tudo isto constitui um estudo especial e imenso.

Na Europa o aperfeiçoamento em que se acha o ensino público não foi feito em um dia, é o produto da cogitação e da experiência de séculos. Felizmente para nós não precisamos já passar pelo mesmo prolongado tirocínio para chegarmos em pouco tempo ao nível desse aperfeiçoamento. Seria necessário, para o conseguirmos com prontidão, que o governo mandasse homens especiais que se tenham aplicado à teoria pelo menos do ensino público à Europa, a fim de estudarem esta matéria, principalmente na França, Prússia e Suíça. Mas que de tino não é preciso para não errar na escolha desses indivíduos? Em outro qualquer país seria um negócio de importância, mas no Brasil, onde o patronato e o nepotismo tomam o lugar do mérito e da virtude, é ele muito mais importante ainda. Todavia deve haver no Brasil homens especiais e devotados à santa causa do ensino público, e é de entre eles que o governo deve fazer a sua escolha.

Indicarei um que reside atualmente na Europa, o Sr. Joaquim Caetano da Silva, nosso encarregado de negócios na Holanda, pelos seus talentos e estudos especiais ninguém o excede para ser preferido na escolha para um tal encargo. Mas um só não basta, a vida do homem é cousa muito frágil, conviria que se mandasse mais de um; na minha opinião nunca seria demasiado o número das pessoas que se empregassem em tais estudos. Seria esse o caminho para chegar ao desenvolvimento de um plano teórico e prático de ensino público proveitoso em nossa terra.

Como se acha atualmente não pode continuar sem grave prejuízo. É preciso que o governo atenda a uma verdade. Todas as vezes que a nação se acha mais ilustrada do que o governo a existência de um grande perigo acha-se igualmente iminente. Os brasileiros viajam e adquirem conhecimentos e comparam. Entre nós o diretor dos estudos é uma entidade política; é por consequência escolhido de entre os homens especiais da instrução pública. O diretor transforma o pessoal do ensino público em um instrumento eleitoral, e esse instrumento corrompe até a mocidade, que lhe é confiada para outro fim. Nas escolas fala-se, já como nos clubes, das eleições, e o estudante obtém favores imerecidos logo que seu pai, movido pelo amor paternal, vota contra a sua consciência. O

ministro da instrução pública, quando o houver, sendo homem político e não especial, entrando para o Ministério porque o partido a que pertence subiu, e saindo do Ministério porque esse mesmo partido desceu será isento desses defeitos que notamos no diretor? Por Deus separem o ensino público da política. Na Europa a esse respeito a única questão não geralmente decidida é se o ensino deve ser livre ou sujeito ou episcopado, mas da política está desterrado.

O Sr. De Candolle, bem como o Sr. Sismonde de Sismondi, eram ambos de origem italiana, este da Toscana e aquele de Veneza. Seus nomes são tão vantajosamente conhecidos que basta citá-los para lhes fazer o elogio. O Sr. De Candolle exerceu no cantão de Genebra, da sua residência, os altos cargos do estado, que todos são eletivos. Quando eu estive em Genebra era ele conselheiro de estado e diretor das prisões e casas penitenciárias. A ele se devem os melhoramentos que estas casas então tiveram, e que da Suíça passou para os países mais adiantados da Europa.

O Sr. Sismondi também ocupou os altos empregos do estado, mas os seus trabalhos literários e econômicos absorvendo todo o seu tempo não lhe permitiam prestar aos negócios do estado toda a atenção que eles merecem, mas todavia era sempre ouvido e a sua opinião muito considerada. O Sr. Dumont, posto que cidadão do cantão de Genebra, onde nascera, já o tinha sido da república francesa do fim do século passado; foi membro da convenção que julgou o infeliz rei Luís 16, e por isso expulso de França pela restauração de 1814. Era homem notável pela sua alta inteligência e de um caráter tão brando e afável, que parecia impossível a quem não sabe o que é o fanatismo político, que esse homem pudesse dar o seu voto de pena última ao infeliz rei, que para isso não havia cometido a menor falta. Foi este Dumont que pôs em ordem e redigiu os trabalhos de seu amigo e ilustre publicista inglês Bentham.

Depois de deixar a Suíça corripondi-me até certo tempo com estes ilustres sábios, que me honravam com a sua amizade. De Candolle e Dumont faleceram, e a peregrinação em que a sorte sempre me trouxe foi causa de ir pouco a pouco interrompendo até acabar a correspondência com Sismondi, correspondência que se renovou depois pelo modo por que vou contar, e que durou até poucos anos antes da morte do ilustre publicista.

Era eu encarregado de negócios em Roma, e pela semana santo de 1836 fui à capela Sistina assistir à festa de Ramos. Olhando para o banco dos estrangeiros vi um indivíduo com o uniforme de membro do Instituto de França. Era o único que ali se achava revestido de tão alta distinção; reparei e facilmente reconheci que era o Sr. Sismondi, que havia 9 ou 10 anos que eu não via. Senti grande satisfação em o tornar a ver. A minha posição era então bem diferente daquela em que me achava quando fiz o seu conhecimento. Quando fui por ele recebido, agasalhado e estimado era eu um exilado, e quando o tornava a ver era eu o representante de um governo. Concluída a festa, dirigi-me para o lado em que estava o Sr. Sismondi e o encontrei quase ao sair a porta da capela. Perguntei-lhe se não me reconhecia. Eu estava de farda. Respondeu-me que não, mas que nem a minha figura nem a minha voz lhe eram estranhas. Repliquei perguntando se não se lembrava de um selvagem do Brasil que ele havia recebido e agasalhado com tanta bondade em a sua casa nas imediações do lago de Genebra. A cada palavra que eu articulava ele olhava para mim com muita atenção e, antes de acabar de pronunciar as duas últimas, exclamou: “C’est vous même, Mr. de Drummond! Selvagem! que me fez tão lindos versos?” Subiu para a minha carruagem e foi comigo para a minha casa, onde ficou até terça-feira de Páscoa, e na quarta partiu para Florença, donde regressou a Genebra.

Destes três ilustres escritores conservei muitas cartas, que todas se consumiram no incêndio de 29 de agosto de 1860, com numerosas outras de publicistas e sábios da França, da Itália, da Bélgica e do Alemanha, que durante a minha estada na Europa me distinguiram com a sua amizade. Estes importantes documentos, que eram de todos os meus papéis os que mais estimava, eu os conservava em uma caixa de jacarandá, de propósito mandada fazer para os guardar reservados de todos os outros. Desta caixa só me resta a chave que eu trouxe comigo, tudo o mais foi vítima das chamas do incêndio que devorou a casa do meu amigo Dr. Melo Moraes no Rio de Janeiro, e esta chave eu ainda a trago comigo, e tal é a ilusão, que sinto prazer em a apalpar. Encerrava o que eu chamava o triunfo do meu exílio.

Ainda duas palavras para fazer o retrato físico de De Candolle e de Sismondi. Nunca vi aparência tão enganadora. Sismondi, pelo seu

aspecto parecia mais um trabalhador grosseiro do campo que um homem que havia cursado as aulas. De estatura ordinária, espáduas largas, macilento, mãos grossas, pés grandes, mas olhos vivíssimos. Vestia-se simplesmente e trazia sapatos de veludo. De Candolle, este parecia antes um roceiro civilizado: era baixo, grosso, mas as feições revelavam bom nascimento, alegre, jovial e amigo da sociedade, enquanto o outro era naturalmente taciturno e pouco comunicativo, exceto quando contrariava, porque neste caso falava muito e sempre bem, ainda mesmo quando não tinha razão, porque enfim a natureza humana é tão fraca que a razão falha muitas vezes até aos homens mais abalizados. Da Suíça passei à Itália, fui pelo Tirol a Viena, percorri a Prússia, as margens do Reno, a Holanda, a Bélgica, percorri pela segunda vez a Inglaterra e pela primeira a Escócia e a Irlanda, de onde voltei para a França, e daí segui para o Brasil em abril de 1829.

O caráter de Sismondi era tão firme que nunca se curvou nem perante o gênio de Napoleão 1º. A sua mocidade foi por isso tormentosa; sofreu prisões e exílios. A república era o seu ideal. Voltando Napoleão 1º da ilha d'Elba em 1815, Sismondi entendeu que era chegada a hora do triunfo da liberdade, entendeu que Napoleão 1º para debelar o despotismo só com a força da liberdade o podia fazer. Nos cem dias do segundo reinado de Napoleão 1º publicou uma brochura neste sentido. Convidava a todos os homens de coração a se unirem a Napoleão para restaurar a liberdade. Dois dias depois de haver feito esta publicação foi condecorado com o hábito da Legião de Honra. Não aceitou a condecoração, respondendo que as suas ideias andavam em busca de outra cousa e não de favores.

Paris foi para mim uma segunda pátria intelectual. Nela achei amigos que se interessaram pela minha sorte e me socorreram com os seus conselhos. Já mencionei alguns, e a gratidão me leva a mencionar com especial satisfação outro, cuja memória me será sempre grata. O conde de Sèze, este venerável ancião que arriscou a sua vida para defender o infeliz Rei Luís 16 perante a convenção revolucionária, recebeu-me em sua casa com tanta consideração e bondade que se eu fosse seu filho não podiam ser maiores. A sua casa, a sua mesa, tudo quanto tinha me eram oferecidos com a mesma franqueza com que me dava um lugar no seu coração. Era a mais decidida simpatia de um velho para um moço, que lhe retribuía com ternura e gratidão.

O tempo que sobejava dos meus estudos e das obrigações da vida social eu o empregava em trabalhos, pela maior parte do interesse do Brasil, que dava à luz pela imprensa. O tempo chega para tudo quando se não dissipa pela desordem ou se consome em cousas inúteis.

Muito escrevi e publiquei no *Journal de voyages, découvertes et navigations modernes, ou Archives géographiques du 19.^{ième} siècle*. Esta vasta coleção publicada em Paris por uma sociedade de geógrafos, viajantes e literatos franceses e estrangeiros. Eu era um de seus membros e o nome “Meneses de Drummond (do Rio de Janeiro)” figura na lista dos colaboradores impressa na capa de cada caderno.

Em 1827 publiquei dous artigos, um com 43 páginas e outro com 30 e tantas, ambos com a epigrafe – “Notice sur les mines du Brésil par Mr. Meneses de Drummond (de Rio de Janeiro).” – Esses dois artigos se acham nos tomos 33 e 34 desta vasta coleção.

Redigindo e públicando os dous supramencionados artigos levei em vista chamar a atenção da Europa sobre as minas de minha terra, que não eram por ela suficientemente conhecidas. Eu estava no exílio e no exílio mesmo não pensava senão do engrandecimento da minha pátria. Em tudo o que escrevi e publiquei durante esse tempo na Europa uma só palavra se não encontra de azedume ou de queixume; pelo contrário muitas vezes bem significadamente extrema consideração pelo soberano e também pelos seus ministros. Entendia que perante os estrangeiros, quaisquer que fossem as divergências internas, os brasileiros se deviam apresentar unidos como um só homem. Na segunda *Notice sur les mines du Brésil* eis aqui como termino o artigo: “Dieu veuille surtout que les ministres de D. Pedro fassent pour la prospérité de ces établissements des voeux aussi ardents que ceux que je forme pour la gloire de ma chère patrie dont le sort m’a exilé!”

Estes artigos pela sua novidade fizeram viva sensação na Europa. Na Inglaterra foram traduzidos e publicados em separado pelos jornais com elogios ao autor. Outro tanto aconteceu na Alemanha. A Sociedade de Mineralogia de Iena os traduziu e publicou nos seus anais. Espontaneamente enviaram ao seu autor o diploma de sócio dela, acompanhado de uma carta do seu presidente concebida nos termos os mais lisonjeiros. Nela se dizia que o autor havia feito grande serviço à ciência e à Europa. Até na

Rússia os mencionados artigos, pela consideração que mereceram, foram traduzidos, publicados e citados em jornais e revistas científicas.

Em França mereceram eles particular consideração; foram citados com elogios pelo *Bulletin des Sciences* e outros periódicos do tempo. Ainda hoje servem de guia aos que se ocupam desta ciência em relação ao Brasil. A “*Histoire Géographique du Brésil*, publiée par la Bibliothèque Populaire, en 1834,” no tomo 1º p. 55 e 56, os referidos artigos são citados com elogios. M.^r Ferdinand Denis, em as suas obras sobre o Brasil, os cita frequentemente. Em geral são citados em todos os trabalhos de mineralogia onde se trata do Brasil. Se não fundiram melhor proveito ao mesmo Brasil, deve isso ser levado em conta da quadra funesta em que o país se achou e à descoberta das minas da Austrália e da Califórnia.

O meu respeitável e íntimo amigo José Bonifácio de Andrada me havia confiado as notas de uma viagem mineralógica, que ele e seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada fizeram na província de S. Paulo. As notas em questão estavam escritas em pedaços de papel avulsos, não numerados, uns pela mão do primeiro e outros pela do segundo viajante. As que eram escritas por este estavam em melhor ordem, mas as outras nem o autor mesmo podia dizer por onde principiavam ou acabavam. Vi nestas notas um trabalho de importância e de interesse para o Brasil, e com licença de seus autores as pus em ordem e redigi a viagem.

Publiquei esta importante viagem mineralógica, dividida em 3 artigos, no supramencionado *Journal des Voyages*, de que era colaborador. Acham-se nos tomos 36 e 37 desta vasta coleção. Em face do primeiro ajuntei a seguinte nota: “J’ai parlé dans un de mes précédents articles, cahier du mois de Juin, d’un voyage minéralogique entrepris en 1820 dans la province de Saint Paul au Brésil, par mon ami le savant José Bonifácio de Andrada, ex-ministre de l’empereur Don Pedro, et par son respectable frère. La bienveillance dans ces illustres compatriotes m’honorent, m’ayant valu la communication de notes recueillies dans cette excursion scientifique, j’ai cru devoir les rédiger en corps d’articles, espérant que nos lecteurs me sauraient gré de mon travail.”

Estes artigos foram igualmente traduzidos e publicados em Inglaterra e na Alemanha. A Sociedade de Mineralogia de Iena me felicitou pela sua publicação. Por eles a Europa teve conhecimento exato dos terre-

nos mineralógicos da província de S. Paulo. Tais escritos são sempre de utilidade. Se o governo do Brasil, em vez de assalariar escritores mercenários para mentir à Europa acerca do Brasil, se em vez de fazer publicar parvoíces políticas, que fazem rir de piedade aos nacionais e estrangeiros, se ocupasse em apresentar o Brasil tal qual ele é, com todas as suas riquezas naturais, eu lhe perdoaria muitos outros de seus erros e a Europa lhe mandaria colonos industriosos, sábios e artistas, para explorarem tantas fontes de grandeza e enriquecerem a si e ao país.

Entre os variados, artigos que escrevi e publiquei no *Journal des Voyages*, mencionarei ainda um, que tem por título: “Lettres sur l’Afrique ancienne et moderne adressés ou rédacteur du *Journal des Voyages* par M.^r Meneses de Drummond (do Rio de Janeiro)” e que foi geralmente aplaudido e estimado. Acha-se este artigo no tomo 32, de página 190 em diante.

Nele defendi os portugueses contra uma acusação de Malte Brun. Este sábio geógrafo me honrava com a sua amizade, e eu o estimava e considerava como o primeiro mestre da ciência. Em uma conversa na Sociedade de Geografia de Paris discordamos acerca das descobertas e navegação dos portugueses da África. Malte Brun sustentava o que havia dito na sua grande obra, que os portugueses não tinham explorado as terras meridionais da África com o mesmo cuidado com que o fizeram nas setentrionais. A autoridade era muito grande para que eu a pudesse rebater e ser escutado naquele ajuntamento. Recorri então à imprensa e tal era o respeito que ela tributava ao velho geógrafo, que foi preciso eliminar o seu nome do meu artigo para que pudesse passar por muito favor. Em vez de Malte Brun escrevi: “On s’est trompé en avançant que les portugais n’avaient pas exploré avec le même soin les contrées méridionales de l’Afrique que les contrées septentrionales .”..

Eis aqui como principia o meu artigo : “L’étude de la géographie, de l’histoire naturelle et de l’ethnographie de l’Afrique a été depuis longtemps pour moi un grave sujet de recherches et de méditations, non seulement en ma qualité d’homme de lettres, mais principalement comme descendant des portugais et intéressé à réclamer pour la nation dont je suis issu, la gloire immortelle d’être la première qui marchant sur les traces des carthaginois et des romains, ait découvert et visité les côtes et l’intérieur de cette singulière partie du monde.”

Depois da publicação deste artigo recebi uma carta de José Maria Dantas, secretário perpétuo da Academia Real das Ciências de Lisboa, agradecendo por parte da mesma Academia o serviço que eu lhe havia prestado defendendo as descobertas e a navegação dos portugueses, e participando que a Academia teria muito gosto de nomear-me seu sócio correspondente, se isso fosse de minha vontade. A carta era escrita em francês e pelo seu conteúdo facilmente conheci que me tinham por francês descendente de português. O meu último apelido favorecia esta suposição, e demais em França existem ainda Pereiras, Vieiras, Rodrigues, etc., descendentes todos de portugueses. Respondi nesta língua retificando o erro e agradecendo e não aceitando o diploma de sócio correspondente. Disse que eu era brasileiro, e um dos primeiros que se empenharam na luta da independência; que não conservava a menor indisposição pelos portugueses, pelo contrario desejava que fossem muito felizes e muito poderosos; o que eu não queria é que eles governassem ou influíssem no Brasil; que o meu trabalho não fora feito com a intenção de ganhar simpatias e que nem ele merecia o assinalado prêmio que a Academia me oferecia, e que eu sentia não poder aceitar.

O referido artigo foi publicado durante o meu exílio em 1826. Onze anos depois era eu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na corte de Lisboa. Durante a minha estada nesta corte, que se prolongou até meado de 1853, as minhas relações com a Academia Real de Ciências se mantiveram no pé da mais perfeita inteligência. Seu secretário perpétuo, o conselheiro Joaquim José da Costa de Macedo, por mais de uma vez me falou em ser eu recebido sócio correspondente, e de todas elas declinei a oferta; pedi porém que nomeassem o conselheiro José Martins da Cruz Jobim, meu amigo e médico da Câmara de S. Majestade o Imperador. O meu pedido foi recebido com tanta consideração, que para o satisfazerem dispensaram a formalidade que requer o regulamento em tais casos. Pelo regulamento da Academia o candidato deve manifestar expressamente o seu desejo de ser recebido sócio, mandar uma memória para ser julgada pela Academia ou ser autor de uma obra tal que, pela universalidade de seu alto mérito, dispense a memória. Este era o regulamento antigo. Depois da reforma da Academia não sei se passou por alguma alteração. O conselheiro Jobim nem era autor de uma obra tal, nem escreveu a memória

requerida pelo regulamento, e todavia foi eleito membro correspondente. Refiro isto em prova das boas relações que mantive com a Academia.

O mencionado meu artigo sobre a África antiga e moderna tornou-se notável por uma circunstância bem importante. Ignorava-se até então onde desembocava o Níger. Por indução do que havia lido e refletido, supus que desembocava no golfo de Guiné. Esta suposição acha-se verificada de modo a tirar toda a dúvida pelos intrépidos viajantes ingleses, que desceram o Níger desde o Tombuctu até o mar.

O *Bulletin des Sciences géographiques, économie publique*, na sexta sessão do *Bulletin universel*, publié sous les auspices de Monseigneur le Dauphin, par la Société pour la propagation des connaissances scientifiques et industrielles, et sous la direction de Mr. le Baron de Férussac, Paris, 1828, no tomo 13 pública em resumo o meu artigo sobre a África antiga e moderna de pág. 116 em diante. A mesma consideração mereceu em outras obras notáveis na França, na Inglaterra e na Alemanha.

Vários outros artigos publicou o *Journal des Voyages* de minha lavra, uns assinados por mim e outros não; aos quais me não refiro, porque não dizem respeito ao Brasil, nem têm relação com ele. Eram trabalhos que o tempo me ia sugerindo em presença dos acontecimentos que faziam o assunto da importantíssima coleção do *Journal des Voyages*, etc.

Como nas minhas notas não sigo ordem alguma, vou escrevendo do que se passou na minha vida o que vai lembrando; aproveito a ocasião de referir um fato, que revela a firmeza de caráter de um moço que nem a adversidade o podia abater. Algum tempo depois de residir em Paris fui ali procurado pelo embaixador de Portugal Pedro de Melo Bryner. Eu conhecia este indivíduo do Rio de Janeiro, mas não cultivava com ele relações de amizade; encontrava-o em casa do ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal e algumas vezes fui a sua casa, mandado por este em cousa de serviço, porque Tomás Antônio o ouvia em negócios de jurisprudência e tinha por ele bastante consideração. Tomás Antônio o restabeleceu quanto foi possível no conceito do rei D. João 6º, de cuja presença chegou a estar privado por ordem do mesmo augusto senhor, e o nomeou embaixador em Roma, donde mais tarde passou no mesmo caráter para Paris.

Fui visitado, digo, pelo embaixador de Portugal, e esta visita, nas circunstâncias em que me achava, causou-me estranha admiração, mas

Pedro de Melo não me deixou por muito tempo ignorar a causa dela. Depois dos cumprimentos sociais, tirou uma carta da algibeira e disse-me que a acabava de receber de Lisboa. Era uma carta de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, pela qual este venerável ancião me recomendava a amizade de seu amigo Pedro Melo, e pedia que me tratasse como trataria a ele próprio. Fazia lembrar a memória de meu pai e a amizade que lhe tinha e a mim igualmente. Lida a carta, disse-me Pedro de Melo que eu já sabia o fim da sua visita, que vinha buscar-me para ser seu hóspede e nisto se conformava com as ordens de Tomás Antônio, porque se este viesse a Paris, seu hóspede havia de ser. Com toda a polidez recusei a hospedagem e todos os obséquios que Pedro de Melo me oferecia, dizendo francamente que nas minhas circunstâncias não podia aceitar do embaixador de Portugal, a quem estimava pessoalmente. Toda insistência de Pedro de Melo foi inútil, paguei-lhe a visita e nem um só convite seu aceitei, fosse para jantar ou para sarau. Assim continuei, pagando sempre as visitas que ele me fazia, até que a sua má sorte o levou a Lisboa para ser ministro da Justiça da infanta regente. No governo de D. Miguel foi preso e encarcerado na fortaleza do Bugio, onde perdeu a vista e morreu cheio de privações e ultrajes. Que fatalidade! eu também fui perder a vista na minha pátria! Não me encarceraram, não me ultrajaram, mas desprezaram-me...

Disse que Tomás Antônio restabelecera a Pedro de Melo na graça do rei, direi agora o que houve para que isso fosse necessário. D. João 6º tinha certa repugnância por Pedro de Melo em razão de ser este maçom ou ser tido por tal. Pedro de Melo não acompanhou a corte para o Brasil, ficou em Lisboa e aí foi empregado pelo general Junot às ordens do ministro da Fazenda. Depois da expulsão dos franceses de Portugal, Pedro de Melo teve de justificar-se de os haver servido. Parece que a sua justificação foi satisfatória, porque nela mostrou que aceitara o lugar a fim de evitar que os portugueses fossem muito vexados pela administração dos invasores. Foi em seguida para o Rio de Janeiro. A sua justificação valeu para não ser perseguido nem castigado, mas não valeu para entrar na boa graça do rei. Assim estive até que uma palavra indiscreta lhe fechou até as portas do paço. Nestas circunstâncias é que Tomás Antônio o acudiu, obteve que D. João lhe desse a mão a beijar e o nomeasse embaixador para Roma.

A palavra indiscreta foi a seguinte. Como se sabe, o marquês de Loulé tinha sido condenado a morte por crime de alta traição. O marquês de Loulé havia pegado em armas com os franceses contra a sua pátria. D. João 6º, depois de muitos rodeios, que não vêm ao caso referir aqui, perdoou o marquês de Loulé e o restabeleceu nas honras e cargos de que fora privado por sentença. A satisfação de D. João 6º por haver praticado este ato de clemência foi tão grande, que S.M. a não podia dissimular. A todas as pessoas com quem falava naqueles dias imediatos ao perdão interrogava acerca dele. Era a frase comum: “Como lhe parece o perdão do marquês de Loulé?” Pedro de Melo, sendo uma das pessoas a quem o rei dirigiu esta pergunta, respondeu: “Como me há de parecer, V. M. ressuscita mortos.” A esta última palavra D. João 6º formalizou-se, voltou as costas sem dar a mão a beijar a Pedro de Melo, e no dia seguinte mandou-lhe uma insinuação de não voltar mais ao paço.

Até a morte de D. João 6º Tomás Antônio não cessou de escrever-me para Paris, insistindo para que eu fosse para Portugal. Dizia que era essa a vontade do rei e também a sua, e que S. Majestade tencionava contemplar em mim os importantes serviços de meu Pai. “S. Majestade”, acrescentava Tomás Antônio, já deu ordem ao Sr. Monteiro Torres, ministro da Marinha, para que V. S.^a seja recebido com toda a consideração.” Resistia a esta insinuação de um amigo, que foi o primeiro protetor oficial e a quem eu prezava e prezei até o último instante de sua vida, e todavia eu estava exilado da minha pátria, e sofrendo o mais duro tratamento! ...

Colaborei igualmente na *Revue Encyclopédique*, de que era redator-em-chefe Mr. Julien, de Paris. Era a mais completa revista da Europa e tinha por colaboradores os homens mais eminentes nas letras, nas ciências, e nas artes de França, e alguns estrangeiros igualmente distintos. Eu fui admitido neste número, e para ela trabalhei sob os auspícios de seu redator-em-chefe, que me honrava com a sua amizade e me recebia com familiaridade no seio de sua família. Estive encarregado de analisar as obras que se publicavam, e todas as análises que se acharem na *Revista Enciclopédica* dos anos do meu exílio rubricadas A. D. são minhas. O número não foi pequeno para que eu possa ter delas lembranças, não tendo presente nem sequer um volume daquela importante coleção. Escrevi na mesma revista alguns

outros artigos sobre diferentes assuntos, dos quais, os que diziam respeito próxima ou remotamente ao Brasil, foram publicados com a assinatura do meu apelido por inteiro, e os outros com a mesma rubrica A. D., com que distinguia as análises.

Devo dizer que a minha colaboração, tanto no *Journal des Voyages* como na *Revue Encyclopédique*, foi absolutamente desinteressada. Escrevia para instruir-me e não para ganhar dinheiro. Mr. Julien dava na primeira terça-feira de cada mês, que era o dia em que se publicava a revista, um jantar aos seus colaboradores. Estes podiam levar cada um de estrangeiro. Alguns outros convidava Mr. Julien. Fora dos círculos dos colaboradores, os nacionais eram excluídos do convite. Mr. Julien chamava o jantar mensal da Revista “a fraternidade das nações”. Mr. Julien, que na sua mocidade, no tempo da revolução francesa, foi entusiasta da guerra, na idade avançada em que se achava era apóstolo da paz e da fraternidade das nações. Os estrangeiros achavam nele um verdadeiro amigo, que se comprazia em os servir, e como as suas relações eram muito extensas, estava no caso de poder bem-servir aos estrangeiros que o procuravam. Em suma o estrangeiro que procurasse a Mr. Julien, fosse qual fosse o caso em que se achasse em Paris, podia estar certo que nada lhe faltaria, porque tinha um protetor eficaz.

Era o único brasileiro que tinha lugar no jantar mensal da *Revista Enciclopédica*, e talvez devesse a essa circunstância a cordialidade com que era tratado pelos sábios e publicistas, que faziam o corpo da redação da mesma revista. O caso é que havia para mim, ainda no verdor da idade e sem outro prestígio que não fosse o ardente desejo de saber, certa consideração de que ainda me lembra com ternura a gratidão por esta França tão hospitaleira.

Referirei agora uma anedota com relação ao que fica dito. Em um dos jantares da primeira terça-feira de cada mês Mr. Julien observou, no seu brinde à fraternidade das nações, que todas se achavam ali representadas no seu banquete, exceto a portuguesa, porque esta estava fora da civilização. Eu repliquei, dizendo que Portugal não me parecia estar fora da civilização, que se achava atrasado e muito atrasado em relação à França e a outras nações civilizadas, mas que o estar atrasado não se podia traduzir por estar fora; que o despotismo tinha comprimido e alterado

os hábitos dos portugueses, mas que eles faziam esforços para sacudir o despotismo e seguir os passos dos povos adiantados. No jantar do mês seguinte apresentei José da Silva Carvalho. Este cavalheiro português, procedente de Londres, acabava de chegar a Paris para regressar a Lisboa, donde se achava exilado desde a dissolução do governo representativo em 1823. Tinha falecido D. João 6º e o Imperador D. Pedro I, como herdeiro da coroa Portuguesa, havia decretado uma anistia geral, dado uma constituição, e abdicado a coroa em sua filha D. Maria da Glória. Este extraordinário acontecimento foi que abriu a José da Silva Carvalho as portas de sua pátria. Apresentando-o disse que vinha mostrar por documento o que havia avançado na última reunião acerca de Portugal. Silva Carvalho, que tinha em seu favor os seus infortúnios pela causa da liberdade e também a sua bela aparência, foi bem recebido, aplaudido e animado para que continuasse a empregar os seus esforços pela sustentação da liberdade de sua pátria. Antes de regressar a Portugal Mr. Julien lhe fez presente de uma coleção completa da *Revista Enciclopédica* e lhe deu outros livros de importância, para que derramasse a doutrina que eles encerravam entre os seus compatriotas. Silva Carvalho retribuiu mandando de Lisboa a Mr. Julien o diploma de membro correspondente da Academia Real das Ciências. A mim retribuiu com a continuação da sua amizade e com alguns serviços que me prestou durante a minha estada, anos depois, em Lisboa, com o caráter de ministro do Brasil.

Escrevi também para alguns jornais políticos e principalmente para o *Globe*, que tinha então Mr. Thiers por seu principal redator; *Le Constitutionnel*, que era então *l'extrême gauche*, isto é, liberal adiantado; *l'Opinion*, etc.; mas, como de nenhum daqueles jornais era colaborador, e só escrevia irregularmente e quando tinha alguma cousa a dizer, ou que me convinha publicar, nada mais direi a esse respeito. Na *France Chrétienne*, periódico hebdomadário, é que escrevi mais regularmente. Entre outros artigos todos os que ali se acharem com a rubrica – *Le proscript brésilien* – são de minha lavra. Versavam em política relativa ao Brasil, e como talvez já não exista neste mundo uma só das pessoas a quem os meus artigos se referem, tendo todas já passado para o domínio da História, e estando eu também próximo a isso, não hesito em fazer essa confissão.

Não falarei de alguns trabalhos em que colaborei com amigos meus, e que se publicaram sem a concorrência do meu nome, porque assim foi a minha vontade e a condição da minha colaboração. O meu amigo e compadre Eugène de Monglave, nas suas traduções do português e nas suas obras, consultava-me, ouvia-me e adotava muitas vezes a minha opinião. Na sua história dos jesuítas em um volume de 500 páginas, oitavo grande, obra projetada, escrita, impressa e publicada no espaço de um mês, se acha a prova do que avanço; mas enfim não faço cabedal disso, que me não pertence, por não se achar rubricado com o meu nome. Alego em prova do muito que trabalhei em Paris.

Este meu amigo e compadre Monglave, infatigável trabalhador, não sei que fim levou; consta-me que ainda vive, mas ninguém me diz onde se acha. Paris é tão grande, que não é cousa fácil ir atinar com o *ninho* de um escritor de segunda ordem já fora de moda, principalmente a quem se acha, como eu, neste estado excepcional. Em França, exceto as ciências, o domínio da moda é geral. A literatura está sujeita à moda; a que está hoje em voga passa de moda em outro dia e ninguém mais se lembra dela. O que acontece à literatura acontece aos literatos. Até Lamartine não ficou isento desta lei. Apesar dos seus numerosos e pomposos anúncios e da proteção que ainda lhe dão os livreiros e jornalistas, já não pode pôr pé em ramo verde. Está fora da moda.

Meu caro Sr. Melo Morais, dou-lhe parte que já deram 11 horas da noite de sexta-feira 17 de maio de 1861, e que vou deixá-lo para ir deitar-me. Fiz hoje uma tirada maior, porque vi que andava atrasado, muito atrasado, passando quase um mês sem ditar duas palavras. E sabe por quê? Porque nem sempre posso o que quero. De dia é raro ter tempo para ditar. À noite, enquanto se não faz a digestão, sinto-me tão abatido e pesado que o sono se ampara [*sic*] de mim sem resistência. É bem triste este modo de existir! Não é assim? Mas que remédio! Se sabe algum, comunique-me. No entanto, dou-lhe pelo pensamento um bom abraço e vou ver se posso descansar até amanhã.

Já disse que a Sociedade de Mineralogia de Iena me enviou o diploma com títulos honrosos de seu membro. Fui igualmente contemplado pelo Instituto Histórico de França, a Sociedade de Geografia e a Sociedade Asiática de Paris. Estas três sociedades me enviaram espontaneamente o

diploma de sócio. A Academia de Bruxelas e a Sociedade Literária de Gand me honraram com iguais títulos. Da Itália recebi os diplomas de sócio da Academia Real de Nápoles, dos Arcades de Roma, e alguns outros também de Roma, Florença e outras cidades, de que me não recordo agora. Todos esses diplomas, uns se perderam na minha peregrinação e outros acabaram no fatal incêndio de 10 de agosto de 1860. Confesso que de alguns, como por exemplo, o da Sociedade dos Antiquários do Norte, nem sequer acusei o recibo. Tive sempre por máxima que melhor é merecê-los sem os ter, do que tê-los sem os merecer. Esta máxima me guiou sempre na vida pública, como está patente a todos.

Enquanto assim vivia na Europa, exilado de minha pátria pelo crime de haver promovido a sua independência, zelar a sua dignidade, e querer o seu engrandecimento, estudando e trabalhando para mostrar essa pátria aos olhos da Europa digna da sua contemplação, no Rio de Janeiro um governo devasso, corrompido ou vendido ao estrangeiro, me perseguia ainda de longe. Mandou abrir uma devassa com o fim designado de inculpar os Andradas e a mim, servindo de corpo de delito as folhas de um periódico que eu redigia e os discursos de dois deputados, discursos que não são responsáveis perante a lei, e periódicos, que estão sujeitos a uma jurisdição à parte! O governo queria achar criminosos, como já tinha achado um magistrado indigno, que para isso lhe servisse de instrumento. Cabalou, ameaçou e aliciou testemunhas falsas, tiradas pela maior parte de entre estrangeiros chatins e mercenários. Até na cadeia foi achar dois condenados que lhe servissem de testemunha acusadoras. Apesar de tudo isso não puderam manchar a minha honra porque da monstruosa devassa não resultava culpabilidade a ninguém. Mas o governo, como fica dito, tinha escolhido para juiz dessa devassa um magistrado feito à sua imagem, e esse magistrado, não obstante não resultar da sua obra culpa a ninguém, pronunciou a prisão e livramento a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e a mim, que nos achávamos exilados em país estrangeiro. Foi a espada de Dâmocles que suspenderam sobre as nossas cabeças. Depois da pronúncia guardaram a devassa e não lhe deram mais andamento, para que assim nos pudessem sempre ter ausentes da pátria.

Em tal compressão puseram os nossos parentes e amigos, que era preciso da parte destes um grande esforço para se corresponderem conosco. José Bonifácio de Andrada, escrevendo de França a seu sobrinho José Ricardo da Costa Aguiar, este se achava tão apoderado de medo que não ousou abrir a carta e a foi levar fechada ao Imperador. Sua Majestade recusou recebê-la. José Ricardo partiu em busca do intendente da polícia João Inácio da Cunha, que depois foi visconde de Alcântara, e nas mãos deste esbirro-mor entregou a carta fatal, que encerrava em seu seio uma grande conspiração. Aberta que foi com todas as formalidades policiais, achou-se que continha um simples pedido de ver onde paravam os seus livros, papéis e alfaias de sua casa, porque sua mulher, dizia José Bonifácio a seu sobrinho, só curou de obter a permissão de acompanhar seu marido ao exílio e não sabia a quem tinha deixado a casa. José Ricardo ficou aliviado do grande peso que lhe fazia a carta e a polícia deplorou não achar nela alguma expressão que pudesse traduzir em conspiração. Meu irmão Luís, porém, foi menos atormentado pelo medo, e posto que, por assim dizer, sepultado vivo em uma prisão horrível, nunca deixou de se corresponder comigo, o que não fizeram, e com a minha aprovação, porque Deus não dota a todos da mesma energia moral, os outros meus irmãos que ficaram em liberdade.

O ódio do governo nos perseguiu ainda no país do exílio. Mandaram do Rio de Janeiro para a França um francês assalariado para nos caluniar pela imprensa. Já o tinham empregado no mesmo abominável ofício no Rio de Janeiro. Este mercenário, de nome Deloi ou Delonai, segundo minha lembrança vaga e incerta, porque já não existem os papéis que a ele se referiam, e que eu conservei até 10 de agosto de 1860, dia em que foram devorados por um incêndio, não achou em Paris jornal algum político que lhe quisesse publicar as caluniosas diatribes que escrevia contra os Andradas e contra mim. Foi para Lyon e lá foi mais feliz. Logo que me chegou às mãos os primeiros artigos que publicara em um jornal daquela cidade contra nós, concertei-me com os Andradas e reunidos o acusamos perante a justiça de França. Em Lyon achamos advogados que esposavam a nossa causa com ardor e desinteresse e que advogaram o nosso direito com amor e inteligência. Achamos magistrados que nos desagravaram, condenando o caluniador em conformidade com as leis do país. Nós não aceitamos a

indenização (*damage et intérêt*) que a sentença nos concedia, porque julgamos dever ter piedade com o vil instrumento do malfazejo governo do Rio de Janeiro.

Por este modo terminou o incidente, e, graças à boa administração da justiça francesa, com o triunfo da inocência ultrajada. O nosso advogado Mr. Torombert não quis aceitar os honorários que lhe eram devidos, e que bem havia merecido pelo zelo com que defendeu a nossa causa, e em uma carta que escreveu, pedindo desculpa de os não aceitar, dizia que ele tinha cumprido com um dever que a hospitalidade francesa lhe impunha rigorosamente e que outro tanto fazia outro qualquer advogado francês a que eu recorresse, porque nenhum deixaria de esposar a causa de estrangeiros ilustres, ultrajados em França pela calúnia de um detratador mercenário. Mr. Julien de Paris foi quem me recomendou a este ilustre advogado, e eu aproveitei esta ocasião para render a homenagem da minha gratidão à memória de ambos, que nesta ação caracterizaram o seu país.

Já disse em outro lugar destas notas que na Câmara dos Deputados de 1827 a 1828 o Ministério fora interrogado acerca do nosso exílio. Direi agora, porque me acho para isso competentemente autorizado, que o deputado pelo Maranhão o Sr. Odorico Mendes projetara fazer aquela interpelação na primeira sessão da primeira Assembleia legislativa em 1826, mas que, comunicando este seu pensamento a José Ricardo da Costa Aguiar, este lhe pedira de a não fazer, porque com isso não faria senão agravar a situação dos Andradas, seus tios, e dos outros exilados. O Sr. Odorico Mendes, segundo me afirma, cedeu a estas observações, e foi por isso que não fez a interpelação no primeiro ano da abertura da Assembleia. Disse-me que sentira de não ter sido ele, por motivo de ausência, que a fizesse nos anos seguintes.

Também já referi o modo pelo qual terminou a monstruosa devassa e como então falei da defesa que eu mandara de Paris, feita em presença de uma cópia dos depoimentos das testemunhas que meu irmão Luís lhe havia comunicado, aqui a transcrevo da minuta original, que por uma singular casualidade se acha hoje em minhas mãos. A leitura desta curta e talvez pouco jurídica defesa bastará para pôr em evidência a monstruosidade da devassa, a intenção com que foi mandada fazer, e a perfídia do juiz

que pronunciou a prisão e livramento pessoas contra as quais nenhuma culpa resultava da monstruosa devassa.

“Esboço da defesa do Sr. Antônio de Meneses Vasconcelos
de Drummond.

“Nos fastos da jurisprudência portuguesa, que é a que nos rege ainda, talvez se não encontre um fenômeno tão extraordinário como é o informe processo em que se implicou o Sr. Drummond. Um decreto nulo, que não merecia execução; a não existência de corpo de delito legal; uma devassa enfim parcial; mas que, mesmo não laborando em tais nulidades, nada apresenta provado contra o Sr. Drummond, que o torne ao menos suspeito de crime, deviam sossegar o Sr. Drummond no testemunho da sua consciência. Não foi porém assim, houve um magistrado que o pronunciou, houveram outros que sustentaram esta pronúncia. Para a destruímos, pois, provarei os três pontos que avancei: 1.º a nulidade do decreto; 2.º a não existência do corpo de delito; 3.º enfim, a nenhuma culpa que da informe devassa aparece. Mas antes de entrar nesta discussão lançarei uma breve vista d’olhos sobre a época precedente ao cerebrino processo, e o estado da opinião nesse tempo.

“Portugal, cansado de opressão, com geral unanimidade reassumiu os seus direitos e começou a trabalhar na reforma dos abusos. O Brasil respondeu pronto a esse reclamo, e como um dos maiores males que sobre ele pesavam era a desigualdade de direito e cômodos entre a antiga metrópole e o novo reino, que fora sua colônia, foi esta reforma uma das primeiras exigências dos patriotas brasileiros. Mas bem cedo conheceram que Portugal não queria a liberdade senão para si, e que para o reino irmão não preparava senão uma liberdade mascarada, com o pretexto da qual pudesse melhor repregar-lhe os ferros usados. Então lembrou por necessidade ao Brasil uma plena independência, proclamou-se ela, e para o seu conseguimento abalizaram-se entre outros cidadãos os três irmãos Andradas, a quem o Brasil ainda fará a devida justiça. Dois destes formaram a administração e gozaram da confiança do Monarca; o terceiro, deputado da Assembleia, trabalhava para consolidar os interesses do povo e do Imperador, quando se mudou as cousas em Portugal; os portugueses residentes no Brasil que, ainda que de má vontade, tinham por temor aderido ao sistema da independência, rode-

aram de novo as autoridades e embalam-se com o impossível projeto da *união*. Então os Andradas ministros abandonaram o Ministério, e os verdadeiros brasileiros começaram [a] suspeitar tramas contra a sua independência a liberdade. Infelizmente o Ministério que sucedera aos Andradas parecia esforçar-se a confirmar as suspeitas pela sua inconstitucionalidade e aferro mal disfarçado aos portugueses; as queixas, pois, que antes estavam abafadas exalaram-se em periódicos, e a polêmica fez, como é ordinário, ainda mais exasperá-las. É então que o partido português passa às vias de fato, ultraja e espanca os brasileiros, e a autoridade silênciosa parece com a sua conivência aprovar tais fatos. O pavor é geral, ninguém se crê seguro, as ameaças dos portugueses fervem, e é natural que os partidos se armassem. Foi então que o governo, procedendo à dissolução violenta da Assembleia Constituinte e deportação de alguns deputados, provocou pelo decreto de ... de novembro de 1823 a devassa informe de que procedeu culpa ao Sr. Drummond. Passarei agora aos três pontos da devassa.

“1º Nulidade do decreto.

“Um decreto que ataca as leis existentes, que transtorna a ordem judicial, e avançando fatos que nunca existiram, não merece execução, e não pode ter outro efeito senão responsabilizar o ministro que o assinou, o conde regedor que o mandou executar e o magistrado que por ele fez obra. Ora, estas qualidades são as do decreto de ... de novembro de 1823. Uma lei sobre os abusos da liberdade da imprensa, passada nas Cortes portuguesas, cria jurados perante quem só se conhece destes abusos; esta lei foi mandada executar no Brasil por um decreto de S. M. I., a qual, assim como toda a legislação anterior que não fosse oposta ao sistema constitucional, foi confirmada por uma lei da Assembleia Constituinte do Brasil, que S. M. I. mandou executar. O decreto, porém, de ... de novembro manda magistrados conhecer do que é do privativo conhecimento dos jurados; ataca, pois, a lei e transtorna a ordem judicial. Demais, o dito decreto cria um novo caso de devassa, qual o armamento de particularidades uns contra outros, caso que não vem na Ordenação nem nas extravagantes. Enfim, avança fatos notoriamente falsos, como a tirada da liberdade da Assembleia nos dias 10, 11 e 12, quando é notório, e da mesma informe devassa consta, que a introdução do povo na Assembleia no dia 10 foi por deliberação da mesma, e que o levantamento das sessões feito por um presidente, ou

covarde e ignorante, ou peitado, foi somente porque o povo dera apoiados a um deputado, e não por força alguma que o povo fizesse ou intentasse fazer à Assembleia. É de notar que o presidente, tendo no regimento interno a regra de chamar à ordem, e depois fazer despejar a casa e só no caso de desobediência levantar a sessão, recorresse logo ao remédio extremo.

“2º Não existência do corpo de delicto. Demos que o decreto não fosse nulo, todavia o corpo de delicto não existe na devassa, e não existindo ele é nula a devassa na forma de toda a praxe. Ora o corpo de delicto deve ser feito por testemunhas contestes *re, loco et tempore*; isto é o que não sucede no presente. A testemunha 1.^a diz que o Sr. Drummond fora armado à casa do Sr. padre Barreto, deputado, e que afirmara que no outro dia havia de haver assassínios na Assembleia, e que noticiara tudo o que lá havia de suceder. A testemunha 3.^a, padre Barreto, diz que o Sr. Drummond fora a sua casa armado e que ele dissera que o fazia por temer que o assassinassem. São elas contestes, quando uma fala de assassínios na Assembleia e outra do temor de assassínio do dito Sr. Drummond? Mas que fossem contestes, era uma só, pois que a primeira é referente e a 3.^a é referida. A testemunha 2.^a fala já de outro armamento de brasileiros que lhe dissera um pardo por alcunha Miquelino: é um fato diverso, caso fosse provado; não é pois conteste nem com a 1.^a nem com a 3.^a testemunha. O mais notável é que o dito Miquelino referido não fosse perguntado, apesar de estar preso e à mão. A testemunha 1.^a fala de plano de sedição por conjectura, e as testemunhas 2.^a e 3.^a não falam nem assim. A testemunha 1.^a fala, por ouvir dizer, que os Andradas eram os autores do *Tamoio*, e as duas seguintes nada dizem a este respeito. Demos que todos os fatos articulados fossem crimes e do conhecimento do magistrado, como não são, à vista do que demonstrei, ainda assim mesmo não era aprovada a existência de semelhantes fatos por depoimentos singulares, e não contestes; e não havendo certeza de crime não cabe inquirir pelos autores do que não existe, segundo Direito.

“3º A nenhuma culpa que da devassa aparece. Concedemos porém que houvesse, quando não há, corpo de delicto que servisse de base à devassa; analisada ela, veremos que de quanto se articula contra o Sr. Drummond nada é provado, e o que é não forma crime, ou não é do conhecimento da magistratura. Porém primeiro permita-se dizer em geral sobre a qualidade das testemunhas. Se um homem imparcial e justo quisesse

esclarecer um fato sucedido em um país dividido em dois partidos, e que fosse imputado a um deles pelo outro seu inimigo, que faria? Buscaria em primeiro lugar testemunhas que não fossem nem de um nem de outro partido, e se não houvesse tais, ouviria igual número de uma e outra parte, e escolheria sempre pessoas respeitáveis por sua moralidade e independência. Ora o contrário disto fez o juiz devassante. Entre *oitenta e uma* testemunhas da devassa e corpo de delito apenas *dezesseis* são brasileiros; todos os mais são portugueses, e em vez de serem respeitáveis por sua moralidade traem a sua paixão, mostram uma ignorância servil que pasma, um rancor contra os brasileiros que espanta; em vez de serem tiradas de classes notáveis, são pela maior parte chatins, taverneiros, tendeiros e caixeiros, e até figuram dous boleeiros e um deles criminoso. Os depoimentos são claramente ditados, pois até se exprimem por termos que não comporta sua ignorância, que transluz em outras partes, como quando a oposição a um Ministério perverso transformam em anarquia, sedição e conspiração. Apesar de má escolha das testemunhas, desta devassa mesmo aparece a criminalidade dos portugueses como partidistas, assim como os brasileiros; outras que afirmam que os portugueses estavam preparados, e contudo só os brasileiros são culpados. Demos porém todo o peso às indignas testemunhas; que articulam elas contra o Sr. Drummond? 1.º Que fazia *clubs* em sua casa; 2.º que era amigo e carregara os Andradas no dia 10 de novembro; 3.º que era redator do *Tamoio*, em que vinham doutrinas sediciosas; 4.º que andava armado. Quanto ao 1.º artigo juraram *três* portugueses tendeiros, de vista. A testemunha 33 classifica os *clubs* como noturnos; a testemunha 36 como noturnos e diurnos, e a 37 o mesmo. Já se vê que as duas 36 e 37 não são contestes com a 33; demais a 36 é desmentida pela testemunha 64, a quem ele recorreu, e que a declara inimigo dos Meneses (Drummonds), e todos o são pela testemunha 47, que afirma que os dois Andradas tinham *clubs* em sua casa quase todas as noites, a que iam os Meneses (Drummonds), ora se os Meneses iam aos *clubs* dos Andradas todas as noites, não podiam ter eles *clubs* em sua casa às noites, a que vinham os Andradas. A verdade é que a lição foi ensinada, porém a maus discípulos, e que a existência de *clubs* não é por isto provada. Mas que o fosse, *quid inde?* É proibido se ajuntarem os cidadãos uns em casa de outros? Que se tratava nos *clubs*? Podiam-no ver as testemunhas que não iam a eles, como reconhecem, e

que não gozam da faculdade de penetrar as paredes? O perjúrio é notório e o que é só pasmoso é o recebimento de tão absurdos depoimentos. Cuido porém que não foi por isto que saiu pronunciado o Sr. Drummond, porque aliás também o deveria ser seu irmão Luís de Meneses, os filhos do deputado Rocha e um capitão Sampaio, contra quem se depõe o mesmo despropósito.

“Articula-se em 2.º lugar contra o Sr. Drummond que era amigo e dera vivas aos Andradas no dia 10 de novembro. Bem que as três testemunhas 1.ª, 5.ª, 34.ª sejam várias e não contestes, todavia concederei que esteja isto provado, o que aliás não é verdade, porque o Sr. Drummond nem sequer se achava presente a esse fato, como provaria se fosse necessário. Qual é a lei que faz crime de dar vivas, e carregar em braços aos homens de nossa estima, aos deputados cuja honra, talentos e amor da pátria apreciamos? Não há lei que o vede, logo: não há crime.

“Em 3º lugar arguido o Sr. Drummond de redator do *Tamoio*, que contém doutrinas sediciosas. O Sr. Drummond confessa que era o redator deste periódico, e disto se honra; nenhuma lei lhe defendia este uso de sua indústria; e quanto às doutrinas conteúdas nele, perante os jurados, a quem só compete este conhecimento, protesta de mostrar que todos os artigos, ou de sua composição ou de seus colaboradores, que os não negaram, são perfeitamente constitucionais e inocentes, e não caem em nenhum dos abusos da liberdade da imprensa especificados na lei que rege esta matéria. E só admira que até a inviolabilidade dos deputados, sem a qual não há governo representativo, fosse atacada pelo pensamento do suplemento do número 35 do *Tamoio*.

“Por fim em 4º lugar se depõe contra o Sr. Drummond, que andava armado na véspera do dia 10, e anunciava desordens na Assembleia no dito dia. Este depoimento é singular à testemunha 3.ª do corpo de delito, pois a 1.ª do dito corpo de delito e a 5.ª da devassa que igualmente o depõe, é de ouvida a dita testemunha 3.ª, a qual porém os contradiz em parte e varia dos seus depoimentos. Não há pois prova jurídica desse armamento. Mas embora houvesse, onde estava o crime de armar-se para defender sua pessoa? A única testemunha 3ª que depõe o fato, também depõe do motivo por que o Sr. Drummond estava armado, e ele justifica

o ato necessitado pelo justo receio que tinham incutido as violências e ataques dos portugueses aos brasileiros.

“Senhores. Demorar-me por mais tempo a destruir crimes que nunca existiram seria tornar-me novo D. Quixote, que transformasse em gigantes moinhos de vento. Este informe processo não rola sobre fato algum criminoso, e menos convence a pessoa alguma; a única cousa que se dele depreende claramente é a boa vontade de um partido vingativo, que é hoje vencedor; mas que felizmente é assaz inepto para não acertar com os meios de vingança. Tenho pois findo; mostrei que a devassa é nula pelo atentório do decreto e por não existir corpo de delito; e que mesmo quando nula não fosse, nenhum crime dela resulta contra o Sr. Drummond. Resta-me somente, senhores magistrados, deprecar-vos arredeis de vós a responsabilidade de que vos carrega este processo, e eviteis a nódoa que ele lançará sobre vós, agora e para sempre, anulando desde já todo o processado e reconhecendo no Sr. Drummond um cidadão honrado, um verdadeiro patriota, limpo ainda da menor suspeita de culpa. Isto espero eu; isto espera igualmente o mundo culto aonde este processo é igualmente julgado.”

O esboço de defesa acima transcrito dá uma ideia do monstruoso processo a que ele se refere. Transcreverei agora outro documento de muita importância para a história da dissolução da Assembleia Constituinte. Corrobora o juízo que tenho feito das causas daquela dissolução, juízo firmado em documentos irrefragáveis e no conhecimento dos negócios públicos daquele tempo, e mostra não só a altivez, mas também a insubordinação em que se achavam os portugueses incorporados ao exército do Brasil. Um capitão português vangloriava-se pela imprensa de ter espancado a um brasileiro por ter este usado da mesma liberdade de que ele abusa, e ameaça espancar a outro qualquer brasileiro que ousar escrever em sentido contrário aos interesses dos portugueses. Tudo isto se fez impunemente e a dissolução da Assembleia Constituinte aprovou e sancionou a pancadaria, porque era chegada a hora de reduzir de novo os brasileiros ao estado de colonos.

O capitão Lapa, depois do seu glorioso espancamento, dirigiu à redação do *Tamoio*, com a data de 11 de novembro de 1823, a seguinte carta, cujo alcance não escapa a ninguém. A resposta foi feita e mandada

para a imprensa no mesmo dia, e estava já no prelo quando a Assembleia Constituinte foi dissolvida no dia seguinte, e a tipografia devastada pelos heróis do dia. O capitão Lapa dirigiu-se então ao *Correio do Rio de Janeiro*, e como a Assembleia Constituinte já se achava dissolvida e os Andradas e seus amigos presos e deportados, o que dava aos portugueses a certeza do triunfo e a redução do Brasil a colônia, tirou a máscara do anônimo com que se dirigiu à redação do *Tamoio*, a fim de que o mundo soubesse qual a parte que lhe competia nos sucessos do dia. A única alteração que fez foi na data. A carta que dirigiu a redação do *Tamoio* trazia a data de 11, e a cópia que mandou ao *Correio do Rio de Janeiro* levava a de 9, como se vê na folha daquele periódico de 19 do mesmo mês de novembro de 1823. Devo supor fosse isto erro tipográfico ou do copista. O redator do *Correio do Rio*, dando publicidade aos dois documentos, indignado fustigou o seu autor.

Eis aqui os referidos dois documentos que acima mencionei como sendo um só.

“Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1823.

“Senhor Tamoio ou Tamoios, quem quer que é ou que são, que felizmente não conheço; agradeço muito a VV. MM. o favor que me fizeram na sua folha N^o 34, chamando-me monstro, assassino, vândalo, etc. etc. por meia dúzia de bastonadas que dei na pessoa de Davi Pamplona, julgando ser o revolucionário infame Francisco Antônio Soares, que se tem assinado em algumas cartas da desorganizada *Sentinela* “o Brasileiro Resoluto!!” Eu desejaria antes convidar a VV. MM. com uma melhor dose do que a do seu amigo boticário, mas como VV. MM. chamam sobre mim o ódio dos bons brasileiros denegrindo o fato, e isto carece pronto remédio pois uma grande parte dos meus amigos são brasileiros, é necessário que eu os desminta neste papel. Eu havia lido com indignação algumas das cartas insertas na baratesca *Sentinela* da Praia Grande, e desejava conhecer de pessoa o seu Autor, que se assinava – O brasileiro resoluto –, isto é, quanto a mim, resoluto em escrever poucas-vergonhas para alcançar a aura dos patifes como eles; eis senão quando aparece a *Sentinela* N.^o 30, e no fim dela a célebre carta anônima que enche de opróbrio os capitães desta guarnição a qual me disseram geralmente era do tal resoluto patife, ao qual eu logo protestei levar aos jurados do *Malagueta*. Por desgraça do boticário na noute de 5 (como me lembram os sñrs. tamoios) passando eu com o

capitão Moreira pela Carioca ambos à paisana, e eu por acaso com uma bengala na mão, me disse o meu amigo mostrando-me um homem de careca que estava dentro da botica, eis ali o brejeiro autor da carta; lembrou-me logo o protesto que havia feito; e parando imediatamente para lhe dar cumprimento, esperava que o dito saísse para fora, mas como se demorou e eu costume recolher-me cedo, julguei por melhor partido convidá-lo dentro mesmo da botica, onde teria prontos os remédios se ficasse em consequência, e dirigi as seguintes palavras ao sujeito, acompanhadas de meia dúzia de bastonadas: “O Sr. é que é o Brasileiro resoluto? pois vejamos se é tão resoluto em apanhar pancadas como em escrever patifarias.” Fugiu o sujeito para dentro como pôde, gritando que eu estava enganado, o que confirmou o capitão Moreira, dizendo-me da porta que era o boticário, por cujo motivo eu era de esperar da sua generosidade. Ora, eis aqui sñrs. Tamoios, o caso verídico que VV. MM. escurecem com a sua caluniadora pena, dizendo que íamos armados, e bem armados, e que deixamos o homem com a cabeça quebrada, e quase morto, o que tudo é falso. O exemplo que VV. MM. trazem das províncias mostra bem claramente o seu perverso caráter e qual é a sua vontade; e o trabalho que tomam em chamar os bons brasileiros sobre mim é baldado, porque eles, como eu, os aborrecem e detestam, conhecendo quanto VV. MM. são desorganizados, além disto os que me conhecem de perto e as autoridades que vigiam sobre a minha conduta estão bem ao fato da energia com que eu abracei a causa do Brasil; o mesmo Grande Imperador, que VV. MM. não querem, o sabe perfeitamente: assim srs. calúniadores Tamoios aconselho a VV. MM., isto é, se têm medo dos jurados do *Malagueta*, porque vergonha estou eu convencido que VV. MM. não têm. Sou de VV. MM.

O Anti-Tamoios.”

“Senhor João Soares Lisboa, rogo a V. M. queira fazer-me o favor de inserir no seu *Correio* a carta que acima vai escrita, pois me é absolutamente necessário que o público, e em particular os meus amigos saibam a verdade do fato de que trata. Sou seu, etc.

José Joaquim Januário Lapa.”

Depois da leitura dos documentos acima referidos, que revelam as tendências da época e intenção com que foi dissolvida pela força armada a Assembleia Constituinte, nada mais se pode dizer.

*

Já disse que parti do Havre de Graça em abril de 1829, e que cheguei ao Rio de Janeiro em junho do mesmo ano. Depois de mim chegou José Bonifácio de Andrada em um navio de Bordeaux. O Imperador e seus ministros haviam governado absolutamente desde a dissolução da Constituinte até maio de 1826, que em virtude da Constituição, que o Imperador [?] e a nação aceitou e quis que fosse jurada, se abriu a primeira Assembleia Legislativa.

O ano de 1825 ficará gravado na memória dos brasileiros como sendo de funesta e dolorosa recordação. O sangue brasileiro foi derramado por opiniões políticas nos patíbulos que o despotismo ergueu em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Foi então voz pública que um magistrado de nome Antônio Garcez Pinto de Madureira, natural de Portugal, lavrara uma sentença de morte ditada pelo Poder Executivo.

A Câmara dos Deputados de 1826 foi, como devia ser, tímida. A dissolução da Constituinte e as violências do poder eram disso a causa. Em 1827 e 1828 a Câmara começou a tomar alento. Em 1829 já foi exigente, principalmente no que dizia respeito ao melhoramento da administração financeira.

O Imperador recebeu-me bem, mas os seus ministros não o acompanharam, exceto o Sr. Miguel Calmon, atualmente marquês de Abrantes. Deste cavalheiro, posso dizer, recebi então provas de consideração e amizade. Meu irmão Luís era administrador da alfândega, e tinha pela sua inteligência contribuído para melhorar a administração daquela casa fiscal. O rendimento crescia. O ministro considerava o administrador. O Sr. Miguel Calmon era ministro da Fazenda. Eu tinha a combater um poderoso adversário, que empregava toda a sua influência contra mim. Refiro-me a Francisco Gomes da Silva. Este homem que, de criado de galão, passou a ser o primeiro valido do Imperador, pela sua mesma insignificância os contemporâneos o têm poupado. Foi tão perverso e debochado como fatal ao Brasil e ao seu amo.

Comecei a viver o mais retiradamente possível e nem à chancelaria-mor compareci mais, a fim de exercer os ofícios que ali tinha de propriedade. Era porém procurado por amigos, pessoais ou políticos, que se interessavam pela causa pública ou que se não haviam esquecido dos meus serviços prestados à independência e dos sofrimentos que por ela tinha suportado. Eu morava em casa de meu irmão Luís em Catumbi. José Bonifácio foi também hóspede do dito meu irmão, e depois passou-se para uma velha casa abarracada no mesmo sítio de Catumbi, onde por algum tempo viveu com a sua família. Ficávamos vizinhos e boa parte do dia passava ele em nossa casa.

Entre os amigos que me procuravam citarei a padre Januário da Cunha Barbosa. Estava este então encarregado da redação do *Diário do Governo*. No público, nas Câmaras e pela imprensa tratava-se de uma grave questão, da dissolução do banco. O periódico *Aurora* apoiava essa dissolução, e infelizmente com ele concordavam pessoas notáveis, algumas das quais de boa fé. Januário consultou-me a esse respeito e eu, cedendo à vontade deste amigo, escrevi sobre este assunto alguns artigos que ele publicou no *Diário do Governo*. Bastou isto para eu ser desde logo tachado de ministerialista convertido.

Era a minha opinião que se não devera dissolver o banco; que o que cumpria fazer-se era reorganizá-lo, dar-lhe novo regulamento e directores honrados. O banco, posto que falido para com o público, porque não podia remir à vista em metal as suas notas, era credor do estado de uma soma superior ao seu débito para com o público, e o estado não podia falir; mais tarde ou mais cedo, de um modo ou de outro, havia de embolsar ao banco. Além disto, este tinha na sua caixa mais de mil contos de réis em metal, os quais, repartidos pelos acionistas, difficilmente tornariam a reunir-se para fazer parte do fundo de um banco. Finalmente, que aquela soma assim reunida era já uma garantia para atrair outras que formassem um fundo sufficiente ao novo banco.

As razões com que fundamentei a minha opinião agradaram ao Imperador. S. Magestade tomou os ditos artigos como obra de Martim Francisco, e pediu a José Bonifácio que animasse a seu irmão para continuar a sustentar aquella causa. Custou a desenganar-se que não era Martim o autor, não obstante a revelação que lhe fez José Bonifácio de quem o era.

Logo que se convenceu, mandou-me chamar a S. Cristóvão, e depois de uma larga conversação sobre os negócios públicos ofereceu-me a pasta da Fazenda, que eu respeitosa e rejeitei. Com a maior sinceridade disse ao Imperador que escrever artigos sobre cousas de fazenda era cousa bem diferente de administrar a Fazenda Pública; que me achava com forças para escrever artigos, mas não para ser ministro da Fazenda. O Imperador ainda insistiu comigo, e em seguida com José Bonifácio e Martim Francisco, para que este me decidissem a aceitar aquela generosa oferta. José Bonifácio respondeu categoricamente que se não metia nisso para não influir nas ações de seus amigos; e Martim Francisco disse ao Imperador que, se eu aceitasse a pasta ele me coadjuvava e apoiaria com o mais vivo interesse, mas que se eu o consultasse antes de aceitar, ele me aconselharia que não aceitasse. O Imperador passava do entusiasmo para a indiferença, e desejava sempre aquilo que não podia ou não devia alcançar. Este era seu caráter, e daí veio a insistência que fez para que fosse ministro da Fazenda um homem que acabava de estar 6 anos ausentes da pátria e em cujo espaço de tempo a legislação financeira do Brasil tinha sido alterada e se achava incompleta e cheia de lacunas.

Este meu proceder explicava suficientemente todo o interesse que eu tomava pela causa pública; devia por isso de alguma forma granjear-me a estima do Imperador, mas não aconteceu assim, foi o sinal de renovar-se a desconfiança. Daí por diante a mim se atribuía tudo o que aparecia pela imprensa em oposição ao governo, e eu era tratado como inimigo.

Esta circunstância decidiu-me a anuir à vontade dos meus amigos, que insistiam comigo para que eu interviesse na política do país.

Quando se me atribuía tudo, eu nada fazia, não comparecia em clubes e reuniões, nem escrevia para a imprensa da oposição. Observava as tendências políticas, lamentava a sorte do país, e nisto se limitava a minha oposição.

Comecei então a escrever para a *Astreia*. Este jornal da oposição começava também a ser mais positivo na que fazia ao governo. Na minha oposição levei em vista dissolver o gabinete do Imperador e derrubar do Ministério o ministro José Clemente Pereira. Este português eu o consi-

derava, e ainda não mudei de opinião, adverso ao Brasil. Quem examinar os meus atos com reflexão concordará comigo. Em 1821 fez oposição à independência e foi um dos heróis da Praça do Comércio em abril daquele ano. Em 1822 aparentemente se mostrou amigo da independência e nesse mesmo ano cabalou contra ela. Quando quis a independência e nesse mesmo ano suas ideias convergiam para uma forma de governo na qual fosse ele o mais influente. Assim passava dos princípios republicanos para os absolutos e vice-versa. Em maio implorava o príncipe regente que aceitasse o título de *Protetor* e Defensor Perpétuo, e em outubro, na fala da Aclamação, pretendia pôr condições onerosas ao Imperador. Quando cheguei ao Rio de Janeiro tinha este ministro, que então o era do Império e muito influente, um banco organizado na Rua do Rosário, onde se vendiam em almoeda os títulos e condecorações do Brasil. O produto desta venda era destinado a socorrer os imigrantes portugueses. Infelizmente para o Brasil, este funesto pensamento predomina ainda. Já se não vendem as honras da monarquia para socorrer imigrados, mas ainda estão em almoeda para outros fins. Foi José Clemente Pereira o fundador desta errada e vilipendiosa política, que nem a aplicação que se deu seu produto em benefício de obras pias a pode salvar do odioso que a encerra. Quanto ao gabinete não ataquei a sua existência, por que entendi então, como entendo hoje, que se não pode impedir ao monarca de ter um gabinete com um ou mais secretários particulares. Ataquei a pessoa do secretário que regia o gabinete do Imperador e a influência que ele exercia na gerência dos negócios públicos. O secretário ou chefe do gabinete do Imperador era um português sem educação, ignorante, grosseiro e malcriado, que punha e dispunha dos ministros a seu bel-prazer. Estes eram apenas os executores de suas ordens. E este homem poderoso era um vil criado conhecido pelo título de *Chalaça*.

Estabeleci na *Astreia* uma correspondência com José Clemente Pereira, na qual discutia com este ministro a sua má gerência dos negócios públicos. A *Astreia* muito contribuiu para a dissolução do Ministério e para a separação do valido *Chalaça* e do valido João da Rocha Pinto. Estes dois validos foram mandados para a Europa e nunca mais voltaram ao Brasil. Parece-me que já disse em outro lugar o como acabaram ambos em Lisboa.

Devo dizer que eu não tinha relações com o Snr. Souto, proprietário e principal redator da *Astreia*. A minha inteligência com esta folha não era direta, era por intermédio de um parente meu, oficial militar, irmão de monsenhor Drummond, patriota distinto pelo acrisolado amor que tinha à sua pátria.

Em 16 de outubro de 1829, segundo minha lembrança, chegou ao Rio de Janeiro a Imperatriz Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, e com ela a rainha de Portugal D. Maria II.

Vinha também o príncipe Augusto, irmão da nova Imperatriz. O marquês de Barbacena, embaixador que negociara o casamento, era da comitiva. O Imperador criou a Ordem da Rosa com os privilégios e prerrogativas com que a mesma ordem ainda subsiste. O ministro José Clemente Pereira foi quem referendou o decreto. A Imperatriz desembarcou no dia seguinte debaixo de copiosa chuva. Arcos e iluminações e outros festejos não faltaram. Dir-se-ia que a maior harmonia reinava entre a nação e o poder. Mas eram eles, esses festejos, espontâneos? Com tais aparências se iludem os príncipes! Eram o produto de certa especulação dos aduladores do poder. Tais festejos traziam títulos e condecorações imerecidas.

José Bonifácio não compareceu no paço senão depois de passados os festejos. O Imperador o apresentou à Imperatriz como sendo o seu melhor amigo. José Bonifácio dirigiu à Imperatriz um discurso em língua francesa, dizendo que o fazia nesta língua para que o Imperador pudesse compreender as suas palavras. Expôs o estado do país com cores vivas e concluiu pedindo à Imperatriz que fosse ela o anjo que conciliasse o Imperador com a nação e a nação com o Imperador. Nesta parte do discurso foi por mais de uma vez interrompido pelo Imperador, mas José Bonifácio não mudou de linguagem, continuou sempre no mesmo estilo. De uma das vezes voltando-se para o Imperador disse: “Deixe-me dizer a verdade porque é isso do interesse de V. M., de seus filhos e de nós todos.” A Imperatriz mostrou-se comovida e com as lágrimas nos olhos pediu a José Bonifácio que não desamparasse a seu marido nem a ela.

José Bonifácio frequentava pouco o paço, mas o príncipe Augusto, irmão da Imperatriz, moço de inteligência superior e que era acompanhado de seu mestre o conde Nejangd, muitas vezes o procurava e com ele conversava largamente. O conde Nejangd era um homem de Estado.

O Dr. Casanova, que acompanhava o príncipe, também frequentava José Bonifácio e com muita franqueza expunha as suas observações acerca do país, de seus homens de Estado e principalmente do Imperador. Casanova era um observador atilado. Não sei se como médico que era tinha o mesmo merecimento. Um dia no abandono da confiança assim se exprimiu: “O Imperador é louco; se me vierem dizer que ele anda a atirar pedradas pelas ruas, não me causará isso surpresa.” José Bonifácio quis modificar esta expressão do doutor, dando por cunho do caráter do Imperador a volubilidade, e aos maus conselhos e à má companhia o resultado de suas ações; mas o doutor replicou que seria assim, mas que o estado atual de S. Magestade resentia-se de uma alienação mental muito pronunciada.

O marquês de Barbacena desde a sua chegada, como me parece já haver dito em outro lugar destas notas, procurava seduzir a José Bonifácio para que este se encarregasse de formar um novo Ministério, no qual entrassem Calmon e ele marquês. Barbacena guerreava o Ministério, mas estava de perfeito acordo com Calmon, que fazia parte do mesmo Ministério, e queria que passasse para o novo. Não sei com que sacrifício se fazia essa mudança; o que sei é que o que refiro é um fato que não pode ser contestado.

José Bonifácio, aprovando muito a organização do novo Ministério, porque o atual já não podia fazer senão mal, declarava ao mesmo tempo que jamais seria ele ministro. Foi em uma dessas ocasiões, que José Bonifácio protestava que nunca mais seria ministro, que Barbacena lhe disse que sem ele não se poderia decidir o Imperador a mudar de Ministério. “V. Ex.^a”, continuou Barbacena, “não conhece a influência que tem no ânimo do Imperador. Os seus inimigos podem abalar essa influência na ausência de V. Ex., mas logo que V. Ex.^a se apresenta ao Imperador este não resiste mais, entrega-se nas suas mãos. Finalmente seria de desejar para o bem público uma de duas, ou que eu tivesse os seus talentos ou V. Ex.^a as minhas manhas.” – Cousa impossível”, respondeu José Bonifácio, “porque V. Ex.^a não teria as suas manhas se tivesse os meus talentos.” Creio que já referi esta anedota em outro lugar destas notas. Se [não] me engano, nada se perde na repetição, porque na verdade caracteriza os dois interlocutores, e contribuirá para que a posteridade reconheça ambos pelo seu justo valor.

No entanto a oposição que eu fazia pela imprensa ao governo e ao valido *Chalaça* redobrava de força e era geralmente aplaudida. José Bonifácio resolveu-se então a mostrar ao Imperador que era conveniente, para evitar uma crise assustadora, que ele mudasse o seu Ministério. Não hesitou em indicar Barbacena, Calmon e Caravelas como próprios para fazer parte do novo Ministério. A esta demonstração o Imperador cedeu logo, pondo porém por condição que José Bonifácio fizesse parte do novo Ministério. Condição impossível de realizar-se. De outro lado, a Imperatriz não cessava de manifestar os seus receios pela conservação do sossego público, se o atual Ministério não fosse substituído por outro da confiança nacional. A Imperatriz manifestava tudo isto com tanta delicadeza e com tanta ternura que o Imperador não pôde mais resistir, e a mudança do Ministério se operou nos primeiros dias do mês de dezembro.

Esta mudança não estava ainda completa quando por este mesmo tempo o Imperador em uma queda da carruagem na Rua do Lavradio quebrou duas costelas, O príncipe Augusto, seu cunhado, quebrou um braço, a rainha de Portugal e uma dama da Imperatriz ficaram maltratadas no rosto. O Imperador conduzia os cavalos do alto da almofada, e de todas as pessoas que iam na carruagem só a Imperatriz ficou sã e salva. O Imperador foi recolhido para a casa do marquês de Cantagalo, à porta do qual tinha acontecido o sinistro. A cura não foi longa, ou antes não foi tão longa como o funesto acontecimento fazia entrever. O procedimento da Imperatriz durante a moléstia do Imperador foi exemplar. A Imperatriz foi a enfermeira mais assídua e mais inteligente que teve o doente. Durante a moléstia nunca lhe deixou a cabeceira. O afago e a ternura desta angélica princesa adoçavam a situação do Imperador em tão dolorosa conjuntura.

O Ministério foi completado, bem ou mal não sei, mas o que posso afirmar é que apesar de todos os seus esforços não pôde gozar da confiança pública nem da maioria da Câmara dos Deputados. O isolamento em que o Imperador se achou de seus adutores durante a sua enfermidade contribuiu para que ele refletisse pousadamente acerca da sua posição e do estado em que se achava a causa pública. O novo Ministério ousou então propor a S. Majestade, como medida de conveniência, que o *Chalaça* e João da Rocha Pinto deixassem o Brasil e fossem para a Europa. Estes dois validos, ambos portugueses, ambos debochados, corrompidos,

brutais e ignorantes, do mais baixo nascimento, eram os mais perniciosos porque eram os que gozavam em grau mais subido da confiança do Imperador. Eram os instrumentos da intriga de José Clemente Pereira, e este era o chefe do partido português. O partido português, como já disse em outra parte, já que não podia ligar de novo o Brasil a Portugal, queria que o Brasil fosse governado absolutamente por portugueses.

A esta proposta do Ministério o Imperador não hesitou em a rejeitar com indignação, mas as cousas estavam preparadas para que ele a ouvisse e anuísse mais cedo ou mais tarde. O Imperador argumentou que a Constituição não lhe dava poder para expatriar a nenhum de seus súditos. “Ambos são seus criados”, replicou Barbacena, “e como tais V. M. os pode mandar com um recado para onde bem quiser.” – “E se eles não quiserem ir”, replicou o Imperador?” “Neste caso ponha-os fora do paço, retire a ambos a sua proteção e nós nos haveremos com eles”, acrescentou Barbacena. A dúvida da parte do Imperador em se desfazer de seus dois validos subsistiu por alguns dias, mas enfim S. Majestade cedeu por meio de uma capitulação. Conveio-se em que *Chalaça* e João da Rocha fossem nomeados encarregados de negócios, o primeiro para Nápoles e o segundo para a Suécia. Lavraram-se os decretos, que foram assinados e referendados. Calmon, ministro dos Negócios Estrangeiros, fez a respectiva comunicação aos dois validos e estes responderam com altivez que não aceitavam tais despachos, que dependiam de seu augusto amo tão-somente, e só dele cumpririam o que houvesse de determinar.

Os dois validos partiram com efeito por ordem do Imperador, a bordo de um paquete inglês para a Inglaterra. O Imperador concedeu do seu bolsinho uma pensão anual a *Chalaça* de 25,000 francos, e a João da Rocha de 20,000 por todo o tempo que ficassem ausentes da corte. Ao Imperador custou muito a separação destes dois validos, e fosse por ternura ou por acinte ao Ministério que a fazia necessária, ocupou-se ele mesmo dos preparativos da viagem. Lembrava-se de que uma cousa ou outra poderia ser cômoda aos seus amigos durante a viagem, e logo se punha tudo em movimento, a fim de se encontrar nas alaias do paço o objeto indicado. Estas pequenas atenções o Imperador as comunicava aos ministros. Quando estes vinham a despacho eram entretidos de preferência com semelhantes ridicularias. “Estive toda esta manhã ocupado em fazer arranjar tal ou tal mala, um estojo para aqui, um copo para ali, um talher,

etc., etc., para Francisco Gomes levar.” Isto mortificava os ministros e não contribuía para o restabelecimento da harmonia que se desejava. Como *Chalaça* era um grande consumidor de bebidas espirituosas, o Imperador levou muito em vista em arranjar ele mesmo as frasqueiras que seu valido devia levar em viagem. Nada esqueceu ao desvelo imperial, e os dois validos partiram enfim, objetos da atenção e carinho imperial, levando em abundância o supérfluo, além do necessário, e os beijos e os abraços do amo que ficava saudoso e cheio de tristezas. Nunca se gastou tão boa cera com tão ruins defuntos.

As intenções dos ministros podiam ser boas, mas os seus precedentes não podiam fazer acreditar que a nação as tivesse por tais. Calmon era o único homem novo que se achava no Ministério, mas o fato mesmo de ter sido colega de José Clemente no transacto Ministério dava motivo de suspeita. Calmon foi no Ministério de José Clemente, permita-se a expressão, o maior falso moedeiro do Brasil. Cunhou seis mil contos de réis de moeda de cobre, que representava um valor quádruplo do seu valor intrínseco! Os outros ministros tinham já nas costas da sua vida pública mais mataduras do que uma besta de alquilé. Podia ser um Ministério de transição, mas nunca, se havia um desejo leal de melhorar o estado do país, um Ministério normal. Era bom para substituir o Ministério de José Clemente, mas não para permanecer no poder.

O ano de 1829 viu ainda um acontecimento que passo a registrar para referir uma anedota, que não deve ficar esquecida. Na sessão deste ano, na Câmara dos Deputados, foi acusado o ministro da Guerra Joaquim de Oliveira Álvares por infração da Constituição. O Imperador empenhou-se para que a acusação não procedesse. A discussão na Câmara foi calorosa, e o Imperador ia todos os dias colocar-se a uma janela do paço da cidade, que ficava em frente da Câmara dos Deputados. Deste ponto de observação expedia seus agentes e recebia as participações do que se estava passando na Câmara, Foram-lhe dizer que Ledo estava fazendo um discurso brilhante em favor do ministro acusado. O Imperador virou-se para as pessoas que o rodeavam, e disse: “Forte tratante! É a terceira vez que o compro e de todas me tem servido bem!” Esta anedota me foi referida dois ou três dias depois por uma testemunha presente. Esta testemunha já a posso citar, porque já pertence ao domínio da História. Foi o marquês

de Quixeramobim, camarista que estava de semana e acompanhava o Imperador naquele dia. É sabido que o Imperador, para salvar a Joaquim de Oliveira Álvares, nada poupou, nem mesmo a própria dignidade. Prometeu, solicitou e corrompeu, chegando a ir em pessoa procurar deputados em suas casas para esse fim.

Por incômodo de saúde suspendi a redação deste papel; hoje, porém, que tenho portador seguro para o Rio de Janeiro, resolvo a mandá-lo e prometo concluir o resto em breve tempo.

Todo o verão não lhe escrevi uma palavra. E quem pode trabalhar quando faz calor? Por mim respondo negativamente. Mas o inverno bate à porta, e eu hei de aproveitar as grandes noutes para dizer o que falta para a conclusão destas notas, se Deus me conservar a vida.

Paris, 21 de setembro de 1861.

.....

*Notas das notas**

Pág. 18. – Veja-se a carta de 19 de junho de 1822, pela qual o príncipe regente participa a seu pai, o rei D. João 6.º, que Pernambuco o reconheceu regente sem restrição alguma. As expressões do príncipe mostram a satisfação que esse reconhecimento lhe causara. Foi feito em ato solene do 1º de junho de 1822 na cidade do Recife, e já em 19 do mesmo mês se achava o príncipe sabedor e habilitado para comunicar a seu pai, o que prova grande atividade nas comunicações, porque então não havia vapores e nem mesmo à vela a correspondência entre Pernambuco e Rio de Janeiro era frequente.

Pág. 47. – Veja-se a carta de 21 de maio de 1822, pela qual o príncipe regente participa a seu pai, o rei D. João 6.º, que aceitara o título de Defensor Perpétuo do Brasil, e rejeitara o de Protetor, que lhe fora igualmente oferecido pelo órgão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O príncipe dá nesta carta a razão por que não aceitou o título de Protetor, dizendo que o Brasil não precisava que ninguém o protegesse.

Pág. 69. – Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida é a pessoa a quem me refiro. Era natural, como já disse, da Bahia, e sobrinho de José Egídio Álvares de Almeida, barão de S.º Amaro. Estudou e formou-se na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Não voltou mais ao Brasil. A proteção de Aguiar em Lisboa e do tio no Rio de Janeiro lhe valeu para ser nomeado cônsul-geral do Brasil em Portugal. Foi o primeiro cônsul que ali tivemos. Demitido por causas que ignoro, continuou a viver em Lisboa, onde exercia a advocacia com talento e má reputação. Quando em 1854 deixei Lisboa para sempre ainda ele vivia, mas no Rio de Janeiro

* Certamente “Notas das ‘Anotações’”, que se iniciam na *pág.* 59, numeradas de 1 a 18, notando-se a ausência do nº 17, conforme o que ocorre também na cópia da Biblioteca Nacional.

constou-me depois que falecera em grande miséria. Este indivíduo, posto que então muito moço, desde que saiu de Coimbra até a morte de Aguiar esteve muito relacionado no paço de Lisboa, e não era estranho às cabalas que se forjavam entre ele e o paço do Rio de Janeiro. Algumas revelações me fez a esse respeito, mas nada disse que eu já não soubesse por via de Manuel José Maria da Costa e Sá, de fonte oficial.

Pág. 92. – A casa do futuro marquês, na Bahia, era dirigida e governada por um primo de S. Ex.^a de nome José Ricardo da Silva e Horta, homem de um carácter fleumático e quase tocando ao indiferentismo. Foi comigo inalterável desde a minha chegada até à minha saída, nunca mostrou que estava cansado de ter-me em casa, e pouco se importava com os acontecimentos políticos: ria-se de tudo; quando porém lhe disse que partia sem demora para a Europa respondeu-me que fazia muito bem. Em 1850, sendo eu ministro na corte de Lisboa, apresentou-se-me ali este indivíduo pedindo a minha proteção a bem dos requerimentos que tinha perante o governo português. Achava-se ele casado com a filha de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, que foi visconde de Itabaiana, e pedia uma contemplação pelos serviços que seu sogro, sendo ministro do Brasil na corte de Londres, havia prestado a Portugal na questão dinástica em favor da rainha D. Maria 2^a. O visconde de Itabaiana havia, com efeito, com grave detrimento dos interesses do Brasil e da sua honra, prestado relevantes serviços à causa portuguesa, e pelos quais havia recebido remuneração em uma pensão de 1:200\$000, moeda portuguesa, anual, e a grã-cruz da Torre e Espada. O amor de Itabaiana aos portugueses era tal que, falecendo em Nápoles, quando ali exercia as funções de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil no presente reinado, e tinha sido por ele galardoado com o título de veador da imperatriz, determinou por seu testamento que o seu corpo fosse enterrado em terra portuguesa. Em observância desta última vontade foi mandado de Nápoles para Roma, onde se acha sepultado na igreja de Santo Antônio dos Portugueses. Esta igreja é propriedade de Portugal, anexada à embaixada da mesma nação. Em Lisboa esta última vontade de Itabaiana foi muito aplaudida, e o duque de Palmela propôs na Câmara dos Pares, e esta aprovou que se erigisse na mesma igreja à custa do Estado um monumento em memória do ilustre finado, que tão relevantes serviços havia em sua vida prestado à Coroa portuguesa. O entusiasmo não passou além da pro-

posta, porque não me consta que até agora o tal monumento em memória do ilustre finado tenha sido erigido. Apesar destas homenagens, que se tributaram à memória do visconde de Itabaiana, o genro deste nada podia obter em contemplação dos serviços do sogro. Adoeceu gravemente no inverno de 50 a 51, esteve em perigo de vida, melhorou com a entrada da primavera e os médicos declararam que partisse sem perda de tempo para a sua terra, aliás perderia a vida se o inverno seguinte ainda o achasse em Lisboa. Mas José Ricardo estava destituído de todos os meios e devia ao hotel todo o tempo que nele residia, devia aos médicos que o trataram, devia à botica que lhe forneceu os remédios e devia a algumas outras pessoas por outros fornecimentos e pelo mau uso que fazia da sua prodigalidade. Recorreu então a mim e expôs a posição em que se achava, motivada pela falta de remessas que esperava da Bahia. Não hesitei em socorrê-lo, emprestando sem interesse algum a quantia de 1:500\$000, moeda portuguesa, e prometendo de me ocupar dos seus negócios logo que ele regressasse ao Brasil. José não se demorou depois disto, partiu para a Bahia e de lá para o Rio Janeiro, e eu lhe mandei um ou dois meses depois o título de visconde de Gameiro, com que a rainha de Portugal o contemplou a meu pedido. Há quem dê dinheiro para obter títulos, mas este amigo obteve título e dinheiro sem nada lhe custar. Até hoje 20 de fevereiro de 1861 ainda não pude, apesar de muitos esforços ser integralmente embolçado desta dívida. Creio que paguei caro a parte que este indivíduo teve na hospedagem que recebi na Bahia em casa de seu primo, o futuro marquês de Barbacena.

Pág. 97. – O decreto que mandou proceder à devassa é um dos documentos que a História deve registrar por inteiro. O historiador deve procurar ler esse informe processo que se fez em virtude de semelhante decreto. Não sei se já lhe deram consumo. Ajuntarei aqui o esboço da minha defesa, que de Paris mandei a meu irmão para guiar o advogado que tratasse dela. Ignoro se este esboço serviu ou não. Meu irmão me havia mandado uma cópia exata de todos os depoimentos, e em vista deles é que eu fiz o esboço da defesa. Por ele se conhece toda a infâmia com que o governo e um miserável juiz se houveram neste negócio.

.....
Índice onomástico
.....

A

ABRANTES (marquês de) – Ver ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e
AGUIAR (cirurgião), Teodoro? – 137, 138
AGUIAR, José Ricardo da Costa – 213, 214
ALCÂNTARA (visconde de) – Ver CUNHA, João Inácio da
ALENCAR (deputado) – 144
ALMEIDA, Antônio Calmon Du Pin e – 162
ALMEIDA, Clemente Álvares de Oliveira Mendes e – 233
ALMEIDA, João Rodrigues Pereira de – 64
ALMEIDA, José Egídio Álvares de – 125, 137, 138, 140, 233
ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e – 162, 166, 223, 228, 229, 230, 231
ALMEIDA, Veríssimo Máximo de – 62
ALMEIDÃO – Ver ALMEIDA, Veríssimo Máximo de
ALVAIAZERE (barão de) – Ver SILVA, Manuel Vieira da
ÁLVARES, Joaquim de Oliveira (ministro da Guerra) – 231, 232
ÁLVARES, José Egídio – Ver ALMEIDA, José Egídio Álvares de
ALVES, Luís Manuel – 119
ALVIM, Miguel de Sousa Melo e (capitão-de-mar-e-guerra) – 65
AMÉLIA (imperatriz) – 227
ANA (D.) – 93, 162, 168
ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de – 148, 171, 212
ANDRADA, José Bonifácio de – Ver JOSÉ BONIFÁCIO

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de – 72, 73, 79, 101, 115, 116, 119, 120, 122, 127, 129, 130, 144, 148, 158, 160, 171, 189, 203, 212, 224, 225
ANDRADAS (os) – 75, 80, 127, 131, 141, 144, 145, 156, 158, 166, 170, 174, 187, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221
ANDRADE, Manuel de Carvalho Pais de – 70, 84
ANDREIA (tenente-coronel) – 70
ANGEJA (marquês de) – 82, 105
ANTAS (conde das) – Ver OURÉM (barão, visconde de)
ANTÔNIO CARLOS – 122, 129, 130, 135, 137, 140, 144, 152, 158, 189
ARAÚJO, Antônio de – 137
ARCOS (conde dos) – 67, 68, 83
ARMITAGE (Mr.) – 121
AUGUSTO (príncipe) – 229

B

BAEPENDI (marquês de) – 159, 169
BARATA – 133
BARBACENA (marquês de) – Ver PONTES, Felisberto Caldeira Brant
BARBACENA (visconde de) – Ver BRANT FILHO, Felisberto Caldeira
BARBOSA, Francisco Vilela – 139, 140, 146, 147, 150, 175, 176, 186
BARBOSA, Januário da Cunha (padre) – 118, 224
BARBOSA, Paulo (capitão) – 155
BARBUDA, Francisco Gordilho Veloso de – 144

BARCA (conde da) – Ver ARAÚJO, Antônio de
 BARRETO (padre) – 217
 BARRETO, Luís do Rego (general) – 70, 86, 104
 BARROS, Pedro José da Costa (oficial da brigada da Marinha) – 120
 BASTOS, Lucas Antônio Monteiro de (desembargador) – 109
 BELCHIOR – Ver PINHEIRO, Belchior Fernandes
 BENTHAM (publicista) – 199
 BERESFORD (marechal) – 79
 BERQUÓ, João Maria – 71
 BERQUÓ, José Maria da Gama – 150, 229
 BETANCOURT – 142
 BOQUINHA – Ver GOUVEIA
 BRANCO, Domingos Alves (brigadeiro) – 119
 BRANT, Felisberto Caldeira – Ver PONTES, Felisberto Caldeira Brant
 BRANT FILHO, Felisberto Caldeira – 160, 162
 BRANT, Pedro – 168
 BREGARO, Paulo – 101
 BRYNER, Pedro de Melo (embaixador de Portugal) – 206, 207, 208

C

CABO FRIO (visconde de) – Ver MOREIRA, Luís da Cunha
 CALDEIRA FILHO, Felisberto – 161, 165, 166
 CALMON, Miguel – Ver ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e
 CAMARGO, Manuel Inocêncio Pires – 161, 164
 CAMPOS, Francisco Carneiro de – 92, 93

CAMPOS, Joaquim Carneiro de – 88, 89, 92, 93
 CAMPOS, João Carneiro de – 88
 CAMPOS, José Joaquim Carneiro de – 88, 89, 127, 131, 132, 136, 137, 153
 CAMPOS, José Tibúrcio Carneiro de – 88, 89
 CAMPOS, Manuel Carneiro de – 88
 CANNING (Mr.) – 178
 CANTAGALO (marquês de) – Ver BERQUÓ, José Maria da Gama
 CARAVELAS – 229
 CARDOSO, José (padre) – 92
 CARNEIRO – Ver CAMPOS, José Joaquim Carneiro de
 CARNEIRO, Joaquim – Ver CAMPOS, José Joaquim Carneiro de
 CARVALHO, José da Costa – 100
 CARVALHO, José da Silva – 169, 210
 CASANOVA (Dr.) – 228
 CHALAÇA – Ver SILVA, Francisco Gomes da
 CHAMBERLAIN – 93, 107
 CLEMENTE (D.) – 138
 CLEMENTE, José – PEREIRA, José Clemente
 COCHRANE (lorde) – 128
 COIMBRA, Joaquim Soares (coronel) – 88
 COLLARD, Royer – 196
 CONSTANT, Benjamin – 196
 CORREIA, José Anselmo – 61, 105
 CORTE REAL – 93
 COSTA, João Severiano Maciel da (presidente da Assembleia) – 144
 COSTA, Manuel Francisco da (capitão do porto) – 67
 COUTINHO, José Joaquim de Azeredo (deputado) – 139
 COUTINHO, José Mariano de Azevedo – 71, 99-100, 101, 102, 116, 117

CROMWELL – 109
CRUZ (oficial da Marinha) – 175
CUNHA, Antônio Luís Pereira da – 61
CUNHA, João Inácio da – 213
CUNHA, João Pedro Nolasco da (capitão-de-fragata) – 180, 181

D

D'AVILEZ, Jorge (general) – 69
DÂMOCLES – 212
DANTAS, José Maria – 205
DE CANDOLLE – 196, 197, 199, 200, 201
DELOI (mercenário) – 213
DELONAI – Ver DELOI
DENIS, Ferdinand – 203
DINIZ, Pedro Alves (ministro do Reino) – 67, 134
DOMITILA – 126, 127, 140, 141, 144, 146, 147, 173, 174
DOMITILAS (as) – 192
DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de – 171, 202, 204, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 227
DRUMMOND, Gaspar de Meneses Vasconcelos de – 104, 150, 161
DRUMMOND, Luís de Meneses Vasconcelos de (administrador da alfândega) – 71, 72, 99, 164, 214, 219, 223, 224
DUMONT – 196, 199
DUPIN, Charles – 196

E

EGUIA (general) – 177

F

FALCÃO, José de Barros (coronel) – 76
FELICIANO, José – 67
FELISBERTO – Ver PONTES, Felisberto Caldeira Brant
FERNANDO VII – 178

FERREIRA, Filipe Néri – 84, 85, 86
FERREIRA, Gervásio Pires – 70, 76, 81, 84, 85
FÉRUSSAC (*baron de*) – 206
FOIX (general) – 196
FRAGOSO, José Albano (juiz da Inconfidência) – 61, 62, 105, 138
FRANÇA MIRANDA – Ver MIRANDA, Francisco da França
FRANÇA, Clemente Ferreira – 146, 147, 148, 171
FRANÇA, Luís Paulino da (marechal-de-campo) – 133, 134, 135
FRANCISCO – Ver CAMPOS, Francisco Carneiro de
FRANCISCO MAXIMILIANO – 81, 82
FREITAS CORCUNDA (oficial maior da Secretaria da Marinha) – 65

G

GAMA, Bernardo José da (desembargador) – 73, 74, 75, 80
GAMA, Manuel Jacinto Nogueira da – 127, 138, 159, 175, 193
GAMEIRO (visconde de) – 235
GERVÁSIO – Ver FERREIRA, Gervásio Pires
GLÓRIA, Maria da (D.) – 210
GONDIM, Antônio José Duarte de Araújo (desembargador) – 90, 93, 101
GOIANA (visconde de) – 75
GOMES, Felisberto – 165
GOMES, Francisco – Ver SILVA, Francisco Gomes da
GORDILHO (coronel, senador do Império) – 105, 145
GOUVEIA – 119
GREGOIRE – 196

GUEDES, Antônio José de Paiva – (redator do) – 131, 132

GUEDES, Antônio José Pereira – 130

H

HORTA, José Ricardo da Silva e – 234

I

IGUAÇU (conde de) – Ver BRANT FILHO, Pedro Caldeira

ITABAIANA (visconde de) – Ver PESSOA, Manuel Rodrigues Gameiro

J

JACAREPAGUÁ (marquês de) – Ver GORDILHO

JOANA (D.) – 88, 95, 96, 97

JOÃO VI (D.) – 60, 63, 80, 83, 89, 97, 106, 114, 133, 137, 138, 159, 175, 182, 206, 207, 208, 210, 233

JOÃO CARLOTA – 125

JOBIM, José Martins da Cruz – 205

JOSÉ ALBANO – Ver FRAGOSO, José Albano

JOSÉ BENITO – 177

JOSÉ BONIFÁCIO – 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 85, 86, 91, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 140, 149, 150, 151, 152, 156, 158, 159, 160, 165, 172, 174, 178, 185, 187, 189, 190, 191, 203, 213, 223, 224, 225, 228, 229

JOSÉ CLEMENTE – Ver PEREIRA, José Clemente

JOSÉ CUSTÓDIO (deputado) – 154

JOSÉ EGÍDIO – Ver ALMEIDA, José Egídio Álvares de

JOSÉ MARIANO – Ver COUTINHO, José Mariano de Azevedo

JOSÉ RICARDO – Ver AGUIAR, José Ricardo da Costa

JOSÉ TIBÚRCIO – Ver CAMPOS, José Tibúrcio Carneiro de

JÚLIA (D.) – 88

JULIEN (Mr.) – Ver PARIS, Julien

JUNOT (general) – 207

JUSTINO (capitão) – 99

L

LABATUT (general) – 104

LACERDA, Manuel Inácio Cavalcanti de – 76

LAMARTINE – 211

LAPA (capitão de artilharia) – 142, 221

LAPA, Caetano Manuel da – 154, 160

LAPA, José Joaquim Januário – 222

LÁZARO (brigadeiro) – 147, 148, 151

LEÃO, Fernando Carneiro – 175

LECOR (general) – 65, 66

LEDO, Joaquim Gonçalves – 114, 115, 117, 118, 128, 231

LEME, Pedro Dias Pais – 153, 159, 231-232

LEMONS, Francisco de (bispo, conde) – 139

LEOPOLDINA (princesa, imperatriz) – 103, 157, 174, 185

LIMA – 90

LIMA, Luís Moutinho Álvares de – 128, 137

LIVRAMENTO, João Luís do – 67

LISBOA, João Soares – 222

LISBOA, José da Silva – 193

LOULÉ (marquês de) – 208

LOUZÁ (conde de) – 172

LUÍS – Ver DRUMMOND, Luís de Meneses Vasconcelos de

LUÍS XVI – 199, 201

LUÍS ANTÔNIO – 152

LUÍS PAULINO – Ver FRANÇA, Luís Paulino da

M

MACEDO, Joaquim José da Costa de (conselheiro) – 205

MADEIRA (general) – 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 133, 135

MADEIRA, Antônio Garcez Pinto de (desembargador) – 135

MADUREIRA, Antônio Garcez Pinto de (magistrado) – 223

MAGGIORCHE – 169

MAIA, Manuel Pedro (Dr.) – 76

MALTE-BRUN – 196, 204

MANUEL – Ver CAMPOS, Manuel Carneiro de

MANUEL INOCÊNCIO – Ver CAMARGO, Manuel Inocêncio Pires

MANUEL JOSÉ MARIA – Ver SÁ, Manuel José Maria da Costa e

MARIA II (D.) – 62, 227, 234

MARIA FLORA (D.) – 127

MARICÁ (marquês de) – 169

MARTIM – Ver ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de

MARTIM FRANCISCO – Ver ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de

MELO MORAIS (Dr.) – 102, 136, 194, 200, 211

MELO, Antônio Cardoso Pereira de (pai) – 83

MELO, José Correia de (general) – 81-82, 83

MELO, Luís José de Carvalho e – 138, 140, 193

MELO, Pedro de – Ver BRYNER, Pedro de Melo

MENDES, Odorico (deputado) – 214

MENESES (os) – 218

MENESES DE DRUMMOND – Ver DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de

MENESES, José Tomás, D. (capitão-general) – 75

MENESES, Luís de – Ver DRUMMOND, Luís de Meneses Vasconcelos de

MESSALINA – 140

MIGUEL (D.) – 120, 142, 169, 175, 183, 185, 207

MIQUELINO – 217

MIRANDA (monsenhor) – 64, 65, 138

MIRANDA, Francisco da França (desembargador) – 118, 128, 129, 130, 131, 154, 172, 191

MOITINHO – 77, 80, 128

MONGLAVE, Eugène Garay de – 84, 211

MOUTINHO – Ver LIMA, Luís Moutinho Álvares de

MONIZ TAVARES (deputado por Pernambuco) – 128, 129

MONTEIRO TORRES (ministro da Marinha) – 208

MONTEIRO, Xavier – 169

MONTEZUMA, Francisco Jê Acaiaba de – 93, 148, 150, 158, 172, 178, 189

MORAIS (general) – 147, 148, 150, 151, 155, 156

MOREIRA (capitão) – 222

MOREIRA, Luís da Cunha – 112

MOURA – 169

MOURA, José Maria de – 81

MOUTINHO – Ver LIMA, Luís Martinho Álvares de

MUNIZ, Egas – 166

N

NAPOLEÃO I – 201

NAZARÉ (marquês de) – Ver FRANÇA, Clemente Ferreira

NEJAND (conde) – 227

NÉRI, Filipe – Ver FERREIRA, Filipe Néri

NÓBREGA – Ver PEREIRA, Luís da Nóbrega

O

OSÓRIO, João de Gouveia – Ver *RUIVO*

OURÉM (barão, visconde de) – 142, 143

P

PAIM (bacharel) – 162

PAI-AVÔ (alunha) – Ver BRANCO, Domingos Alves

PAIS, Manuel de Carvalho – Ver ANDRADE, Manuel de Carvalho Pais de

PAIVA – Ver PESSOA, José Henrique de Paiva

PAIVA GUEDES – Ver GUEDES, António José de Paiva

PALMA (conde de) – 123

PALMELA (conde e duque de) – 184, 234

PAMPLONA, Davi – 221

PARATI (conde de) – 61, 105, 106

PARIS, Julien de – 196, 208, 209, 210, 214

PAULA, Chica de (meretriz) – 121

PEDRO – Ver BRANT FILHO, Pedro Caldeira

PEDRO – Ver PEDRO I

PEDRO I (D.) – 62, 87, 110, 111, 113, 120, 128, 142, 152, 159, 195, 203, 210, 227

PEDRO II (D.) – 148, 187

PEDRO IV, D. (rei) – 69

PEDROSO (negociante) – 167

PEREIRA (coronel) – 89, 95, 97, 98

PEREIRA, José Clemente (ministro, presidente da Câmara Municipal) – 108,

109, 114, 115, 116, 117, 118, 128, 225, 226, 227, 230, 231

PEREIRA, Luís da Nóbrega (ministro da Guerra) – 85, 86, 114, 115, 117

PESSOA, José Henrique de Paiva (secretário da academia de Marinha) – 97

PESSOA, Manuel Rodrigues Gameiro – 169, 234, 235

PINHEIRO VASCONCELOS (presidente do Tribunal Supremo de Justiça) – 162

PINHEIRO, Belchior Fernandes – 148, 150, 158, 160, 189

PINTO, Antônio Nascentes (selador da alfândega) – 120

PINTO, João da Rocha – 119, 120, 226, 229, 230

PINTO, José Maria (tesoureiro da Junta de Fazenda) – 67

PINTO, Tomás da Rocha (negociante, alfaiate) – 119

PLÁCIDO (barbeiro) – 125

POMBAL (marquês de) – 92

PONTES, Felisberto Caldeira Brant – 158, 159, 163, 168, 169, 171, 227, 228, 229, 230, 235

PORTUGAL, Tomás Antônio de Vilanova (chanceler-mor) – 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 206, 207

Q

QUELUZ (marquês de) – Ver COSTA, João Severiano Maciel da

QUIXERAMOBIM (marquês de) – Ver LEME, Pedro Dias Pais

QUINTELA (almirante) – 64

R

RAPOSO, Francisco Xavier – 79

RAPOSO, José Joaquim (segundo comandante) – 175, 176, 185, 186

- RAPOSO, José Maria – 78, 80
REBELO, Luís Carlos (cônsul-geral) – 112
REGO, Luís do – Ver BARRETO, Luís do Rego
RESENDE, Marquês de – Ver SILVA, Antônio Teles da
RIO MAIOR (conde de) – 133, 135, 139
ROCHA, João – Ver PINTO, João da Rocha
ROCHA, José Joaquim da (deputado) – 71, 76, 101, 117, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 164, 187, 189, 219
ROCHAS (os) – 155
RONDON, Manuel Frasão de Sousa – 118
ROSA (Sr.) – 168
ROSADO, Antônio Joaquim (coronel) – 81, 82
RUIVO (comandante da Legião Lusitana) – 95
- S**
- S. JOSÉ (conde de) – Ver LEÃO, Fernando Carneiro
SÁ, Manuel José Maria da Costa e (oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha) – 133, 134, 137, 140, 182, 183, 184, 234
SAINT-HILAIRE, Augusto – 196, 197
SALDANHA (marquês de) – 142
SAMPAIO (padre-mestre) – 108
SAMPAIO (capitão) – 219
SANTO AMARO (barão, visconde e marquês de) – Ver ALMEIDA, José Egídio Álvares de
SANTO AMARO (viscondessa de) – 162
SANTOS (marquesa de) – Ver DOMITILA
SANTOS, Tristão Pio dos (capitão-de-mar-e-guerra) – 93, 94
SATURNINO (comandante) – 84
SAY, Horácio – 195
SAY, João Batista (economista) – 195
SEBASTIÃO (capitão) – 167
SEIÇAL (visconde de) – 61
SÈZE (conde de) – 201
SILVA (Sr.) – 187
SILVA CARVALHO – Ver CARVALHO, José da Silva
SILVA, Antônio Teles da – 122, 123
SILVA, Diogo Duarte (secretário do governo) – 67
SILVA, Francisco Gomes da (oficial de ourives) – 125, 148, 155, 223, 226, 229, 230, 231
SILVA, João Manuel Pereira da – 187
SILVA, Joaquim Caetano da – 198
SILVA, José Bonifácio de Andrada e – Ver JOSÉ BONIFÁCIO
SILVA, Manuel Vieira da (médico) – 79
SILVEIRA, Luís Maurício da (D.) – 65
SISMONDI – 196, 199, 200, 201
SOARES, Francisco Antônio (revolucionário) – 221
SODRÉ, Francisco Maria – 145, 162, 166
SOUSA, Francisco Maximiliano de – 81
SOUSA, Miguel de – 65, 66, 67
SOUTO – 227
SUBSERRA (conde de) – 133, 134, 135, 137, 180, 181, 182, 183, 186
- T**
- TARGINI – 119
TAVARES, Joaquim Valério – 120, 121
TEIXEIRA, Bernardo – 70
TELES, Antônio – Ver SILVA, Antônio Teles da
TEODORO (Aguiar, cirurgião?) – 137

244 Vasconcelos de Drummond

THIERS (Mr.) – 210
TINOCO, Tomás José (desembargador)
– 120, 121, 146
TOD, Roberto (negociante inglês) – 93
TOMÁS ANTÔNIO – Ver PORTU-
GAL, Tomás Antônio de Vilanova
TOMÉ PEDRO (capitão) – 151
TOROMBERT (Mr.) – 214
TOVAR, João Vieira de (coronel, gover-
nador de S. Catarina) – 65, 66, 67
TRISTÃO – Ver SANTOS, Tristão Pio dos

V

VALE, Manuel Plácido da Cunha – 62
VALENTE (comandante do batalhão de
caçadores) – 66

VARELA, Luís Nicolau Fagundes (Dr.)
– 139
VERGUEIRO (deputado) – 154
VERRES – 70
VIANA (marquês de) – 183
VIANA, Tomás Pereira de Castro – 64,
92
VIDIGAL (coronel) – 154
VIEIRA, Francisco José – 133, 134, 135,
139
VILAR DE PERDIZES (visconde de) –
98
VILAS BOAS (coronel) – 162, 166
VILELA BARBOSA – Ver BARBOSA,
Francisco Vilela
VOLTAIRE – 63

Anotações de A.M.V. de Drummond à sua biografia,
de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, foi composto em
Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da
SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em março de 2012, de acordo com o programa editorial
e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

